_ *in progress*

2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África

Iolanda Évora e Sónia Frias (coord.)

uma edição CEsA

FICHA TÉCNICA

título

_ in progress: 2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África

coordenação

Iolanda Évora e Sónia Frias

edição

CEsA - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento

criação gráfica

Ana Filipa Oliveira

isbn

978-989-96473-7-4

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO: O IN PROGRESS
Sónia Frias e Iolanda Évora 5

PAINEL I
MOBILIZAÇÃO, RECURSOS E DESENVOLVIMENTO 8

Repensando a dicotomia público-privado em África: o caso das construtoras brasileiras em Angola
Gabrieli Gaio 9

Contributo para o estudo sobre o trabalho de algumas ONGD nacionais em Moçambique
Giulia Mauri 24

O contributo do GEF-SGP para o Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde
Laura Visentin 37

A Cooperação Portuguesa e a sua atuação na saúde africana: os financiamentos dos últimos 10 anos
Raquel Faria 47

PAINEL II
POPULAÇÕES, MOBILIDADES E BEM-ESTAR 67

A urgência de uma vacina contra a malária
Ana Guerra Ferreira 68

Home-based care programmes and mechanisms of resilience in families affected by HIV/AIDS in south Mozambique
Sónia Nhantumbo-Divage 86

PAINEL III
AMBIENTE, MUDANÇA E SUSTENTABILIDADE 95

Beautiful and Ugly Animals in Kenya Maasailand: Why beauty matters for biodiversity conservation in Africa
Joana Roque de Pinho 96

Agriculturas (peri)urbanas em Maputo: suas dimensões e o espaço urbano
Leonardo Veronez de Sousa 118

Cenários e Tutelas: Perceções do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde
Paula Ribeiro 127

A conservação ambiental e a mulher guineense: o caso do parque nacional das florestas de Cantanhez, região de Tombali (Guiné-Bissau)
Susana Costa; P. Lee e C. Casanova 141

Desenvolvimento rural e gestão dos recursos hidricos: Conflitos e participação em torno do uso da água da Barragem de Poilão (Ribeira Seca), Ilha de Santiago, Cabo Verde
Vladimir Ferreira 152

PAINEL IV
COMPROMISSOS, POLÍTICA E ECONOMIA 166

Liderança Autêntica, Criatividade e Desempenho dos Colaboradores: A realidade das Organizações em Cabo Verde
Ana Suzete Semedo; N. Ribeiro; A. Coelho 167

Mudança estrutural e a relação entre os setores em Cabo Verde
Gilson M. G. Pina 182

Growth Diagnostic of Cape Verdean Economy
João Brito 201

PAINEL V
PROMOÇÃO DA CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO 219

Science and Technology in Africa: A Bibliometric and Patent Analysis
Hugo Confraria 220

A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais
Mateus Chicumba 241

RESPOSTAS SEM PERGUNTAS, OU: PORQUE A ÁFRICA NÃO É UM PROBLEMA POR RESOLVER
Elísio Macamo 255

APRESENTAÇÃO: O IN PROGRESS

SÓNIA FRIAS E IOLANDA ÉVORA

As inquietações das ciências sociais com as questões relacionadas com o desenvolvimento estão cada vez mais na ordem do dia. Esta circunstância, tem vindo a abrir campo ao reconhecimento do valor dos contributos que os diferentes domínios de actividade e pensamento podem trazer para a reflexão e para o progresso do saber nestas matérias e deu o mote para a realização deste seminário que intitulámos *In progress*, entre outros motivos porque o saber está sempre em construção.

Outra das razões porque foi escolhido este título, liga-se com o facto de este evento ter sido pensado como plataforma de trabalho para investigadores juniores. Colegas que estão ainda a realizar as suas dissertações de mestrado e de doutoramento – trabalhos *in progress*.

O CEsA considerou importante dar voz aos mais iniciantes (uns mais caloiros do que outros) no estudo destas matérias, e tentar compreender os interesses que se vão perfilando, as preocupações e as disciplinas a que se filiam os novos trabalhos, no fundo as questões que mais vêm interessando os estudantes nesta área que liga as ciências sociais ao desenvolvimento em África.

É um facto que, em especial nas últimas décadas, talvez fosse mesmo mais rigoroso alargar esse intervalo à segunda metade do último século, o interesse das ciências sociais pelas questões sobre o desenvolvimento e muito particularmente, pelo desenvolvimento em África, tem-se oferecido cada vez mais abrangente.

Com a industrialização e o desenvolvimento do processo capitalista por ela gerado, e o posterior processo de globalização, a ambição económica foi sendo cada vez mais marcada e determinante no campo das relações internacionais,

dos investimentos, da cooperação e mesmo da Ajuda Internacional.

Com o tempo, alteraram-se também as perspectivas e as próprias abordagens relativas a muitos fenómenos, a ecologia, a produção e a esse facto não ficaram alheios os países africanos, no entanto, a maioria deles manteve-se muito marginalizado o que se expressa nas dificuldades que têm envolvido o processo de desenvolvimento de muitos países do continente, o contexto que analisamos.

Apesar da atenção e o apoio internacional voltados para a África subsariana e a enorme mobilização de realização de alguns países, o facto é que, a esse esforço, não sucedeu uma melhoria generalizada das condições de vida das populações, cuja situação se revela em muitos casos estagnada, tendo-se mesmo chegado a registar nalguns casos, um agravamento dos índices de pobreza.

Esta situação acabou por servir para alertar os especialistas e teve um papel decisivo no tocante à abertura da discussão sobre estas matérias, muito em especial sobre os indicadores de desenvolvimento que tradicionalmente se utilizavam e que muitas vezes restituíam leituras distorcidas sobre as realidades em estudo.

Este facto só por si levou a enormes progressos no campo das leituras sobre a complexidade de cada realidade.

Apesar disso, continuou-se por muitos anos e na maior parte das vezes, a apostar na racionalidade económica pura muito sustentada na avaliação da abundância de recursos, no progresso tecnológico, no investimento, na competição, especialmente orientada para a decisão económica, para se fazerem as leituras sobre a situação dos países, negligenciando-se o alcance da leitura complementar que os aspectos socioculturais poderiam fazer a partir dos dados económicos. Foram factos como estes que fizeram com que durante muito tempo, a visão eurocêntrica, levasse o "ocidente" a olhar com superioridade para a diferença dos outros povos e visse nessa diferença apenas marginalidade e pobreza.

Muitos dos trabalhos realizados pelas NU assim como muitos dos trabalhos que a Organização tem apoiado, contribuíram para que se viesse a atribuir, sobretudo nos anos mais recentes, ao conceito de desenvolvimento, um conteúdo mais lacto, que envolvesse as dimensões de desenvolvimento social e de desenvolvimento político, de psicologia social e de desenvolvimento cultural, de ecologia, etc., ou seja tem havido um esforço para que o conceito em causa se venha a reformular a partir do reconhecimento de facto e da análise do vasto conjunto não apenas de desigualdades mas das especificidades existentes entre povos e nações e não a partir apenas de formulações dedutivas nem sempre acertadas porque, alheias à diversidade.

Este aspecto foi muito evidenciado no *In Progress* e pode ser confirmado pela diversidade de temas tratados pelos oradores presentes.

Os vários capítulos deste livro reflectem a estrutura por painéis das temáticas em análise, dará a conhecer ao leitor, a diversidade dos assuntos tratados e discutidos durante o seminário. Essa diversidade espelha não apenas os interesses dos estudantes, mas a banda alargada de questões que hoje se considera que podem (e devem) ser ligadas às perspectivas sobre o desenvolvimento, e que em larga medida, derivam das análises das ciências sociais.

Parte das vantagens neste domínio prendem-se com a metodologia de trabalho que promove o conhecimento empírico. O recurso à experiência con-

creta permite, por sua vez, um melhor entendimento não apenas das realidades mas fundamentalmente das lógicas locais. Deste modo e através da miríade de trabalhos realizados ao longo dos últimos decénios, à qual se acrescentaram agora os trabalhos apresentados no *In Progress*, foi permitida aos técnicos e estudiosos vários, a recolha de informação inovadora num vasto conjunto de áreas (como a da pobreza, da população, da educação, da saúde, da infância, juventude, da mulher, do ambiente, entre inúmeras outras), informação essa que tem vindo como já referimos, a auxiliar a promoção de novas orientações nos programas para o desenvolvimento.

Como é apresentado neste e-book, a 2ª edição do *In Progress* Seminário Internacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África reuniu estudantes de escolas de várias proveniências de Portugal e do exterior, nomeadamente, Itália, PALOP, Espanha, Finlândia.

As apresentações foram distribuídas em 5 painéis e os trabalhos debruçaram-se sobre realidades sociais de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Líbano ou Moçambique.

O texto da conferência de encerramento intitulada "respostas sem perguntas, ou: porque a áfrica não é um problema por resolver", proferida pelo Prof Elísio Macamo, trata criticamente, aspectos que têm transformado os estudos africanos num campo dentro do qual a pesquisa científica cada vez mais se assemelha a um processo de procura de perguntas. O objectivo desta conferência foi o de expor este problema e as leituras que se opõem no que tange ao papel da ciência e dos académicos. Macamo chama a atenção para o fato de que, entre nós, a prática de se realizar pesquisa orientada apenas para a solução de problemas afastou os africanos do objectivo essencial da ciência que consiste em pesquisar, clarificar conceitos, formular desafios, definir reivindicações e, assim, contribuir para o conhecimento. Para Macamo, a questão da utilidade da ciência e da pesquisa está centrada muito mais na capacidade dos formuladores de políticas poderem interpretar os resultados dos trabalhos dos académicos do que na obrigação destes em encontrar as soluções que, na sua opinião, são da ordem administrativa e política. A reflexão trazida mostra as diferentes possibilidades de investigação e atuação dos académicos e as condições de produção científica existentes. Além disso, evidencia como a ausência de uma teoria da prática de pesquisa compromete a busca da ciência, uma vez que a reflexão científica deve estar ancorada tanto numa teoria do conhecimento - que sublinha as diversas possibilidades de leitura do social que orientam a prática de pesquisa - como, também, na análise mais prática das técnicas, portanto, das formas de realização da pesquisa no terreno.

Esperamos que a leitura deste e-book retenha o espírito com que foi concebido o *In Progress*.

PAINEL I
MOBILIZAÇÃO, RECURSOS E DESENVOLVIMENTO

Painel moderado por Carla Costa, ISCSP

Repensando a dicotomia público-privado em África: o caso das construtoras brasileiras em Angola
Gabrieli Gaio

Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento. Contributo para o estudo sobre o trabalho de algumas ONG em Moçambique
Giulia Mauri

O contributo do GEF SGP para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde
Laura Visentin

A Cooperação Portuguesa e a sua atuação na saúde africana: os financiamentos dos últimos 10 (dez) anos
Raquel Faria

A política externa cabo-verdiana e a sua influência no desenvolvimento do país
Riky Apolo de Carvalho

Repensando a dicotomia público-privado em África: o caso das construtoras brasileiras em Angola

Gabrieli Gaio

Resumo

Este trabalho busca identificar e compreender o modo pelo qual as esferas pública e privada interagem entre si ao constituírem o cenário que propicia a expansão das construtoras brasileiras em Angola. Tendo em vista especialmente a experiência das relações estabelecidas entre a Construtora Norberto Odebrecht e o governo angolano, esta pesquisa argumenta que a atuação das construtoras brasileiras em Angola é moldada pelo contexto político-econômico desse país africano, sendo fruto de uma conjuntura governativa que desafia a fronteira entre público e privado. Utilizando-se de abordagens selecionadas da Economia Política Internacional (EPI) de maneira articulada aos conceitos de política do ventre (Bayart 1989; 1991) e (neo)patrimonialismo (Médard 1979; 1991; 2007), este paper sustenta que, no caso em questão, as relações entre público e privado não são dicotômicas, mas sim simbióticas.

1. Introdução

Este *paper* analisa as dinâmicas e interesses públicos e privados que moldam a atuação das construtoras brasileiras em Angola, com foco no contexto de pós-guerra civil[1]. O principal objetivo deste trabalho é identificar e compreender o modo como as esferas pública e privada interagem entre si ao constituírem o cenário que propicia a expansão das referidas empresas nesse país africano.

1 Em virtude do limite de tempo e espaço, este estudo de caso baseia-se – especialmente, mas não só – na experiência da maior empresa brasileira de construção em Angola, a Construtora Norberto Odebrecht.

O início deste milênio denota um contexto favorável à atuação das construtoras brasileiras em Angola, pelo que as mesmas assistem à sua expansão nesse país. Do lado brasileiro, o governo Lula (2003-2010) é marcado por uma política externa focada nos países do Sul, destacando-se o financiamento público para empresas brasileiras em África, sobretudo em Angola (Ribeiro 2009; Lemgruber 2010; Ipea & Banco Mundial 2011). Em contrapartida, o fim da guerra civil angolana, em 2002, criou um contexto favorável ao setor de construção, dado o caráter prioritário das políticas de reconstrução das infraestruturas do país para o governo (Pushak & Foster 2011; AfDB 2005). Paralelamente, o país tem sido beneficiado pelo apoio de potências emergentes, como Brasil e China, que oferecem largo financiamento para a reconstrução angolana sem condicionalidades de caráter governativo (Unctad 2010). Esta conjuntura faz com que Angola seja atrativa para construtoras brasileiras, constituindo o país africano com o maior número de empresas brasileiras e um dos principais destinos dos financiamentos do Brasil para projetos empresariais no exterior (Ipea & Banco Mundial 2011; República Federativa do Brasil 2010a; 2010b).

Há um crescente número de trabalhos acadêmicos recentes sobre a ação de potências emergentes em África[2]. Entretanto, grande parte de tais trabalhos analisa o ponto de vista das potências engajadas no continente, buscando entender as razões, benefícios e limitações de tal engajamento. Este tipo de perspectiva, embora muito relevante na compreensão dos arranjos cooperativos entre o Sul, tende a conferir pouca atenção à agência dos países africanos, na medida em que trata a África essencialmente como local estratégico da competição emergente por recursos naturais, posicionamento que tem como exponente simbólico o que Ian Taylor (2012) caracterizou como "the new scramble for Africa". Acaba-se, assim, por negligenciar ou minimizar variáveis políticas locais que moldam, como no caso angolano, a relação entre estado e empresa ou a própria relação com doadores emergentes.

Este paper argumenta que a atuação das construtoras brasileiras em Angola é moldada pelo contexto político-econômico desse país africano, sendo fruto de uma estreita relação entre estado e mercado que desafia as fronteiras entre público e privado. Tal relação é moldada pelos interesses empresariais e também por uma larga influência do governo angolano, sobretudo de sua instância Executiva. Para sustentar tal argumentação, este trabalho busca articular o campo de estudos da Economia Política Internacional (EPI) com os conceitos de política do ventre (Bayart 1989; 1991) e neopatrimonialismo (Médard 1979; 1991; 2007), que auxiliam a compreender como se dá a dinâmica interativa entre público e privado no contexto africano e, mais precisamente, angolano.

Este trabalho está estruturado em quatro partes, sendo a primeira esta Introdução. A próxima seção constituirá um breve ensaio dos conceitos teóricos que respaldam esta pesquisa. A terceira parte será dedicada à análise das construtoras brasileiras em Angola. Finalmente, a última parte trará as principais conclusões desta pesquisa e sugestões de futuros estudos.

2 Grande parte destes trabalhos dedica-se à presença e ascensão da China em África, como, por exemplo, os trabalhos icônicos de Ian Taylor (2006; 2009) e Deborah Brautigam (2011). Entretanto, alguns autores dedicam-se ao estudo da política externa brasileira para a África, como é o caso de Sombra Saraiva (2012).

2. Economia Política Internacional, neopatrimonialismo e políticas do ventre: uma articulação em prol do contexto africano

O campo de estudos da EPI é consideravelmente vasto e conta com uma grande diversidade de autores e abordagens. No âmago deste espectro acadêmico encontra-se o estudo da relação entre as esferas pública e privada, ou, em outras palavras, o relacionamento entre estado e mercado (Cohen, 2008, p. 3; Gilpin, 1987, p. 3-11). Para melhor entendimento, a definição cunhada por Ravenhill (2011, p. 21) acerca do que constitui a EPI é muito útil para este estudo: "(C)ampo de investigação que possui como foco o 'inter-relacionamento' entre poder público e privado na alocação de recursos escassos."

Geoffrey Underhill (2000, p. 819) aponta que, embora a EPI parta da premissa de que economia e política interagem entre si constantemente, esse campo teórico é permeado por uma rígida e subjacente dicotomia entre as esferas pública e privada. A primeira é apreendida como a esfera do estado, das políticas de poder, da autoridade e das relações hierárquicas. Já a segunda corresponde ao mercado, âmbito apolítico, da concorrência perfeita e da alocação racional de recursos. Underhill (2001) acrescenta que tal dicotomia serve de base para o modelo observante[3] de economia política que temos hoje, isto é, o modelo neoliberal, que reproduziria a dicotomia explicada acima.

Para o autor, o mercado não deve ser entendido como autônomo ou espontâneo relativamente à sociedade (Underhill 2003). Isto porque o mercado não seria apolítico, mas sim parte de uma política pública, podendo engajar-se livremente na busca por autoridade política[4] (Idem 2001; 2003; Strange 1976; 1988). Certamente, tal apreensão acerca do mercado como parte integrante da esfera política ou da sociedade não é inteiramente nova, tendo sido precedida por autores como Polanyi (1944) e Habermas (1962), por exemplo. Entretanto, autores como Susan Strange e Underhill recuperam esse debate mais recentemente, no quadro da consolidação da EPI como campo académico[5].

A premissa observante de que público e privado operam com lógicas dis-

3 As categorias de modelo observante e modelo observado foram cunhadas por Adriano Moreira (1995), sendo que o modelo observante consiste no modelo proposto e o modelo observado constitui suas possíveis variações nas distintas conjunturas sociais.

4 Autoridade política é apreendida neste trabalho segundo os apontamentos de Susan Strange (1976; 1988), ou seja, como a capacidade de influenciar a alocação de recursos materiais e/ou imateriais em dada sociedade. Adicionalmente, a autoridade política é entendida em termos difusos, isto é, não está restrita ao estado e suas organizações, podendo também o mercado ser uma fonte dessa autoridade (Strange 1976, p.341; 1988, p. 23 - 42)

5 Em virtude do limite de tempo e espaço, este paper não traz um histórico profundo acerca do questionamento relativo ao papel e génese do mercado nas sociedades modernas. A autora optou, assim, por utilizar a abordagem de autores como Strange e Underhill, que buscam recuperar tal questão no quadro do estabelecimento da EPI como campo académico a partir da década de 1970, quando o debate estado-mercado ganha maior importância entre a comunidade académica, sobretudo devido à crescente relevância dos fluxos de IDE e das corporações transnacionais na economia internacional (Cohen, 2008, p. 24-31; Keohane & Nye, 1977, p. 1-11). Entretanto, são dignas de menção a abordagem tanto de Polanyi (1944) quanto de Habermas (1962). Polanyi (1944, p. 145) afirmou, por exemplo, que "não havia nada de natural no laissez-faire", indicando, assim, que o mercado seria uma criação política, ou, melhor, "um projeto social" fruto de uma "ação deliberada do estado" e não uma esfera autônoma relativamente ao resto da sociedade. Já Habermas (1962, p. 141), alertou para uma constante "tendência de infiltração mútua entre as esferas pública e privada", em que o mercado seria recorrentemente moldado pelo poder ou esfera pública e também pela "concentração de poder" em agentes privados.

tintas ou opostas dificulta o entendimento da economia política observada em algumas realidades nas quais tais esferas apresentam-se simbióticas entre si, como é o caso africano. Assim, a crítica à dicotomia público-privado ensaiada por Underhill e Strange pode funcionar como uma ponte entre o campo de estudos da EPI e a compreensão da economia política em África. Nesse contexto, há de se considerar a visão patrimonialista[6] do poder, comum nos sistemas políticos do continente (Médard 2007; Bayart 1991)[7].

O neopatrimonialismo remete-nos a dois processos que ocorrem simultaneamente nos Estados pós-coloniais africanos: a burocratização e a patrimonialização (Médard 1991 apud Brunhs 2012, p. 71). De acordo com Médard (2007), embora haja uma separação formal entre público e privado trazida pela burocratização, na prática essas esferas apresentam-se sobrepostas. Assim, a essência do neopatrimonialismo consiste na confusão entre as esferas pública e privada (Bruhns 2012).

A lógica neopatrimonial observa-se em África pela distribuição de recursos por parte dos governantes para seus aliados políticos, na medida em que a elite governante busca, em contrapartida, sua manutenção no poder (Tangri 1999; Medard 2007; 1983). Bayart (1991; 1989) demonstra que as relações simbióticas entre estado e privado fazem parte da essência do estado pós-colonial em África, configurado pelo que ele chama de "políticas do ventre"[8] (Bayart 1989). O autor afirma que uma apreensão integral das políticas do ventre traz não só a noção de enriquecimento e acumulação por meio do aparato estatal, mas também a existência de uma estratégia política, segundo a qual a proporção da prosperidade e sucesso do líder governante ("big man") está intrinsecamente ligada à sua capacidade de administrar recursos materiais e imateriais entre suas bases aliadas de modo a manter o status quo (Bayart 1989, p. 242).

Nesse contexto de luta pelo poder, Tangri (1999) mostra que o estado africano tende a permanecer robusto no que concerne à governação econômica, independentemente do sistema económico adotado, seja ele capitalista ou socialista. Isso porque, seguindo a lógica da política do ventre, o controle sobre recursos económicos e sua distribuição é condição sine qua non para a autopreservação da elite governante, já que esse controle permite manter bases aliadas e desestruturar possíveis lócus de oposição.

Assim, mesmo em momentos de reformas pró-mercado, as elites governantes procuraram garantir o controle sobre suas economias. Isto é, tais

---

6 O emprego do patrimonialismo para identificar um tipo de sistema político foi inicialmente articulado por Weber (1920, p. 238), que defende que o patrimonialismo ocorre quando há o reconhecimento de um líder com base na cessão de bens de variadas naturezas, materiais e/ou imateriais. Os apontamentos weberianos sobre patrimonialismo são baseados, principalmente, no contexto de uma sociedade com um princípio organizacional calcado no que o autor chama de "tradição", um sistema em que há a ausência de um estado burocrático e no qual a autoridade emana por meio da legitimidade tradicional de um "senhor" ou líder.

7 Este trabalho não pretende, de modo algum, sustentar que a (con)fusão entre as esferas pública e privada ou o (neo)patrimonialismo são fenómenos particulares ao continente africano. Os autores utilizados no âmbito da EPI, como Susan Strange e Geoffrey Underhill, e também Polanyi e Habermas, por exemplo, identificam tais fenômenos nas sociedades europeias. Daniel Bach e Mamoudou Gazibo (2012) trazem uma obra que coloca em perspectiva mais abrangente o (neo)patrimonialismo no continente africano e também fora dele.

8 Trata-se de expressão utilizada no Camarões (Bayart 1991). Ainda que Bayart (1989: 1991) raramente utilize o termo neopatrimonialismo ou não o corrobore por inteiro, sua análise acerca das políticas do ventre mostra-se estreitamente relacionada à visão neopatrimonial do poder, na medida em que trata justamente da simbiose público-privado (Bach 2012).

reformas foram conduzidas com base na lógica neopatrimonial, ou seja, com base em aliados políticos (Hibou 1999). Médard (2007) alerta para o fato de que essas medidas trazem novos atores (privados, transnacionais) para o cenário africano, mas as regras do jogo permanecem as mesmas a despeito dos novos jogadores: o setor privado passa a submeter-se ao contexto da economia política africana, atuando de maneira estreita aos governantes, isto é, o mercado "politiza-se", aderindo às políticas do ventre como estratégia de sucesso.

As abordagens mencionadas acima mostram que público e privado nem sempre agem com base em lógicas opostas em África, como pressupõe o modelo observante. Agentes públicos podem atuar com base em lógicas privadas e o setor privado, por sua vez, é politicamente engajado como parte de sua estratégia de sobrevivência e sucesso. O continente, contudo, apresenta uma larga variedade de contextos governativos, pelo que a próxima seção deste trabalho ocupar-se-á em compreender como a relação entre público e privado manifesta-se no caso mais específico da relação entre as construtoras brasileiras e o governo de Angola.

3. As construtoras brasileiras no contexto da economia política de Angola

No contexto pós-independência, Angola pautou-se por um modelo de desenvolvimento socialista, com grande intervenção do Estado na economia, assim como fizeram inúmeros países africanos (Ferreira 1995). Na década de 1990, o país iniciou sua estratégia de reformas e privatizações para uma economia de mercado. Após o fim da guerra civil, em 2002, tal estratégia seria mais claramente articulada, tendo em vista a necessidade de atrair investimentos externos que financiassem a reconstrução do país (PPIAF & Banco Mundial 2005; Pushak & Foster 2011).

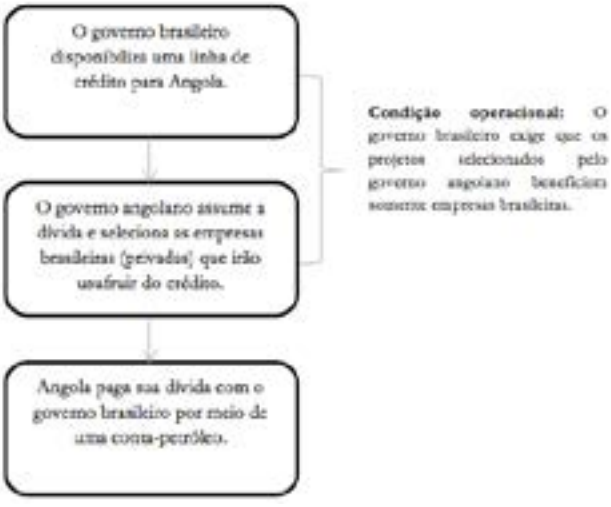
Contudo, apesar da estratégia de reformas e privatizações, o setor público angolano não sofrera uma retração (Ferreira 1995; Oliveira 2007). Isso porque as privatizações foram conduzidas com base na lógica neopatrimonial, isto é, pautadas em conexões políticas, com destaque para os militares, alocados em cargos de prestígio em empresas privatizadas (Aguilar 2003; Hodges 2007). Assim, o setor privado que atua no país, seja ele nacional ou estrangeiro, encontra-se intimamente ligado à elite governante e a seus objetivos de manutenção do poder (Hodges 2007). Desse modo, o partido governante, MPLA, adapta-se a diferentes modelos de economia política sem perder seu controle sobre a máquina estatal (Messiant 2007). Chabal (2007, p. 12) acrescenta que não é possível traçar uma "distinção significativa" entre o partido e o estado. Em concordância com o argumento de Médard (2007) acerca da relação entre neopatrimonialismo e reformas pró-mercado, pode-se dizer que novos atores (privados – nacionais ou transnacionais) entram para o jogo sem que as regras fundamentais do mesmo sejam alteradas.

A primeira empresa brasileira de construção a chegar em Angola foi a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), que realizou seu primeiro projeto no país, a hidrelétrica de Capanda, em 1984. Na ocasião, a construtora chegou no contexto da guerra civil angolana com o respaldo de um arranjo financeiro entre o então governo militar do Brasil e o governo de Angola, representado

pelo Movimento Popular para a Libertaão de Angola (MPLA) (Odebrecht, 2012a; Goldberg, 2005). A construção de Capanda durou quase duas décadas, sofrendo recorrentes interrupções devido ao contexto de guerra[9]. A região de obras era constantemente resguardada pelo exército do governo, ou do MPLA, devido a incursões da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) (Fellet 2012a)[10]. Representantes do governo comumente recordam a construção da hidrelétrica não só como o início de uma relação preferencial com a Odebrecht, mas também como um projeto estratégico na legitimação do partido no poder (Garcia et al 2013).

O contexto deste trabalho, entretanto, é mais recente, isto é, refere-se aos anos pós-guerra civil em Angola, período marcado por um ritmo acelerado na reconstrução do país e por políticas públicas de estímulo às infraestruturas. Nesse contexto, o governo brasileiro, sob a presidência de Lula, passou a ver em Angola um mercado estratégico para sua estratégia de internacionalização económica[11]. Nesse sentido, articularam-se os arranjos financeiros que, a partir de 2003, estimularam a atuação dessas empresas na reconstrução de Angola. Esses financiamentos, amparados sobre a lógica da Cooperação Sul-Sul[12], ocorrem no seguinte formato:

Figura 1: Financiamento para construtoras brasileiras em Angola.



Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES e do COFIG.

9 Informação concedida por um oficial das Forças Armadas de Angola à autora em setembro de 2013.

10 Durante os anos de guerra civil, há relatos de funcionários brasileiros da Odebrecht que optaram por juntar-se às forças do MPLA contra as incursões da Unita. Um desses funcionários, ao justificar o engajamento no conflito, afirmou: "Eu tinha de participar e participei. Eu segurei uma AK" (Saveia apud Fellet 2012).

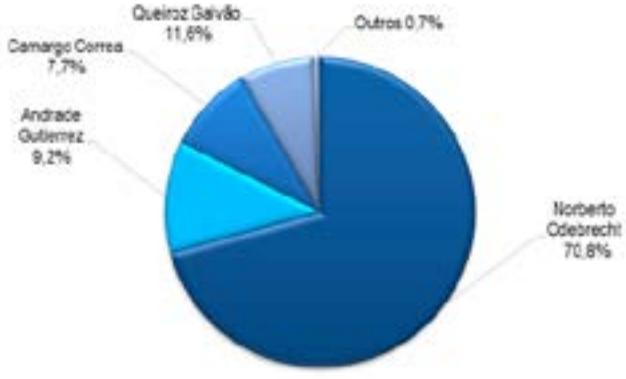
11 Durante o governo Lula, o Brasil adotou uma estratégia de internacionalização econômica calcada na expansão internacional de grandes grupos empresariais nacionais ("campeães nacionais, como ficaram conhecidos tais grupos) com o apoio financeiro do estado. Tal estratégia possuiu em Angola um mercado estratégico para as construtoras brasileiras e também para a exportação de manufaturados correlatos aos projetos executados por tais empresas em Angola (Gaio 2012).

12 A lógica da Cooperação Sul-Sul implica, em última instância, a não intervenção nos assuntos domésticos do receptor, o que se traduz na ausência de condicionalidades governativas ((Lengyel & Malacalza, 2011; Ayllón, 2009).

De maneira sintética, o papel do governo brasileiro consiste na abertura de linhas de crédito para a realização de projetos de infraestrutura selecionados pelo governo angolano. As empresas que comandam tais projetos devem ser brasileiras e utilizar insumos brasileiros nas obras, conforme exige o governo brasileiro (Souza 2010a; 2010b). As linhas de crédito oferecidas são renovadas constantemente, sempre nos termos acima, conforme o governo angolano salda sua dívida por meio do envio de petróleo para o Brasil (Monteiro 2007, p. 53-55). Angola constitui exceção na estratégia brasileira para a África: o mecanismo da "conta-petróleo" não tem manifestações semelhantes em outros financiamentos brasileiros (Monteiro 2007).

Desde 2003, o Brasil desembolsou cerca de US$ 5 bilhões no âmbito dos GSI's para Angola . O setor de construção absorveu, em média, 97% desse financiamento. O financiamento para a reconstrução de Angola é atípico na política externa brasileira não só pelo mecanismo da conta-petróleo, mas também porque o Executivo angolano faz questão de ser ele o responsável pela escolha e distribuição de recursos entre as empresas envolvidas (Souza 2010b). E, de acordo com essa escolha, o montante fica assim distribuído entre as seguintes construtoras brasileiras:

Gráfico 1 – Absorção de financimento público por empresa



Fonte: Elaboração com base em dados disponibilizados pelo BNDES à autora.

O governo angolano possui, assim, total autonomia na gestão dos recursos oriundos do Brasil ao distribuí-los entre as empresas brasileiras. A CNO, que absorve grande parte desses recursos financeiros, possui em Angola o maior número de projetos em andamento no exterior e constitui o maior empregador privado do país (Uchoa 2010). A construtora emprega cerca de 20.000 funcionários, dos quais aproximadamente 95% são angolanos (Odebrecht, 2012a; Uchôa, 2010) . A CNO possui uma divisão para África, na qual a gestão dos projetos e lucros oriundos de Angola não está incluída. O mercado angolano é incluído na divisão para América Latina, mais lucrativa, que recebe o nome oficial de "Odebrecht América Latina e Angola" (Fellet 2012a). A construtora executa atualmente cerca de 45 projetos de caráter variado no país, abarcando obras públicas de infraestrutura (hidrelétricas, saneamento básico, distribuição energética, etc), condomínios de luxo, habitações populares, entre outros (Odebrecht 2012b).

A Odebrecht (assim como as demais empresas) está livre para selecionar os fornecedores que utilizarão nos projetos executados em Angola, desde que sejam brasileiros. Isso porque os projetos são de grande porte e demandam a importação de diversos insumos. Assim, elas repassam para diversas empresas do setor privado brasileiro a fatia do crédito que lhes foi conferida pelo presidente de Angola. Daí a nomenclatura de tais empresas como "âncoras" em Angola, pois asseguram a chance da entrada de produtos brasileiro nesse país (Sebrae 2006; Leo 2009). Trata-se de uma delegação de autoridade política a restritos agentes do setor privado, selecionados pelo governo de Angola (Gaio 2012).

Certamente, entretanto, a atuação da Odebrecht em Angola não depende estritamente dos financiamentos abertos pelo governo brasileiro, ainda que os mesmos sejam um estímulo importante. Um representante da administração dos projetos da empresa em Angola afirmou que "o governo cria as condições" para a expansão e sucesso da empresa no país . O governo ao qual ele se referia, no entanto, não era o brasileiro, mas sim o angolano. A afirmação do referido representante é corroborada pela diplomacia brasileira que reconhece que, a despeito de qualquer esforço para entrar no mercado angolano, o apoio e confiança do governo local é fundamental (Jorge 2011). Como explicado antes, a CNO já cimenta um relacionamento de parceria e confiança mútua para com o partido governante há algum tempo, mesmo no contexto em que o comando do mesmo sobre Angola encontrava-se comprometido por uma severa guerra civil contra a UNITA, na qual a empresa optou por lutar ao lado do MPLA. A filiação ou fidelidade ao partido governante são fundamentais para o crescimento da empresa no país (Fellet 2012a: 2012b). Anualmente, o presidente da construtora, Emílio Odebrecht, se reúne com o presidente de Angola em Luanda para prestar contas e articular novos projetos (Ibidem).

Um fruto da fidelização da empresa ao partido governante consiste na gestão do projeto de urbanização de Luanda Sul, recuperado após o fim da guerra civil e considerado hoje o maior plano de urbanização no país pela Agência Nacional do Investimento Privado (Anip). O projeto foi viabilizado com base em uma parceria público-privada possibilitada pelo autofinanciamento. Assim, lotes de terra foram delegados à administração privada , mas sem que o governo abrisse mão da propriedade estatal (República de Angola S/D; Angonoticias 2007). Para tal, o estado angolano selecionou um agente privado à frente da administração do Programa de Autofinanciamento de Luanda Sul para mediar a relação entre o setor privado e o estado. O agente escolhido foi a CNO, encarregada de assegurar a sustentabilidade da parceria com o governo para o sucesso do projeto (Angonoticias 2007). A região é marcada, sobretudo, por condomínios de luxos, com a venda dos quais se pretende alimentar a continuidade do programa.

Ainda no âmbito de Luanda Sul, a CNO também está envolvida na região conhecida como Futungo de Belas , cujo projeto de revitalização iniciou-se em 2011 e irá perdurar por cerca de dez anos. A região pretende abrigar o complexo presidencial e já abriga as principais sedes das empresas privadas do país, incluindo a CNO. A construtora empreendeu o centro empresarial de luxo Belas Business, que sedia inúmeras empresas brasileiras e de outros países, assim como o único centro comercial do país, o Belas Business (Odebrecht 2012). A parceria entre o estado e a Odebrecht para a urbanização de Luanda Sul levou à criação institucional da Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDURB), uma

empresa de capital misto, parte do estado e parte da CNO. O governo angolano espera reproduzir, por meio da EDURB, o projeto de Luanda Sul em outras regiões do país (Angonoticias 2007).

A Odebrecht possui, ainda, outras joint-ventures com o governo de Angola no setor extrativo de diamantes, cuja exploração é controlada pelo Estado. A construtora brasileira atua na extração de diamantes por meio da Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) e da Sociedade Mineira de Catoca, ambas frutos de parcerias com a estatal Endiama (Empresa Nacional de Prospecção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola) (Marques 2006). A construtora brasileira possui também uma parceria com o estado na área de biocombustíveis, por meio da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom), fruto de uma joint-venture com a Sonangol e com uma empresa privada controlada por membros do governo angolano, a Damer (Odebrecht 2011). Além disso, a empresa tem outra joint-venture com a Sonangol no setor petrolífero do país (Lima 2009). A CNO encontra-se, assim, intrinsecamente envolvida em setores cruciais para o governo de Angola, sendo, muitas vezes, considerada uma empresa nacional .

Finalmente, a empresa é membro do Conselho Fiscal da Fundação Eduardo dos Santos (Fesa), juntamente a outras poucas empresas privadas (Fellet 2012b). A Fesa foi criada na década de 1990 pelo presidente angolano como uma instituição filantrópica, que se propunha a articular uma parceria com a sociedade civil de Angola. Entretanto, Messiant (2001) afirma que essa instituição tem funcionado como uma plataforma de controle dessa sociedade e como uma das principais vertentes clientelistas no país, sendo mais um instrumento na luta pela manutenção do status quo. Por meio de sua atuação na Fesa, a CNO consegue contratos para obras estratégicas para o presidente de Angola sob a égide de que tais projetos estariam correlacionados à filantropia ou algo do gênero (Fellet 2012b).

4. Conclusão: "tendência de infiltração mútua entre público e privado"

Este trabalho buscou averiguar a relação entre público e privado no caso da atuação das construtoras brasileiras em Angola. A pesquisa buscou estudar os papeis das empresas e do governo de Angola em tal relação, bem como os interesses de cada um. O estudo propôs, para tal, uma articulação entre a EPI e conceitos como neopatrimonialismo e políticas do ventre, que buscam contextualizar a governação em África.

Primeiramente, verificou-se que a CNO possui um relacionamento muito estreito com o partido governante em Angola, iniciado ainda nos anos de guerra civil e que vai além do engajamento do governo brasileiro. Assim, o principal canal de articulação da empresa em Angola é o próprio governo angolano, deixando ao Brasil um papel relativamente marginal nesta equação (Garcia et al 2012). Observou-se também que a construtora possui uma atuação muito diversificada no país, além do setor da construção civil. Assim, as parcerias articuladas com o governo desempenham um papel fundamental para o crescimento da empresa no país (Fellet 2012a: 2012b), que hoje atua de maneira articulada ao estado em setores estratégicos como diamantes e combustíveis.

Em contrapartida, o governo angolano tem na Odebrecht um aliado de sua confiança na reconstrução das infraestruturas do país.

A importância da fidelização da Odebrecht ao MPLA mesmo em tempos de guerra civil é melhor apreendida se levarmos em consideração a lógica neopatrimonial, contextualizada num estado pós-colonial marcado pelas políticas do ventre. Pela lógica do neopatrimonialismo, temos que as esferas pública e privada apresentam-se mescladas entre si (Médard 2007). No contexto das políticas do ventre, temos que essa aparente confusão entre as referidas esferas obedece à lógica da luta pela manutenção do poder por parte da elite governante, que distribuirá recursos materiais e imateriais entre seus aliados de modo a reificar fidelizações e suportes ao status quo. A centralidade do Executivo angolano em todo esse processo, especialmente no que se refere à distribuição das verbas oriundas do Brasil de maneira claramente a privilegiar a CNO remete-nos à imagem do big man (Bayart 1989), responsável por gerenciar recursos entre seus aliados de modo a assegurar seu apoio.

Assim, a CNO engajou-se desde o início de sua atuação no país no jogo político do mesmo e colhe os frutos de seu relacionamento preferencial com o MPLA desde então, especialmente no contexto de necessidade de reconstrução nacional. Num cenário de reformas de incentivo ao investimento privado, o partido governante adapta-se de modo a não perder o controle sobre o país (Hodges 2007). Isto é, o governo preocupa-se em delegar autoridade política aqueles atores privados que lhe são fiéis aliados. Isso nos leva, então, ao caráter político que o mercado adquire em África e, especificamente, em Angola. Desafia-se, assim, a noção predominante do mercado como apolítico, meramente conduzido com base na alocação racional de recursos e nas leis da oferta e da demanda. O engajamento político da CNO em Angola é deliberado, fazendo parte das estratégias da empresa como tática de sobrevivência e sucesso no mercado angolano.

Esta pesquisa obteve como principal foco o modo pelo qual a relação entre público e privado manifesta-se no caso das construtoras brasileiras atuantes em Angola, observando que o contexto local de políticas do ventre e neopatrimonialismo são determinantes nessa relação. No entanto, futuras pesquisas podem ir além deste tópico e abordar também os impactos que a simbiose entre público e privado podem exercer sobre a eficácia das políticas públicas produzidas pelo estado angolano. Trata-se de avaliar para o presente caso a aplicabilidade do chamado neopatrimonialismo desenvolvimentista (Bach 2012; Kelsall 2011).

Referências bibliográficas:

AfDB (2005). *Results-based country strategy paper: 2005-2007*. Disponível em: http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/ADB-BD-WP-2005-73-EN-ANGOLA-RBCSP-2005-2007-FINAL.PDF. Acesso em: 28 abr. 2012

Angonoticias (2007). Luanda Sul, um projeto inovador. *Angonoticias*, 9 de setembro. Disponível em: http://www.angonoticias.com/Artigos/item/15227. Acesso em: 25 maio 2012.

Ayllón, Bruno (2009). *Cooperación sur-sur: innovación y transformación em la cooperación internacional.* Disponível em: http://www.fundacioncarolina.es/es-EES/nombresproprios/Documents/NPBAyll% C3%B3n0912.pdf . Acesso em: 1 mar. 2012.

Bach, Daniel; Gazibo, Mamoudou (Eds.) (2012). *Neopatrimonialism in Africa and beyond*. Oxon: Routledge.

Bach, Daniel. (2012). Neopatrimonial and developmental – the merging states syndrome. In: Bach, Daniel; Gazibo, Mamoudou (Eds.) (2012). *Neopatrimonialism in Africa and beyond.* Oxon: Routledge, pp. 221-224.

Bayart, J. F. (2009). *The state in Africa: the politics of the belly.* Michigan: Polity.

____ (1991). The State. In: YOUNG, Tom (Ed.). *Readings in African politics*. Oxford: James Currey, pp. 40-44.

Borroul, S. (2009). Cenário em transformação. *Odebrecht Informa, nº 147*. Disponível em: http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02101-02200/2185/. Acesso em: 20 maio 2013.

Brautigam, Deborah (2011). *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Bruhns, Hinnerk (2012). O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. *Revista de Estudos Políticos*, 4(1): 61-77.

Bruning, F. (2011). Angola já atraiu 200 empresas brasileiras. *Folha de São Paulo,* 13 junho 2011.

Chabal, Patrick (2007). E Pluribus Unum: transitions in Angola. In: Chabal, P. ; Vidal N. *Angola: the weight of history.* Londres: Hurst & Company, pp. 1-18.

Cohen, Benjamin (2008). *International political economy: an intellectual history*. Princeton: Princeton University Press.

Fellet, João (2012a). Laços com presidente e obra durante a guerra marcam atuação da Odebrecht em Angola. *BBC Brasil,* 18 set. 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_sub1_jf_ac.shtml Acesso em: 04 out. 2013.

____ (2012b). Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue império em Angola. *BBC Brasil*, 18 set. 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_abre_jf_ac.shtml. Acesso em: 5 out. 2013.

Ferreira, M. F. (1995). La reconversion Économique de la nomenklatura pétrolière. *Politique Africaine,* nº. 57: 13-25.

Gaio, Gabrieli (2012). Você imaginou. Nós construímos. Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infraestrutura angolana. *Observador On-line,* 7(8): 1-55.

Garcia, Ana et al. (2013). *A história contada pela caça ou pelo caçador:*

perspectivas sobre o Brasil em Angola e em Moçambique. Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf. Acesso em: 4 set 2013.

Gilpin, Robert (2001). *Global Political Economy: understanding the international economic order.* Nova Jersey: Princeton University Press.

Goldberg, Simone (2005). Uma história de compromisso de uma empresa com um país. *Odebrecht Informa.* S/L, n° 18, maio/jun., 2005. Disponível em: http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00301-00400/381/. Acesso em: 2 maio 2012.

Graça, Pedro Borges (2005). *A construção da nação em África: ambivalência cultural em Moçambique.* Coimbra: Editora Almedina.

Habermas, Jürgen (1962). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: MIT Press, Paperback ed. (1991).

Hibou, Béatrice (1999). The social capital of the State as na agente of deception or the ruses of economic intelligence. In: BAYART, Jean-François; ELLIS, Stephen; HIBOU, Bétarice. The criminalization of the state in Africa. Oxford: James Currey, pp. 69-113.

Hodges, T. (2007). The economic foundations of the neopatrimonial state. In: Chabal, P. ; Vidal N. *Angola: the weight of history.* Londres: Hurst & Company, pp. 175-199.

IPEA; Banco Mundial (2011). Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o desenvolvimento. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final-PORT.pdf. Acesso em: 2 maio 2012.

Jenkins, P. et al. (2002). City profile: Luanda. *Cities*, vol. 19, nº2, pp. 139-150

Jorge, Nedilson (2011). Comércio e investimentos. In: *Seminário África na agenda econômica do Brasil*. Rio de Janeiro.

Kelsall, Tim (2011). Developmental patrimonialism? Rethinking business and politics in Africa. *Africa power and politics, Policy Brief 02.* Disponível em: http://www.institutions-africa.org/filestream/20110610-appp-policy-brief-02-development-patrimonialism-by-tim-kelsall-june-2011. Acesso em: 5 out. 2013.

Keohane, Robert; Nye, Joseph. (1989). *Power and Interdependence*. S/L: Longman.

Lemgruber, Silvia (2010). A política africana do Brasil, a cooperação sul-sul e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Observador on-line*, 5(8): 1-13.

LENGYEL, Miguel; MALACALZA, Bernabé (2011). *De que hablamos cuando hablamos de Coperación Sur-Sur? La construcción del concepto desde bases empíricas*. In: IPSA-ECPR Joint Conference, São Paulo.

Leo, Sergio (2009). Exportação de serviços puxa venda de bens. *Valor Econômico*. Brasília, 28 set. 2009. Disponível em: http://www.valor.com.br/arquivo/785393/exportacao-de-servicos-puxa-venda-de-bens. Acesso em: 25 abr. 2012.

Lima, Kelly (2009). Odebrecht descobre petróleo em Angola. *O Estado de S. Paulo,* 16 jul. 2009. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,odebrecht-descobre-petroleo-em-angola,403373,0.htm. Acesso em: 3 set. 2013.

Marques, Rafael (2006). *Operação Kissonde: os diamantes da miséria e da humilhação*. Disponível em: http://www.rapaportfairtrade.com/RapFT-Li-

brary/Research-Reports/RSR/Marques---Os-diamantes-da-humilhacao-e-da-miseria.pdf. Acesso em: 4 set. 2012.

Médard, J. F. (1979). L'État sous-développé au Cameroun. *Anné Africaine* 1977, pp. 35-84.

___. (1983). La spécificité des pouvoirs africains. *Pouvoirs*, 25 (Abril): 5-22.

____. (1991). L'État néo-patrimonial en Afrique noire. In: MÉDARD, Jean-François (Ed). *États d'Afrique noire: formation, mécanismes et crise.* Paris: Karthala, pp. 338.

____. (2007). Nouveaux Acteurs Sociaux, Permanence et Renouvellement du Clientélisme Politique en Afrique Sub-saharienne. *Cadernos de Estudos Africanos,* 13(14): 11-26.

Messiant, Christine. (2007). The mutation of hegemonic domination: multiparty politics without democracy. In: Chabal, P. ; Vidal N. *Angola: the weight of history.* Londres: Hurst & Company, pp. 93-123.

____ (2001). The Eduardo dos Santos Foundation: or, how Angola's regime is taking over civil society. *African Affairs,* 100: 287-309.

Monteiro, Lúcia (2007). *Memorando de entendimentos Brasil-Angola. Federação das Câmaras de Comércio Exterior: Seminário bilateral de comércio exterior e investimentos Brasil-Angola.* Rio de Janeiro

Odebrecht (2012a). *Projetos Angola.* Disponível em: http://www.odebrecht-ec.com.br/projetos/pais/angola#descri-o. Acesso em: 2 maio 2012.

Odebrecht. (2012b). *Odebrecht 2012: relatório de atividades.* Disponível em: http://www.odebrecht.com.br/publicacoes/relatorios-anuais. Acesso em: 25 maio 2013.

Odebrecht (2011). *A bioenergeia está chegando a Angola.* Disponível em: http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes-265. Acesso em: 5 out. 2013.

Oliveira, R. S. (2007). Business Success, Angola-Style: Postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. *Journal of Modern African Studies,* 45(4): 595-619.

Polanyi, Karl. (1944). *The great transformation: the political and economic origins of our time.* Boston: Beacon Press, 2ª ed (2001).

Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF); Banco Mundial (2005). Private solutions for infrastructure in Angola. *The International Bank for Reconstruction and Development*. Disponível em: http://www.ppiaf.org/ppiaf/sites/ppiaf.org/files/publication/Angola-CFR.pdf. Acesso em: 30 abr. 2012.

Pushak, Nataliya; Foster, Vivien. (2011). *As infraestruturas em Angola: uma perspectiva continental*. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/AICD-Angola_Country_Report_Pr.pdf. Acesso em: 4 maio 2011.

República de Angola. S/D. *Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda Habitat II em Angola* (Istambul +5). Ministério de Obras Públicas e Urbanismo. Disponível em: http://ww2.unhabitat.org/istanbul+5/Angola2.pdf. Acesso em: 20 maio 2013.

República Federativa do Brasil. (2010a). *Balanço de política externa 2003-2010: relações com a África – comércio e investimentos*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/bal-

anco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.3-africa-comercio-e-investimentos/view. Acesso em: 6 out. 2011.

____. (2010b). *Balanço de política externa 2003-2010: relações com a África – infraestrutura.* Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.13-africa-infraestrutura/view. Acesso em: 6 out. 2011.

Ribeiro, Cláudio Oliveira (2009). A política africana do governo Lula (2003-2006). *Tempo Social,* 21(2): 189-209.

Rodrigues, C. U. (2009). Angolan cities: urban (re)segregation?. In: Locatelli, F.; Nugent, P. *African Cities: competing claims or urban spaces?* Leiden: Brill, pp. 37-54.

Saveia, J. M. apud Fellet, João. (2012). Laços com presidente e obra durante a guerra marcam atuação da Odebrecht em Angola. *BBC Brasil,* 18 set. 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_sub1_jf_ac.shtml Acesso em: 04 out. 2013.

SEBRAE (2006). *Internacionalização das micro e pequenas empresas: oportunidades sugeridas pela experiência internacional.* Disponível em: http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/50a0e17a7c6facd603256e680069349b/eff1f117f3d42c9183257546007523bf/$FILE/NT0003DBDE.pdf. Acesso em: 6 maio 2012.

SILVEIRA, Virgínia (2011). Região é prioritária para construtoras brasileiras. *Valor Econômico.* São José dos Campos, 21 nov. 2011.

Sombra Saraiva, José Flávio. (2012). *África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço.

SOUZA, Carlos Frederico Braz de (2010a). É muito interessante presenciar a reconstrução angolana. Federação das Câmaras de Comércio Exterior: *Seminário bilateral de comércio exterior e investimentos Brasil-Angola.* Rio de Janeiro, 2010a, p. 34.

____. (2010b). A balança comercial Brasil/Angola: oportunidades de negócios e investimentos. In: *Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-Angola*, Rio de Janeiro.

STRANGE, Susan (1976). The study of transnational relations. *International Affairs*, 52(3): 333-345.

____. (1988) *States and markets: an introduction to international political economy*. Nova Iorque: Basil Blackwell.

____. (1992) States, firms and diplomacy. *International Affairs*, 68(1): 1-15.

____. (1995) Political economy and international relations. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Eds.). *International relations theory today.* Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, pp. 154-174.

____. (1996) *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tangri, Roger. (1999). *The politics of patronage in Africa: parastatals, privatization and private enterprise.* Oxford: James Currey.

Taylor, Ian. (2006). China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*, 85(2): 937-959

___. (2009). *China's new role in Africa.* Colorado: Lynne Rienner.

Taylor, Ian. (2012). *China's relations with Africa and the American context.* Disponível em: http://www.e-ir.info/2012/01/18/chinas-relations-with-africa-

and-the-american-context/. Acesso em: 12 dez. 2012

Tomás, A. (2012). *Refracted governmentality: space, politics and social structure in contemporary Luanda*. Universidade de Columbia: tese de doutoramento.

Uchoa, Pablo (2010). Em Angola, Brasil mostra lado 'agressivo' de presença na África. *BBC Brasil.* Brasília, 8 set. 2010. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100908_eleicoes_angola_pu.shtml. Acesso em: 6 out. 2011.

UNCTAD. (2010). South-South Cooperation: Africa and the new forms of development partnerships. *Economic Development in Africa*, Report 2010.

Underhill, Geoffrey (2000). State, market and global political eocnomy: genealogy of an (inter-?) discipline. *International Affairs*, 76(4): 805-824.

____ (2001). *States, markets and governance: private interests, the public good and the democratic process.* In: Universiteit van Amsterdam, Amsterdam.

____ (2003). States, markets and governance for emerging market economies: private interests, the public good and the legitimacy of the development process. *International Affairs*, 79(4): 663-689.

Weber, Max (1920). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* V. 2. São Paulo: UnB (2004).

Contributo para o estudo sobre o trabalho de algumas ONGD nacionais em Moçambique

Giulia Mauri

Este trabalho é um apêndice da minha tese de mestrado em Estudos Africanos. A pesquisa concentrou-se no território de Maputo, Moçambique, onde foram entrevistadas seis ONGD (Organizações não Governamentais do Desenvolvimento). Neste contexto enfrentarei principalmente a parte que concerne as entrevistas com as ONGD nacionais e as relações com o governo moçambicano, pensando que este argumentos possa ser o mais interessante e original.

ONGD em Moçambique

Considerando os dados do INE 2006 as associações não governamentais em Moçambique eram mais de 4000. Além do número é interessante ver como ao longo dos anos a percentagem de ONGD aumentou ou diminui de acordo com contexto politico.

Tabela n°1: As organizações não governamentais em Moçambique

Tabela n°1, Fonte: INE Moçambique 2006:98.

O gráfico monstra como antes da independência de Moçambique, a percentagem das ONGD era superior ao período 1975-1983. Isto porque com a independência, a FRELIMO o partido que subiu ao poder, conduziu uma política de cunho socialista, que implicou a nacionalização das estruturas privadas e portanto pouca abertura para organizações como as ONGD. Daí que a percentagem de ONGD no país depois da independência fosse só de 14%.

Posteriormente, a guerra civil entre a FRELIMO e RENAMO e a consequente crise económica, obrigaram o Estado, já a partir de meados dos anos de 1980, a permitir a entrada no território de ONGD estrangeiras, fontes de ajuda não indiferente. Desse modo, durante o período 1984-93 as ONGD aumentaram em Moçambique. A nível legislativos as ONGD nacionais ainda não estavam legitimadas a operar no território; mas a necessidade de uma ligação local para as ONGD estrangeiras e o nascimento da nova Constituição moçambicana em 1990, da qual iremos falar mais em frente, permitiram o reconhecimento oficial também das ONGD nacionais. Isso justifica o grande aumento das ONGD no território moçambicano depois de 1993, até chegar a um 40%, como é mostrado no gráfico. A este respeito podemos encontrar informação complementar em Oppenheimer (1994:177), que analisando o crescimento dos fluxos de assistência externa para Moçambique distingue três fases:

A primeira, de 1976-83, coincide com a experiencia não infletida de desenvolvimento socialista levada a cabo pelo país e caracterizado por uma ajuda bilateral de origem escandinava e holandesa. A segunda fase, 1984-86, coincide com uma abertura ao mundo ocidental, na parte bilateral e multilateral. Em fim a terceira fase, até 1991 é caracterizada por um programa de ajustamento estrutural negociado com o Banco Mundial (Oppenheimer 1994:177-78).

Como se pode ver, 1984 é o ano de mudança na política moçambicana (Dionísio 1998). Uma política que, destruída por uma guerra civil e por uma situação económica fraca (consequência da guerra), mudou de rota e optou para uma ideologia ocidentalista de base capitalista.

Foi esta nova abertura ao ocidente que abriu as portas às ONGD estrangeiras e que se ilustra no gráfico cima apresentado.

Percurso histórico das ONGD moçambicanas.

Para alguns, a ONGD que no período pós-independência primeiro se começou a destacar em Moçambique, foi a Cruz Vermelha, em 1981 (Ngomane 2002:17). A sua ação na altura foi muito dirigida ao socorro às vítimas de guerra. Posteriormente, chegaram outras ONGD estrangeiras como a World Vision e a Save The Children.

No final da década de 80 do século XX, a acção das ONGD estrangeiras era tão intensa que começaram a surgir pressões internas para que estas passassem a ter que trabalhar e/ou colaborar com ONGD locais a fim de que a partir do seu trabalho se pudesse vir a obter um resultado mais eficaz. Assim, nasceram as parcerias com organizações como a associação Mulher Moçambicana e a União Geral das Cooperativas, por exemplo.

O período de 1984 a 1996 foi o mais fértil no que concerne o surgimento do grande movimento das ONGD moçambicanas. Seguramente neste processo,

teve grande responsabilidade a aprovação da Constituição de 1990, que proclamou o multipartidarismo e sobretudo a liberdade de expressão e associação.

> «Isto representa um certo empoderamento dos cidadãos e maior oportunidade para a intervenção na tomada de decisões e exigência de accountability em relação aos governantes» (Francisco et al. 2007:48).

Na realidade, a primeira Constituição da República Popular de Moçambique, foi instituída em 1975. Esta constituição não falava de um governo livre, era baseada num partido único, a FRELIMO, e oficializava um poder absolutista.

Isto foi justificado com o argumento de que só um partido único era o garante de fidelidade e portanto de segurança da aplicação rigorosa do programa do governo (Chambule 2000:108). Foi como defender que um partido único pode manter o controlo e a tranquilidade de um País, mas também que o governo quer assumir integralmente a responsabilidade e o ónus da governação. Posteriormente, devido à abertura política e a um relaxamento na política interna, na luta entre a FRELIMO e RENAMO, sobreveio a Constituição de 1990. Esta Constituição, já reconhecia o multipartidarismo como base política da sociedade moçambicana, e definia que os órgãos representativos do Estado podiam ser escolhidos através eleições livres. Começou-se a falar de votação universal, direta, secreta e pessoal e assim, na prática foram lançadas as bases para a construção de uma democracia.

Pode pois dizer-se que a Constituição de 1990 rompeu com o panorama anterior e pôs termo a um regime político que, a partir de 25 de Julho de 1975, data da proclamação da Independência Nacional, se tinha inspiração no modelo soviético. Ainda por meio da leitura do articulado desta Constituição, se pode concluir que ela veio estabelecer as estruturas fundamentais da democracia,

da separação de poderes, da liberdade política em toda a sua profundidade e extensão, bem como numa consagração mais efetiva dos direitos fundamentais dos cidadãos (Chambule 2000:108). Em 2004, foi depois promulgada uma nova Constituição que, contudo, mantém esses mesmos princípios.

ONGD nacionais e o Estado

Apesar da lei 8/91 sobre a liberdade de associação existir apenas há pouco mais de 20 anos, a prática do associativismo é tão antiga em Moçambique como em qualquer outra parte do mundo. Seguindo a terminologia de Sousa Santos (1997) podemos definir a sociedade tradicional africana como uma sociedade providência, em que os grupos familiares se baseiam no parentesco e nas relações familiares para estabelecer, entre eles, relações de ajuda mútua, segundo uma lógica de reciprocidade. Ao longo dos tempos, estes agrupamentos conseguiram sobreviver adaptando-se às exigências de cada período histórico.

Durante o século XX, para enfrentar o colonialismo, os moçambicanos juntaram-se para salvaguardar a sua identidade cultural face à ingerência portuguesa. Após o período colonial, foram estabelecidas as Organizações Democráticas de Massas (ODM), utilizadas como instrumento para garantir uma sensibilização ativa da população para as tarefas da reconstrução nacion-

al. Mas entre a euforia geral, o governo centralizado e a defesa da pátria, as novas organizações nascidas fora do Partido Único não tinham uma longa vida. Contudo, tal não significa que não existissem, com efeito:

> «A lei sobre a liberdade de associação só foi votada em 1991; no entanto, cerca de 15% das OSC já tinham iniciado as suas atividades antes do reconhecimento desse direito. Com exceção das instituições originariamente criadas pelo Partido (OTM, OMM...) [...]» (Homerin 2005:22).

A situação mudou durante a década de 80 do século XX. Isto porque houve um período de recessão, causado por uma série de calamidades naturais e por uma guerra civil intensa. O governo moçambicano, para sair desta crise, não encontrou outra solução senão aderir ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1984. É nesta altura que em Moçambique começaram a aparecer as primeiras Organizações Não Governamentais internacionais. Posteriormente, o pluralismo determinado pela Constituição de 1990, oficializou as ONGD locais.

Houve Associações, como foi visto no terreno, que iniciaram a sua atividade não oficialmente em 1986. Após a independência, como foi explicado durante a entrevista, tudo o que era individual tornou-se a favor do coletivo. Os jovens, que formaram estas organizações, eram estudantes com uma experiência anterior de associativismo, activismo e luta, porque participaram na libertação do próprio país.

Em 1975, com a libertação do Estado da opressão colonial, estes estudantes foram chamados, considerando a sua própria experiência, a gerir os trabalhos que antes eram ocupados pelos portugueses. Desde 1975, houve o fenómeno dos retornados, onde, com a independência, muitos portugueses que viviam no território moçambicano voltaram para a metrópole. Mas na década 80 do século XX, as situações mudaram e assim essas associações começaram a estabelecer as primeiras pedras na fundação do que viriam a ser posteriormente algumas ONGD.

Não havendo possibilidade de se constituírem como ONGD privada até 1992, estas associações trabalharam com base em encontros informais entre amigos nos quais se tentava organizar planos para desenvolver o território.

Uma ONGD nacional entrevistada, por exemplo, nasceu em 1989, como organização regional feminista que operava nos sete países da África Austral. Esta ONGD de Moçambique tinha uma ligação muito estreita com o ensino superior, constituindo de facto um departamento na Universidade Eduardo Mondlane. A estratégia adotada serviu para reduzir os constrangimentos na atuação da organização, porque, como referido anteriormente, naquela altura o contexto político era baseado num sistema monopartidário. Portanto, apenas durante o início da década de 2000, devido a uma mudança nos objectivos dos doadores, esta ONGD regional se dividiu, e no que se refere ao núcleo de Moçambique, tornou-se independente da Universidade Mondlane adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial. Depois do registo como associação, de acordo com a legislação moçambicana, constituiu os seus órgãos sociais em Abril de 2003.

Para Tinie van Eys (2002:147), foram quatro os fatores que contribuíram para o surgimento das ONGD nacionais em Moçambique:

- O Estado mostrou cada vez mais a sua incapacidade de promover e organizar o desenvolvi- mento como ator único;
- Sob a forte pressão dos doadores e já na onda das políticas neoliberais, o governo viu-se obrigado a criar abertura e espaço para a existência de organizações moçambicanas privadas que pudessem intervir no desenvolvimento económico-social do país;
- Os doadores, tanto as agências multilaterais como as bilaterais, como as ONGD internacio- nais, tendem a transferir o foco da sua ajuda das instituições estatais para o sector civil;
- A existência de um grupo de cidadãos moçambicanos com vontade e disponibilidade para se aventurar na criação de uma ONGD nacional.

Todos estes fatores permitiram portanto o nascimento e a oficialização das ONGD nacionais. As ONGD moçambicanas têm o estatuto legal de associação. A lei, aprovada em 1991, utiliza o termo "associação" como forma única para os cidadãos exercerem o direito a livre associação previsto na Constituição da República. Esta lei coloca na mesma posição as ONGD, os clubes desportivos e, por exemplo, os grupos de ajuda mútua das aldeias, não fazendo distinção entre Organizações Não Governamentais e organizações formadas por funcionários.

Com efeito, na Constituição de 1990, o artigo 52.o, sobre a liberdade de associação, diz:

> 1. Os cidadãos gozam da liberdade de associação.
> 2. As organizações sociais e as associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei.
> 3. São proibidas as associações armadas de tipo militar ou paramilitar e as que promovam a violência, o racismo, a xenofobia ou que prossigam fins contrários à lei.

Como se pode ver não é especificada ou oficializada a natureza das ONGD enquanto actores nacionais. Contudo, a lei no 8/91 sobre a liberdade de associação continua a ser atualmente a única base legal que permite a formalização de todas as formas de organização não estatal (excepto as fundações). Esse texto não distingue entre ONGD, organizações comunitárias de base, sindicatos, congregações religiosas ou associações que desenvolvam projetos de carácter económico (Homerin 2005:26).

Como pudemos saber aquando da realização das entrevistas no terreno, existem ainda outras questões a explorar. Não sendo especificada a natureza das ONGD e distinguida essa sua natureza, das associações privadas de outra base, acaba-se por um lado por não se dar a real importância ao trabalho de desenvolvimento que estas realizam. É dito que cada cidadão pode participar e fundar uma organização. Mas, como foi notado em 2008 pelo Centro de Integridade Publica (CIP), através de um contributo para a melhoria do quadro legal anti-corrupção em Moçambique:

> Não existe em Moçambique Lei específica que regula o conflito de interesses. A legislação contém, de forma dispersa, aspectos ligados a esta matéria, estabelecendo

impedimentos para o envolvimento de altos funcionários do Estado em actividades remuneradas dentro das suas áreas de responsabilidade (Fael et altri 2008: 12).

Existem Organizações Não Governamentais locais que são formadas por funcionários estatais e que portanto não respeitam um princípio ético de transparência mas são influenciadas directamente pelo governo. Tal foi confirmado durante as entrevistas na pesquisa de campo pelas duas ONGD locais. Como refere Homerin:

> «Como em muitos outros países, Moçambique não escapa ao processo que consiste para os responsáveis e/ou a elite política, em apoiar diretamente, ou pelas vias mais dissimuladas, o nascimento de algumas ONGD» (Homerin 2005:54).

Esta prática, segundo aquele autor, responde a dois objetivos: o primeiro é o de se instalar no terreno da ajuda ao desenvolvimento, estando sempre em primeira linha e tendo uma espécie de colete de salvação caso cesse a função pública do funcionário em questão. O segundo objectivo, por sua vez, é o de estar presente nos debates conceptuais, ideológicos e metodológicos que atravessam as ONGD, a fim não só de dominar o que acontece, mas também para daí retirar conhecimentos e experiência úteis para a função pública que exercem (Homerin 2005:55).

O problema é que a nível legislativo não existe uma infração do código e parece que o princípio do conflito de interesses não seja um assunto abordado pela legislação moçambicana. Isto significa que a nível oficial, esta conduta não é punível por lei.

Esta discussão necessitaria de um aprofundamento maior que arrastaria a discussão para outros assuntos que por si, dariam campo a outra dissertação (eventualmente até a mais do que uma).

O que aqui é importante é perceber o percurso oficial que uma ONGD tem de fazer para ser regularizada em Moçambique, e relativamente uma ONGD tem de apresentar:

- 10 Membros fundadores no mínimo
- Cópia dos seus documentos de identidade e do registo criminal
- Um exemplar dos estatutos
- Autenticação dos referidos documentos e reconhecimento das assinaturas em notário
- Pedido de expedição de um certificado negativo pelo Ministério da Justiça indicando que o nome escolhido para a associação ainda não está utilizado
- Apresentação dos documentos e do certificado negativo para autorização do Ministro (Homerin 2005:27).

O processo não é complicado, mas infelizmente muito lento devido entre outros fatores a dificuldades técnicas como por exemplo a falta, muitas vezes, de um sistema informatizado fiável. Não sendo uma situação fácil de ultrapassar, acontece que muitas ONGD acabam por trabalhar sem justificar a atividade. Isto porque, para que uma ONGD seja oficializada não é necessária a publicação de estatutos, e sendo que a publicação é muito cara, é difícil en-

contrar uma ONGD local que tenha um registo administrativo. Ademais, não existe nenhum dispositivo de acompanhamento da evolução de uma ONGD, sendo portanto difícil perceber quantas são atualmente as ONGD locais efetivamente ativas no território.

Superando a parte legislativa, é importante também abrir um pequeno parêntese sobre a relação existente entre o Governo e as ONGD. Acontece muitas vezes que as relações não são pacíficas e que o Estado tem a tendência a identificar as ONGD como portadoras de uma ideologia de oposição. Esta sensação foi muito clara durante a entrevista com a ONGD nacional que ocupa-se de problemas ligados aos direitos das mulheres. O Estado, em geral, se não é interpelado, não intervém nas situações e mantém uma certa distância das pesquisas das ONGD. Nos últimos anos, parece ser menos conservador, sobretudo nos temas dos direitos das mulheres (claramente importantes presentemente em termos de agenda política), mas em geral, a relação baseia-se numa indiferença geral.

Joanina Homerir (2005:45), tenta encontrar duas explicações para este facto. Segundo a autora, por um lado, existe uma vontade, na esfera do poder, de implementar uma política de difamação relativamente às ONGD que são suspeitas de por em causa uma posição governamental e, por outro lado, há uma reminiscência da concepção paternalista deixada pelo regime socialista, que reconhece de ter necessidades de parceiros mas unicamente se estes não puseram nada ou pouca coisa em causa.

Para alguns, existem efetivamente determinadas áreas que são de competência unicamente do Estado e portanto vêem o envolvimento das ONGD nestes assuntos como uma ingerência.

Quando se fala por exemplo de violência doméstica a relação com o Estado torna-se muito complicada pois que o próprio Estado a justifica como aspetos culturais tradicionais contra os quais não se pode andar (entrevista ONGD, organização regional feminista).

Em geral todavia a tendência das ONGD e Associações, no que respeita a esta matéria da violência doméstica em concreto, a atitude aquando da nossa entrevista, foi a de evitarem o assunto e contornar-lo, optando por falar dos seus outros projectos, dos resultados obtidos, ou na melhor das hipóteses tratando o assunto em maneira vaga e geral.

A natureza das ONGD locais moçambicanas

Tinie van Eys (2002), analisando as ONGD em Moçambique afirma que os fundadores das ONGD moçambicanas, pertencem geralmente à classe média da sociedade. São estudantes universitários, técnicos de vários ramos ou funcionários de instituições estatais, e concentram-se nas zonas urbanas onde o estilo de vida é geralmente melhor (Tinie van Eys 2002: 149). Efectivamente a primeira Organização Não Governamental que entrevistámos (ONG 1), enquadra-se nestas linhas gerais: foi formada principalmente por intelectuais que tinham estudado e lutado pela libertação do país, a sede da organização é em Maputo e, apesar de alguns projetos terem sido desenvolvidos fora da capital, a maioria desenvolveu-se em zonas centrais e mais urbanizadas.

A ONGD regional feminista, como vimos, apoiou-se na Universidade

Mondlane e os seus operadores eram professores universitários. Parece portanto que apenas uma parte da população iluminada e com maior liberdade no campo político, conseguiu durante o período de política absolutista manter uma certa liberdade de pensamento conseguindo construir ONGD não oficiais.

Analisando as ONGD moçambicanas, a primeira característica que parece evidente é a incapacidade de especificação das mesmas. (Van Eys 2002:150). Estas ONGD, desenvolvem uma variedade de atividades, não se encontrando concentradas simplesmente num só assunto. Após a guerra, como vimos, estas organizações envolveram-se na reabilitação das infraestruturas sociais para se concentrarem mais tarde, como já referimos, nos projetos de desenvolvimento em várias áreas, como o micro crédito, a alfabetização, a gestão dos recursos naturais, etc.

Parece ser difícil encontrar uma Organização Não Governamental que se ocupe prevalentemente de uma só actividade. Terá isto a ver, como refere Hamerin (2005:37), com o facto de:

> A estrutura financeira de uma grande maioria das ONGD não assenta numa base estável de fundos próprios ou de financiamentos regulares. Elas vivem na maioria das vezes dos fundos concedidos dos doadores para projetos específicos [...] as ONGD moçambicanas sofrem uma total dependência relativamente aos doadores. Essa situação induz alguns comportamentos comercias da parte de alguma ONGD.

A grande dependência e fragilidade financeira não favorecem uma especialização sectorial. Muitas vezes acontece que as ONGD procuram dinheiro para fazer sobreviver a organização em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Logo, para subsistir entre um projeto e outro, muitas ONGD adotam a solução de alargar o leque das suas atividades para garantirem o máximo de oportunidades de receber fundos.

O que é afirmado acima, não foi contudo evidente durante a pesquisa de campo. Com efeito, as organizações entrevistadas já referidas, tinham projetos específicos num determinado campo: uma no caso no desenvolvimento urbano, e outra, na defesa dos direitos das mulheres.

Mas é verdade que as ONGD dependem das doações e sendo que as doações são voluntárias, o jogo da solidariedade é facilmente intuitivo. Pensando num exemplo a uma pequena escala, o facto é que uma pessoa que tenha uma quantia de dinheiro para financiar uma boa obra, claramente dará a sua parte onde considerar que possam existir mais necessidades.

Por isso que o ex director da Oxfam declarou:

> «Call it the moral economy, if you like. There's a market for good works, and it's big business»[1] (Foroohar 2005).

Desta forma, quanto mais amplos os projetos, quer sejam eles mais necessários, ou em maior número, maior orçamento é possível angariar. Temos de ter ainda em conta, que as Organizações internacionais financiadoras de projetos são influenciadas pela opinião pública, e esta é composta por todas as pessoas que querem fazer uma boa obra a favor dos países em vias de desen-

1 Tradução: Chamem-lhe economia moral, se quiserem. Existe um mercado para as boas obras e este é um grande negócio

volvimento. Segundo Van Eys (2002:150):

> Os doadores dependem, por sua vez, do seu público que deve ser convencido da necessidade de continuar a disponibilizar, directamente ou através dos impostos, somas importantes para a ajuda ao desenvolvimento.

Por este motivo, durante a entrevista com a ex-directora de uma das ONGD nacional do nosso estudo, à pergunta sobre os financiamentos, a uma resposta inicialmente muito vaga é seguida uma explicação bastante simples:

> Existem diferentes fontes de orçamento para uma ONGD. O dinheiro pode chegar do Estado, através de órgãos internacionais como o Banco Mundial ou a União Europeia, secundariamente através doadores estrangeiros privados ou através de Estados doadores (Entrevista ONGD nacional).

No caso desta ONGD, os financiamentos maiores provieram de uma organização holandesa privada que, devido à notoriedade da associação e ao seu trabalho bem desenvolvido no território moçambicano, deu praticamente carta-branca à ONGD, permitindo-lhe desenvolver os seus projetos de modo independente.

No caso da outra ONGD (organização regional feminista), a relação com os financiadores parece ser mais complicada. Se num primeiro momento os financiamentos provinham de uma única organização internacional, a DANIDA[2], posteriormente a mudança de objetivos da última, constringiu a ONGD a desagregar-se de uma estrutura regional e a dividir-se pelos vários países nos quais operava e portanto também a encontrar novos financiadores. Como foi afirmado durante a entrevista isto não foi um facto totalmente negativo dado que manter uma relação de financiamento apenas com um financiador pode ser muito limitativo e eventualmente arriscado.

O relacionamento entre as ONGD e os doadores como já vimos, acaba por ser uma contratação contínua: por um lado as ONGD querem ter a sua independência e por outro os financiadores querem monitorar os orçamentos. Os financiamentos não cobrem totalmente a despesa de um projeto, sendo que a ONGD tem de financiar uma parte, no caso de uma das ONGD entrevistadas em Maputo, a percentagem é em torno dos 20% a 25% o que não deixa de ser substancial.

Durante a entrevista realizada, foi percebível que a reputação da ONGD lhe permitiu estar fora dos jogos dos financiamentos e portanto da publicidade e da vitimização das pessoas envolvidas nos projetos. Em geral, podemos dizer que quer seja com a ONGD feminista quer sejam algumas das outras ONGD entrevistadas, quando se fala da possibilidade de serem influenciadas pelos doadores, estas admitem que existe a possibilidade mas que (obviamente), isso nunca aconteceu na própria organização.

2 Danish International Development Agency. Uma ONGD que tem o papel de encontrar financiamento para outras ONGD que se ocupam principalmente de direitos humanos, democratização como por exemplo Medicos sem Fronteiras e Save the Children.

ONGD moçambicanas e a LINK

Outro especto importante a ter em conta quando se fala de uma ONGD nacional moçambicana é a tentativa por parte do Estado de criar uma rede de comunicação clara com as várias ONGD locais no território. Um dos fóruns mais famosos é a LINK (Fórum das ONGD do Moçambique) . Este fórum foi oficialmente constituído em 1993, a pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Conselho Norueguês para os Refugiados, com o objetivo principal de ser uma task force para consultas regionais sobre os refugiados e também para ser o ponto de encontro e referência das ONGD moçambicanas. Inicialmente, a maioria das ONGD que participaram na LINK eram maioritariamente estrangeiras, eram trinta e cinco (35) ONGD, contra a representação de apenas 7 locais.

Actualmente, a LINK congrega perto de 200 membros (Ngomane 2002), reagrupa 172 organizações nacionais e 51 internacionais, assim como uma dezena de observadores, tais como agências nacionais de desenvolvimento, ONGD internacionais ou agências da ONU (Homerin 2005:29).Os seus maiores desafios são hoje o combate pela erradicação da pobreza; a luta contra o VIH/SIDA; assegurar um melhor ambiente jurídico para a actividade das ONGD; a redução da vulnerabilidade dos moçambicanos face aos desastres naturais e a promoção de uma gestão comunitária e sustentável do ambiente.

Parece portanto que a existência deste fórum é um facto extremamente positivo, contudo, pelas entrevistas aplicadas às ONGD moçambicanas, ficámos com a ideia de que a perspetiva por parte delas parece ser diferente.

Uma das ONGD em concreto, não se referiu positivamente à LINK. Com efeito, nunca fez parte do fórum[3] e refere ainda que a LINK é uma plataforma utilizada oficialmente apenas para trocar informações, sendo na verdade facilmente controlável pelo governo e que, através do pretexto de transparência e abertura, quer passar informações ao Estado sobre os projetos e financiamentos das várias ONGD membros. A este propósito a ONG 1 refere:

> «Há uma coisa chamada LINK é uma grande confusão, não vale a pena.»

Analisemos então o artigo 8o dos Estatutos da LINK de 30 Abril de 1996:

> «Constituem deveres dos membros:
> a) Pagar a quota de membro até ao último dia de Março de cada ano;
> b) Exercer com dedicação os cargos dos órgãos para que forem eleitos;
> c) Observar o cumprimento dos Estatutos e das decisões dos órgãos da LINK;
> d) Fornecerinformaçõesgeraissobreplanos,atividades,orçamentosefinanciamentos,quando isso lhe for solicitado pelo Secretariado.»

Pode discutir-se a partir daqui a possibilidade do fórum LINK não ser suficientemente isento de modo a não permitir a ingerência do Estado.

Segundo Homerin (2005:29), globalmente estas redes são deficientes no seu papel de coordenadores de acções coletivas, ou de plataforma de circu-

3 Dominico Luizzi, director executivo da KULIMA afirmou que existiam quatro ONGD relutantes à noção de coordenação: Progresso, ADC, AMDU e MULEIDE. Ver: Bennet, J. (1995). Meeting needs. NGO coordination in practice. London: Earthscan Publications LTD.

lação de informação. Se por vezes as redes desempenham o papel de "negociadores" na procura de financiamentos em benefício de uma associação membro, as razões da escolha do projeto e/ou da ONGD que suporta este último podem permanecer indefinidas.

Mas a desconfiança das ONGD moçambicanas entrevistadas não se limita a este fórum. Com efeito, foi confirmado, por parte de algumas delas, um acontecimento que remonta a alguns anos atrás e que teve a ver com um programa para financiar várias ONGD moçambicanas. Consta que, na altura, se criaram algumas ONGD fictícias, onde nalgumas delas se envolveram indivíduos ligados ao Estado. Estes testemunhos, levam a sublinhar a importância da falta de uma lei de conflito de interesses.

Conclusões

Durante o trabalho de campo se constatou que as ONGD nacionais entrevistadas não foram muito disponíveis no tocante à cedência de informação sobre os doadores, os modos e as fórmulas de financiamento, foram contudo bastante abertas a falar do relacionamento com o governo.

Desta forma nos foi dado conhecer que os obstáculos que as ONGD encontram no estabelecimento de pontes com o governo, são de ordem prevalentemente burocrática.

A constituição moçambicana, como vimos, não reconhece as ONGD como sujeito jurídico, mas reconhece-as na categoria de associações, comparando-as assim com uma qualquer organização com fins de lucros. Isto é importante, também facilitador, mas significa também que não existe uma verdadeira legislação que possa proteger as ONGD das influências ou pressões externas.

Uma vez que em Moçambique não existe uma lei sobre os conflitos de interesses, pode acontecer que um funcionário público, que trabalhe no contexto público, como o governo por exemplo, possa trabalhar contemporaneamente no setor privado, como uma ONGD. Isso implica que os interesses governamentais vão misturar-se com os não lucrativos.

Bibliografia

Bennet, J. (1995). *Meeting needs. NGO coordination in practice.* London: Earthscan Publications LTD.

Chambule, A. (2000). *Organização administrativa de Moçambique.* Maputo: CIEDIMA.

Francisco, A. Et altri. (2008). *Índice da sociedade civil em Moçambique 2007.* FDC, Fundação para o desenvolvimento da comunidade: Maputo.

Homerin, J. (2005). *As organizações da sociedade civil em Moçambique: actores em movimento.* Maputo: Ambassade de France au Mozambique service de coopération et d'action culturelle.

Oppenheimer, J. & Carvalho, L. F. (1998). Desenvolvimento económico e democracia política no contexto do ajustamento estrutural em África. *Documento de trabalho n°48.* Lisboa: CESA.

Polman, L. (2009). *L'industria della solidarietà. Aiuti umanitari nelle zone di guerra.* Milano: Mondadori.

Santos, B. S. (1997). *Pela mão de Alice, o social e o politico na pós-modernidade.* Porto: Afrontamento.

Santos, S. B. & Trinidade, J. C. (2003). *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique.* Porto: afrontamento.

Artigos

Eys, T.V. (2002). Solidariedade com os pobres ou comercio no mercado do desenvolvimento ? As organizações não governamentais em Moçambique. *Lusotopie*, 145-159.

Ngomane, B. (2002). A realidade das organizações não governamentais moçambicanas. *Fórum DC, Desenvolvimento e Cooperação,* Outubro-Dezembro 2002, 17-19

Outras fontes

Bastos, F. L. (2007). *O direito internacional na constituição moçambicana de 2004*. Maputo. Texto apresentado para uma Conferencia na Universidade Eduardo Mondlane em 9 Outubro 2007.

Carta das ONGD europeias, princípios básicos do desenvolvimento da ajuda humanitária das ONGD da União Europeia.

CIP, Centro de integridade pública. (2008). *Legislação anti-corrupção em Moçambique.*

Constituição da Republica de 1990.

Constituição da Republica de 2004.

Estatuto da LINK de 30 Abril 1996.

Foroohar, R. (2005). Where the money is. *Newsweek Magazine*.

Link- Forum de ONGs, *Estatutos*. 1996 Maputo.

Tese de mestrado Dionísio, S. P.(1998). *O papel das organizações não governamental do desenvolvimento de Moçambique: estudo em províncias seleccionadas.* Lisboa: Universidade técnica de Lisboa.

Site Internet

http://www.ipad.mne.gov.pt/
http://www.plataformaongd.pt/ongd.aspx
http://unipd-centrodirittiumani.it/
http://www.un.org/
http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/CS-NTWKS/NGO-ART.HTM#Part1
http://www.ongitaliane.org/
http://memoria-africa.ua.pt/
http://www.cidac.pt/
www.ine.gov.mz
www.osservatorioanalitico.com/

O contributo do GEF-SGP para o Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde

Laura Visentin

O Programa GEF SGP (Global Environment Facility - Small Grants Programme) foi lançado em 1992, seguindo o princípio de que soluções ambientais mundiais geralmente possuem maior viabilidade se as comunidades locais estiverem ativamente envolvidas e os benefícios forem direcionados ao nível local.

O Programa das Pequenas Subvenções do GEF encontra-se operacional em Cabo Verde desde Agosto de 2009 e as primeiras subvenções iniciaram a partir de meados de Julho de 2010. Do ponto de vista ambiental, o arquipélago foi sempre afetado por pressões e destruição de determinados habitats e ecossistemas, e por práticas agrícolas insustentáveis.

Os projetos do GEF SGP tiveram um papel significativo na implementação das políticas ambientais, dos compromissos internacionais e das prioridades nacionais do país através da colaboração com as instituições locais.

O Global Environment Facility - Small Grants Programme é uma organização que desde 1992 oferece suporte técnico e financeiro para projetos locais que combinem objetivos de conservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida das populações. Seguindo o principio de "thinking globally acting locally", atualmente contribui ao desenvolvimento sustentável em 125 países, trabalhando diretamente com Organizações Comunitárias da Base, ONG's locais e Organizações da Sociedade Civil nas áreas da conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, protecção de águas internacionais, degradação de terras, e eliminação de poluentes orgânicos persistentes.

O Programa encontra-se operacional em Cabo Verde desde Agosto de 2009 e as primeiras subvenções iniciaram a partir de Julho de 2010.

O conceito de "desenvolvimento sustentável" começou a ter relevância no discurso das Instituições Internacionais a partir dos anos '70 quando os conceitos de "ambiente" e "desenvolvimento" vieram a ser considerados interdependentes em vez do que antitéticos. Antes desta data já existiam movimentos nos países ocidentais que levantavam preocupações sobre assuntos ligados a poluição do meio ambiente, o crescimento da população e o esgotamento dos recursos naturais, mas tiveram pouca repercussão nos países em via de desenvolvimento. Isto porque estes últimos tinham recém adquirido as suas independências ou estavam ainda em condições de instabilidade e consideravam a poluição industrial e a deterioração do ambiente como consequências diretas do desenvolvimento industrial, portanto eram sépticos em relação a assuntos que pudessem limitar o crescimento econômico do país.

Na década do '80 o debate sobre o desenvolvimento sustentável evoluiu de um plano teórico a um plano mais pratico e passou-se a discutir sobre a elaboração de políticas de integração das questões ambientais e desenvolvimento.

Em 1980 a International Union for the Conservation of Nature and Natural Resouce, a UNEP e o World Wildlife Found publicaram a World Conservation Strategy onde pela primeira vez o desenvolvimento é considerado como um meio muito importante para alcançar os objetivos da conservação do ambiente, em vez do que um limite. Além disso, a comunidade internacional começou a dar mais atenção aos países em via de desenvolvimento, sobretudo a conciliação do seu crescimento econômico com um ecossistema frágil como, por exemplo, aquele tropical (Elliott, 1994).

Foi em 1987 que foi elaborada a mais famosa e utilizada definição de desenvolvimento sustentável no relatório chamado "Our Common Future" da World Commission on Environnment and Development, conhecida também como Brundtland Commission. Nesse documento são enfrentados assuntos como o crescimento populacional e a segurança alimentar, o ecossistema e a biodiversidade, a questão energética e o problema dos recursos naturais limitados, o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. Considerando todos estes aspetos a Comissão define o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Em 1991 o Banco Mundial, o UNEP (United Nations Environment Programme), o UNDP (United Nation Development Programme) em parceria com Instituições Internacionais, Organizações da Sociedade Civil e do Setor Privado se empenharam na criação do Global Environment Facility, uma nova Instituição que tivesse a função de principal fonte de financiamento multilateral para as questões ambientais globais. O GEF recebeu o estatuto operacional em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), com 182 Governos membros.

A direção global do GEF foi estabelecida pela Assembleia dos países participantes que reúne a cada três anos. É dirigida por um Conselho formado por representantes dos trinta e dois países participantes, que reúne se duas vezes por ano, e por um Secretariado independente. A unidade do GEF é situada na sede da UNPD em Nova Iorque e gere todas as atividades do GEF, incluindo o SGP.

O SGP é parte integrante do GEF Corporate Business Plan e a sua criação foi aprovada pelo Conselho do GEF, implementado em nome do GEF

pelo UNDP e executado pelos Escritórios das Nações Unidas para Execução de Projetos (UNOPS). O Programa foi lançado seguindo o princípio de que soluções ambientais mundiais geralmente possuem maior viabilidade se as comunidades locais estiverem ativamente envolvidas e os benefícios forem direcionados ao nível local. Começou com apenas 22 países, com o apoio do Conselho do GEF e dos países beneficiários, expandindo-se para 126 países em 2011. Atualmente, financia mais de 13,500 projetos no mundo inteiro.

O SGP é um programa que opera a nível global há 20 anos. A sua fase piloto durou de 1992 até 1996 e, nessa altura, os programas do GEF foram implementados em 33 países. As estruturas de acolhimento foram localizadas nas instalações nacionais do UNPD ou em Organizações Não-governamentais Nacionais.

O limite máximo do montante das subvenções foi fixado em 50,000 $ (cinquenta mil Dólares americanos), montante que tem provado ser um teto adequado para financiamento de ONG e ACB (Associações Comunitárias de Base), com valores médios de subsídios de menos de 20,000USD.

A primeira fase operacional (OP1) foi lançada em 1º de Junho 1996 com um montante total disponível de 24 milhões de Dólares Americanos. O programa se expandiu de 33 países á 45 com mais de 800 novos projetos implementados. Na parte final da OP1, foi elaborado um documento sobre as Diretrizes Operacionais onde foram inseridas as "boas praticas", de modo a evitar problemas a nível financeiro, administrativo e mesmo operacional. Este documento representa as bases da implementação do programa.

Durante a segunda fase operacional (1999-2004) do SGP, o numero de países participantes chegou aos 63, aplicando abordagens mais focadas e estratégicas para aumentar o impacto e a sustentabilidade das suas intervenções. Essas abordagens foram conceituadas e implantadas através do Monitoramento Global estratégico e de avaliação, e os quadros de mobilização de recursos, os quais foram elaborados em consulta com National Coordinators e osComités Nacionais de Pilotagem.

Na fase operacional 3 (OP3, 2005-2007), em resposta à crescente demanda de ajuda por parte dos países em desenvolvimento o SGP expandiu-se até os 101 Estados.

Na fase operacional 4 (OP4, 2007-2011) chegou aos 126 Estados participantes e demonstrou a capacidade de alcançar as comunidades mais pobres que receberam o 72% dos projetos SGP. No total, 39% das subvenções foram dadas para as Associações Comunitárias de Base (comparado com o 27% iniciais), o 60% dos subsídios para ONG's e o restante para Organizações da Sociedade Civil.

Desde a sua criação, o SGP dobrou a sua dimensão e continua sendo um instrumento rentável enquanto luta pelos benefícios ambientais globais e locais. Os programas implementados continuaram transparentes e credíveis com mais de 14.000 projetos financiados e monitorados desde 1992. Até agora, o GEF SGP investiu 450 milhões de Dólares americanos em 14.500 projetos comunitários em 125 países diferentes. A comparticipação das Associações Comunitárias de Base nas contrapartidas chega a quase o mesmo montante (sgp.undp.org, 2013).

O SGP em Cabo verde

O GEF SGP iniciou os primeiros contatos com o PNUD Cabo Verde em 2006. Em meados de 2008, foi realizada uma missão de avaliação das capacidades do país para fins de implementação do programa. Os resultados positivos da missão, juntamente com um compromisso oficial do governo e o apoio do Representante Residente do PNUD, foram decisivos para a implementação do programa no país, que aconteceu em Agosto de 2009.

A maioria das intervenções do SGP no país tem sido, até agora, nas áreas focais da biodiversidade e das mudanças climáticas. Os investimentos GEF SGP têm-se traduzido na criação de pelo menos 210 postos de trabalho temporários em 2010, cerca de 84.000 USD diretamente para as comunidades locais do programa. O programa reforçou as capacidades de 99 Organizações da Sociedade Civil em 4 ilhas.

O programa contribuiu no reforço da Rede Nacional de Áreas Protegidas, apoiando iniciativas em seis das quarenta e sete Áreas Protegidas. Trinta e cinco hectares de terras foram alvo de gestão sustentável, dos quais quinze com reflorestação. Na área da biodiversidade, as ações comunitárias contribuíram na proteção de vinte espécies de importância mundial, dez das quais são endémicas, incluindo cinco espécies de tartarugas marinhas e cinco espécies de corais.

As subvenções do OP4 de Cabo Verde totalizaram 312.000 USD, dos quais $150.000 USD provieram dos fundos CORE e $162.000 USD dos fundos RAF. Foram disponibilizados $311.175 para 19 projectos, numa média de $16, 378 USD por projecto.

O GEF SGP conseguiu criar parcerias para o programa no país. Para o período OP4 o governo engajou 180,000 USD e no OP5, o engajamento foi aumentado para 600,000 USD. Os beneficiários do SGP também contribuíram para o aumento do co-financiamento ao programa. No OP4 o co-financiamento dos beneficiários do SGP e seus parceiros totalizaram um montante de 190.866 USD. Prevê-se que para o OP5 os beneficiários comparticipem com pelo menos 800.000 USD.

Os escritórios do PNUD no país também têm desempenhado um papel significativo no programa nacional. No OP4 disponibilizaram 43.731 USD para apoiar atividades do programa. Para o período do OP5, já engajaram $20.000 USD e assumiram um compromisso de $10.000 USD anuais (GEF-SGP Cabo Verde, 2012).

Os organismos que atuam ao nível nacional são o UNPD Country Office, o National Coordinator (NC) ou Sub-regional Coordinator (SRC) - Dependendo da área de atuação do SGP, se é nacional ou se inclui vários países - o National Steering Commitee (NSC) ou Sub-regional Steering Commitee (SRSC) e o National Focal Group (NFG).

O UNPD Country Office (UNDP CO) fornece apoio na gestão dos programas nacionais do SGP. O Resident Representative de cada Country Office assina um protocolo para servir de SGP Focal Point e o seu delegado participa no NSC/SRSC.

Na maioria dos países, o SGP é situado nas instalações do UNPD, mas pode também ser instalado numa National Host Institution (HI) que pode ser uma ONG Chapéu local, um fundo de conservação do meio ambiente ou uma Insti-

tuição acadêmica/científica independente. As HI são selecionadas considerando a sua credibilidade a nível nacional e boa colaboração com outras ONG's e organizações da sociedade civil. Além disso, considera-se a experiência em processos de desenvolvimento participativo e baseados na colaboração com as ACB, experiência em gestão e seguimento de projetos e compatibilidade com os objetivos e as funções de concessão de subsídios do SGP, GEF e UNPD. Nesse caso, a mobilização de fundos é feita seguindo um contrato de serviços entre a UNOPS e a Host Institution, porém ela é autorizada a utilizar os fundos do SGP exclusivamente para o desembolso dos subsídios dos projetos selecionados.

As funções do NC/SRC são de promover os objetivos do programa entre as ONG's e as ACB, elaborar, revisar e implementar as CPS/SRPS (Country Programme Strategy/Sub-regional Programme Strategy), assistir e dar apoio técnico as ONG's e ACB na elaboração das propostas de projeto, fazer a pré-triagem das propostas de projeto, apoiar o trabalho do NCS/SRSC e do NFG, monitorar os projetos e fazer visitas de acompanhamento e supervisionar a equipa local do SGP. Sob a supervisão da UNOPS deve assegurar a transparência na utilização dos recursos financeiros.

O National/Sub-regional Steering Commitee e o National Focal Group são compostos por voluntários provenientes de ONG's locais, Organizações da Sociedade Civil, Instituições Científicas ou Académicas, o UNPD CO e os representantes dos Governos e ficam em carga por um período de dois anos. A maioria dos membros vem do setor não governamental e, dentro deste grupo, é importante a presença de técnicos das três áreas focais do GEF, ou seja: biodiversidade; mudanças climáticas, águas internacionais e gestão sustentável dos recursos da terra; poluentes orgânicos persistentes. Os NSC/SRSC/NFG Devem conduzir avaliações bienais do programa e identificar histórias de sucesso do mesmo, tal como lições aprendidas que podem ajudar ao melhoramento do programa nacional. Portanto, devem divulgar informações sobre o GEF através das redes nas quais estão envolvidos (GEF-SGP, 2011).

A Country/Sub-regional Programme Strategy é um documento que precisa ser elaborado antes das atividades do programa começarem, para assegurar a congruência com o SGP Project Document e a Global Strategy Framework. É um documento básico para:

- Entender a missão e os objetivos estratégicos do GEF SGP;
- Assegurar que as atividades sejam claramente relacionadas com os objetivos gerais do GEF e possam vir a beneficiar nas suas áreas focais;
- Adaptar o Strategic Framework e o Project Document às circunstâncias e prioridades nacionais;
- Fornecer um quadro estratégico de alocação dos recursos e guiar a implementação do programa;
- Construir as bases para uma avaliação dos impactos e as realizações do projeto.

O processo de elaboração ou revisão da CPS é um importantíssimo exercício de capacitação que fortalece as habilidades dos stakeholders nacionais sobre assuntos ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ao todo, este processo dura mais ou menos 6 meses:

1. Brainstorming inicial com os NSC/SRSC/NFG sobre o Project Docu-

ment e a Strategic Framework em vigor;
2. Apresentação e discussão com os principais stakeholders nacionais;
3. Preparação de um rascunho e circulação do mesmo;
4. Apresentação do rascunho para o SGP Global Manager;
5. Se necessária, outra revisão para preparação da versão final a apresentar ao SGP Global Manager;
6. Acabamento e circulação da versão final da CPS.

Em relação aos principais stakeholders nacionais, são organizados Workshops para lançar o programa, revisar a CPS e fazer as avaliações dos projetos como parte integrante do processo de seleção dos mesmos. Também podem ser organizados encontros de discussão sobre as áreas temáticas do GEF, sobre o desenvolvimento sustentável e de sessões de esclarecimento sobre a apresentação e preparação dos projetos.

O GEF SGP acredita firmemente no papel fundamental das comunidades locais na conservação e na defesa do meio ambiente. É por esta razão que aposta muito nas formações e na divulgação dos resultados obtidos com os projetos financiados pelo SGP. Dessa forma, formando e fortalecendo os conhecimentos dos moradores tenta garantir a sustentabilidade dos projetos após a conclusão do financiamento. O acento é posto sobre o fato que o bem-estar da população é baseado na capacidade de gestão dos recursos a longo prazo.

O desenvolvimento, implementação e administração dos projetos seguem o seguinte protocolo:

a. Aprovação do Country/Sub-regional Programme Strategy - Os NC/SRC e os NSC/SRSC preparam os Eligibility Criteria and Guidelines para os formulários e propostas de projetos baseados na CPS CPS/SPS;
b. Programme Announcement - Divulgação da informação sobre os critérios de elegibilidade e sobre como elaborar e apresentar os formulários;
c. Identificação por parte das ACB e ONG's dos problemas e desafios relacionados com as áreas focais do GEF e com o Programa Operacional;
d. Preparação dos formulários por parte das ACB/ONG - Se necessário podem consultar os NC/SRC/NFP;
e. Revisão dos formulários - NC/SRC/NSC/SRSC fazem a revisão dos formulários apresentados e planejam o desembolso dos subsídios autorizados;
f. Elaboração da proposta de projeto – Análise dos objetivos dos projetos, dos resultados esperados, das atividades dos planos de monitoramento e avaliação de acordo com os critérios do GEF SGP;
g. Fase de seleção dos projetos - NSC/ SRSC/NFG fazem a revisão das propostas de acordo com os critérios de elegibilidade e podem rejeitar, aprovar ou mandar reformular os projetos;
h. Assinatura dos MOA - entre o beneficiário e o UNDP Resident Representative em nome do UNOPS. O UNOPS recebe os MOA e o pedido de desembolso da primeira tranche do subsídio;
i. Implementação do projeto e monitoramento participativo;
j. Desembolso das seguintes tranches - Baseadas nos relatórios técnicos e financeiros;
k. Avaliação participativa dos efeitos do projeto nas áreas focais do GEF e dos benefícios globais;
l. Divulgação e aplicação das lições aprendidas e das boas práticas utiliza-

das pelos stakeholders durante o projeto.

Uma vez selecionados os formulários, o NC/SRSC tem de dar assistência às organizações comunitárias na elaboração de boas propostas de projeto que sejam compatíveis com os critérios do GEF. Juntamente a este documento, devem ser elaborados uma proposta de orçamento e um plano de trabalho que, também, representam uma ótima oportunidade de desenvolvimento de capacidades. No processo de seleção devem ser privilegiadas as comunidades mais desfavorecidas e isoladas, onde não estão presentes as condições básicas de desenvolvimento pessoal.

O SGP deve também tentar mobilizar outros recursos e outras organizações que possam ser interessadas em colaborar com co-financiamento, formações, assistência técnica e qualquer outra vertente que se revele necessária.

As subvenções concedidas pelo SGP cobrem somente uma parte das despesas do projeto. O orçamento do projeto inclui outras duas vertentes, ou seja, as contrapartidas, que são os recursos fornecidos pela ACB e a participação de outros parceiros locais.

Os projetos podem ter uma duração de um a três anos e os MOA de cada projeto devem estabelecer um cronograma de desembolso das tranches da subvenção, dependendo do valor da mesma, do período de duração e do plano de trabalho.

No fim de cada fase operacional os NC/SRC junto aos NSC/SRSC/NFG com a colaboração eventual dos outros stakeholders relevantes elaboram o Programme Review Report. É utilizado para expor os progressos do Country Programme e para dar recomendações estratégicas (GEF-SGP Cabo Verde, 2012)

As comunidades, ONGs locais e Associações Comunitárias de Base, têm um papel essencial na conservação da biodiversidade e na redução dos efeitos das mudanças climáticas, e o objetivo das subvenções do GEF é fornecer um estilo de vida alternativo para as populações, fazendo-as perceber que o seu próprio bem estar depende da gestão sustentável dos recursos disponíveis.

O GEF-SGP na Ilha do Fogo

Nas precedentes seções do paper foi explicado como o GEF-SGP funciona partindo do plano global. Nesta seção pretende-se explicar de um ponto de vista mais prático, qual é o processo que as ACB enfrentam para elaborar, apresentar e desenvolver os projetos. Isto através do exemplo da Ilha do Fogo, por que a autora teve a oportunidade de colaborar com o GEF-SGP de Cabo Verde entre Maio e Novembro 2012, durante um serviço de voluntariado junto á Organização das Associações da Ilha do Fogo que é um dos parceiros locais do SGP.

Além do apoio financeiro que o SGP fornece para as medidas de conservação do meio ambiente, é importante salientar que todo o processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação dos projetos, é um continuo exercício de reforço de capacidade dos stakeholders locais.

Em seguida, serão apresentados dois exemplos de práticas de reforço de capacidade experienciados juntamente ao SGP Cabo Verde enquanto se con-

sidera que esta vertente seja fundamental para a sustentabilidade dos projetos.

O primeiro exemplo é a elaboração do projeto da Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Estância Roque (ACDER), uma aldeia que se encontra na zona de amortecimento do Parque Natural do Fogo. As ACBs, representadas pelos seus Presidentes, têm dificuldades na elaboração dos projetos, por isso é preciso que estas procurem parceiros que possam ajuda-las na redação dos mesmos. Na Ilha do Fogo os projetos apresentados por Associações Comunitárias de aldeias pertencentes à área do Parque Natural do Fogo contaram com a colaboração dos técnicos do Parque, as que não pertencem foram apoiadas pela OAF. A redação do projeto e da proposta de orçamento é feita juntamente com os Presidentes, que explicam detalhadamente quais são as medidas necessárias na comunidade. Estância Roque está situada numa zona montanhosa a cerca de 900m de altitude ao nível do mar e as principais ocupações da população local são agricultura e pecuária. O projeto em questão propunha a reparação de diques e banquetas como medidas anti-erosão, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva dos agricultores.

O orçamento total do projeto é de 28.162,79 USD dos quais as contrapartidas do proponente e de outros parceiros são de 9162,79 USD e o montante solicitado ao GEF SGP é de 19000 USD. As contrapartidas são contabilizadas considerando os recursos que a ACB tem a disposição. Por exemplo, se a ACB dispõe de uma sede, e as formações serão dadas nestas estruturas, contabilizam-se as horas de utilização da sede como se fossem pagas. Também é o caso das horas que o Presidente emprega na elaboração do projeto, que na realidade não são pagas, são apenas contabilizadas nas contrapartidas. Ou seja, todos os recursos humanos e físicos empregados pela ACB entram nas contrapartidas.

A contribuição dos parceiros consiste geralmente no fornecimento de apoio técnico e formações. Como já explicado acima, na Ilha do Fogo as ACBs incluídas na área do Parque Natural dispõem do apoio dos técnicos do mesmo, as outras precisam procurar apoio em outras instituições. No caso da ACDER, foi preciso apoio já na fase preparatória do projeto para medir os metros cúbicos de diques que eram necessários reparar. Foi pedido apoio à Delegação do Ministério do Desenvolvimento Rural, que disponibilizou um técnico para medir os diques e foi negociada também uma formação de vinte horas, das quais, dez sobre a gestão de solos e outras dez de sensibilização da população sobre a conservação do solo, cada uma para cinquenta participantes. Estas atividades, tais como as contrapatidas da ACB, não serão pagas na realidade, mas serão contabilizadas nas contribuições dos parceiros.

O segundo exemplo é a organização do Atelier de troca de Experiências. Este Atelier é direcionado aos projetos da vaga anterior, que já estavam na fase de conclusão.

O SGP Cabo Verde pediu o apoio da OAF para a organização do evento na Ilha do Fogo, onde estariam presentes os representantes das ACBs beneficiárias de Cabo Verde, que se reuniram para partilhar as dificuldades que encontraram e os exemplos de boas práticas.

O encontro decorreu em três dias. No primeiro, houve um encontro onde todos os Presidentes apresentaram os resultados dos projetos e as lições aprendidas. No segundo e no terceiro dia foram organizadas visitas de terreno às comunidades que desenvolveram os projetos na Ilha do Fogo. Ao evento podiam participar também os representantes das Associações que apresentaram os pro-

jetos para a vaga decorrente. Os participantes ficaram muito satisfeitos com o Atelier, partilharam ideias entre eles e também receberam avaliações e conselhos do National Coordinator do SGP Cabo Verde. O papel do National Coordinator, do National Steering Commitee e do National Focal Group também foi muito importante durante todo o processo enquanto estavam constantemente em contato com as ACBs e os seus parceiros para esclarecer eventuais dúvidas.

Observa-se que o ponto de força do SGP reside na sua descentralização, integração e colaboração com os atores nacionais. Desde o momento em que o SGP é implementado numa nova região e começa a elaboração da Country Strategy, os stakeholders nacionais são envolvidos para ajudar o NC a perceber quais são as necessidades locais e como encaixa-las nas prioridades do SGP. Este diálogo continua na colaboração com o National Steering Commitee e o National Focal Group. Antes da seleção dos projetos NSC e o NFG fazem visitas de terreno para controlar a sustentabilidade dos mesmos a dar apoio as ACBs. Considerando estas vertentes todas, pode-se dizer que às ACBs interessadas em apresentar um projeto, são fornecidos todos os elementos para a elaboração dos mesmos.

Da mesma forma, durante a elaboração dos projetos, podemos encontrar já três diferentes aspetos de reforço de capacidades: a redação do projeto, a preparação do orçamento, a procura de apoios através de parcerias. São ferramentas muito importantes que o Presidente da ACB adquire, que poderão ajuda-lo na candidatura a outros projetos e que ele mesmo, eventualmente pode passar aos sócios através de uma formação. Depois da aceitação do projeto, ainda são previstas formações para as comunidades.

Concluindo, os projetos do SGP apresentam dois aspetos diferentes e complementares: disponibiliza fontes de financiamentos para que sejam tomadas as medidas técnicas e físicas de combate à degradação do meio ambiente e, através da sua estrutura descentralizada, proporciona várias oportunidades para a capacitação dos atores locais. Esta segunda vertente faz com que as comunidades locais tenham as ferramentas necessárias para a sustentabilidade dos projetos também após a conclusão do financiamento.

Bibliografia

Elliott, Jennifer A. 1994. *An Introduction to Sutainable Development.* London. Routledge

The GEF Small Grants Programme. 2011. *SGP Operational Guidelines 2011*. Disponível em: sgp.undp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=162#.UlNgClCkra4 (Acedido em 5 de Setembro 2013)

SGP Cape Verde. 2011. *Cape Verde SGP OP5 country strategy.* Cidade da Praia. GEF-SGP Cabo Verde

Simon, David. 1997. "New Directions in Development Thinking". *Geografiska Annaler. Series B, Human Geograhy, V*ol 79, N. 4, pp. 183-201

Peyne, Rodger A. 1998. "The Limits and Promise of Environmental Conflict Prevention: The Case of the GEF". *Journal of Peace research.* Vol. 35, n. 3, Special issue on Environmental Conflict. pp. 363-380

World Commission on Environment and Development. 1987. *Our Common Future.* New York. Oxford University Press

A Cooperação Portuguesa e a sua atuação na saúde africana: os financiamentos dos últimos 10 anos

Raquel Faria

Resumo

Portugal, no âmbito da sua política de Cooperação, colocou os PALOP no topo das prioridades, muito como consequência de todo um processo de descolonização nada pacífico que culminou com a Guerra do Ultramar. O objetivo era não só ajudar a construção destes Estados pós-coloniais, como também auxiliá-los nas mais diversas áreas (educação, saúde, infraestruturas básicas, ...).

Tendo presente que a saúde é, ainda hoje, ou pelo menos até ao último documento estratégico, uma das prioridades estabelecidas pela nossa estratégia de Cooperação, o objetivo da presente comunicação é mostrar até que ponto essa prioridade tem sido cumprida através da análise dos dados oficiais já publicados e dos quadros de financiamento, eventualmente, publicados no Diário da República relativos ao período cujo tratamento ainda não é conhecido (2013), no âmbito dos ODM. Os resultados a que será possível chegar, constituirão uma base de reflexão sobre a importância que a saúde tem na política de Cooperação.

Palavras-chave

Cooperação Portuguesa; Política de Cooperação; Política Externa; PALOP; Saúde.

Abstract

Portugal, in the context of its policy of cooperation, put PALOPs top priority, much as a consequence of a whole process of decolonization nothing peaceful which culminated with the Portuguese Overseas War. The goal was not only to help the construction of these post-colonial states, as well as assist them in various areas (education, health, basic infrastructure, ...).

Taking into account that health is today, or at least until the last strategic document, one of the priorities established by strategy of Portuguese Cooperation, the purpose of this communication is to show to what extent this priority has been met through the analysis of data officers already published and financing frameworks, eventually, published in the Diário da República for the period for which treatment is not yet known (2013), in the context of MDGs. The results that can be reached will provide a basis for reflection on the importance that health has on policy cooperation.

Keywords

Portuguese Cooperation; Cooperation policy; Foreign policy; PALOPs; Health.

1. Introdução

A política de Cooperação Portuguesa desde 1974, com a independência das antigas colónias africanas, procurou canalizar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), sobre a forma de financiamentos, para os setores basilares angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses: educação, saúde, infraestruturas económicas e sociais. Os 2 (dois) documentos estratégicos[1], até então existentes, são prova disso mesmo ao fazerem referência a áreas prioritárias que focam esses mesmos setores.

Em outros estudos tivemos a possibilidade de constatar que a educação, comparativamente com as outras áreas, assumia um papel central, absorvendo a maior parte da fatia dos financiamentos concedidos.

Não menosprezando a importância da educação para o desenvolvimento não só social, mas também económico dos países, questionamo-nos sobre a importância atribuída à saúde, em geral, sobretudo numa altura em que os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) são tónica dominante e constituem um compromisso assumido pelo Estado Português no âmbito da sua política de Cooperação.

Os dados publicados pelo antigo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (ICL, I.P.), mostram- nos que no período compreendido entre 1996 a 2010, 72% da APD bilateral Portuguesa foi direcionada para o continente africano. Nesse mesmo período, canalizou 43% dos seus financiamentos para infraestruturas e serviços sociais, nos quais se incluem a saúde. E... em 14 (catorze) anos os dados não podiam ser os menos animadores nesta área: pouco mais de 100 000€ foram atribuídos à saúde em oposição aos quase 600 000€ destinados à educação, aos mais de 500 000€ para a sociedade civil e aos mais de 200 000€ para outras infraestruturas e serviços sociais. A saúde, as políticas em matéria de população e saúde reprodutiva e o fornecimento de água e saneamento básico foram os que menos financiamentos receberam (IPAD, 2011), ocupando as últimas posições ao nível das verbas atribuídas. Tal só vem a corroborar com a opinião da relatora Véronique de Keyser no *Projecto de relatório sobre os sistemas de saúde na África Subsariana e a saúde mundial* (2010, p. 10):

> «(...) a saúde não constitui, tradicionalmente, uma prioridade: com efeito, a Ajuda no domínio da saúde representa apenas metade do montante afectado à educação. (...)»

Apesar de claramente estabelecida como uma prioridade a seguir no âmbito da atuação da Cooperação Portuguesa, é inequívoca a constatação de que de entre as várias prioridades assumidas, o setor da saúde não é de todo prioritário, o que coloca em causa o compromisso assumido ao nível dos ODM, neste caso em particular. A consciência de que nos encontramos a pouco mais de 2 (dois) anos para alcançar metas como reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 (cinco) anos (ODM n.o 4), reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna, alcançar o acesso universal à saúde reprodutiva (ODM n.o 5), inverter toda uma tendência de propagação do HIV/SIDA e da incidência da malária e outras doenças graves (ODM n.o 6) (United Nations,

1 *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI* e *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* aprovados em 1999 e em 2005, respetivamente.

2008) leva- nos a questionar o papel da Cooperação a este nível, sobretudo numa altura em que a Língua e a Diplomacia Económica assumem papel de destaque em detrimento daquela, com a agravante da crise económico-financeira por que Portugal está a passar e que se repercute, inevitavelmente, no volume da APD que é maioritariamente proveniente do Orçamento do Estado.

Se em termos quantitativos não tem sido respeitado o compromisso assumido ao nível da afetação da APD (afetação de 0,33% do RNB para a APD, em 2006) e muito dificilmente será atingida a meta para 2015 (0,7%)[2], certamente que nestes moldes será muito complicado cumprir com o compromisso assumido ao nível dos ODM, no caso específico da saúde.

Apesar de não estar em causa a qualidade da Cooperação Portuguesa, reconhecida inclusivamente pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), é questionável o seu papel ao nível destes Objetivos em particular, pelo que é importante refletir sobre os mesmos. E é precisamente esse o nosso objetivo: procurar fazer uma análise desta situação em particular, analisando dados recolhidos e construir uma base de reflexão sobre a importância dos financiamentos nesta área, pois a saúde, assim como a educação, também contribui para o desenvolvimento económico-social, pelo que não deve ser "descurada" nem "menosprezada" em detrimento de outras.

2. A política de Cooperação Portuguesa: uma breve passagem pela sua contextualização histórica, prioridades e objetivos

A política de Cooperação Portuguesa, enquanto modelo de Cooperação descentralizada, remonta a 1974, mais precisamente ao período que se seguiu à Revolução dos Cravos, tendo-se iniciado o seu enquadramento institucional no momento em que as colónias portuguesas do continente africano alcançaram a independência (Monteiro, 2001). Efetivamente, aquela desenvolveu-se com o intuito de ajudar à construção dos respetivos Estados pós-coloniais caraterizando-se, assim, pelo relacionamento que desde muito cedo estabeleceu com estes territórios de modo a auxiliá-los nas mais diversas áreas (educação, saúde, infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água, entre outras).

Não sendo, assim, por acaso o prevalecimento de 2 (duas) grandes e importantes caraterísticas desde o seu surgimento até então então: a relação com os PALOP e, mais recentemente, com Timor-Leste e o já mencionado modelo descentralizado (Sagreman, 2009b)).

Relativamente à primeira caraterística, Sangreman (2009b), p. 63) afirma que esta se atenuou muito por consequência da entrada de Portugal na União Europeia (UE) (1986), o que obrigou a assumir certos compromissos «na sequência da sua posição de membro da comunidade doadora internacional, o que implicou novos condicionamentos» à APD Portuguesa; e pela reentrada no CAD, em 1991, o que impôs à política de Cooperação (essencialmente bilateral) um esforço, sobretudo, financeiro, de forma a colocar a APD à disposição

2 Precisamente pelo volume da APD Portuguesa ser maioritariamente proveniente do Orçamento do Estado e face às restrições orçamentais «Portugal identificou um novo calendário, para aumentar gradualmente a sua APD com vista a cumprir o rácio APD/RNB de 0,7% em 2015, tendo identificado como nova meta intermédia 0,34% de APD/RNB para 2010, a qual não foi atingida.» (IPAD, 2011, p. 157).

dos «instrumentos multilaterais, nomeadamente no que respeita às agências especializadas das Nações Unidas».

É importante reter que o longo relacionamento com as antigas colónias africanas - atuais PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) - não começou da melhor forma devido a toda uma série de fatores como as marcas deixadas pela guerra (Cravinho in Cordeiro, 2010), as dificuldades económicas de então, a inexistência de organização, de conhecimentos e formação específica na área e o desinteresse do Governo e da população de uma forma geral «em transferir recursos para as ex- colónias» tornaram ainda mais difícil o «aprofundamento da Cooperação nestes primeiros anos» (Cordeiro, 2010, p. 77).

A par de todos estes entraves, a influência e até mesmo a visibilidade no nosso país em domínios como o político-económico e o cultural no continente africano deveu-se, também, e como refere Monteiro (2001, p. 158), a uma série de outros fatores como: ao progressivo «afastamento e desaparecimento das gerações portuguesas que tiveram experiência directa com África»; à falta de ligação para com Portugal, por parte dos líderes políticos africanos; a uma «certa diluição da perspectiva africana no imaginário português (reforçada pela opção europeia que o Estado português tomou)»; e à existência de suspeições tanto políticas, como ideológico-históricas por parte dos PALOP para com Portugal.

Face ao exposto, o período que se seguiu à Revolução dos Cravos não foi propriamente um período fácil para Portugal: a par de um relacionamento inicial em tudo menos harmonioso entre os já referidos territórios africanos (Cravinho in Cordeiro, 2010), Portugal enquanto membro fundador do CAD, em 1961, passou, aquando dessa mesma Revolução, a ser apenas um país beneficiário/recetor da Ajuda até o ano de 1986 (ano em que passou a integrar a CEE – atual UE). Após a sua adesão à CEE, Portugal voltou a participar, através das instituições da Comunidade existentes para tal, de forma ativa «no esforço de Cooperação para o Desenvolvimento dos PVD» (Monteiro, 2001, p. 159).

Se em 1986 a fase "menos boa" ao nível da Cooperação começa a dar sinais de grandes melhorias, após a adesão de Portugal à CEE, passados 3 (três) anos a situação alterou-se significativamente, passando o ano de 1989 a ser considerado como o verdadeiro ponto de viragem ao nível da política de Cooperação Portuguesa (Mesquita, 2005). De fato, e como refere Mesquita (2005), o ano de 1989 foi marcado pela existência de uma efetiva política de Cooperação caraterizada pelos esforços desenvolvidos em prol da coordenação e da quantificação dos fluxos de APD, de forma a ser possível a Portugal reintegrar novamente o CAD, o que aconteceu a 3 de dezembro de 1991.

Para além dos aspetos mencionados, a política de Cooperação Portuguesa constitui uma das vertentes da política externa e como tal reflete-o de 3 (três) formas distintas (IPAD, 2008):

- Na relação Portugal vs PALOP e Timor-Leste;
- Na promoção da língua oficial portuguesa enquanto valor chave para a política externa portuguesa, uma vez que «contribui para a sedimentação, longevidade de uma comunidade linguística que constitui a um só tempo, um importante contributo histórico português para o mundo, e um trunfo relevante na era da globalização (...)» (IPAD, 2008, p. 12);
- Na promoção da capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais, cujos centros de decisão são supranacionais.

Tendo presente que o relacionamento entre Portugal e os PALOP reflete a política de Cooperação Portuguesa enquanto vertente da política externa, é importante referir que este, a par de todos os motivos histórico-culturais associados, teve, igualmente, uma forte componente estratégica que se foi "solidificando" ao longo dos anos (Monteiro, 2001):

- o Europeísmo (no ano de 1986, adesão à CEE);
- e o Atlantismo («opção fundamental por virtude dos laços histórico-culturais com o Brasil e pela necessidade de se estabelecer um novo quadro de relações com os PALOP e de se dar corpo e expressão à componente atlântica do território português – Açores e Madeira») (Monteiro, 2001, p. 158).

Para além de todo o percurso histórico, político e estratégico seguido pela Cooperação, é importante reter que esta tendo como base uma série de princípios [o respeito pelos Direitos do Homem; a responsabilidade e a solidariedade internacional; a parceria com os países destinatários da Ajuda e a concertação com outros doadores; o desenvolvimento sustentável, a justa e equitativa repartição dos benefícios e a coerência com outras políticas que envolvem os países recetores (Palma, 2002)] estabeleceu um vasto conjunto de objetivos:

- O reforço da democracia e do Estado de Direito;
- A redução dos níveis de pobreza existentes, através da promoção de condições tanto económicas como sociais das populações mais pobres, como através do desenvolvimento de infraestruturas educativas adequadas;
- «Estimular o crescimento económico, fortalecendo a iniciativa privada;
- A promoção do diálogo e das «integrações regionais»;
- A promoção de uma «parceria europeia para o desenvolvimento humano» (Palma, 2002).

Fundamentada nas orientações e objetivos definidos, direciona-se para um vasto conjunto de áreas prioritárias, categorizadas por distribuição geográfica e setorial. Em relação às primeiras, identifica-se o relacionamento com os PALOP e com Timor-Leste no topo das prioridades. Contudo, e para além deste, as relações Sul-Sul são, igualmente, incentivadas especialmente entre o território brasileiro, os PALOP e Timor- Leste. Paralelamente, nos últimos anos, tem-se procurado envolver novos países como por exemplo a África do Sul, o Senegal, Marrocos e a Indonésia, tendo-se presente que as atividades de Cooperação em países que não façam parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) serão sempre a uma escala mais pequena, de forma a evitar a fragmentação e a dispersão (IPAD, 2011).

Já como prioridades setoriais identificam-se essencialmente 3 (três): boa governação, participação e democracia (apoiar e capacitar as instituições); desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza (educação, saúde, desenvolvimento rural, proteção do meio ambiente e crescimento económico); e educação para o desenvolvimento (IPAD, 2011).

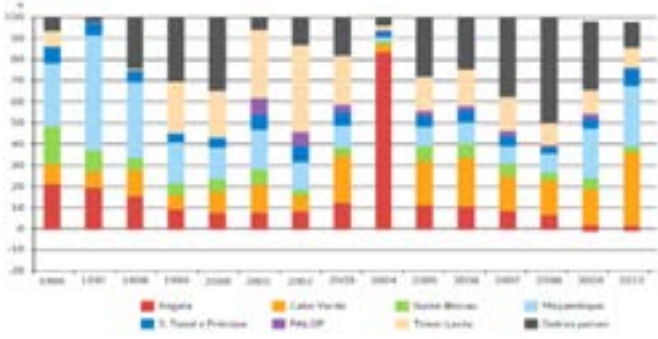
3. A APD bilateral Portuguesa em números

Tendo em conta os dados estatísticos disponibilizados, observamos que, efetivamente, no período compreendido entre o ano de 1996 e o ano de 2012, o continente africano foi o principal destinatário da APD bilateral Portuguesa sendo que, nos últimos 6 (seis) anos (2006-2012), Cabo Verde e Moçambique foram os países que absorveram a maior "fatia" do volume da Ajuda canalizado para esse continente.

Gráfico 1 - Distribuição geográfica da APD bilateral Portuguesa (1996-2010).

Fonte: IPAD (2011, p. 151).

Gráfico 2 - Distribuição geográfica da APD bilateral Portuguesa (1996-2010).



Fonte: IPAD (2011, p. 151).

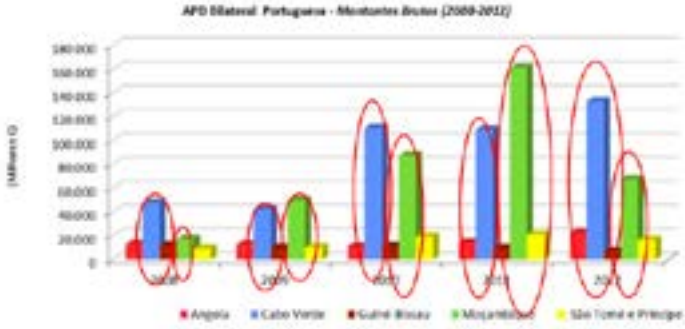
Gráfico 3 - APD bilateral Portuguesa em 2011, em termos brutos

Fonte: DAC/OECD (2012a)).

Gráfico 4 - Distribuição geográfica da APD bilateral Portuguesa (2008-2012).

Fonte: Camões-ICL, I.P., (2013a)).

Gráfico 5 - Distribuição geográfica da APD bilateral Portuguesa bruta - PALOP (2008-2012).

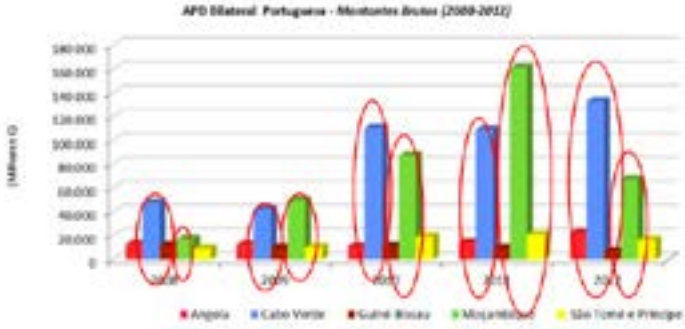


Fonte: Camões-ICL, I.P., (2013a)).

De uma forma geral, os serviços e infraestruturas sociais absorveram grande parte da APD bilateral (1996-2012), à exceção de 2011 e 2012, onde a Ajuda programada, as ações relacionadas com a dívida, a Ajuda humanitária ou o apoio a refugiados "absorveram" mais de 40%. Entre 1996 e 2010, no âmbito dos serviços e infraestruturas sociais, a APD Portuguesa foi direcionada, essencialmente, para a educação e para o governo e sociedade civil. Apesar do agrupamento setorial feito pelo CAD seguir uma metodologia diferente do antigo IPAD, podemos deduzir que esta tendência, pelo menos ao nível da educação, se manteve no ano seguinte (2011).

Estes serviços e infraestruturas, que estiveram na liderança em termos de canalização de financiamentos (entre 1996 e 2010) foram seguidos por ações relacionadas com a dívida e pelas infraestruturas e serviços económicos. Estes últimos, no ano de 2011, mantiveram a posição do período anterior: terceira posição.

Gráfico 6 - Distribuição setorial da APD bilateral Portuguesa (1996-2010).

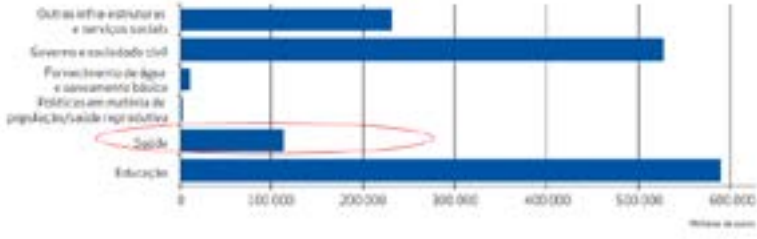


Fonte: IPAD (2011, p. 153).

Em contrapartida, e no âmbito desta investigação, o setor da saúde foi das áreas que menos "beneficiou" do volume de financiamentos concedidos para as infraestruturas e serviços sociais, no já referido período (1996-2010).

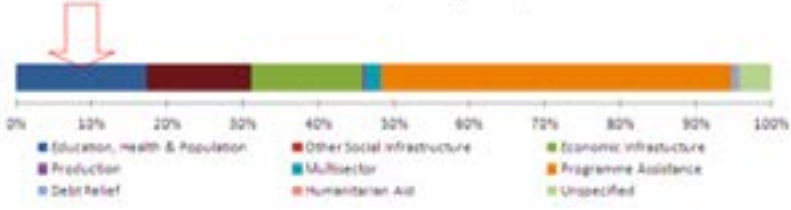
Apesar de os dados estatísticos referentes aos anos de 2011 e 2012 não nos permitirem observar a percentagem global da APD bilateral Portuguesa canalizada para o setor educativo e para a saúde, observamos, que, e limitando-nos à delimitação geográfica do presente trabalho (PALOP), no ano de 2011, o volume de verbas canalizadas para a saúde foi ligeiramente superior às direcionadas para a educação. O que já não se verificou em 2012, mantendo-se assim toda uma tendência, excecionalmente diferente no ano de 2011: a educação como prioritária em relação à saúde.

Gráfico 7 - Estrutura setorial do apoio a infraestruturas e serviços sociais (1996-2010).



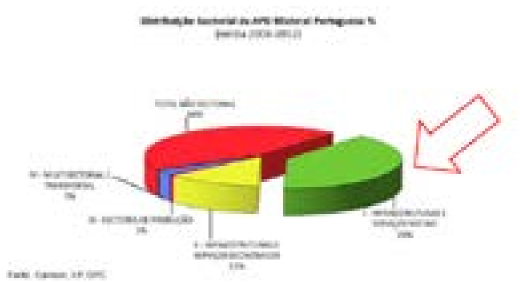
Fonte: IPAD (2011, p. 202).

Gráfico 8 - Distribuição setorial da APD bilateral Portuguesa (bruta) em 2011.



Fonte: DAC/OECD (2012a)).

Gráfico 9 - Distribuição setorial da APD bilateral Portuguesa (2008-2012).



Fonte: Camões-ICL, I.P., (2013a)).

Tabela 1 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Angola (2010-2012).

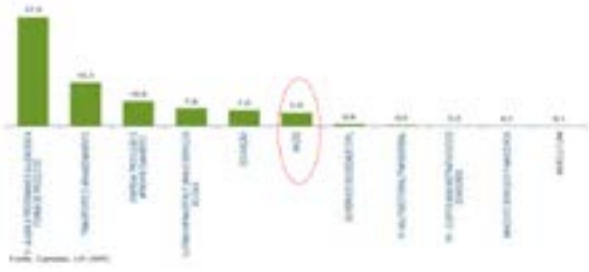
Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Gráfico 10 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Angola (2012).

Tabela 2 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Cabo Verde (2010-2012).

Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Gráfico 11 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Cabo Verde (2012).

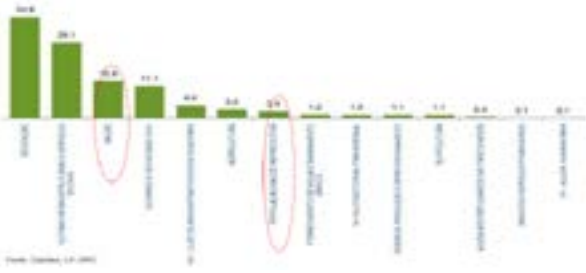


Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Tabela 3 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Guiné-Bissau (2010-2012).

Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Gráfico 12- Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Guiné-Bissau (2012).

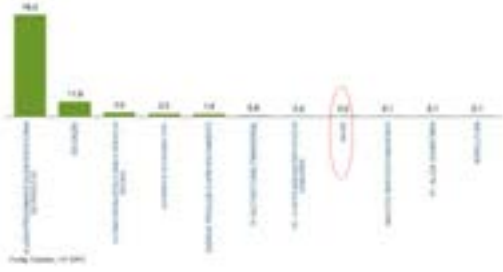


Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Tabela 4 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Moçambique (2010-2012).

Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Gráfico 13-Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - Moçambique (2012).

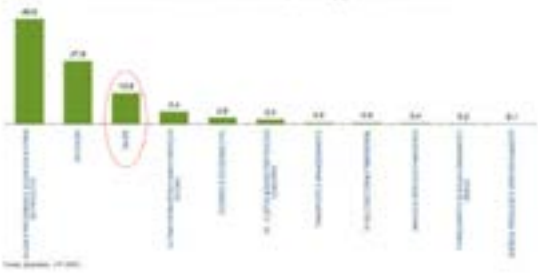


Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Tabela 5 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - São Tomé e Príncipe (2010-2012).

Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Gráfico 14 - Distribuição setorial da APD bilateral líquida Portuguesa - São Tomé e Príncipe (2012).



Fonte: Camões-ICL, I.P. (2013b)).

Para o ano de 2013 não existe, pelo menos oficialmente, dados estatísticos publicados relativamente à distribuição setorial e geográfica da APD bilateral Portuguesa pelo que não podemos fazer qualquer balanço/análise a esse nível.

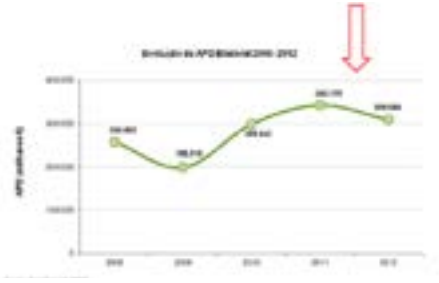
Tendo em conta a informação disponibilizada, observamos que desde 1996 até então a tendência manteve-se: o setor da educação continua a ser um setor prioritário em relação ao da saúde e, de uma maneira geral, prioritário comparativamente aos demais setores.

A única exceção, como já mencionado, foi no ano de 2011 com o volume de Ajuda canalizado para os PALOP: os financiamentos concedidos para a área da saúde foram ligeiramente superiores dos que foram atribuídos para a educação.

De reiterar que essa alteração só pode ser observada se olharmos para o

total de financiamentos por setor em numerário e não em percentagem, uma vez que estas últimas não refletem essa tendência (Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), muito como reflexo da diminuição do volume da APD bilateral Portuguesa de 2011 para 2012: -9,9%.

Gráfico 15 - Evolução da APD bilateral Portuguesa (2008-2012).



Fonte: Camões-ICL, I.P., (2013a)).

4. Os ODM

Os ODM, enquanto um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, surgiram no início do século XXI com a Declaração do Milénio adotada por mais de 150 (cento e cinquenta)[3] Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas. Aprovada em setembro de 2000, na Cimeira do Milénio, esta declaração é o reflexo das principais preocupações dos chefes de Estado e de Governo e dos países participantes (num total de 147 e 191, respetivamente) na considerada «maior reunião de sempre de dirigentes mundiais» (Annan, Kofi in Nações Unidas, 2000, p. [1]).

Com esta declaração ficaram definidos uma listagem de objetivos internacionais conhecidos como ODM: «(1) erradicar a pobreza extrema e a fome; (2) alcançar o ensino primário universal; (3) promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a saúde materna; (6) combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; (7) assegurar a sustentabilidade ambiental; e, finalmente, (8) desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento» (United Nations, 2008).

Estes objetivos destacaram-se não só por "trazerem de volta" ao centro das preocupações um dos maiores flagelos sociais (a pobreza extrema) mas, também, porque assumiram uma posição dominante na abordagem da Cooperação passando, assim, a serem vistos como o novo paradigma da Cooperação (Renard, 2006).

Para estes Objetivos, as Nações Unidas definiram um conjunto de metas (quantitativas) a atingir para cada um deles, e um conjunto de 48 (quarenta e oito) indicadores que permitem avaliar até que ponto essas metas/Objetivos estão (ou não) a ser atingidos e medi-los de modo a que se possa, por exemplo, estabelecer uma relação de comparação entre diferentes países.

De entre os ODM estabelecidos, e tendo em conta o setor alvo da nossa investigação, destacamos as metas estabelecidas ao nível da saúde:

3 Mais precisamente 189 (cento e oitenta e nove) Estados-membros.

Objetivo 4: «No período de 1990 a 2015, reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a 5 (cinco) anos;

Objetivo 5: Reduzir em 3/4, entre 1990 a 2015, a taxa de mortalidade materna e alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva;

Objetivo 6: Até ao ano de 2015, inverter toda uma tendência de propagação do vírus HIV/SIDA; garantir, até 2010, o acesso universal para o tratamento do HIV/SIDA de todos aqueles que precisarem; e, finalmente, até ao ano de 2015, inverter a tendência da incidência da malária e outras doenças graves» (United Nations, 2008).

4.1. O seu estado atual nos PALOP

Tendo em conta a importância atribuída aos ODM e ao aproximar do ano-meta, e ainda a delimitação geográfica à qual cingimos o presente trabalho, é crucial ter uma ideia do estado atual dos ODM nos PALOP de forma a podermos refletir sobre a "posição" dos mesmos e sobre o "papel" da política de Cooperação Portuguesa.

Ilustração 1 - Estado atual dos ODM em Angola e Cabo Verde

Fonte: MDG Monitor (2013).

Ilustração 2 - Estado atual dos ODM em Moçambique e Guiné-Bissau.

Fonte: MDG Monitor (2013).

Ilustração 3 - Estado atual dos ODM em São Tomé e Príncipe.

Fonte: MDG Monitor (2013).

Analisando, de forma muito sucinta, os dados disponibilizados no MDG Monitor (iniciativa das Nações Unidas), observamos que apenas 1 (um) dos 5 (cinco) PALOP alcançou, até ao momento, 4 (quatro) dos ODM estabelecidos, sendo que 2 (dois) desses estão precisamente relacionados com a saúde (ODM n.o 2: alcançar o ensino primário universal; ODM n.o 3: promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; ODM n.o 4: reduzir a mortalidade infantil e ODM n.o 5: melhorar a saúde materna). Referimo-nos, claramente, a Cabo Verde. Em relação aos restantes, apesar de não terem, ainda, alcançado nenhum dos Objetivos estabelecidos, encontram- se muito perto de alcançarem alguns deles.

Dos países que se encontram nessa situação, apenas 2 (dois) deles (Moçambique e São Tomé e Príncipe) deram progressivos avanços na área da saúde ao estarem muito próximos de atingirem as metas relacionadas com a mortalidade infantil (Moçambique e São Tomé e Príncipe), com a saúde materna (Moçambique) e com a luta contra doenças como o VIH/SIDA, a malária, entre outras (São Tomé e Príncipe).

5. Conclusão

Como foi possível observar ao longo de toda a investigação, Portugal desde os primórdios da sua política de Cooperação tem canalizado os seus apoios essencialmente para o continente africano, mais precisamente para os PALOP. Tem procurado auxiliar estes Estados nos seus setores mais essenciais, de modo a que alcancem estágios de desenvolvimento económico e social estáveis para a sua autossustentabilidade.

De entre esses setores, a educação é o que mais se destaca em todos eles, com elevadas percentagens de financiamentos concedidos. Uma tendência que se vem mantendo desde 1996, segundo fonte oficial.

Não descurando a importância que esta área tem tanto para o desenvolvimento económico como para o social, mas tendo presente o compromisso assumido perante a Comunidade Internacional relativamente aos ODM, obser-

vamos que Portugal se direcionou essencialmente para os ODM n.o 2 e n.o 3, ambos relacionados com o ensino, com a formação. Em contrapartida, a saúde, também ela fundamental para o desenvolvimento socioeconómico, foi como que "descurada" em relação àquele setor. Esta constatação é geral, independentemente de 2010 para 2011 se observar uma pequena alteração neste domínio: em 2011 aumentou ligeiramente o volume de verbas direcionadas para a saúde, em oposição ao setor educativo que diminui ligeiramente no que diz respeito à sua distribuição geográfica - PALOP. Se tal tendência se tivesse mantido no ano seguinte, podíamos eventualmente deduzir que Portugal estaria a mudar toda uma tendência para começar a canalizar um maior volume de verbas para a saúde, mas tal não se verificou. Efetivamente, no ano de 2012, e com uma diminuição do volume global da APD bilateral Portuguesa de quase 10%, a educação voltou a receber mais financiamentos do que a saúde. Relativamente ao ano de 2013 não podemos fazer qualquer observação dado que, pelo menos oficialmente, não há qualquer informação publicada.

O procurar distribuir as verbas de um modo equitativo pelas diferentes áreas, sobretudo pelas consubstanciadas pelos ODM, seria certamente o mais correto, numa altura em estamos muito próximos de 2015 e não será certamente em pouco mais de 2 (dois) anos que Portugal irá fazer a diferença nesta área em particular.

Não obstante a distribuição setorial da APD bilateral Portuguesa observada e a sua contribuição para os ODM, é importante referir que nos países para os quais direcionamos o nosso estudo, na área da saúde 1 (um) deles já alcançou 2 (dois) dos Objetivos relacionados com a saúde (Cabo Verde - ODM n.o 4: reduzir a mortalidade infantil e ODM n.o 5: melhorar a saúde materna) e outros 2 (dois) encontram-se muito perto de atingirem as metas relacionados com a mortalidade infantil (Moçambique e São Tomé e Príncipe), com a saúde materna (Moçambique) e com a luta contra doenças como o VIH/SIDA, a malária, entre outras (São Tomé e Príncipe).

6. Bibliografia

Abrantes, M., 1994. *Relações económicas internacionais: a Cooperação CE/ACP*. Lisboa;

Afonso, M., 1998. *Cooperação descentralizada*. Lisboa, CIDAC;

fonso, M. & Fernandes, A., 2005. *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa, IMVF e Oikos;

Camões-ICL., I.P., 2013a). Estatísticas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Lisboa, Camões-ICL., I.P., Cooperação [Online]. Disponível em: http://www.instituto- camoes.pt/index.php?Itemid=1560&option=com_moofaq&view=category&id=734 [Acedido a 7 de outubro de 2013];

Camões-ICL, I.P., 2013b). *Cooperação bilateral – Cooperação em números*. Lisboa, Camões-ICL, I.P., Cooperação [Online]. Disponível em: http://www.instituto- camoes.pt/index.php?Itemid=1586&option=com_moofaq&view=category&id=742 [Acedido a 6 de outubro de 2013];

Cardoso, F., Ferreira, P. & Seabra, M., s.d.. *Portugal e os desafios atuais da Cooperação para o Desenvolvimento.* Lisboa, CEA-ISCTE, Working Papers [Online]. Disponível em: http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Portugal-e-os-Desafios-atuais-da- coopera%C3%A7%C3%A3o-para-o-desenvolvimento_090712.pdf [Acedido a 4 de novembro de 2012];

Cordeiro, J., 2010. APD Portugal-PALOP: estratégia, determinantes e motivações. Lisboa;

Cravinho, J., 2010. *Visões do mundo: as Relações Internacionais e o mundo contemporâneo.* 3.a ed. reimp.. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais;

DAC/OECD, 2012a). Aid statistics, donor Aid at a glance – Portugal. [Online] Disponível em: http://www.oecd.org/dac/stats/PRT.gif [Acedido a 29 de janeiro de 2013];

DAC/OECD, 2010a). *Portugal: Development Assistance Committee (DAC): peer review* 2010.

Ferreira, I., 2004. *África e a política da União Europeia de Cooperação para o Desenvolvimento: Angola no quadro da Convenção de Lomé IV*. Porto;

Freire, R., coord., 2011. *Política externa: as Relações Internacionais em mudança.* Coimbra, Imprensa da Universidade;

Grupo de Trabalho AidWatch da Plataforma Portuguesa das ONGD, 2012. *Relatório Aid Watch 2012 – uma leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003*. [Lisboa], Plataforma Portuguesa das ONGD;

Henriques, A., 2009. *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: um novo paradigma para uma parceria União Europeia-África Subsaariana.* Lisboa;

IPAD, 2011. *Cooperação Portuguesa: uma leitura dos últimos quinze anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010.* Lisboa, IPAD;

IPAD, 2010. *Memorando da Cooperação Portuguesa 2010*. Lisboa, IPAD;

IPAD, 2008. *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa.* Lisboa, IPAD;

DAC/OECD, 2012b).D*evelopment Co-operation Report 2012: Lessons in Linking Sustainability and Development* OECD Publishing;

DAC/OECD, 2011. *Development Co-operation Report 2011: 50th Anniversary Edition*.OECD Publishing;

DAC/OECD, 2010b). *Development Co-operation Report 2010.* OECD Publishing;

Keyser, V., 2010. *Projecto de relatório sobre os sistemas de saúde na África Subsariana e a saúde mundial.* [Bruxelas], Parlamento Europeu, Projectos de Relatórios [Online]. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=- %2f%2fEP%2f%2fNONSGML%2bCOMPARL%2bPE- 442.965%2b01%2bDOC%2bPDF%2bV0%2f%2fPT [Acedido a 30 de setembro de 2013];

MDG Monitor, 2013. *Tracking the Millennium Development Goals.* [Online]. Disponível em: http://www.mdgmonitor.org/ [Acedido a 1 de outubro de 2013]

Mesquita, A., 2005. *A política portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento.* Working Paper n.o 67. Lisboa, CEsA;

Monte, J., 2010. *Integração regional da África: a saída para o desenvolvimento do continente*. [Online]. Disponível em: http://mundorama.net/2010/04/27/integracao-regional-da-africa-%E2%80%93-a-saida- para-o-desenvolvimento-do-continente-por-joao-bosco-monte/ [Acedido a 18 de fevereiro de 2013];

Monteiro, R., 2001. *A África na Política de Cooperação Europeia. 2.a ed. atual*.. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;

Moreira, S., 2005. *A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento. Anuário da Economia Portuguesa,* dezembro, pp. 122-126;

Oikos, 2011. *Dossier temático – OCDE: Exame da Cooperação Internacional Portuguesa para o Desenvolvimento, janeiro/fevereiro.* Lisboa, Oikos, Informe-se [Online]. Disponível em: http://www.oikos.pt/pt/informe-se/informacao-tematica/item/1124 [Acedido a 16 de janeiro de 2013];

Palma, E., 2004. *Diplomacia, projecção cultural e APD*. Janus-online. [Online]. Disponível em: http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_10.html [Acedido a 8 de maio de 2012];

Palma, E., 2002. *A política de Cooperação Portuguesa.* Janus-online. [Online]. Disponível em: http://janusonline.pt/economia/economia_2002_3_3_6_c.html#1 [Acedido a 8 de maio de 2012];

Pais, H., 2009. *A Cooperação Portuguesa vista de dentro.* Lisboa, IPAD;

Renard, R., 2006. *The cracks in the new Aid paradigm. Discussion Paper/2006.01*, january. Antwerp, Institute of Development Policy and Management;

Salvador, T., 2005. *A Cooperação para o Desenvolvimento: análise dos modelos português e irlandês.* Lisboa, IPAD;

Sangreman, C., coord., 2009a). *A Cooperação descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.* Lisboa*,* CEsA e ACEP;

Sangreman, C., 2009b). A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da Cooperação Portuguesa. In: Sangreman, C., coord., *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau,* Lisboa, CEsA e ACEP, pp. 25-97;

Teixeira, N., 1996. Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa (1980-1986). *Política internacional*, n.o 12, primavera-verão, pp.55-86;

United Nations, 2008. *Official list of MDG indicators.* [Online]. Disponível em: http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm [Acedido a 29 de setembro de 2013].

PAINEL II
POPULAÇÕES, MOBILIDADES E BEM-ESTAR

Painel moderado por Lorenzo Bordonaro, Ebano Collective

A urgência de uma vacina contra a Malária
Ana Guerra Ferreira

Adult workers traffic in Lebanon. The situation of domestic migrant workers from different African countries
Dario Zanardi

A relação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana. Uma reflexão sobre as continuidades e ruturas
Katia Cardoso

Estratégias de Resiliência e provisão de cuidados prolongados de saúde relacionados com o SIDA no Distrito da Manhiça, Moçambique
Sónia Divage

A urgência de uma vacina contra a malária

Ana Guerra Ferreira

Introdução

Falar de malária é falar de África e falar de África é pensar o que impede o desenvolvimento dos países subsarianos. Uma das grandes causas, ou a principal, serão as doenças que devastam aquele continente e que são tão incapacitantes quanto as taxas de mortalidade e morbilidade o demonstram, por isso queremos compreender o que impede a descoberta de uma vacina contra a malária, uma doença conhecida como tal desde o século XIX.

A falta de bem-estar social que uma endemia provoca foi, ao longo dos tempos, experimentada também nos países desenvolvidos, também eles sobreviventes a muitas doenças, incluindo a malária que, pela sua complexidade, tem sido uma doença muito desafiante quer no desenvolvimento de medicamentos eficazes contra o parasita, quer no desenvolvimento de meios de controlo que superem a capacidade de resistência do mosquito, quer na investigação de uma vacina eficaz.

O muito que tem sido feito para combater esta endemia fica aquém das reais necessidades dos países mais afectados. As populações mais atingidas representam o lado humano mais frágil da questão, por viverem em países endémicos à mercê da escassez de recursos nacionais para lidar convenientemente com a doença. Uma vacina contra a malária é insubstituível, independentemente de todos os meios eficazes de profilaxia e tratamento hoje existentes.

Todas as situações de saúde pública devem ser entendidas de modo global. O desenvolvimento humano é uma obrigação global e terá de continuar a ser uma responsabilidade cada vez mais partilhada pelos países desenvolvidos

porque são estes que têm maior capacidade de investimento na investigação para o desenvolvimento de soluções para o combate a uma endemia.

Hoje, estamos perante um dos grandes objectivos do milénio – reduzir os níveis endémicos da malária em 75%, a nível mundial, até 2015. Com o rápido aproximar desta data facilmente se antevê a impossibilidade do seu cumprimento por aqueles que são os actores principais no atingir desta meta que devia ser balizada de uma forma mais realista. Devia ser assumida a inabilidade de cumprir metas traçadas na confiança de se conseguir travar o que tem sido a evolução natural da doença, agravada pelas resistências adquiridas pelo mosquito aos insecticidas e pelo parasita aos medicamentos. Quanto maior for a endemia, maior a necessidade de defesa contra ela e isto implica avultados investimentos a nível mundial.

A malária é que causa tão elevados níveis de pobreza na África subsariana e não o contrário, (Seixas e Atouguia, 2006). Esta doença é um entrave ao desenvolvimento e custa aos países africanos, vítimas deste flagelo, o que se estima em 12 biliões de dólares por ano, só em perda de produtividade.[1]

Noção de malária

A malária é uma doença infecciosa, causada por um parasita[2] transmitido por um mosquito. O mosquito fêmea da espécie Anopheles é o vector do parasita da malária e tem requisitos ambientais para que possa sobreviver e que são sobejamente encontrados na África subsariana. Os factores endógenos à endemia prendem-se com o clima, ao qual se juntam factores considerados exógenos, como a instabilidade política, os acidentes naturais, as migrações a que os dois anteriores factores muitas vezes obrigam, a pobreza extrema de muitas populações e a degradação ambiental causada pela ingerência humana originada por interesses comerciais (Barata e Piepoli 2001).

Hoje, são conhecidas cerca de 400 espécies de mosquitos da espécie Anopheles, das quais 80 são transmissoras do parasita causador da malária e destas há 45 com reais responsabilidades na transmissão da doença. As espécies que conseguem a transmissão infalivel do *P. falsiparum* são o *Anopheles gambiae* e o *Anopheles funestus*, sendo o primeiro o que se apresenta mais eficaz e ambas as espécies predominam em África a sul do Sahara (Seixas e Atouguia 2006).

Das 100 espécies de parasitas do género Plasmodium há quatro causadores da malária nos seres humanos, como o P. falsiparum que se encontra nas zonas tropicais e subtropicais, predominantemente em África. É o mais agressivo de todos e é causador da malária severa. O P. vivax encontra-se na Ásia, América Latina e também nalgumas zonas de África. Tal como o P. ovale é a espécie que é mais capaz de permanecer em estado dormente nas células do fígado, sendo menos agressivo que o falsiparum. O P. ovale encontra-se principalmente na África Ocidental e nas ilhas a oeste do Pacífico. É semelhante biológica e morfologicamente ao vivax; pode infectar seres humanos com doença hemofílica

1 http://newsletters.afro.who.int/tmejhhw9bel1d104f6n4mi?email=true&a=11&p=37297935 [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

2 Parasita ou parasitismo define-se como «An interaction of *species populations in which one (typically small) organism (the parasite) lives in or on another (the host), from which it obtains food (when the parasite may be called a biotroph), shelter, or other requirements. (…) Endoparasites live inside the body of the host» (Allaby 2010).

e grupo sanguíneo negativo e como há grande prevalência de indivíduos na África subsariana com estas características, predomina a espécie ovale em relação ao vivax. O P. malariae é encontrado em todo o mundo e é causador de uma infecção crónica. (Op. Cit.)

A fêmea do mosquito Anopheles precisa de sangue para o amadurecimento e multiplicação dos seus ovos.

O parasita da malária necessita de dois hospedeiros para o seu completo desenvolvimento - o ser humano é o hospedeiro intermédio onde se desenvolvem as células assexuadas e o mosquito como hospedeiro definitivo, onde se formam as células sexuadas. Ao contrário do ser humano, o mosquito não é afectado pela presença do parasita no seu organismo (CDC 2012).[3]

Por sua vez, o ciclo de vida dos mosquitos da espécie Anopheles é em tudo semelhante ao de outras espécies e passa por quatro fases distintas, sendo três aquáticas e a última terrestre – ovo, larva, pupa e estado adulto (Op. Cit.).

Para o ciclo biológico do vector o ideal são as regiões tropicais pelas suas altas temperaturas e taxas de humidade, bem como a elevada pluviosidade, pelo que se pode considerar a malária como uma doença sazonal, já que o seu ponto alto é a estação das chuvas (Seixas e Atouguia 2006).

As formas da doença

A malária pode apresentar-se como, não complicada, complicada, grave ou cerebral. A malária não complicada tem como sintomas a febre alta, calafrios e sudorese, cefaleias, diarreia e outros sintomas que a tornam parecida com a pneumonia ou a gripe, por exemplo. O tratamento correcto é necessário para prevenir o estado de malária grave ou cerebral. Da espécie infectante depende a periodicidade dos sintomas, ou seja terçã se a febre surge ao terceiro dia ou quartã se surge no quarto dia. A malária complicada tem sintomas agravados que levam à malária grave. A malária grave revela-se com alterações da consciência - coma não despertável (sem outras causas), convulsões generalizadas, hipoglicémia, insuficiência renal aguda, disfunção hepática, entre outros igualmente graves; órgãos e sistemas falham e a morte pode dar-se em 24 horas; os grupos de maior risco são as crianças, as grávidas, os viajantes, por exemplo. A malária cerebral é de tal maneira gravosa que leva ao coma não-despertável se não for diagnosticada e tratada correctamente (Seixas e Atouguia 2006).

Da evolução do tratamento e das resistências adquiridas

O primeiro tratamento eficaz para algumas febres foi o quinino, trazido do continente americano, representativo do novo mundo, para a Europa no século XVII por missionários jesuítas. A partir da década de 1920, alemães e americanos procuram alternativas sintéticas ao quinino e depois de algumas soluções encontradas e após 2ª Guerra Mundial houve um medicamento - a cloroquina – que se mostrou mais eficaz que os anteriores, de fácil produção e sem efeitos secundários, mas nos anos 70 surge a resistência à cloroquina. Os EUA com a preocupação de encontrar um medicamento eficaz porque precisa-

3 http://www.cdc.gov/malaria/about/biology/index.html [Consultado em 09 de Agosto de 2013]

vam de proteger os seus militares, obtêm a mefloquina. Mas um tratamento para a malária era já conhecido pelos chineses desde há muito, a artemisinina, e em 1974, começaram os ensaios clínicos em larga escala e a preparação era para que a artemisinina tivesse uma acção rápida e eficaz contra a resistência do P. falsiparum à cloroquina, e apresentasse poucos efeitos secundários. A planta da artemisinina, a Artemisia annua, cresce no sul da China e depressa as autoridades chinesas construíram fábricas para a sua extracção. Entretanto, revela-se o mais temido e aparecem resistências ao medicamento, desde alguns anos, na zona de fronteira entre a Tailândia e o Camboja. Em resposta, a OMS recomendou que a artemisinina devesse ser combinada com outros medicamentos anti-maláricos, surgindo os ACT - Artemisinin Combination Terapy e que as maiores empresas farmacêuticas teriam de fornecer os medicamentos a preço de custo. Com o fim de se realizar esta intenção, foi criada a Artemisinin Enterprise, financiada pela Bill and Melinda Gates Foundation.[4]

Da prevenção e do tratamento no século XXI

Segundo o relatório mundial da malária de 2012[5] da OMS, na última década houve um aumento considerável na implementação de programas de combate à malária, com um substancial aumento do financiamento internacional de cerca de 1.660 milhões de dólares, em 2011, para 1.840 milhões de dólares, em 2012, dirigido aos países africanos mais sacrificados por esta endemia. Segundo o mesmo relatório, o Global Malaria Action Plan, GMAP, previu a necessidade de 5.100 milhões de dólares, por ano, entre 2011 e 2020 para uma intervenção a nível mundial contra a malária e, no entanto, a totalidade dos fundos disponíveis não deverá chegar aos 2.700 milhões. Os próprios governos africanos investiram cerca de 625 milhões de dólares em 2011, na implementação de programas de controlo da doença (WHO 2012).

Na última década foram salvas milhões de vidas, reduzindo-se o número de mortes por malária em cerca de um quarto a nível mundial e em um terço na Região Africana da OMS, embora a transmissão da doença continue a ocorrer em 99 países, estimando-se 655 mil mortes em 2010, (número que pode variar entre 537 mil e 907 mil). Inevitavelmente ligada à pobreza e à pobreza extrema, (menos de 1,25 dólares por dia), a malária afecta essencialmente as crianças mais pobres e as que vivem nas zonas rurais (Op. Cit.).

O mesmo relatório refere que metade dos países endémicos, dos quais apenas 9 africanos, poderá conseguir o objectivo de reduzir em 75% os casos de malária em 2015, em comparação a 2000. De acordo com as estimativas de 2010, 80% da taxa de mortalidade devido à malária ocorreu em 14 países, da qual 40% pertencem à República Democrática do Congo e Nigéria. Dos casos estimados 80% verificaram-se em 17 países, dos quais 40% centram-se na RDC, Nigéria e India (Op. Cit.).

Em 2012 a OMS lançou o Global Malaria Programme, (GMP), T3 - Test. Treat. Track. Scaling up diagnostic testing, treatment and surveillance for

4 http://www.rcpe.ac.uk/journal/issue/journal_40_2/butler.pdf [Consultado em 10 de Setembro de 2013]

5 http://www.who.int/malaria/publications/world_malaria_report_2012/wmr2012_summary_and_keypoint_pt.pdf [Consultado em 29 de Setembro de 2013]

malaria,[6] para assegurar que em todos os países endémicos a doença seja controlada através de programas de detecção, tratamento e vigilância eficientemente implantados.

Test - Universal Access to Malaria Diagnostic Testing: an Operational Manual (2011): Desde 2010 a OMS recomenda a confirmação por análises de sangue ou por testes rápidos de diagnóstico, os chamados RDT´s – Rapid Diagnostic Test. Em África o aumento de aplicação dos RDT´s foi de 5% em 2000 para 45% em 2010, devido ao seu baixo custo. Com a implementação dos programas T3, a produção e a venda de RDT´s aumentou de 45 milhões em 2008 para 88 milhões em 2010, dos quais menos de metade foi destinada a África (Op. Cit).

Os RDT´s apareceram no final da década de 1990 e hoje há cerca de 60 fabricantes em todo o mundo que disponibilizam mais de 200 tipos de RDT´s. A gravidade da doença da malária não permite aos meios de diagnóstico falta de qualidade, para o que a WHO - GMP publicou, em 2011, Good practices for selecting and procuring rapid diagnostic tests for malaria, onde estão descritas todas as exigências a que estes produtos devem obedecer.[7]

Treat - Guidelines for the Treatment of Malaria, Second Edition (2010) – Para o tratamento da malária, só os medicamentos combinados, ACT´s, são realmente eficazes. As constantes mutações do parasita impõem uma atempada e correcta administração dos ACT´s de qualidade, prevenindo-se o recurso por parte das populações a medicamentos contrafeitos. Em 2010, a utilização dos ACT´s chegou a 181 milhões de quantidades no sector público e a demanda prevista para 2011 era de 287 milhões de doses, um aumento de cerca de 30% devido ao aumento das vendas subsidiadas também para o sector privado. Dadas as recomendações da OMS os medicamentos ACT´s, em 2010, fizeram parte do tratamento da malária por P. falsiparum em 84 países, destes, 60 disponibilizaram os medicamentos de forma gratuita para toda a população (GMP 2012).

Track - Disease Surveillance for Malaria Control & Elimination (2012) – Entre 2000 e 2010 foi conseguida uma redução para metade dos casos de malária em 43 países endémicos e noutros 8 países endémicos a redução dos números de casos foi de 25%. É necessário um compromisso politico com os países e entidades doadoras para que o objectivo global da OMS de, entre 2012 e 2017, através do Roll Back Malaria Partnership, implementar as suas estratégias de forma correcta e profícua (GMP 2012).

As medidas preventivas recomendadas pela OMS incluem a distribuição gratuita do maior número possível de redes mosquiteiras insecticidas, as LLIN´s - long-lasting insecticidal nets, às populações em risco, tendo sido distribuídas em África, entre 2008 e 2010, cerca de 290 milhões (Op. Cit). A distribuição de redes insecticidas aumentou de 88.5 milhões para 145 milhões em 2010 e a estimativa é de que cerca de 50% dos lares na África subsariana tenham hoje pelo menos uma rede de protecção, mas a percentagem do número de pessoas que tem uma rede sob a qual dormir, era cerca de 33% em 2012 (WHO 2012).

---

6 http://www.who.int/malaria/publications/atoz/test_treat_track_brochure.pdf [Consultado em 29 de Setembro de 2013]

7 http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501125_eng.pdf [Consultado em 01 de Outubro de 2013]

Foram 39 os países desta região africana que seguiram as recomendações da OMS e facultaram gratuitamente as redes protectoras às suas populações. (Op. Cit.)

Serão necessárias cerca de 150 milhões de LLIN´s, por ano, para que todas as populações dos países endémicos de África fiquem minimamente protegidas. A acrescer a esta necessidade anual, há o facto de estas redes terem uma duração de três anos, findos os quais têm de ser substituídas (Op. Cit.). São fabricadas na sua quase totalidade na Ásia, principalmente na China.[8] O processo de fabrico deste material inclui a fixação do insecticida à rede para a tornar resistente à lavagem.[9] O controlo de qualidade destas redes é muito rigoroso, porque a sua eficácia tem de ser total.[10]

Por outro lado, sprays insecticidas intra-domiciliários, os IRS - Indoor residual spraying são também de vital importância, mas apenas 11% da população da África subsariana usufruía desta protecção em 2011. Se bem que a aplicação do IRS seja de comprovada eficácia, está também comprovada a resistência do mosquito, em 64 países, a um dos insecticidas usados. Em 2012, a OMS lançou o Plano Mundial de Gestão das Resistências dos Vectores da Malária aos Insecticidas - Global Plan for Insecticide Resistance Management in malaria vectors [11] Como os insecticidas são usados tanto nas LLIN´s como nos IRS´s, a vigilância da resistência do mosquito tem de ser constante, dado haver resistência aos insecticidas desde 1940.

A OMS calcula que sejam necessários cerca de 200 milhões de dólares para a coordenação a nível mundial da implementação das estratégias do programa Global Plan for Insecticide Resistance Management in malaria vectors, GPIRM, para a pesquisa dos níveis de resistência do vector e para o aumento da I&D de novos produtos de controlo (WHO 2012).

A prevenção passa também pelo Tratamento Preventivo Intermitente - Intermittent Preventive Treatment – em mulheres grávidas (IPTp). Segundo os dados enviados por 25 países à OMS este tratamento foi seguido por 30% a 57% das mulheres que fizeram consultas pré-natal, em 2011. Para todas as crianças recém-nascidas e até aos 5 anos de idade, a OMS recomenda a profilaxia sazonal – Seasonal Malaria Chemoprevention, contra o P. falsiparum.[12] Trata-se de um tratamento periódico - Intermittent Preventive Treatment in children, ITPc, com medicamentos contra a malária, durante os períodos de maior incidência da doença para que as concentrações terapêuticas se mantenham activas no sangue e haja uma defesa do organismo contra o Plasmódio. Segundo a OMS, com este tratamento preventivo são evitados 75% dos casos de malária e malária severa. Este tratamento deve ser feito pelos serviços nacionais de saúde e incluídos nos programas de vacinação. A OMS já recomendou este procedimento em 2009 e desde então só o Burkina Faso incluiu o ITPc na sua política de saúde pública. Op. Cit.

---

8 http://www.alibaba.com/showroom/llin.html, [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

9 http://www.youtube.com/watch?v=5xsB2BCcPdE [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

10 http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ard-3J9BWk0J:www.deliver.jsi.com/dlvr_content/images/imgprocurement/EOI_LLIN_Prequalification.doc+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

11 http://www.who.int/malaria/media/insecticide_resistance_management_qa/en/ [Consulado em 16 de Setembro de 2013]

12 http://www.who.int/malaria/publications/atoz/smc_policy_recommendation_en_032012.pdf [Consulado em 16 de Setembro de 2013]

Das entidades ligadas à malária a nível mundial

São várias as entidades que a nível mundial desenvolvem esforços no sentido de apoiarem a I&D quer em novos medicamentos, quer numa vacina contra a malária.

O PATH – Program for Appropriate Technology in Health foi fundado em 1977. Desenvolve trabalho em 70 países da Europa, África, Ásia, América Latina e América do Norte, através de parcerias para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos de baixo custo para o HIV/sida, a malária e a tuberculose. O financiamento para as suas acções provém de fundações, do governo dos EUA e de outros governos, assim como de organizações sem fins lucrativos e da própria OMS.

A MVI – Malaria Vaccine Initiative é um programa mundial da PATH criado em 1999 por meio de um subsídio da Fundação Bill Melinda Gates, com o objectivo de defender a necessidade urgente de uma vacina contra a malária de acordo com os ODM, definidos em 2000, no que respeita a travar e inverter a incidência da malária.[13]

A MVI tem um programa de desenvolvimento, até 2015, e em parceria com governos, o sector privado e académico, uma vacina contra a malária com eficácia igual ou maior que 30% contra doença clínica e de duração mínima de um ano. O programa também visa desenvolver, em 2025, uma vacina com 80% de eficácia e com uma duração até quatro anos. (WHO, 2012)

O MMV – Medicines for Malaria Ventures é uma parceria público-privada sem fins lucrativos, fundada em Novembro de 1999, na Suíça. Criou o modelo PDP – Product Development Partnership que veio resolver a questão do investimento em novos fármacos. O MMV apoia em muito o desenvolvimento de novos medicamentos contra o P. falsiparum.[14]

A Bill & Malinda Gates Foundation tem como prioridade a malária e até hoje já contribuiu com 2 biliões de dólares para a luta contra a malária e mais de 1.4 biliões para acções de tratamento e prevenção do Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria.

A Global Fund pretende salvar 10 milhões de vidas e prevenir entre 140 a 180 milhões de novos casos de HIV/ sida, tuberculose e malária, entre 2012 a 2016, num esforço conjunto com a UNAIDS, a OMS e o programa Roll Back Malaria Parterships.[15] Em Setembro deste ano, através da parceria RBM, o Reino Unido prometeu uma contribuição de 1.6 bilhões de dólares para o Fundo Global, para os próximos três anos. A Suécia e a Noruega comprometeram-se com 750 milhões de dólares, para 2014-2016. A França anunciou uma contribuição de 1.4 biliões e os EUA prometeram uma contribuição 1.65 biliões de dólares para 2014. O objectivo do RBM parterships é conseguir um financiamento de 15 biliões de dólares para o Fundo Global. [16]

---

13 *Idem*

14 http://www.mmv.org/research-development/rd-portfolio

15 http://www.theglobalfund.org

16 http://www.rbm.who.int/index.html

O lugar da malária na agenda da investigação científica

Considerando a insistência nos esforços para a descoberta de uma vacina contra a malária, desde a década de 1980, o instituído Malaria Vaccine Advisory Committee da OMS, coordenado pela Initiative for Vaccine Research (IVR) deu lugar ao Malaria Vaccine Technology Roadmap process,[17] (MVTR). Em 2006, a OMS, através deste indicador, lançou o Fórum Global de Pesquisa para a Vacina Contra a Malária e instituiu como metas o ano de 2015 como um marco no desenvolvimento e comercialização da primeira geração da vacina que deverá assegurar 50% de eficácia e ter a duração de um ano e o ano de 2025 como objectivo estratégico para a sua implementação, sendo que até esta data uma segunda geração da vacina terá de garantir uma eficácia de 80% e ter uma duração de pelo menos quatro anos.[18]

Os sponsors do MVTR são a Fundação Bill & Melinda Gates, a PATH Malaria Vaccine Initiative, (MVI), e a Wellcome Trust, representadas pela Roadmap Working Group e pela IVR. Este processo de financiamento conta com parcerias desenvolvidas com a European Malaria Vaccine Initiative, a Advance Market Commitments (AMCs) e a International Finance Facility for Immunization para a compra de futuras novas vacinas para as chamadas doenças negligenciadas, por parte dos doadores.[19] Por outro lado a comunidade da vacina contra a malária tem ainda muitas barreiras a vencer, como as incertezas científicas, o financiamento inadequado, a insuficiente cooperação entre cientistas e agências de financiamento o que limita a participação do sector privado, para além dos ainda incertos instrumentos de aquisição e distribuição da vacina.[20]

De acordo com a informação da OMS de Novembro de 2012[21] existem, neste momento, mais de 20 projectos de vacina contra a malária em testes clínicos, mas apenas uma está em estado de investigação mais avançado. Chama-se RTS,S/AS01, está a ser concebida para ser eficaz contra o P. falsiparum, com esperança de resultar também contra o P. vivax, e os seus testes clínicos têm uma evolução de 5 a 10 anos em relação a qualquer outra candidata a vacina. A empresa responsável por este avanço científico é a GlaxoSmithKline Biologicals, GSK, em colaboração com a PATH Malaria Vaccine Initiative (MVI), financiada pela Bill & Malinda Gates Foundation para a MVI. (WHO, 2012).[22]

Esta pesquisa começou a ser desenvolvida em 1987 pela GlaxoSmithKline Bio que cedo contou com a colaboração do United States Walter Reed Army Intitute of Research. Os primeiros testes realizaram-se em adultos, em 1992, nos EUA e na Bélgica e, em 1998, na Gambia. Esta vacina destina-se a recém-nascidos e crianças pequenas das regiões endémicas da África Subsaariana. Os ensaios clínicos da Fase III da RTS,S começaram em Maio de 2009, nos quais

---

17 http://www.malariavaccine.org/files/Malaria_Vaccine_TRM_Final_000.pdf p. 3 [Consultado em 11 de Fevereiro de 2013]

18 *Idem*

19 http://www.malariavaccine.org/files/Malaria_Vaccine_TRM_Final_000.pdf [Consultado em 11 de Fevereiro de 2013]

20 Idem , p. 3

21 http://www.who.int/vaccine_research/diseases/malaria/malaria_vaccine_q_and_a.pdf [Consultado em 28 de Setembro de 2013]

22 *Idem*

estão envolvidos 7 países africanos porque a vacina tem de ser testada em zonas endémicas para que se perceba a sua eficácia. Países como o Burkina Faso, Gabão, Gana, Quénia, Malawi, Moçambique e Tanzânia compreendem 11 centros de estudos, num total de 15.460 participantes, com análise final esperada para 2014.[23] Dos resultados obtidos até agora os níveis de eficácia desta vacina situam-se nos 33% para a malária simples e em 37% para a malária severa e em crianças com mais de 12 meses. Também ficou provado que a eficácia da vacina diminui após um ano, mas não se sabe o quanto. Só no final dos testes da Fase 3, em 2014, é que se saberá se será necessário administrar uma dose de reforço e se os níveis de protecção da vacina variam de país para país, dependendo dos diferentes níveis de transmissão.

Teremos de aguardar por 2014 para sabermos se a RTS,S tem possibilidade de ser aprovada pelas agências de medicamentos, como a FDA e a EMA e pela própria OMS.

A dificuldade da descoberta de uma vacina contra a malária está na complexidade do parasita e nas mutações que tem sofrido ao longo do tempo, tanto a nível das resistências adquiridas aos medicamentos e insecticidas, como a nível do meio ambiente e alterações climatéricas dos seus habitats naturais. A acrescer a tudo isto há o facto de esta ser a primeira vacina a descobrir para combater um parasita.[24]

Da saúde a nível mundial

Atendendo aos factores que estão envolvidos na prevenção, tratamento e controlo da malária, os quais temos vindo a mencionar, é já reconhecida a gravidade desta doença a nível mundial, bem como a necessidade urgente de uma vacina ou de medicação eficaz acessível a todos. Infelizmente, esta é apenas mais uma doença grave e mortal de entre muitas que afectam a humanidade, mas principalmente o continente africano.

O relatório da OMS - Global Health Risks de 2009,[25] actualiza os dados de 2004 em relação a 24 factores de risco a nível global. Indica como principais riscos de mortalidade no mundo, a hipertensão arterial em 13% das mortes, o consumo de tabaco em 9%, níveis altos de glicémia em 6%, a inactividade física em 6% e o excesso de peso e a obesidade em 5%. Estes são os factores que aumentam o risco de doenças crónicas e mortais como as doenças cardíacas, a diabetes e o cancro (WHO 2009).

Para além das taxas de mortalidade há uma outra medida que indica a perda de anos de vida saudável, reflexo das consequências incapacitantes das doenças e neste quadro temos a subnutrição infantil que representa 6% dos DALYs[26] a nível global, sexo desprotegido 5%, consumo de álcool 5%, a falta de água potável, de saneamento e higiene representam 4% dos DALYs globais. Nos

23 http://www.malariavaccine.org/files/MVI-GSK-FAQ-FINAL-web.pdf; [Consultado em 13 de Maio de 2013] http://www.worldmalariaday.org/download/partners/Updated_RTSS_FactSheet_21_April_2010.pdf [Consultado em 13 de Maio de 2013]

24 http://www.who.int/vaccine_research/diseases/malaria/malaria_vaccine_q_and_a.pdf [em 12 de Fevereiro de 2013]

25 http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GlobalHealthRisks_report_full.pdf [Consultado em 16 de Fevereiro de 2013]

26 Disability-Adjusted Life Year (Barata e Piepolli 2001)

países desenvolvidos as principais causas de morte são as doenças cardíacas, os acidentes vasculares cerebrais, o cancro do pulmão, a pneumonia, a asma ou bronquite (WHO 2009).

Diz este relatório que se estima um gasto anual de 1.2 triliões de dólares em medicamentos, até 2016. Nos EUA, Europa e Japão, até 2016, prevê-se uma redução dos gastos em 57%, por estarem a terminar os direitos sobre várias patentes de importantes medicamentos de marca e também pela contensão dos gastos por parte dos consumidores. Da despesa global 42% serão gastos com as 20 principais áreas terapêuticas, onde se inclui o cancro, a diabetes e a asma.[27] Nos mercados alvo emergentes, China, Índia, Rússia e Brasil, a despesa com medicamentos aumentará entre 10% a 30%, nos próximos cinco anos. Mas o IMS Institute for Healthcare Informatics, no seu relatório, de Junho de 2012, The Global Use of Medicines: Outlook Trough 2016,[28] refere que, futuramente, os gastos com medicamentos dependerão das condições de acesso que terão aqueles que pagam por esses mesmos medicamentos, para além de que, a actual crise económica que também afecta o sector farmacêutico e o factor envelhecimento das populações que sofrem de doenças crónicas dispendiosas a nível de medicamentos, fazem com que impere o controlo de custos tanto para os produtores como para os consumidores.[29] Os novos medicamentos são muitas vezes lançados primeiro nos mercados mais atractivos comercialmente porque este mercado permite a fixação do preço; as terapias mais caras são lançadas mais tarde nos mercados emergentes; a disponibilização dos medicamentos nos diversos mercados tem que ver com factores como as prioridades comerciais e com as normas a cumprir e as avaliações da FDA e da EMA. A prioridade na inovação vai para doenças como o Alzheimer, as doenças autoimunes, a diabetes, cancro e doenças órfãs. Nos próximos cinco anos espera-se o lançamento no mercado entre 32 a 37 novos produtos, por ano, mas as maiores deficiências continuam a ser nas doenças que afectam os países em desenvolvimento.[30]

27 Idem, ibidem.

28 http://www.imshealth.com/deployedfiles/ims/Global/Content/Insights/IMS%20Institute%20for%20Healthcare%20Informatics/Global%20Use%20of%20Meds%202011/Medicines_Outlook_Through_2016_Report.pdf [Consultado em 12 de Fevereiro de 2013]

29 Idem

30 Idem, ibidem.

DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

1. Breve caracterização como sector específico da actividade económica

A esta indústria, em conjunto com a massa crítica de investigadores e cientistas das universidades (muitas destas públicas e por isso dependentes de financiamento público e não privado), cabe a investigação, o desenvolvimento, a produção e comercialização de medicamentos. Depende totalmente do avanço tecnológico que consiga alcançar a favor de necessários e profícuos resultados de investigação que possam dar origem a novos produtos, principalmente medicamentos e vacinas, o que requer avultados investimentos financeiros.

A chamada hipótese de Schumpeter, aplicável à investigação e desenvolvimento em geral, diz-nos que as empresas com competências monopolistas, e relativamente à sua dimensão, serão as mais interessadas e estimuladas em se apresentar na vanguarda do progresso tecnológico, porque serão as que se apresentam em melhores condições de aceder aos mercados de capitais, bem como em fazer face aos riscos inerentes a investimentos mais avultados. Nelson (1959) adita que, para além da sua dimensão, a diversificação de uma empresa é uma condição que favorecerá a investigação e o desenvolvimento (I&D). Por outro lado, Arrow (1962) contraria Schumpeter ao mostrar que muitas vezes, e em relação à estrutura de mercado, quanto maior é o poder de uma empresa no mercado, menor é o incentivo à investigação. Em relação à indústria farmacêutica podem verificar-se estas hipóteses, tanto mais que há economias de escala[31] na actividade da I&D. Quanto ao poder do mercado podemos, ainda, considerar o pensamento de Schumpeter (1950) e ao que o autor (op.cit) chamou de destruição criativa devido ao facto do poder do mercado ser relativo, dependo da evolução do conhecimento em I&D, acompanhada pela evolução tecnológica e dos processos de fabrico. Aplicando este pensamento à indústria farmacêutica, a descoberta de uma vacina contra a malária irá tornar menos necessários os medicamentos profilácticos e de tratamento. O existente mercado de medicamentos tornar-se-á menos útil e já não tão rentável, sofrendo assim o chamado efeito de substituição. Não se trata aqui de uma concorrência de mercado pelo mesmo produto, mas da descoberta de um novo produto - a vacina inexistente - ou seja, um produto valorizado pela sua inovação (Cabral, 1994).

Por sua vez, a fármaco-economia é uma ciência importante para a indústria farmacêutica, governos e sector privado, no sentido de proporcionar informação que permite calcular o retorno dos investimentos, se esse for o objectivo. A fármaco-economia tem como fundamento o estudo da relação custo-benefício do ponto de vista estritamente económico e financeiro. Do ponto de vista médico são considerados resultados positivos a eficácia do medicamento e considerados resultados negativos os efeitos secundários, as falhas do tratamento e o desenvolvimento de resistências. Os resultados destas análises permitem perceber qual a alocação de recursos financeiros mais eficaz entre duas ou mais alternativas de medicamentos, sendo que o custo de um medicamento inclui

31 Economia de escala verifica-se quando uma empresa vê aumentada a sua produção de forma significativa e vê assim caracterizado o seu processo produtivo. Neste caso, quanto maior for o número de unidades produzidas, menor o custo médio de produção (Frank e Bernanke 2003). As economias que provêm da organização da produção são chamadas economias de escala (Cotta 1973)

todos os recursos usados desde a sua produção até à distribuição (Gattani et al 2009).

2. A importância da inovação, da patente e da propriedade intelectual na I&D

Para chegar ao mercado, um novo produto obriga a grandes financiamentos, anos de investigação e avançada tecnologia. Uma vez que um novo fármaco necessita entre 15 a 20 anos de investigação (deste período de tempo há a considerar a necessária evolução tecnológica), só após este período é que se encontrará condições de entrar na chamada fase de produção. A inovação obedece a etapas de desenvolvimento, começando pela investigação básica que está na origem do conhecimento mais elementar; este é a base da investigação aplicada, mais específica e dirigida à produção de um determinado produto. A designação I&D refere-se exactamente a estas duas últimas etapas. O primeiro laboratório privado de I&D foi criado em 1876 por Thomas Edison, única e exclusivamente com o objectivo de produzir inovações (Leão 2011).

Ligada à inovação está a já referida patente que é o direito ao uso e comercialização de um determinado conhecimento, seja de um produto ou de um processo de fabrico. A lei pela qual se regem os direitos das patentes tem como finalidade proteger os direitos dos inventores, dando-lhes o exclusivo do uso da invenção por um determinado período de tempo, ao mesmo tempo que incentiva a inovação (Mankiw e Taylor 2008).

A durabilidade da patente é importante na medida em que influencia directamente os lucros da empresa, já que quanto menor for a sua longevidade, menores serão os lucros exclusivos, ou monopolistas, da empresa detentora da mesma (Cabral 1994).

O ideal seria tratar as patentes das inovações de forma diferente e de acordo com os mercados. O benefício de protecção de patentes poderia variar com o tipo de medicamentos, assumindo-se mesmo alguns como não patenteáveis. No entanto, o autor deste estudo, Lanjouw (2002), reconhece que estas abordagens têm sérios problemas políticos de implementação

Também da maior relevância é o sistema que rege a propriedade intelectual de uma inovação - Intellectual Property Rights (IPR) – e que influencia os sistemas de negociação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Nas negociações Uruguay Round[32], que se realizaram em Novembro de 1982, a indústria farmacêutica internacional defendeu duramente a protecção universal da protecção da patente sem ter tido em consideração as implicações que isso teria para os países em desenvolvimento. Na Ronda de Doha[33], realizada em Janeiro de 2008 no Qatar, foram, na medida do possível, revistos os IPR à luz das prioridades da saúde pública (Sachs 2002).

Estudos mostram, (Gilbert 2005), que o retorno a nível social do investimento feito em I&D é maior que o retorno privado, o que sugere que as políticas que promovam a inovação trazem grandes dividendos para a sociedade. Nesta competição não entram as empresas que detenham o monopólio de uma inovação, dado que os seus direitos exclusivos as protegem da competição.

32 http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/tif_s/fact5_s.htm consultado em 13 de Janeiro de 2013

33 http://en.wikipedia.org/wiki/Doha_Development_Round

Mas havendo competição, estes resultados podem inverter-se porque a ausência dos direitos exclusivos da propriedade intelectual fará diminuir o incentivo ao investimento em I&D (Op. Cit.).

Uma das soluções para superar a insuficiente I&D em vacinas para doenças predominantes nos países de baixos rendimentos, poderá ser o compromisso de sponsors de comprarem essas vacinas, se e quando elas estiverem desenvolvidas. Os autores deste estudo defendem que este compromisso poderia ser suficientemente estimulante para o investimento na I&D desta vacina e quanto maior fosse esse compromisso mais bio-farmacêuticas entrariam na pesquisa e mais rapidamente ela poderia ser desenvolvida (Berndt et al 2006).

Segundo Kremer (2002) a investigação farmacêutica é impulsionada pelo tamanho do mercado e a investigação é geralmente insuficiente para desenvolver curas para doenças de países em desenvolvimento, como a malária. Kremer (2002) conclui que a I&D e os avanços tecnológicos são dirigidos para áreas mais rentáveis e que a investigação farmacêutica dedicada a mercados relativamente pequenos pode ser diminuída. Este é o princípio da teoria de Kremer (Op. Cit.) que defende serem necessários incentivos governamentais para desenvolver medicamentos contra a malária e outras doenças dos PVD´s.

Outro ponto de análise é a diferença entre o medicamento e a vacina, tendo em conta as receitas geradas por um ou outro. Do ponto de vista do modelo de consumo e em termos de receitas, tanto os medicamentos como as vacinas são rentáveis para as empresas farmacêuticas, pelo que estas teriam o mesmo incentivo para o desenvolvimento de ambos. No entanto, ao interromperam a propagação da doença, as vacinas vão fazer com que a procura de medicamentos diminua, logo as receitas dos medicamentos serão mais estáveis e longas do que as receitas das vacinas (Kremer e Snyder 2003).

O relatório Study on Comparative Efficiencies in Vaccine Procurement Mechanisms do Banco Mundial[34] tratou de comparar (de Novembro de 2007 a Maio de 2008) a eficiência da aquisição de vacinas em relação à capacidade desses mesmos países, às agências utilizadas e aos métodos de contratação seguidos em vários países, de forma a esclarecer a Operations Policy and Country Service (OPCS). O objectivo foi o de facilitar a posição do Banco Mundial no que respeita a contractos públicos ou provimento de vacinas através da UNICEF. As vacinas são das mais económicas operações de saúde pública e o Banco Mundial está envolvido no financiamento das vacinas através dos seus empréstimos e subsídios via Associação de Desenvolvimento Internacional - International Development Association (IDA) – o fundo para o financiamento à pobreza. Os governos usam este fundo para adquirir vacinas através de compras directas ou por contratos feitos através da UNICEF (Banco Mundial 2008).

O relatório da MVI, de 2005, avalia o mercado existente para uma vacina contra a malária. Foi analisada a capacidade do mercado para o sector público e privado, o mercado constituído pelos viajantes e outro, não menos importante, pelo interesse que têm nesta vacina é o mercado formado pelos militares. Comparando a relação custo-eficácia entre países, verifica-se neste estudo que os resultados são diferentes entre os países da América do Sul e sudoeste Asiático e os países africanos. Nestes, a vacina apresenta-se num lim-

34 http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/05/08/000356161_20120508002758/Rendered/PDF/683510ESW0P11000eff0in0vaccine0proc.pdf
http://search.worldbank.org/research?qterm=World+bank+found+to+vaccines+in+1+bilion&display_title=&docna=&keywd=&docty=&colti=&src_cit

ite inferior de eficácia e com uma maior vulnerabilidade em relação ao custo, sendo que as populações não podem comprar a vacina, pelo que os governos do países pretendem avaliar a relação custo-eficácia da vacina em comparação com os custos envolvidos nas campanhas de controlo da doença, considerando, inclusivamente, recusar financiamentos sem que, previamente seja assegurada a sustentabilidade da vacina.

Apesar do já existente no mercado a nível da prevenção e tratamento, a vacina é indispensável. O custo é muito importante porque as populações mais carenciadas esperam que a vacina lhes seja administrada a custo zero e os governos não têm capacidade financeira para a fornecer às populações, pelo que nos países africanos endémicos o financiamento dos doadores, a longo prazo, é indispensável (Op.Cit.).

O relatório da MVI (Op. Cit.) dá-nos uma pequena ideia do que é esperado de uma vacina contra a malária, a importância que tem devido às taxas de morbilidade e mortalidade, e a diferente utilidade que terá. É curioso verificar a diversidade de população que se constitui em expectativas sobre esta vacina. Por um lado temos populações que dela precisam para a sua sobrevivência imediata e por outro, temos aqueles que a esperam por causas militares e há ainda aqueles que desejam uma vacina para a malária por uma questão de viagens de lazer.

Conclusão

Como vimos, as verbas disponibilizadas para a investigação, prevenção, tratamento e controlo da malária são enormes - e indicativas do quanto os países em desenvolvimento estão financeiramente deficitários para comprarem e aplicarem a vacina -, mas são conseguidas porque resultam de uma verdadeira preocupação internacional no combate à doença, independentemente das fontes de rendimento geradas por tudo o que é necessário à prevenção, tratamento e controlo da malária.

A questão que se coloca em relação a doenças como a malária, é que a questão da patente, por exemplo, pode ser vista como ética e moralmente inaceitável uma vez que se procura subjugar o bem que tal medicação traria para a humanidade, às regras de mercado e face ao rendimento que tal medicamento pode dar a uma empresa.

O relatório da OMS - Global Health Risks, de 2009 permite perceber quais as principais doenças a nível mundial, as taxas de mortalidade e DALYs de cada uma das doenças e a sua localização, reflectindo assim as necessidades mundiais que são indicadores também para as empresas farmacêuticas. A OMS, por exemplo, terá uma enorme influência, como autoridade máxima a nível mundial, na orientação das investigações científicas.

As empresas farmacêuticas, como empresas que são, têm como finalidade última o lucro e este é uma responsabilidade corporativa, no sentido de que são obrigadas a retribuir lucrativamente os investimentos sob pena de perder futuros investimentos.

As verbas conseguidas à luz da filantropia e cooperação internacional, destinadas à I&D de doenças tropicais, de países em desenvolvimento, são as que dão continuidade à investigação para essas mesmas doenças. E estes in-

vestimentos são o garante da continuidade e da preocupação que as «doenças pobres» poderão continuar a suscitar. No reverso, estarão os investidores accionistas das empresas farmacêuticas para quem a finalidade última do seu investimento é o lucro, mas é também através deles que a I&D poderá manter-se. Temos, então, dois extremos que se tocam fechando um círculo que contém as duas faces do desenvolvimento de medicamentos e vacinas – a filantropia e o interesse económico.

Com a investigação já desenvolvida pela GlaxoSmithKline na procura de uma vacina contra a malária, desde 1987, mesmo que, por insuficiente eficácia, a RTS,S não chegue a ser comercializada, estará desbravado o primeiro caminho que há de levar à descoberta desta vacina.

Acreditamos na humanidade e em que tudo estará a ser feito para que o mais cedo possível uma vacina contra a malária seja uma realidade.

Bibliografia

Livros

Allaby, Michael, Edited by. *Dictionary of Ecology*. Oxford, Fourth Edition, 2010.

Barata, Óscar Soares, Sónia Infante Girão Frias Piepoli, Coord.. *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa, UTL-ISCSP, 2001.

Bürgenmeier, Beat. *Economia do Desenvolvimento Sustentável.* Lisboa, Instituto Piaget, 2005.

Cabral, Luís. *Economia Industrial.* Lisboa, Ed. McGraw-Hill, 1994.

Cotta, Alain. *Dicionário de Economia.* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1973.

Frank, Robert H.. *Microeconomia e Comportamento*. Lisboa, Ed. McGRAW-HILL, 1994.

Frank, Robert H., Bem S. Bernanke. Princípios de Economia. Lisboa, Ed. McGRAW-HILL, 2003.

Henderson, James M., Richard E. Quandt (1958). *Teoria Microeconómica, Uma Abordagem Matemática.* Brasil, São Paulo, 1976.

Kamarck, Andrew M.. A *Economia de África.* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1972.

Leão, Pedro. *Economia dos Mercados e da Empresa.* Lisboa, Escolar editora, 2011.

Mankiw, N. Gregory, Mark P. Taylor. *Economics*. UK, South-Western Cengage Learning, 2008.

Artigos

Acemoglu, Daron, Joshua Linn (2003). "Market Size in Innovation: Theory and Evidence from the Pharmaceutical Industry", *Working Paper 100038*, NBER Working Paper Series, National Bureau of Economic Research, October. www.nber.org [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Berndt, Ernstr et al. (2005). Advanced purchase commitments for a malaria vaccine: estimating costs and effectiveness, *National Bureau of Economic Research,* http://www.nber.org/papers/w11288 [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Gilbert, Richard (2005). "Looking for Mr. Schumpeter: Where are we in the competition-innovation debate?" Volume 6 - *Innovation Policy and the Economy, National Bureau of Economic Research*, MIT Press, 2006. www.nber.org [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Henderson, Rebecca, Iain Cockburn (1993). "Scale, Scope and Spillovers: The Determinants of Research Productivity in the Pharmaceutical Industry." *National Bureau of Economic Research*, Cambridge,. www.nber.org [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Jean O. Lanjouw (2003). "Intellectual Property and the Availability of Pharmaceuticals in Poor Countries". Brookings Institution, Center for Global Development, and University of California at Berkeley, MIT Press, http://www.

nber.org/chapters/c10794 [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

J R Coll Physicians (2003) "A brief history of malaria chemotherapy", *Ed-inb* 2010; 40:172–7. [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Kremer, Michael; Snyder, Christopher M.. "Why Are Drugs More Profitable Than Vaccines?" *National Bureau of Economic Research*. http://www.nber.org/papers/w9833 [Acedido em 21 de Janeiro de 2013].

Documentos Disponiveis eletronicamente

http://newsletters.afro.who.int/tmejhhw9bel1d104f6n4mi?email=true&a=11&p=37297935 [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

http://www.cdc.gov/malaria/about/biology/index.html [Consultado em 09 de Agosto de 2013]

http://www.rcpe.ac.uk/journal/issue/journal_40_2/butler.pdf [Consultado em 10 de Setembro de 2013]

http://www.who.int/malaria/publications/world_malaria_report_2012/wmr2012_summary_and_keypoint_pt.pdf [Consultado em 29 de Setembro de 2013]

http://www.who.int/malaria/publications/atoz/test_treat_track_brochure.pdf [Consultado em 29 de Setembro de 2013]

http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501125_eng.pdf [Consultado em 01 de Outubro de 2013]

http://www.alibaba.com/showroom/llin.html, [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

http://www.youtube.com/watch?v=5xsB2BCcPdE [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ard-3J9BWk0J:www.deliver.jsi.com/dlvr_content/images/imgprocurement/EOI_LLIN_Prequalification.doc+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt [Consulado em 03 de Setembro de 2013]

http://www.who.int/malaria/media/insecticide_resistance_management_qa/en/ [Consulado em 16 de Setembro de 2013]

http://www.who.int/malaria/publications/atoz/smc_policy_recommendation_en_032012.pdf [Consulado em 16 de Setembro de 2013]

http://www.mmv.org/research-development/rd-portfolio

http://www.theglobalfund.org

http://www.rbm.who.int/index.html

http://www.malariavaccine.org/files/Malaria_Vaccine_TRM_Final_000.pdf p. 3 [Consultado em 11 de Fevereiro de 2013]

http://www.malariavaccine.org/files/Malaria_Vaccine_TRM_Final_000.pdf [Consultado em 11 de Fevereiro de 2013]

http://www.who.int/vaccine_research/diseases/malaria/malaria_vaccine_q_and_a.pdf [em 12 de Fevereiro de 2013]

http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/GlobalHealthRisks_report_full.pdf [Consultado em 16 de Fevereiro de 2013]

http://www.imshealth.com/deployedfiles/ims/Global/Content/Insights/IMS%20Institute%20for%20Healthcare%20Informatics/Global%20Use%20of%20Meds%202011/Medicines_Outlook_Through_2016_Report.pdf [Con-

sultado em 12 de Fevereiro de 2013]
http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/tif_s/fact5_s.htm [Consultado em 13 de Janeiro de 2013]
http://en.wikipedia.org/wiki/Doha_Development_Round
http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/05/08/000356161_20120508002758/Rendered/PDF/683510ESW0P11000eff0in0vaccine0proc.pdf
http://search.worldbank.org/research?qterm=World+bank+found+to+vaccines+in+1+bilion&display_title=&docna=&keywd=&docty=&colti=&src_cit
http://www.malariavaccine.org/files/MVIMarketAssessment-Shortversion-16Feb05-LB.pdf

Home-based care programmes and mechanisms of resilience in families affected by HIV/AIDS in south Mozambique

Sónia Nhantumbo-Divage

Abstract

The acknowledgement of the value of community initiatives to assess social and health issues related to the Immunodeficiency Virus (HIV)/ Immune Deficiency Syndrome (AIDS) reflects the government experiences efforts in providing comprehensive and effective services to respond to the growing demand for AIDS-related continuous care. The purpose of this paper is to present the research study I am conducting as part of my PhD thesis and provide the basis for a discussion on social work intervention as part of health services addressed to people with chronic diseases associated with AIDS. The paper explores "continuous care" addressed to patients with chronic diseases as part of basic primary care.

Introduction

According to the course instructions, I will start with short description of my research project. After this, I will have a discussion connected to the theme of resilience as an implication of health promotion in the discipline social work. In this paper, I will try to discuss the relevance of my topic to social work and the role that social workers could play in ensuring the right to basic healthcare to AIDS-related chronically ill women and men in limited resources settings of Mozambique.

Description of the research thesis

My research is about home-based care initiatives implemented in limited-resources areas and its relations with lifelong care services addressed to chronically ill people with AIDS-related conditions. It explores, using qualitative methods, lifelong care services delivered to patients with chronic diseases associated to HIV/AIDS in Calanga, a limited resource setting located at Manhica district, in the south region of Mozambique. The research's aim is to investigate and describe aspects (and constructs) contributing to increase patients and their families' resilience to socio-economic adversities related to HIV/AIDS. Hence, I examine opportunities for social work practice within the health sector.

To enable a link between resilience with the individuals and families' ability to challenge the adversities of live emerging as consequence of HIV/AIDS, I address social work, as the profession which combines empirical knowledge, formal theories and practice knowledge and experimental and informal theories (Dominelli 2010). When applied to healthcare settings, social work become a professional source with the required formal knowledge to address sociocultural, physical, emotional, and environmental issues affecting the individuals and communities' health and well-being (Macleod 2010).

However, acknowledging, the critiques surrounding social work discipline particularly in the global south contexts the research explores the epistemological and the ontological tensions within social work discipline lo locate discourse constructions of social resilience in relation to HIV/AIDS. Therefore, I address resilience as transformative and adaptive phenomenon (Polk 1997) which requires exploring the available (in the surrounding environment and institutionally) resources enable to respond (institutionally or through the individual's own initiative) to the complexity of the daily needs related to the HIV/AIDS' distresses.

I corroborate with Adger (2000) proposition which links resilience to social vulnerability. He understands resilience as "the ability of groups or communities (I will add individuals) to cope with external stresses and disturbances as a result of social, political and environmental" (Adger 2000) changes. In that way, I agree with the assumption that all people have access to the necessary strength, capacities and resources to rely on in a distressful situation. Nonetheless, I view the distress as a form of social vulnerability while resilience appears to be the response to it (Taylor-Gooby 2002). This is the reason why I consider resilience the reverse side of social vulnerability.

As profession, social work possesses the formal knowledge to address social and individual ability to use these resources and networks to assist individual and collective overcoming from the social vulnerability (Tedeschi & Kilmer 2005). Therefore, resilience becomes a conceptual framework allowing explore health and social constructs and aspects developed as a response to AIDS-Related social vulnerabilities (Cadell 2007). Thereby, to meet the aims proposed for the research the questions to be answered are the following: what kind of resilience constructs individuals and families develop? How, do they articulate these constructs with home-based initiatives for continuous care and support for people with AIDS-related diseases and their families?

Background of the study

In the past 25 years, Mozambique witnessed a tremendous growth in health promotion research and practice. Much of the published research aims to promote evidence-based practices instigated by the country's effort to prevent, treat and control the spreading of infectious and non-infectious rampant diseases such as malaria, HIV/AIDS and tuberculosis. Influenced by changes in economic philosophy Primary healthcare was replaced by "Health Sector Reform", based on market forces and the economic benefits of better health the government adopted community-based models for services delivery (NAC 2010a). Accordingly, the integration of actors into the adopted structures for healthcare delivery aimed at equitable distribution of healthcare services and better management practices (Saide & Stewart 2001).

Despite the growing body of literature concerned with the role communities in providing care and support for those infected and affected by HIV/AIDS (Rispel et al. 2009), there is still a significant gap in knowledge about the impact of home-based care services delivered to chronically ill people and their families. The gap is visible in the way in which the literature addresses continuous care for people with AIDS–related diseases (Brentlinger et al. 2010).

For instance, the literature addresses the engagement of community into healthcare and social support delivery as one of the outcomes of the health sector reform. Accordingly, the reform contributed to reducing the long term costs of chronic diseases, improve the efficiency, quality and widen the access to primary health care services in limited resources settings (Groh et al. 2011). However, while this literature is full of evidences of the financial and structural benefits from health reforms (Lambdin et al. 2011)it lacks to provide evidence about the implication of these services on equity, efficiency and its relation with the beneficiaries' well-being and resilience. This highlights the need for research on the impacts of the current healthcare models the country adopted in relation to AIDS-related chronic conditions.

This research is driven by my interest in understanding how the current HIV/AIDS-related health and social strategies the country adopted respond to the growing number of chronically ill patients. The fact that the majority of people living in limited resources settings, like Calanga, are still reliant to traditional medicine and informal networks of social security highlights the urgent need for research to explore mechanisms to reduce the conflicts between the public (state-based) systems for healthcare and social security and the informal systems of health and social security based on local (traditional) knowledge and (re)sources (Sherr et al. 2009) in order to allow a holistic approach to health and social needs of those with chronic diseases (WHO, 2002, 2005).

Methods for data collection

The data collection process, using phenomenographic research methods will take place between January and May 2014. It would allow explore life experiences of lifelong care services users and providers in Calanga (Harris 2011; Chapman & Smith 2002). However, the initial (pilot- exploratory) data I am using in the study was collected through observations and opened-ended

interviews with eight "families" (the patient and his/ her main care giver) and four home-based care providers based in Calanga. The interviews, for both groups took place in their residences. Based on the narratives of the "families" and home-based care providers, it seems that people highlight different and particular aspects of their everyday life dynamics as members of a community while enduring into the process of accepting the disease, adapt their lives to the HIV/AIDS demands and respond to their social roles and duties.

Conceptualization Discussion: Resilience: Social and

In order to normalize the family's social functioning, risk aspects linked with AIDS (i.e.: cope with the everyday duties of parenthood) which needed to be controlled and those linked with care and support (psychological, economic and emotional) considered social enablers, therefore stimulated, are primarily explored within the kinship relations to identify the available sources and resources to establish frameworks for support based on interactions between the patient, the care giver and a referential kin (Heymann et al. 2007). These frameworks are likely to reproduce, and sometimes reframe, the established socio-cultural structures of power, influence based on the access to resources (Machingura, Loewenson, & Chikaphupha, 2011; Akintola 2008).

In that way, through these narratives I understand "normalization" as a response to the social dysfunction caused by HIV/AIDS –related distresses and it is sustained by the family and patients ability to establish support networks within the closer and distant kin (Walsh 2000). Further, the ability to establish support networks predicts resilience and social competence to address the everyday distresses caused by the disease (Early & GlenMaye 2000). However, if the frameworks for social support reproduce and reframe the established socio-cultural structures as referred by (Machingura, Loewenson, & Chikaphupha, 2011) exploring the socio-economic dynamics of these framework is critical particularly in relation to responsibilities distribution in connection with social roles and power distribution (Young & Ansell 2003) .

Thereby conceptual construct on resilience develops through an analysis of socio-cultural contexts of a presence of an individual with AIDS-related disease the family as the core social unity resembling specific societal socio-cultural practices, values and expectations. Thus, the research is formed by theoretical contributions from feminist analysis of social problems (Carr 2003; Tolhurst et al. 2012). By doing so, it will be possible to tackle the social relations mediating the care-giving (Foster & Williamson 2000), and its implications individuals and families' resilience to AIDS –related adversities. However, the dynamics determining individual's ability to build resilience to (AIDS-related) adversities and maintaining social function is also related with the individual (and family) capacity to interact with the surrounding environment (Campbell et al. 2007). This highlights the pertinence of socio-ecological theories (Whitemore et al. 2004; Folke 2006) as a means allow to theorise the families' accumulated experiences in addressing the adversities emerging with AIDS.

In Mozambique, the growing interest in community based models to respond to the everyday needs of chronically ill patients is directly linked the growing number of people living with HIV/AIDS (Sherr et al. 2009). In that context, community approaches are viewed as a strategy to expand and improve the efficiency of HIV/AIDS- related primary healthcare services pro-

vided by the National System of Health and to allow a holistic approach of the basic needs of patients and the affected families. Community care is provided through home-based care models for care and support delivery. Accordingly, Home-based care Programs were instituted "to improve the quality of life and increase the lifespan of people living with HIV and other chronic illnesses through community Home-Based Care initiatives, in coordination with the National Health System" (NAC 2010, p.54). This quotation illustrates the emphasis on HIV/AIDS and the role of community in providing care and support although the meaning "coordination" is not clarified.

To explore the possibilities for coordination, I propose the integration of social work professional practice within the Health sector. As a professional practice, social work holds the necessary formal knowledge to "adapt itself to the historical, geographical and institutional context transforming the practice interaction into the environment in which social workers negotiate, in a constant basis, their professional purposes with their clients, stakeholder and society at large" (Healy 2005). Hence, by exploring the ontological constructs of social work in Mozambique my attempt is to set the ground to explore healthcare and social support as a universal right rather than an immediate right as referred by Healy (2008).

In that way, the policies and strategies to responding to the needs of the subgroup of chronically-ill patients should be addressed within the human rights framework with focus on human dignity. For instance, the World Health Organization defines the conception of health as "the enjoyment of the highest attainable standard of health is one of the fundamental rights of every human being" (WHO 1998). This assertion underlines the dignity and the worth of every human person. It is that "human dignity and worth" I focalise when investigating constructs contributing to increase patients and their families' resilience to socio-economic adversities related to HIV/AIDS.

I explore concepts (and notions) which identify the structure and the functioning system of the National System of Health, particularly in regard to HIV/AIDS treatment and care programmes. These concepts ranging from "home-based care", antiretroviral therapy, volunteers, life-long care allows to locate the issue of resilience and "social function" as an outcome of the right to basic healthcare and social security services. Moreover they connect the debate about resilience with the issues of culture, local inequalities, family and community rights in relation to rights to the basic healthcare and social security instead of people's needs to basic health and social services.

The Mozambican Constitutional Act approaches "family" as the basis of the societal structure. This approach is consentaneous with the social work perspective which conceives "family" as the primary source for "social service agency meeting the social, educational, and health care needs" of its members as referred by Early and GlenMaye (2000) quoting Hartman (1981) (Early & GlenMaye 2000). The health sector tends to disregard the fact that social competence is determined the family structure through cultural values, knowledge and language (Nhamo et al. 2010).

For example, in Mozambique, promoting health and preventing diseases implies address the intricacy and variety of aspects linking peoples' cultural practices, values and ethics influencing individual and community's health behaviour (Airhihenbuwa & Webster 2004) because the traditional systems

of medicine and the networks for social security and support are the main source for basic healthcare provision and social security even though they are in a constant conflict with the biomedical health system and the formal social security systems. Hence, it should be one of the assignments of the research informed social work to develop empirically-based knowledge legitimating these systems (Graham et al. 2007) and coaching then to use local knowledge and resources to improve the life condition of the community.

Conclusion

The results of this study will contribute promoting the development of health social work as an area of professionalization and research. Furthermore, they would develop of a professional identity and establish a bridge between the national systems of social welfare and health and with the indigenous systems of care and social security. Therefore, I expect to describe the elements and factors predicting resilient attitudes and perceive the self-concepts people develop based on their own cultural values and ethics in order to influence the current models the country adopted for the practice of lifelong care delivery. Thus, the research will also set the basis to understanding how care providers perceive the resilience manifestation among the beneficiaries of their services.

References

Adger, W.N. (2000). Social and ecological resilience: are they related? Progress in *Human Geography*, 24(3), pp.347–364. Available at: http://phg.sagepub.com/cgi/doi/10.1191/030913200701540465 [Accessed August 9, 2013].

Airhihenbuwa, C.O. & Webster, J.D. (2004). Culture and African contexts of HIV/AIDS prevention, care and support. *SAHARA J : journal of Social Aspects of HIV/AIDS Research Alliance / SAHARA , Human Sciences Research Council,* 1(1), pp.4–13. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17600995.

Akintola, O. (2008). Unpaid HIV/AIDS Care in Southern Africa: Forms, Context, and Implications. *Feminist Economics,* 14(4), pp.117–147. Available at: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13545700802263004 [Accessed March 26, 2013].

Brentlinger, P.E. et al. (2010). Clinical staging of HIV-related illness in Mozambique: performance of nonphysician clinicians based on direct observation of clinical care and implications for health worker training. *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes,* 55(3), pp.351–355. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20562630.

Cadell, S., (2007). The Sun Always Comes Out after It Rains: Understanding Posttraumatic Growth in HIV Caregivers. *Health & Social Work,* 32 (2007), pp.169–177.

Campbell, C., Nair, Y. & Maimane, S. (2007). Building contexts that support effective community responses to HIV/AIDS: a South African case study. *American journal of community psychology,* 39(3-4), pp.347–63. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17447133 [Accessed March 14, 2013].

Carr, E.S. (2003). Rethinking Empowerment Theory Using a Feminist Lens: The Importance of Process. *Affilia*, 18(1), pp.8–20. Available at: http://aff.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0886109902239092 [Accessed October 12, 2013].

Chapman, E. & Smith, J. A. (2002). Interpretative phenomenological analysis and the new genetics. *Journal of health psychology,* 7(2), pp.125–30. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22114232 [Accessed July 28, 2013].

Conselho Nacional de Combate ao SIDA (2010). *Progress Report, 2008 - 2009 MOZAMBIQUE,* Governo de Mocamabique: Maputo, Mozambique.

Dominelli, L. (2010). Globalization, contemporary challenges and social work practice. *International Social Work,* 53(5), pp.599–612. Available at: http://isw.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0020872810371201 [Accessed September 8, 2013].

Early, T. & GlenMaye, L. (2000). Valuing Families: Social work Practice with families from a strenghts perspective. *National Association of Social Workers,* 45(2), pp.118–130.

Folke, C. (2006). Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. *Global Environmental Change,* 16(3), pp.253–267. Available at: http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0959378006000379 [Accessed September 20, 2013].

Foster, G. & Williamson, J. (2000). *A review of current literature on the impact of HIV/AIDS on children in sub-Saharan Africa. AIDS* (London, England), 14 Suppl 3, pp.S275–84. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11086871.

Graham, J.R., Bradshaw, C. & Trew, J.L. (2007). Cultural Considerations for Social Service Agencies Working with Muslim Clients. *Social Work*, October 2010, 55(4), pp337-346.

Groh, K. et al. (2011). Barriers to antiretroviral therapy adherence in rural Mozambique. *BMC public health, 1*1(1), p.650. Available at: http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=3171727&tool=pmcentrez&rendertype=abstract [Accessed May 22, 2013].

Harris, L.R. (2011). Phenomenographic perspectives on the structure of conceptions: The origins, purposes, strengths, and limitations of the what/how and referential/structural frameworks. *Educational Research Review*, 6(2), pp.109–124. Available at: http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1747938X11000042 [Accessed March 12, 2013].

Healey, Karen (2005). *Social work theories in context- creating Frameworks for practice.* New York, Plagrave Macmillan

Heymann, J. et al. (2007). Extended family caring for children orphaned by AIDS: balancing essential work and caregiving in a high HIV prevalence nations. *AIDS care*, 19(3), pp.337–45. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17453567 [Accessed May 22, 2013].

Lambdin, B.H. et al. (2011). Patient volume, human resource levels, and attrition from HIV treatment programs in central Mozambique. *Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes,* 57(3), pp.e33–9. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21372723.

Machingura, F., Loewenson, R., & Chikaphupha, K. (2011). Evidence from Participatory Research on Community Health Systems for HIV treatment and support in East and southern Africa Synthesis of Participatory research in Zimbabwe , *Treatment* (CoBaSys) programme October 2011, (October).

NAC. (2010). *National Strategic HIV and AIDS Response Plan 2010-2014.* The Government of the Republic of Mozambique. Maputo.

Nhamo, M., Campbell, C. & Gregson, S. (2010). Obstacles to local-level AIDS competence in rural Zimbabwe: putting HIV prevention in context. *AIDS care*, 22 Suppl 2, pp.1662–9. Available at: http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=3024836&tool=pmcentrez&rendertype=abstract [Accessed March 14, 2013].

Polk, L. V. (1997). *Toward a middle-range theory of resilience.* ANS. Advances in nursing science, 19(3), pp.1–13. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9055026.

Rispel, L.C., Sousa, C.A.D.P. De & Molomo, B.G. (2009). *Inequalities in Sub-Saharan Africa ?— A Rapid Policy Appraisal.* , 27(4), pp.492–504.

Robson, E. et al. (2006). *Young Caregivers in the Context sub-Saharan Africa.* , 111, pp.93–111.

Sherr, K. et al. (2009). The role of nonphysician clinicians in the rapid expansion of HIV care in Mozambique. *Journal of acquired immune deficiency syndromes* (1999), 52 Suppl 1, pp.S20–3. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19858931.

Taylor-Gooby, P. (2002). The Silver Age of the Welfare State: Perspectives on Resilience. *Journal of Social Policy,* 31(04). Available at: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0047279402006785 [Accessed April 5, 2013].

Tedeschi, R.G. & Kilmer, R.P. (2005). Assessing Strengths, Resilience, and Growth to Guide Clinical Interventions. *Professional Psychology: Research*

and Practice, 36(3), pp.230–237. Available at: http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/0735-7028.36.3.230 [Accessed May 23, 2013].

Tolhurst, R. et al. (2012). Intersectionality and gender mainstreaming in international health: using a feminist participatory action research process to analyse voices and debates from the global south and north. *Social science & medicine,* 74(11), pp.1825–32. Available at: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21982633 [Accessed April 15, 2013].

Walsh, F. (2002). A Family Resilience Framework: Innovative Practice Applications. *Family Relations* 51(2), pp. 130-137

Whitemore, R., Melkus, G.D. & Grey, M. (2004). Applying the Social Ecological Theory to Type 2 Diabetes Prevention and Management. *Journal of Community Health Nursing.,* 21(2), pp.87–99.

The World Health Organization (2002). *Traditional medicine strategy 2002.* Geneva, World Health Organization Geneva

The World Health Organization (2005). *Preventing chronic diseases: a vital investment*. Geneva, World Health Organization Geneva

The World Health Organization (1998). *Health Promotion Glossary.* Geneva, World Health Organization Geneva

Young, L. & Ansell, Nicola (2003). *Fluid Households, Complex Families: The Impacts of Children's Migration as a Response to HIV/AIDS in Southern Africa* *. , 55(April 2002), pp.464–476.

PAINEL III
AMBIENTE, MUDANÇA E SUSTENTABILIDADE

Painel moderado por Joana Pereira Leite, CEsA/ISEG

Beautiful and Ugly Animals in Kenya Maasailand: Why beauty matters for biodiversity conservation in Africa
Joana Pinho

Agriculturas (peri)urbanas em Maputo: suas dimensões e o espaço urbano
Leonardo de Sousa

Cenários e Tutelas: Perceções do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde
Paula Ribeiro

A conservação ambiental e a mulher guineense: o caso do parque nacional das florestas de Cantanhez, região de Tombali (Guiné-Bissau)
Susana Costa

Desenvolvimento rural e gestão dos recursos hídricos: Conflitos e participação em torno do uso da água da Barragem de Poilão (Ribeira Seca), Ilha de Santiago, Cabo Verde
Vladmir Ferreira

Beautiful and Ugly Animals in Kenya Maasailand: Why beauty matters for biodiversity conservation in Africa

Joana Roque de Pinho

Abstract

Consideration for how humans aesthetically value biodiversity is mostly absent in conservation discourse and practice in the Global South. This contrasts with industrialized countries where this non-economic dimension of human-environmental relationships has been integrated in conservation policies. Conservation practice in sub-Saharan Africa has been dominated by notions of conflict and strategies coupling conservation with economic development. Here, I compare the role of aesthetic appreciation of biodiversity in conservation in the North and the South and scrutinize why research on aesthetic valuation of wildlife by members of African rural communities is rare. Then, based on the case of the aesthetic dimension in the relationship between Maasai and wildlife, I discuss implications for conservation in sub-Saharan Africa related to aesthetic valuation of biodiversity. Deeper engagements of anthropology with conservation science are needed to uncover how positive non-economic dimensions of human-wildlife relationships can be harnessed into the design of conservation strategies that more fully reflect and respect the perceptions and experiences of people who live with wildlife.

Introduction

Knowing how human valuation of landscapes and species influences attitudes towards species conservation is increasingly recognized as crucial for environmental conservation policy-making. For instance, understanding the economic and non–economic values that people associate with animal species is important for mitigating human-wildlife conflict (Manfredo et al., 2003, Kellert, 1985, Manfredo and Dayer, 2004, Madden, 2010) and establishing conservation priorities (Czech et al., 1998, Montgomery, 2002). Thus, in recent decades, social scientists and biologists using theories and methodologies from the social sciences have addressed social, cultural and psychological aspects of human-environmental relationships (Drury et al., 2011, Heberlein, 2012).

In the North, these research endeavors have shown that human positive aesthetic valuation of biodiversity shapes support for conserving biodiversity. In contrast, the literature is silent on the role of aesthetic appreciation of biodiversity in conservation in the Global South in general, and in sub-Saharan Africa in particular. Judging from the lack of research on aesthetic valuation of biodiversity by African land users, the possibility of its existence seems to not even be considered. This aspect is also lacking in conservation policy: predominating conservation strategies in rural Africa aim to solve conflicts between people and wild animals and/or protected areas; and using biodiversity's economic value as an incentive for pro-conservation behaviors through income-generating activities such as tourism. In general, policies have ignored non-economic dimensions of human-environmental relationships (Infield 2001). The unstated rationale seems to be that dependence on natural resources for livelihoods – a reality for many rural African households - precludes appreciation of "nature" for its "beauty". How plausible is it, though, that rural residents do not appreciate beauty in biodiversity and lack well-defined aesthetic preferences for landscapes and species?

In this chapter, I confront this gap in conservation research and policy on the African continent, which, I contend, reflects a biased view of the relationships of African rural residents with biodiversity. Reviewing the literature, I critically examine the fact that the notion of aesthetic value of biodiversity, while debated by environmental ethicists and investigated by conservation scientists in industrialized countries, shines by its absence in the conservation literature and policies in Africa. Based on my Ph.D. research (Roque de Pinho 2009) that analyzes and characterizes the aesthetic appreciation of wildlife by Kenyan Maasai pastoralists and a recent case-study (Roque de Pinho et al., Accepted) quantifying the effects of Maasai aesthetic judgments of wild animal on attitudes towards their conservation, I challenge representations of African rural land users as devoid of aesthetic sensibilities regarding wildlife. In light of the related implications for wildlife conservation in Africa and globally, I argue that aesthetic valuation of wildlife, as a significant dimension of human-environmental coexistence, should be further investigated and integrated in conservation strategy design. However, for this to happen in more than a cursory way in-depth ethnographic involvements with communities are needed on the part of conservation scientists.

Beauty in biodiversity conservation in industrialized contexts

Environmental Aesthetics

> In nature's power to invite appreciation, we may find a prime reason why our environment should matter to us and be something to 'preserve' out of motives quite different from pragmatic or utilitarian ones, such as conserving resources for future use (Cooper 1998: 100).

Human non-economic valuation of biodiversity influences attitudes towards natural resources, species and environmental problems (Czech et al., 1998, 1993, 1996, Kempton et al., 1995, Montgomery, 2002). Kellert's (1996) typology of nine human values of nature clearly defines aesthetic value of biodiversity as one important influence shaping our relationship with biodiversity. Other scholars, such as Hettinger (2005), Thompson (1995), Holmes Rolston III and Aldo Leopold (both in Hettinger 2005) have put aesthetics at the center of environmental concern. Cooper (1998) defends that, aside from utilitarian reasons, the aesthetic value of the environment should be one reason for humans to conserve it, calling the disappearance of natural landscapes and animal species "aesthetic depredations" (Cooper 1998: 100). For Thompson (1995: 304), an "aesthetic approach to the evaluation of nature does provide us with a way of arguing for the protection and preservation of some natural objects and environments." Broadly, these arguments are part of environmental aesthetics, a study field concerned with what is "beauty" in "nature" and how this knowledge can advance environmentalist goals, and related philosophical implications (Lee, 1995, Carlson, 2010). Some authors have proposed we approach biodiversity conservation as we do art (Kiester, 1997, Cooper, 1998, Thompson, 1995). Brady (2002) puts forward the concept of aesthetic integrity as a guiding principle for policy-making. Thompson (1995) stresses the importance for environmental conservation decision-making of understanding people's aesthetic appreciation of the environment, which biases conservationists in their decisions (Kovacs et al., 2006, Eaton, 1998, Johnson, 1995). Fire suppression, an aesthetic choice, is a case in point (Eaton, 1998).

Aesthetic Preferences for Animal Species and influence of aesthetic appreciation of wildlife on conservation decision-making

> In our effort to conserve biodiversity, we must better understand the biodiversity preferences of humans, who will decide what to conserve (Stokes 2007: 361).

Environmental aesthetics research has been more concerned with the beauty of landscapes (Lee, 1995, Brady, 2002) than with that of animals, which Parsons (2007) deplores. It is intuitive, however, that humans find some animals more appealing than others and that this would affect conservation. Studies in western contexts have explored two angles of this relationship and related implications: 1) how people rank animal species according to their physical attractiveness (Marešová and Frynta, 2007, Marešová et al., 2009a, Stokes, 2007, Knight, 2008) and 2) which physical characteristics explain such prefer-

ences (Gunnthorsdottir, 2001, Stokes, 2007, Ward et al., 1998, Metrick and Weitzman, 1996, Knegtering et al., 2002, Marešová et al., 2009b).

In the North, charismatic megavertebrates, (e.g., pandas, elephants, lions) are considered especially attractive, while most invertebrates are not. Colorful, mobile and diurnal species, such as mammals and birds are preferred (Kellert, 1993, 1996). Other favored physical traits include large size (Ward et al., 1998), neotenic features (Burghardt and Herzog, 1980) and similarity to humans (Kellert, 1986, Plous, 1993). Human aesthetic preferences discriminate at a very fine scale within the same taxon, as shown in snakes (Landová et al., 2012, Marešová and Frynta, 2007, Frynta et al., 2011), birds (Frynta et al., 2010, Lišková and Frynta, 2013, Stokes, 2007) and mammals (Frynta et al., 2013).

Distinct preferences for animal species based on their physical characteristics are thus pervasive across a range of taxa and have implications for public support for conservation. This association has been recognized by environmentalists, who have long relied on the power of animal attractiveness to promote conservation awareness through campaigns featuring charismatic and "cute" wild animals, e.g., adorable baby seals, friendly pandas and majestic lions. It is only recently, however, that scientists have examined how aesthetic predilections for species influence public willingness to support them. Knight (2008) showed that "cuteness" of endangered species was positively related to public support for their US governmental protection. Huddy & Gunnthorsdottir (2000) demonstrated the impact of the emotionally-based appeal of imagery of "cute" and "ugly" animals on political behavior. Their participants were likelier to feel positive about an environmental organization, agree with its goals and take action when it was protecting a cute animal rather than an ugly one. This effect was independent of the animals' biological importance (see also Gunnthorsdottir, 2001).

These studies confirm Stokes' (2007) argument that aesthetic appeal is a powerful motivator for biodiversity conservation among the general public. Conservation policy-makers are also biased by their personal aesthetic judgments: allocation of conservation resources has favored large "attractive" vertebrate groups (Czech et al., 1998). Metrick and Weitzman (1996) found that an animal's size and degree to which it is perceived as a "higher form of life" play a greater role than scientific criteria (i.e., endangerment status; taxonomic uniqueness) in determining governmental conservation decisions (e.g., listing as endangered; spending). Similarly, Knegtering et al. (2002) demonstrate that these physical characteristics affect non-governmental organizations' support for public conservation actions independently of the organizations' interests. Snake species' populations kept in zoos worldwide correlate with human aesthetic preferences rather than with their conservation status (Marešová and Frynta, 2007). Zoo animals' sizes also reflect visitors' preferences for larger species (Ward et al., 1998).

In light of these biases, Stokes (2007: 361) recommends that "conservationists be vigilant to the potential for aesthetic responses to influence conservation efforts." As endangered species compete for limited funds (Montgomery, 2002), understanding the aesthetic values held by the public and policy-makers could help establish more equitable approaches to funding conservation research (Trimble and Van Aarde, 2010) and policies (Metrick and Weitzman,

1996, Czech et al., 1998, Frynta et al., 2010). Stokes (2007) and Knegtering et al. (2002) suggest promoting the conservation of less physically attractive but ecologically important taxa; and revealing to the public appealing qualities of poorly known species (Stokes 2007). Recent conservation outreach campaigns have highlighted the plight of "ugly animals" in need of protection (Lawson, 2013, see also Estren, 2012).

Given these potential effects of subjective aesthetic judgments of animal species, I concur with Stokes (2007) when he recommends that this influence on attitudes and behaviors be investigated and factored into conservation strategies. However, as I show next, this factoring in of the "species' beauty effect" in conservation research and policy is missing from the conservation record in Africa.

Aesthetic appreciation of biodiversity in non-industrialized contexts

No beauty of wildlife in Africa?

Analyzes of human-wildlife relationships in the Global South usually emphasize the economic and religious dimensions. For instance, Kellert (1986 : 62) asserts that in developing countries people only ascribe two types of values to wildlife: 1) an economic, material, utilitarian value; and/or 2) a mythical, religious, magical value. He cites a study by Mordi (1991, in Kellert 1996)[1] according to which wildlife in rural Botswana is perceived as possessing mostly magical and/or utilitarian significance. Mordi recommends that local biodiversity conservation policy be based on utilitarian value (i.e., through wildlife utilization, ecotourism).

Generally, conservation strategies in Africa have ignored non-economic, cultural values of biodiversity to local communities (Infield, 2001). They have also been dominated by a human-wildlife conflict (hereafter, HWC) framework that sees humans and wildlife as antagonists. Human-wildlife conflict is defined as occurring "when the needs and behavior of wildlife impact negatively on the goals of humans or when the goals of humans negatively impact the needs of wildlife", e.g., wildlife damaging crops; injuring or killing domestic animals; threatening or killing people; and people killing wildlife (Madden, 2010: 248). Within this HWC framework, cultural and spiritual aspects of human-wildlife conflict are sometimes acknowledged, but it is done in ways that brush over the complexities of this relationship (e.g., Manfredo and Dayer, 2004).

Since the 1990's, under the guise of community-based conservation (hereafter, CBC), conservation policies in Africa have aimed at solving HWC by reconciling conservation with economic development, for instance among communities residing around protected areas or whose livelihoods are affected by conservation policies (e.g., through losing access to land and resources). Resolving conflicts between local residents and wildlife or between them and conservation goals and enlisting their support for conservation has commonly involved economic compensation of economic losses and education about the

1 Mordi, R. 1991. Attitudes towards Wildlife in Botswana. New York: Garland.

economic value of biodiversity, for example through tourism and wildlife utilization (Galvin et al., 2006). Thus, by conceptualizing biodiversity as (actual and potential) source of income to rural residents, this approach to conservation embodies the assumption that economic rationalism defines the relationships of African rural land users with non-human animals (Stern, 2008). The associated narrative depicts them as valuing wildlife as meat or providers of tourism dollars.

While the material importance of natural resources to African rural livelihoods is undeniable, I would argue that the predominance of economic arguments in conservation policies reflects a biased view of African land users as unable to relate to the environment in non-utilitarian ways because of their resource-dependent livelihoods. A few studies highlighting non-economic dimensions of human-environmental relationships support my contention. There are non-utilitarian values attached to Tanzanian protected areas by neighboring residents, such as protection of wildlife for future generations (Newmark et al., 1993) and pleasure of "see[ing] and know[ing] different animals"(Kangwana and Ole Mako, 1998: 18). Knight et al. (2000) stress the strong symbolic dimension of HWC, highlighting how the phenomenon is not best explained through an economic cost-benefit analysis lens. Barrett & Arcese (1995) and Gibson & Marks (1995) also claim that conservation planners have left important non-economic dimensions of people-wildlife relationships out of the design of conservation projects. Since local values of wildlife can be at odds with the Western preferences and priorities that guide conservation interventions in rural communities, Infield (2001), Gadd (2005) and Kuriyan (2002) argue for the inclusion of non-utilitarian, cultural values of wildlife in conservation strategies to make these more locally acceptable.

Studies of human attitudes towards species, conservation programs or protected areas typify the search for solutions - mostly economic - to improve interactions between local populations and conservation goals and attempts to determine the success of CBC projects in changing local attitudes and behaviors towards conservation (Kangwana and Ole Mako, 1998, Newmark et al., 1993). With regards to East Africa, my region of interest, most research has been survey-based (Browne-Nuñez and Jonker, 2008), focusing on the local demographic and socioeconomic variables driving attitudes towards wildlife, i.e., respondents' gender and formal education (Kaltenborn et al., 2006a), land use (Okello, 2005), religion (Hazzah et al., 2009) and wildlife-conservation economic benefits in households (Gadd, 2005, Groom and Harris, 2008). Others have focused on the political economic variables influencing those relationships (Goldman et al., 2013).

Amidst the limited research on the non-economic dimensions of human-wildlife relationships in African rural areas, how aesthetics mediates these has been especially overlooked. Mordi (1991, in Kellert, 1996) suggests that aesthetically appreciating wildlife among Botswana citizens is somehow related to urbanization and the adoption of Western values. This seems to imply that aesthetic enjoyment of nature is the prerogative of citizens of industrialized contexts while rural Africans lack that sensitivity; that Westerners can afford the luxury of enjoying landscapes for their recreational benefits and looking at wild animals without seeing food but resource-dependent rural residents in non-industrialized cannot. Ranger (2000), for one, strongly argues against the

dominant view that rural Africans, before colonization, lacked aesthetic preferences for their landscapes. In the biological conservation literature, a few studies have touched upon the aesthetic dimension of human-environmental relationships, although indirectly. Hill (1998) found an aesthetic basis to attitudes towards elephants in Uganda: "Elephants are good to be seen", "they're God's beauty" and "it makes us happy to see them" were listed as reasons to conserve them. Gadd (2005) found that, after tourism benefits, pleasure to see elephants was the second most important benefit for members of northern Kenya's pastoralist communities. Gillingham and Lee (1999) found wildlife's aesthetic value to be a benefit that residents around the Selous Game reserve (Tanzania) appreciated (after economic benefits). Communities around protected areas in Tanzania and Ghana want wild animals around for aesthetic enjoyment and cultural reasons (Robinson et al., 2012). These few studies suggest that aesthetic appreciation of animals could be a relevant dimension of human-wildlife coexistence in Africa, just as it is elsewhere. Moreover, aesthetic value partly underlies the widely adopted flagship species-based conservation strategies (Entwistle, 2000). In developing countries, this approach is more successful if the flagship species reflect values and preferences held by the communities targeted by conservation initiatives, in addition to aesthetically appealing to Western donors (Bowen-Jones and Entwistle, 2002). These locally specific aesthetic preferences for species should thus be uncovered.

No study among human communities residing around African protected areas, however, has investigated in-depth whether wild animals which people use or with which they share resources are the source of aesthetic delight or revulsion. Conservation science has not yet paid attention to how people's perceptions of animals' physical appearance affect their attitudes towards their conservation and related implications for policy. Next, to justify my claim that it is important that conservation science takes note of local aesthetic valuation of wildlife in Africa's rural areas, I discuss insights from my Ph.D. (Roque de Pinho, 2009) and findings from a case study by Roque de Pinho et al. (Accepted).

The question of beauty in Maasailand

The Amboseli Ecosystem in Kajiado County, southern Kenya Maasailand, is a good place to start exploring local aesthetic appreciation of wildlife and its influence on conservation for two reasons: the local Amboseli National Park (hereafter, ANP) pioneered CBC initiatives; and the local Maasai pastoralists are renowned for their spatially close and benign relationship with wildlife, having coexisted in the ecosystem since about 500 AD (Galaty, 1993). Western (1994) has described their ecologies as intertwined and compatible.

The Amboseli semi-arid Ecosystem covers 8,500 km2 of Kajiado County (BurnSilver and Worden, 2007) in the Rift Valley Province and includes at its core the small, unfenced (392 km)2 Amboseli NP (Kenya Wildlife Service, 2013), one of Kenya's most visited parks (Okello et al., 2008). In the rainy season, wildlife disperse out of the park onto surrounding privately and communally owned Maasai ranches (group ranches). The extent of this seasonal dispersal defines the ecosystem's boundaries (Western, 1975). Maasai

are historically transhumant pastoralists with a subsistence economy based on their cattle and small stock (Western and Dunne, 1979). Because they hardly eat wild animals, except in droughts (Collett, 1987), until the advent of tourism and conservation projects these had little economic value (see Roque de Pinho, 2009 for species' uses). People are now diversifying their economy and land use (Wangui, 2008), formally educating their children and becoming Christians (Roque de Pinho, 2009) while privatizing the group ranches and subdividing the land (Western et al., 2009).

Historically at the forefront of CBC (Western, 1982), the ecosystem boasts a profusion of initiatives using economic incentives to promote support for wildlife conservation among local communities (Western and Wright, 1994). These benefits include ANP revenue sharing through KWS; economic compensation of wildlife damages (Maclennan et al., 2009), income from wildlife cropping schemes, employment; and health services, secondary education scholarships and outlets for Maasai craft provided by small-scale private and locally managed community-based conservation initiatives (Roque de Pinho, 2009). The possibility that non-utilitarian values of wildlife to pastoralists, such as their aesthetic value, could inform local conservation strategies has been overlooked.

Beauty, nevertheless, is a frequent conversation topic among Maasai pastoralists. Like other East African pastoralists (Evans-Pritchard, 1940, Coote, 1992, Almagor, 1983, Turton, 1980, Infield et al., 2003, Schneider, 1956, Abbink, 2006), Maasai evaluate the attractiveness of each other's cattle and their visual qualities (e.g., horn shape; coat color patterns) (Mol, 1996, Finch and Western, 1977), which are codified in sophisticated nomenclatures (Roque de Pinho, 2009). Like anyone else, they judge the aesthetic qualities of people, for instance teasing members of other clans for their alleged ugliness. Meanwhile *ilmurran* ("warriors") adorn themselves to attract girlfriends; and women debate at length the "beauty" of clothes and respective color combinations (I was the daily target of such, not always positive, evaluations. See Roque de Pinho, 2009). Limited research on Maasai aesthetics has focused on female beadwork expertise (Klumpp and Kratz, 1993). It is clear to anyone spending time in Maasailand that Maasai have a refined aesthetic sense. It would thus be peculiar if aesthetics did not intervene in their relationships with the wild animals with which they share the land.

It is precisely this aspect that I endeavored to examine in the context of my Ph.D. To this effect, I conducted two-year ethnographic fieldwork in the Amboseli Ecosystem, with a mixed methods approach combining qualitative and quantitative data collection and analyses. Long-term ethnography, with extensive qualitative data collection, including participant observation and unstructured interviews (conducted in Maa, with focus-groups and key-informant interviews) helped to formulate culturally accurate questions, to define concepts for the field research's subsequent stages (i.e., semi-structured interviewing and free listing) and interpret quantitative results (See Drury et al., 2011). In particular, learning Maa was instrumental to grasping local meanings of beauty and ugliness. I paid special attention to linguistic nuances to ensure that informants understood my questions to be about animal "physical attractiveness". Hence, to avoid confusion resulting from the double meaning of sidai, a Maasai word for both good and/or beautiful, the interviews featured

instead the verb atil, i.e., "to please one's eye". A similar situation occurred with the notion of ugliness (See Roque de Pinho 2009).

Please refer to Roque de Pinho (2009) and Roque de Pinho et al. (Accepted) for a detailed description of the study sites and methods and for the qualitative analysis of the role of aesthetics in Maasai-wildlife relationships. Roque de Pinho et al. (Accepted) conducted 191 semi-structured interviews in randomly selected households across three study sites around ANP that contrast in land tenure and/or use, access to economic benefits from conservation and distance to the park (Fig. 1).

Figure 1. The Osilalei, Emeshenani and Imbirikani study sites within the Greater Amboseli Ecosystem. Dots are the settlements where the interviews took place. In: Roque de Pinho, J., Grilo, C., Boone, R. B., Galvin, K. A. & Snodgrass, J. G. Accepted. Influence of Aesthetic Appreciation of Wildlife Species on Attitudes towards their Conservation in Kenyan Agropastoralist Communities. *PLoS ONE.*

To quantify the effects of aesthetic judgments of individual species on attitudes towards conservation, informants freely listed (Bernard, 2002, Weller and Romney, 1988) the animals they found physically attractive ("beautiful") and physically unattractive ("ugly"). Next, they listed species while answering these questions: 1) "If wild animals were disappearing from this land and God gave you the power to rescue some of them, which ones would you rescue?" and 2) "If God gave you the power to make some wild animals disappear from this land, which ones would you like to see removed?" The respective answers

were interpreted as revealing informants' support for rescuing the listed species; and their support for their local removal. The effect of perceiving species as beautiful on support for rescuing them, and of perceiving them as ugly on supporting their local removal while controlling for informant personal and household socioeconomic variables was quantified through a Generalized Linear Mixed Models (GLMM) approach. Informants' explanations for their listing decisions were qualitatively analyzed to characterize how aesthetic appreciation of species intervened in their listing decisions.

"The land looks beautiful with wildlife on it": aesthetic appreciation of wildlife by Kenyan Maasai pastoralists

Aesthetic enjoyment shines through the local discourse about wild animals. Pleasure in seeing them positively shapes local human-wildlife relationships. Although some informants declare that wildlife cannot be beautiful because they are not cattle, to many others the sight of wild animals in the landscape pleases them thanks to their "decorative" qualities. Expectedly, there is great variability in aesthetic judgments of individual species: some species are beautiful to some informants and ugly to others (Fig. 2).

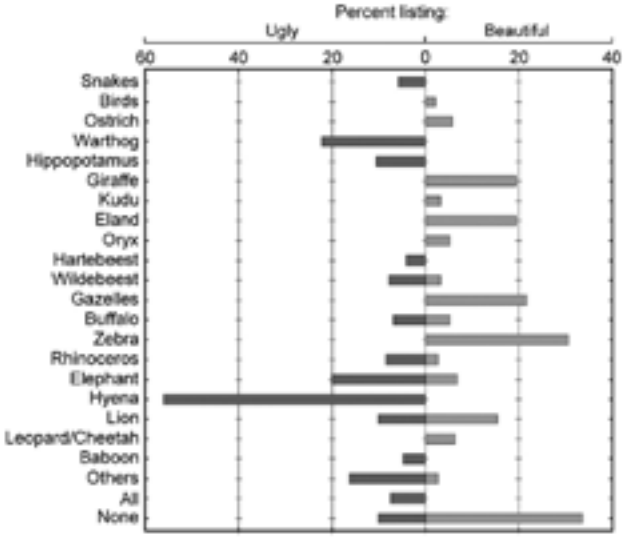


Figure 2. Species listed as beautiful and ugly by informants. Dark gray bars represent percentages of informants who listed each beautiful species (n=190; multiple species allowed). Light gray bars represent percentages of informants who listed each ugly species (n=189; multiple species allowed). The "other" category includes species listed less than 1% of the time In: Roque de Pinho, J., Grilo, C., Boone, R. B., Galvin, K. A. & Snodgrass, J. G. Accepted. Influence of Aesthetic Appreciation of Wildlife Species on Attitudes towards their Conservation in Kenyan Agropastoralist Communities. PLoS ONE.

The consensus is that large herbivores are attractive. Interestingly, some species were listed as enjoyable to watch by informants who simultaneously characterized them as harmful (e.g., lion, elephant). These animals' visual traits and/or fascinating behaviors were cited as overriding these animals' negative

attributes. The informants also had clear opinions regarding which species are ugly and what makes them so. Some informants justified supporting species' protection and their local removal with their beauty and ugliness, respectively, which qualitatively suggests that economic cost-benefit analyses are not the only influences shaping attitudes towards these species. The influence of aesthetic appreciation on attitudes toward conservation was statistically confirmed, with perceived beauty clearly the strongest variable explaining support for protecting giraffe, gazelles and eland when controlling for informant personal and household variables (Fig. 3).

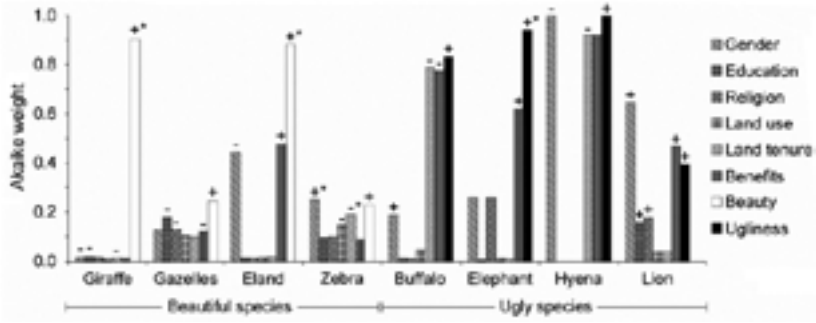


Figure 3. Relative importance of variables in most supported models explaining support for rescuing and removing species. (+) and (-) signs indicate a positive and negative relationship with the response variable in the most supported models (respectively, support for rescuing species and support for removing species); (*): 0.05 significance level. In: Roque de Pinho, J., Grilo, C., Boone, R. B., Galvin, K. A. & Snodgrass, J. G. Accepted. Influence of Aesthetic Appreciation of Wildlife Species on Attitudes towards their Conservation in Kenyan Agropastoralist Communities. PLoS ONE.

Perceived ugliness strongly influences support for the removal of buffalo, hyena, and elephant (but not lion), although its effects are similar in strength to the other explanatory variables' effects. In contrast with the strength of aesthetic appreciation, the effects of economic benefits from wildlife in the household on support for rescuing the beautiful species are less clear. Surprisingly, their influence is positive on support for lion and elephant removal, which of course is unintended by the CBC initiatives using income from wildlife as a pro-conservation argument.

Implications for conservation

Wildlife beauty matters in Africa, too

Several conclusions are warranted from Roque de Pinho (2009) and Roque de Pinho et al. (Accepted). Highlighting the diversity and sophistication of aesthetic judgments of wildlife among southern Kenya Maasai pastoralists, this work shows that aesthetic appreciation of biodiversity is not restricted to the industrialized world. Just as is the case there (Knight, 2008, Knegtering et al., 2002, Frynta et al., 2010, 2013), human aesthetic appreciation of animal

species influences attitudes towards their conservation in Maasailand. Beauty matters for how pastoralists relate with and value the wildlife that lives on their land and in the national park. These are significant findings since the issue of local aesthetic appreciation of wildlife has not been addressed in depth in Africa. They are relevant in light of what I see as a biased framing of rural land users as being too concerned with subsistence to have non-utilitarian appreciation of biodiversity. That Maasai pastoralists appreciate wildlife in general and some species in particular for their beauty contradicts the prevailing conservation discourse that conceptualizes human-environmental relationships in developing countries as utilitarian and/or defined by conflict. These notions do not fully reflect the experiences and feelings of rural land users towards the wild animals with which they share resources. As I argue below, it can also foreclose potential avenues for solving conservation problems and developing conservation strategies.

The importance of seeing animals

One implication for conservation derives from the fact that valuing wild animals aesthetically depends on seeing them. Maasai pastoralists not only aesthetically appreciate wildlife but also actively seek them for the visual delight they provide. What would happen if people no longer see them? Stokes (2006) argues that the power of species' aesthetic appeal as a motivator for conserving biodiversity remains latent in people who have not experienced it and thus will not miss species they have never seen. In Amboseli, from lack of mans, few residents have ever visited Amboseli NP, where they could more easily see these animals. As land tenure is changing from communal to private (Western et al., 2009), the most charismatic and endangered species have disappeared and younger people have not seen elephants and lions. The creation of ANP and other smaller conservation areas, even if locally owned/managed, has meant greater separation of people and wildlife due to restrictions on herding (Roque de Pinho 2009). Because of schooling and urban employment (McCabe, 2003, May and Ole Ikayo, 2007), youth are spending less time herding and observing wildlife in their natural contexts. In this process, people might be losing some of the familiarity they have had with wildlife, which underlies their aesthetic appreciation.

Stokes (2007) suggests providing opportunities for the public to experience biodiversity through images, exhibits and direct contact as an important means to raise support for conservation. My qualitative analysis suggests that in Amboseli too exposure to species could be a viable strategy to nurture positive attitudes towards their conservation. Conservation initiatives in the region could facilitate visits of children and adults to protected areas so they can view rarely seen animals or the ones that are most commonly seen in conflict with human interests outside of protected areas. This approach, which is currently being pioneered in Tanzania (Wildlife Connection, 2013), could potentially promote appreciation for wildlife by building upon a pre-existing value of wildlife: their "beauty." Maasai parents themselves value encounters with wildlife as educational opportunities. As one of them explains, "Wild animals are beautiful to look at, so children can differentiate between the polite ones and the aggressive ones" (Jr. Elder). In the words of another one: "It would be good to have rhinos

around because that would avoid taking children to Nairobi [National Park] to see them" (Sr. Elder).

This strategy could also help counteract negative attitudes towards ugly animals: when ugliness explains support for removing species, I hypothesize that attitudes could be improved by promoting people's direct exposure to these animals. This approach has yielded positive results for the conservation of unpopular taxa in the North: Ballouard et al. (2012) and Randler et al. (2012) show that direct exposure to them improves attitudes towards conservation as education alone is not enough to change them (Heberlein, 2012). Displaying unpopular species more attractively also improves public perceptions thereof (Prokop and Fančovičová, 2013, Jacobson et al., 2011), again suggesting how influential our subjective aesthetic judgments are. In the North, encounters with wildlife in their environment hold aesthetic meanings for the people involved in them and positively shape their appreciation thereof (Deruiter and Donnelly, 2002). Since valuing a species for its beauty requires seeing it, protected areas in developing countries should thus connect the people who live around them with the animals they protect. Additionally, in Amboseli and other contexts where park-communities relationships have been strained by local perceptions that conservationists and the government care less about human wellbeing than wildlife's, this approach would signal goodwill on the part of park authorities and conservation institutions, and contribute to build trust, according to Stern (2008), the most critical aspect in positive park-communities relationships (see also Madden, 2010).

Risks of economic incentives approaches to conservation

The fact that economic benefits of wildlife in Maasai households do not clearly explain attitudes towards conservation (Roque de Pinho et al., Accepted) suggests the need for more research on how non-economic and economic values of human-wildlife coexistence interact to influence conservation outcomes. Non-responsiveness to economic incentives could indicate that other values are at play, such as the perceived aesthetic value of species.

Conservation strategies in Africa have mostly followed an economic logic. However, given the importance of non-economic dimensions in human-wildlife interactions, as I show here among Maasai communities that have been targeted by many conservation initiatives, focusing exclusively on local economic rationality can be a risky approach to complex conservation issues. I would argue that imbuing wildlife with monetary value might compromise non-economic reasons for which some species, even the species that are simultaneously perceived as harmful, are tolerated and liked. Specifically, if the motivation to conserve wildlife becomes purely economic and its non-economic values are ignored or lost in the process, negative effects could ensue if financial incentives to conserve wildlife are discontinued or not forthcoming (see also Gadd 2005).

In Amboseli, wildlife's economic value as promoted by current CBC initiatives and by the Kenyan educational system (Ali, 2002), is still mostly an abstraction. Most local households have not benefited economically from wildlife and positive attitudes towards conservation reflect expectations of yet to realize economic gain (Roque de Pinho, 2009, Groom and Harris, 2008).

Building up these expectations of income from wildlife could interfere with local pleasure in seeing animals for their aesthetic appeal or behavioral interest. I suggest that this shift is underway in Amboseli: for some informants, animals like buffalo and elephants, typically considered ugly, are "becoming" beautiful because "they have a good picture for tourists" (Roque de Pinho 2009). What if tourists do not come? The current global economic recession and unfavorable terrorism-related travel advisories (Schreck, 2013) remind us that tourism is a shaky foundation for conservation.

Approaches to conservation based on economic incentives have also proved problematic in other parts of East Africa (Sachedina and Nelson, 2010). Questioning the supremacy of economic value as a premise for conservation, Barrett & Arcese (1995) argue that the income-generating and food-providing roles of wildlife do not fully explain people-wildlife interactions in Africa. In the North, Thompson (1995) advocates that public environmental awareness driven by aesthetics should have people value natural things for what they are. On advantage of this approach is that biodiversity's aesthetic value is immediate and durable, in contrast with its commodity value that is usually in the future (e.g., drugs to discover) (Kiester, 1997). Likewise, in Maasailand, valuing wildlife aesthetically does not (yet) rely on potentially unreliable funding. This should be viewed as a conservation opportunity rather than a hindrance.

From conflict to human-wildlife coexistence

> We're not used to each other anymore. So, when we meet, we are enemies. Before, the lion didn't eat people that much […] (Amboseli, Maasai woman, 2004 interview)

Human-wildlife conflict (HWC) has been another predominant analytical framework for human-wildlife relationships in Africa. Contrary to recent calls for a return to more traditional preservationist approaches to conservation and for stepping-up "fences-and-fines" approaches (Hutton et al., 2005) – in the process increasing spatial and physical separation between people and wildlife – I concur with Kuryian (2002) that positive dimensions of human-wildlife coexistence should be researched and feature in conservation design. Harnessing these could improve local acceptance of conservation strategies because they are respectful of local ecological knowledge and cultural values (Infield 2011, Goldman et al., 2010).

While there can, indeed, be little overlap between Westerners' preferences for wild animals and the preferences of rural Africans who are threatened by those "beautiful" animals in their daily lives, Goldman et al. (2010, 2013) and Robinson et al. (2012) have also shown that the relationship between local people and conservation goals is not just one of conflict. Prior to the implementation of conservation initiatives, there can be common ground between conservation objectives and local communities' goals for species' management. In Amboseli, this common ground is patent in the fact that pastoralists consider some species that are targets of important conservation efforts (lion and elephant) worth conserving because of their aesthetic interest even when considered harmful. This offers an opportunity to move beyond the human-wildlife conflict framework of local conservation initiatives that "constrains

the ways problems are defined and limits the array of potential solutions available" (Peterson et al., 2010: 79). By building upon these local positive dimensions, solutions to local conservation challenges could be broadened beyond economic rewards for "local people who engage in positive conservation activities" (Hazzah et al., 2009) and compensation of economic costs inflicted by wildlife on livelihoods (Maclennan et al., 2009) to include such strategies as local park visitation programs.

To Maasai pastoralists, protected area creation underlies current conflicts with wild animals, which people feel have increased (Roque de Pinho, 2009). An elder poignantly describes the evolution of people's relationship with wildlife in the ecosystem:

> Wild animals were taken by the government and then they've become more aggressive. Before, they grazed with the cows and didn't cause problems... The moment they were snatched from us, they've become really wild […] Wild animals now hate us and are very annoyed with the Maasai. (Sr. elder, 2004 interview)

Hence, connecting people with wild animals, for instance through park visits, I would argue could counteract these partly conservation-linked processes of physical separation between people and wildlife and offset a related decrease in local ecological knowledge of animals and increase in negative perceptions shaped by frequent conflict situations with those.

Anthropology, ethnography and conservation science

It is commendable that human factors are increasingly being considered in conservation design and practice: as Madden (2010) argues, biology is only one part of the solution to conservation problems. The field has seen a profusion of studies of human attitudes towards wildlife and conservation (Browne-Nuñez and Jonker, 2008) using social psychology survey methods (e.g., Hazzah et al., 2009, Kaltenborn et al., 2006a, 2006b, 1998). However, human-wildlife coexistence is more complex and multifaceted than these frameworks and the use of these methodologies presuppose (Goldman et al., 2010, 2013, Madden, 2010). Also, Heberlein (2012) argues that it is misleading to focus only on attitudes as they are not behaviors.

For the ambiguous and complex non-economic dimensions of human-wildlife relationships to be uncovered and integrated in conservation strategies, more is needed than survey-based conservation social science research, which can be culturally biased and shallow (Goldman et al., 2010, Drury et al., 2011). Anthropologists are well-prepared theoretically and methodologically to disclose the complexities of human-wildlife coexistence and critique approaches to conservation that are based on narrow understandings of human-wildlife relationships as antagonistic and economically-driven. In the Amboseli case-study, the ethnographic, mixed-methods approach based on continuous collection of qualitative data through participant observation and interviews, and attention to linguistics nuances were crucial to these endeavors. Contributing their methodological skills and their deep engagements with the communities that live with wildlife and are affected by conservation policies, anthropologists should be at the forefront of efforts to move conservation science towards notions of coexistence.

Conclusion

In approaches coupling biodiversity conservation with economic development, conservationists are slowly but surely paying attention to the cultural, social and political economic dimensions of conservation. However, more research is needed on how aesthetic appreciation mediates human-environmental relationships in Africa and how this knowledge can inform conservation strategies. I hope the findings from Amboseli I discussed here encourage a reconsideration of how African rural land users are depicted in their relationship with biodiversity independently of their socioeconomic context. Livelihood dependence on natural resources, as is the case for Maasai pastoralists, should not be seen as precluding an aesthetic appreciation of nature as part of a broader relationship that is not just based on monetary considerations. To illustrate this point, an Amboseli Maasai elder offers the concluding words:

> Wild animals and us were all created together by the same God. It makes Enkai [God] happy to see us staying together because we're all from the same mother and we've been staying together in the past. That's why you see a lion eating a cow and that's fine. That's why people sometimes eat wild animals and that's fine. Because we're all sharing each other (Sr. elder, interview 2004)

Acknowledgements

The research on which this chapter is based was permitted by generous grants from the Fulbright Foundation (Portugal) and the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PRAXIS XXI/BD/19669/99). Global Livestock-CRSP (USAID) provided fieldwork funds. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia Postodoctoral grant (SFRH / BPD / 43242 / 2008) supported the writing of this chapter. I am most grateful to my patient and gracious Maasai hosts who sat through my questions and shared their knowledge; to the Osilalei, Imbirikani and Olgulului-Lolarrash Group Ranch Committees for granting research permission; as well as to Richard Supeet, Simayo Somoire, Justus Supeet, Raphael Sitaya and Stanley Kitipai, my tireless research assistants. The International Livestock Research Institute in Nairobi, Kenya, provided institutional affiliation and logistic support.

References

Abbink, J. 2006. Love and death of cattle: the paradox in Suri attitudes toward livestock *Ethnos*, 68, 341-364.

Ali, I. M. 2002. Kenyan children's ideas about parks and wildlife. *Environmental Education Research* 8.

Almagor, U. 1983. Colors that match and clash: an explication of meaning in a pastoral society. *RES*, 5, 49-73.

Ballouard, J.-M., Provost, G., Barre, D. & Bonnet, X. 2012. Influence of a Field Trip on the Attitude of Schoolchildren toward Unpopular Organisms: An Experience with Snakes. *Journal of Herpetology*, 46, 423–428.

Barrett, C. B. & Arcese, P. 1995. Are Conservation-Development Projects (ICDPs) sustainable? On the conservation of large mammals in Sub-Saharan Africa. *World Development*, 23, 1073-1084.

Bernard, H. R. 2002. *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches.* Third Edition, Altamira Press.

Bowen-Jones, E. & Entwistle, A. 2002. Identifying appropriate flagship species: the importance of culture and local contexts. *Oryx* 36

Brady, E. 2002. Aesthetic character and aesthetic integrity in environmental conservation. *Environmental Ethics*, 24, 75-91.

Browne-Nunez, C. & Jonker, S. 2008. Attitudes Toward Wildlife and Conservation Across Africa: *A Review of Survey Research. Human Dimensions of Wildlife: An International Journal* 13, 47-70.

Burghardt, G. M. & Herog, H. A., JR. 1980. Beyond Conspecifics: Is Brer Rabbit Our Brother? *Bioscience*, 30, 763-768.

BurnSilver, S. B. & Worden, J. 2007. Processes of fragmentation in the Amboseli ecosystem, Southern Kajiado District, Kenya. In: Galvin, K. A., Reid, R. S., Behnke, R. H. & Hobbs, N. T. (eds.) *Fragmentation in Semi-Arid and Arid landscapes: Consequences for Human and Natural Systems.* Springer.

Carlson, A. 2010. Contemporary Environmental Aesthetics and the Requirements of Environmentalism. *Environmental Values* 19 289-314.

Collett, D. P. 1987. Pastoralists and wildlife: image and reality in Kenya Maasailand. In: Anderson, D. & Grove, R. (eds.) *Conservation in Africa: People, Policies and Practice.* Cambridge University Press.

Cooper, D. E. 1998. Aestheticism and environmentalism. In: Cooper, D. E. & Palmer, J. A. (eds.) *Spirit of the Environment: Religion, Value and Environmental Concern.*

Coote, J. 1992. "Marvels of Everyday Vision": The Anthropology of Aesthetics and the Cattle-Keeping Nilotes. In: Coote, J. & Shelton, A. (eds.) *Anthropology, Art, and Aesthetics.* Oxford: Clarendon Press.

Czech, B., Krausman, P. R. & Borkhataria, R. 1998. Social construction, political power, and the allocation of benefits to endangered species. *Conservation Biology*, 12, 1103-1112.

Deruiter, D. S. & Donnelly, M. P. 2002. A Qualitative Approach to Measuring Determinants of Wildlife Value Orientations. *Human Dimensions of Wildlife,* 7, 251-271.

Drury, R., Homewood, K. & Randall, S. 2011. Less is more: the potential of qualitative approaches in conservation research. *Animal Conservation*, 14, 18-24.

Eaton, M. M. 1998. Fact and fiction in the aesthetic appreciation of nature.

The Journal of Aesthetics and Art Criticism, 56.

Entwistle, A. 2000. Flagships for the future? *Oryx*, 34, 239-240.

Estren, M. J. 2012. The neoteny barrier: seeking respect for the non-cute. *Journal of Animal Ethics* 2, 6-11.

Evans-Pritchard, E. E. 1940. *The Nuer. A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People,* New York and Oxford, Oxford University Press.

Finch, V. A. & Western, D. 1977. Cattle colors in pastoral herds: natural selection or social preference? *Ecology*, 58, 1384-1392.

Frynta, D., Liskova, S., Bultmann, S. & Burda, H. 2010. Being Attractive Brings Advantages: The Case of Parrot Species in Captivity *PLoS ONE,* 5, e12568.

Frynta, D., Maresova, J., Rehakova-Petru, M., Skliba, J., Sumbera, R. & Krasa, A. 2011. Cross-Cultural Agreement in Perception of Animal Beauty: Boid Snakes Viewed by People from Five Continents. *Human Ecology*, 39, 829–834.

Frynta, D., Simkova, O., Liskova, S. & Landova, E. 2013. Mammalian Collection on Noah's Ark: The Effects of Beauty, Brain and Body Size. *Plos One 8*.

Gadd, M. E. 2005. Conservation outside parks: attitudes of local people in Laikipia, Kenya. *Environmental Conservation,* 32, 50-63.

Galaty, J. G. 1993. Maasai expansion and the new east African pastoralism In: Spear, T. & Waller, R. (eds.) *Being Maasai: Ethnicity and Identity in East Africa*. James Currey.

Galvin, K. A., Thornton, P. K., Roque de Pinho, J., Sunderland, J. & Boone, R. B. 2006. Integrated Modeling and its Potential for Resolving Conflicts between Conservation and People in the Rangelands of East Africa. *Human Ecology,* 34, 155-183.

Gibson, C. C. & Marks, S. A. 1995. Transforming rural hunters into conservationists: an assessment of community-based wildlife management programs in Africa. *World Development*, 23, 941-957.

Gillingham, S. & Lee, P. C. 1999. The impact of wildlife-related benefits on the conservation attitudes of local people around the Selous Game Reserve, Tanzania. Environmental Conservation, 26, 218-228.

Goldman, M. J., Roque de Pinho, J. & Perry, J. 2010. Maintaining Complex Relations with Large Cats: Maasai and Lions in Kenya and Tanzania. *Human Dimensions of Wildlife,* 15, 332-346.

Goldman, M. J., Roque de Pinho, J. & Perry, J. 2013. Beyond Ritual and Economics: Maasai Lion Hunting and Conservation Politics. *Oryx*, 47, 490-500.

Groom, R. & Harris, S. 2008. Conservation on community lands: the importance of equitable revenue sharing. *Environmental Conservation* 35, 242-251.

Gunnthorsdottir, A. 2001. Physical attractiveness of an animal species as a decision factor for its preservation. *Anthrozoos*, 14, 204-215.

Hazzah, L., Borgerhoff Mulder, M. & Frank, L. 2009. Lions and Warriors: Social factors underlying declining African lion populations and the effect of incentive-based management in Kenya. *Biological Conservation*, 142, 2428–2437.

Heberlein, T. A. 2012. Navigating Environmental Attitudes. *Conservation Biology*, 26, 583-585.

Hettinger, N. 2005. Allen Carlson's Environmental Aesthetics and the Protection of the Environment. *Environmental Ethics*, 27, 57-76.

Hill, C. M. 1998. Conflicting attitudes towards elephants around the Bugondo Forest Reserve, Uganda *Environmental Conservation*, 25, 244-250.

Hutton, J., Adams, W. M. & Murombedzi, J. C. 2005. Back to the Barriers? Changing Narratives in Biodiversity Conservation. *Forum for Development Studies*, 32, 341-370.

Infiled, M. 2001. Cultural values: a forgotten strategy for building community support for protected areas in Africa. Conservation Biology, 15, 800-802.

Infield, M., Rubagyema, P. & Muchunguzi, C. 2003. *The Names of Ankole Cows*, Kampala, Uganda Fountain Publishers.

Jacobson, S. K., Langin, C., Carlton, J. S. & Kaid, L. L. 2011. Content Analysis of Newspaper Coverage of the Florida Panther. *Conservation Biology*, 26, 171-179.

Johnson, A. 1995. The good, the bad and the ugly: science, aesthetics and environmental assessment. *Biodiversity and Conservation*, 4, 758-766.

Kaltenborn, B. P., Bjerke, T. & Nyahongo, J. 2006a. Living with Problem Animals—Self-Reported Fear of Potentially Dangerous Species in the Serengeti Region, Tanzania *Human Dimensions of Wildlife*, 11, 397 - 409.

Kaltenborn, B. P., Bjerke, T., Nyahongo, J. W. & Williams, D. R. 2006b. Animal preferences and acceptability of wildlife management actions around Serengeti National Park, Tanzania. *Biodiversity and Conservation*, 15, 4633-4649.

Kaltenborn, B. P., Bjerke, T. & Strumse, E. 1998. Diverging attitudes towards predators: do environmental beliefs play a part? *Human Ecology Review,* 5, 1-9.

Kangwana, K. & Ole Mako, R. 1998. *The impact of community conservation initiatives around Tarangire National Park (1992-1997).* Manchester: Institute for Development Policy and Management, University of Manchester.

Kellert, S. 1985. Social and Perceptual Factors in Endangered Species Management *The Journal of Wildlife Management* 49, 528-536.

Kellert, S. R. 1986 Social and perceptual factors in the preservation of animal species. In: Norton, B. G. (ed.) *The Preservation of Species*. Princeton Univ. Press.

Kellert, S. R. 1993. Values and perceptions of invertebrates. *Conservation Biology,* 7, 845-855.

Kellert, S. R. 1996. T*he value of life. Biological diversity and human society.,* Washington, D.C., Island Press.

Kempton, W., Boster, J. S. & Hartley, J. A. 1995. *Environmental Values in American Culture* Cambridge The MIT Press.

Kenya Wildlife Service. 2013. *Facts about Amboseli National Park.* Available: http://www.kws.org/parks/park_reserve_detail/amboseli/amboseli_facts.html. [Accessed 19 January 2013].

Kiester, A. R. 1997. Aesthetics of biological diversity. *Human Ecology Review,* 3, 151-157.

Klumpp, D. & Kratz, C. A. 1993. Aesthetics, expertise and ethnicity: Okiek and Maasai perspectives on personal ornament. In: Spear, T. & Waller, R. (eds.) *Being Maasai: Ethnicity and Identity in East Africa.* Nairobi: East African Educational Publishers.

Knegtering, E., Hendrickx, L., Van Der Windt, H. J. & Uiterkamp, A. 2002. Effects of species' characteristics on nongovernmental organizations' attitudes

toward species conservation policy. *Environment and Behavior*, 34, 378-400.

Knight, A. J. 2008. "Bats, snakes and spiders, Oh my!" How aesthetic and negativistic attitudes, and other concepts predict support for species protection. *Journal of Environmental Psychology*, 28, 94-103.

Knight, J. (ed.) 2000. Natural Enemies: People-Wildlife Conflicts in Anthropological Perspective, London and New York: Routledge.

Kovacs, Z. I., Le Roy, C. J., Fischer, D. G., Lubarsky, S. & Burke, W. 2006. How do aesthetics affect our ecology? *Journal of Ecological Anthropology*, 10 61-65.

Kuryian, R. 2002. Linking Local Perceptions of Elephants and Conservation: Samburu Pastoralists in Northern Kenya. *Society and Natural Resources,* 15, 949 - 957.

Landova, E., Marespva, J., Simkova, O., Cikanova, V. & Frynta, D. 2012. Human responses to live snakes and their photographs: Evaluation of beauty and fear of the king snakes. *Journal of Environmental Psychology,* 32, 69-77.

Lawson, H. 2013. Ugly animals need saving from extinction, too! Cute giant panda is hogging the conservation limelight, say campaigners. *The Daily Mail* [Online]. [Accessed July 15 2013].

Lee, K. 1995. Beauty for ever? *Environmental Values*, 4.

Liskova, S. & Frynta, D. 2013. What Determines Bird Beauty in Human Eyes? *Anthrozoos*, 26, 27-41.

Maclennan, S. D., Groom, R. J., Mac Donald, D. W. & Frank, L. G. 2009. Evaluation of a compensation scheme to bring about pastoralist tolerance of lions. *Biological Conservation*, 142 2419-2427.

Madden, F. 2010. Creating Coexistence between Humans and Wildlife: Global Perspectives on Local Efforts to Address Human–Wildlife Conflict. *Human Dimensions of Wildlife*, 9, 247-257.

Manfredo, M., Teel, T. & Bright, A. 2003. Why Are Public Values Toward Wildlife Changing? *Human Dimensions of Wildlife,* 8, 287 - 306.

Manfredo, M. J. & Dayer, A. A. 2004. Concepts for exploring the social aspects of human-wildlife conflict in a global context. *Human Dimensions of Wildlife,* 9, 317-328.

Maresova, J. & Frynta, D. 2007. Noah's Ark is full of common species attractive to humans: The case of boid snakes in zoos. *Ecological Economics,* 64, 554-558.

Maresova, J., Krasa, A. & Frynta, D. 2009a. We all Appreciate the Same Animals: Cross-Cultural Comparison of Human Aesthetic Preferences for Snake Species in Papua New Guinea and Europe. *Ethology*, 115, 297-300.

Maresova, J., Landova, E. & Frynta, D. 2009b. What makes some species of milk snakes more attractive to humans than others? *Theory in Biosciences,* 128, 227-235.

May, A. & Ole Ikayo, F. N. 2007. Wearing Illkarash: Narratives of image, identity and change among Maasai labour migrants in Tanzania. *Development and Change* 38, 275-298.

McCabe, J. T. 2003. Sustainability and livelihood diversification among the Maasai of Northern Tanzania. *Human Organization,* 62, 100-111.

Metrick, A. & Weitzman, M. L. 1996. Patterns of behavior in endangered species preservation. *Land Economics,* 72, 1-16.

Mol, F. 1996. *Maasai Language and Culture Dictionary,* Limuru, Dio-

cese of Meru - Kolbe Press.

Montgomery, C. A. 2002. Ranking the benefits of biodiversity: an exploration of relative values *Journal of Environmental Management* 65, 313-326.

Newmark, W. D., Leonard, N. L., Sariko, H. I. & Gamassa, D.G. M. 1993. Conservation attitudes of local people living adjacent to five protected areas in Tanzania. *Biological Conservation,* 63, 177-183.

Okello, M. M. 2005. Land use changes and human-wildlife conflicts in the Amboseli area, Kenya. *Human Dimensions of Wildlife,* 10, 19-28.

Okello, M. M., Manka, S. G. & D'amour, D. E. 2008. The relative importance of large mammal species for tourism in Amboseli National Park, Kenya. *Tourism Management,* 29 751-760.

Parsons, G. 2007. The aesthetic value of animals. *Environmental Ethics,* 29, 151-169.

Peterson, M. N., Birckhead, J. L., Leong, K., Peterson, M. & Peterson, T. R. 2010. Rearticulating the myth of human-wildlife conflict. *Conservation Letters*, 3, 74-82.

Plous, S. 1993. Psychological Mechanisms in the Human Use of Animals *Journal of Social Issues*, 49, 11-52.

Prokop, P. & Fancovicova, J. 2013. Does colour matter? The influence of animal warning coloration on human emotions and willingness to protect them. *Animal Conservation,* Early View.

Randler, C., Hummel, E. & Prokop, P. 2012. Practical Work at School Reduces Disgust and Fear of Unpopular Animals. Society and Animals 20, 61-74.

Ranger, T. 2000. *African views of the landscape: a research agenda. Transformation* 44, 53-62.

Robinson, L. W., Bennett, N., King, L. A. & Murray , G. 2012. "We Want Our Children to Grow Up to See These Animals:" Values and Protected Areas Governance in Canada, Ghana and Tanzania. *Human Ecology*, 40, 571-581.

Roque de Pinho, J. 2009. "Staying Together": People-Wildlife Relationships in a Pastoralist Society in *Transition, Amboseli Ecosystem, Southern Kenya*. Ph.D., Colorado State University, Fort Collins.

Roque de Pinho, J., Grilo, C., Boone, R. B., Galvin, K. A. & Snodgrass, J. G. Accepted. Influence of Aesthetic Appreciation of Wildlife Species on Attitudes towards their Conservation in Kenyan Agropastoralist Communities. *PLoS ONE*.

Sachedina, H. & Nelson, F. 2010. Protected areas and community incentives in savannah ecosystems: a case study of Tanzania's Maasai Steppe. *Oryx*, 44, 390-398.

Schneider, H. K. 1956. The Interpretation of Pakot Visual Art. *Man*, 56 103-106.

Schreck, A. 2013. Kenya criticizes U.S. over updated travel warning The *Washington Post* September 28 2013 [Accessed November 13th 2013]

Stern, M. J. 2008. The Power of Trust: Toward a Theory of Local Opposition to Neighboring Protected Areas. *Society and Natural Resources,* 21, 859-875.

Stokes, D. L. 2006. Conservators of Experience. *Bioscience*, 56, 6-7.

Stokes, D. L. 2007. Things we like: Human preferences among similar organisms and implications for conservation. *Human Ecology,* 35, 361-369.

Thompson, J. 1995. Aesthetics and the value of nature. *Environmental Ethics*, 17, 291-305.

Trimble, M. J. & Van Aarde, R. J. 2010. Species Inequality in Scientific Study. *Conservation Biology,* 24 886-890.

Turton, D. 1980. There's no such beast: cattle and colour naming among the Mursi. *Man*, 15, 320-338.

Wangui, E. E. 2008. Development interventions, changing livelihoods, and the making of female Maasai pastoralists. *Agriculture and Human Values*, 25, 365-378.

Ward, P. I., Mosberger, N., Kistler, C. & Fischer, O. 1998. The relationship between popularity and size in zoo animals. *Conservation Biology,* 12, 1408-1411.

Weller, S. C. & Romney, A. K. 1988. *Systematic Data Collection,* London, Sage.

Western, D. 1975. Water availability and its influence on the structure and dynamics of a savannah large mammal community. *East African Wildlife Journal*, 13, 265-286.

Western, D. 1982. Amboseli National Park: enlisting landowners to conserve migratory wildlife. *Ambio*, 11, 302-308.

Western, D. 1994. Ecosystem conservation and rural development: the case of Amboseli. In: Western, D. & Wright, M. R. (eds.) *Natural Connections: Perspectives on Community-Based Conservation.* Island Press.

Western, D. & Dunne, T. 1979. Environmental aspects of settlement site decisions among pastoral Maasai. *Human Ecology*, 7, 75-98.

Western, D., Groom, R. & Worden, J. S. 2009. The impact of subdivision and sedentarization of pastoral lands on wildlife in an African savanna ecosystem. *Biological Conservation*, 142 2538–2546.

Wildlife Connection, W. 2013. *Park Visitation Program.* Available: http://thewildlifeconnection.org/?page_id=13. [Accessed November 15th 2013].

Agriculturas (peri)urbanas em Maputo: suas dimensões e o espaço urbano

Leonardo Veronez de Sousa

Resumo

Caminhar pela cidade de Maputo não é uma mera experiência sensorial. A cidade multiplica-se em muitas, de maneira progressiva, na medida em que o expectante é capaz de eliminar do seu olhar um modelo urbano de cidade. Torna-se muitas cidades quando se questiona aquele espaço como o resultado de uma historicidade, de relações e estruturas sociais forjadas e redefinidas em detrimento de uma observação ad-hoc. A historicidade da cidade de Maputo está intimamente ligada às agriculturas (peri)urbanas, numa relação dinâmica de causas e de efeitos. Assim, pretende-se analisa-las como um espaço constituído a partir da cidade, numa abordagem que faça emergir os seus contextos socioeconómicos e políticos.

A historicidade

As cidades Moçambicanas são, em sua maioria, frutos das transposições de modelos europeus; representavam a criação de espaços territoriais onde alguns preceitos, relações e as estruturas socioeconómicas e políticas, urbanas, foram transferidos para os territórios moçambicanos.

Estas "ilhas urbanas" em meio ao contexto territorial africano pré-colonial – identificado como rural pela sua comparação com as cidades para além da África subsaariana – criaram espaços de ocupação sem qualquer relação social, económica ou política com o seu entorno (Araújo, 1999). A cidade

surge como um espaço de acumulação da produção colonial e como ponto de escoamento da produção até a metrópole. São polos de drenagem de matéria-prima e de produtos agrícolas sem qualquer acumulação capitalista nestes espaços. (Baia, 2004).

Ainda no período colonial, num segundo momento, os centros urbanos tornam-se centros administrativos regionais ao reproduzirem um modelo de cidade das metrópoles e inserirem nos seus modos de vida os preceitos capitalistas e da economia financeira (Baia, 2004). E de maneira concomitante, dada a matriz exploratória de uma agricultura de exportação para a metrópole, surgem grandes áreas habitacionais que suportavam àquela força de trabalho no entorno das cidades coloniais.

O crescimento territorial da cidade alcançara os limites que lhes interessaram: novos espaços de ocupação habitacional, melhor qualidade do solo para o cultivo, hábitos de vida transladados a partir do colonizador etc. O resultado deste processo foi o surgimento de cinturas demográficas de estratificação racial que oscilavam de tamanho e espaço ocupado de acordo com o núcleo urbano, mas sempre fora do núcleo e adequando-se ao território que lhes restava (Araújo, 1999; Baia 2004).

> A cidade colonial estabeleceu-se como lugar segregado e excludente, estranho e símbolo de dominação para a população negra. Daí em diante, a urbanidade, circunscrita às práticas formais do modo de vida da população branca na cidade, se disseminava para as periferias apenas de modo incipiente e envolvendo pequenas facções da população negra através de políticas de assimilação (Baia, 2009:28).

Após independência, em 1974, as cidades coloniais foram ocupadas pela elite nacional onde remanesceu a ideologia de manutenção de uma cintura habitacional que prestava mão-de-obra ao núcleo urbano. Este processo pôde ser percebido ao largo dos anos que se passaram à independência, quando a exclusão outrora racial deu lugar às múltiplas exclusões - étnicas, económicas e políticas.

Nota-se, contudo, que o processo de desenvolvimento do espaço urbano sofre uma rutura de paradigma nos primeiros anos da independência. Por um lado, o governo identifica o espaço rural como área de concentração de esforços e investimentos para o desenvolvimento do país. Por outro, a cidade delimita-se apenas como centro político, não incorrendo em intervenções de nenhuma natureza. Pode-se falar num espaço urbano que mantém o seu estatuto de segregador socioeconómico; reforçado, quando tornou-se destino uma migração regional e de representação de poder.

Da expansão ao crescimento

Diferentes teorias suportam a expansão e o crescimento de Maputo. Porém, nenhuma se enquadra numa abordagem dogmática ocidental de expansão planeada e codificada por perceções clássicas para um modelo de cidade. Em Maputo, e em Moçambique, não se pode falar de espaço urbano sem condicionar a sua expansão e o seu crescimento aos fatores estruturantes que determinaram os períodos socialistas e de guerra civil – findada em 1992.

Neste sentido, parte-se das conceções de "cidade de cimento" e "cidade de caniço", termos originários da época colonial, onde pelo primeiro entende-se o centro urbano abastecido de infraestruturas urbanas e com a sua expansão planeada e se encontram serviços, prédios, vivendas etc. Pelo segundo entende-se como o entorno do centro onde há uma população mais pobre atraída pelas ofertas de trabalho. Seu espaço é constituído pelo oposto do centro urbano, adicionado a uma ineficiente (inexistente, até) malha de transportes e onde "predominam as casas de caniço, donde vem a designação, e de madeira e zinco que aqui funcionam com um símbolo de uma certa urbanidade" (Araújo, 1999:176).[1]

Adiciona-se, ainda, ao caso de Maputo, a anexação das áreas rurais adjacentes aos limites da cidade, em 1986, numa política de Estado em eliminar barreiras para as principais fontes de abastecimento do mercado agrícola da cidade e criar territórios disponíveis para a sua expansão.

> Assim, a população que num dia era considerada como rural e que vivia e agia como tal, no dia seguinte passou a ser urbana, sem que tivesse ocorrido qualquer transformação na ocupação do espaço, nas formas de produção, no comportamento e na economia familiar. É a partir daqui que surge uma nova designação para a terminologia urbana em Maputo: a de bairros periurbanos que nada tinham de urbano, se forem considerados os conceitos clássicos, e sem que tenham sido definidas as suas características. (Araújo, 1999:177).

Caracteriza-se, assim, a expansão de Maputo como uma estrutura sistêmica originária da criação da cidade em meio a um contexto não urbano ocidental, ao qual, pelos vetores políticos e socioeconómicos da época colonial, deu origem a uma franja suburbana pobre, negra, não urbanizada e dependente economicamente do centro urbano. E, mais tarde, esta área suburbana seria delimitada também pela criação de uma área rural anexa ao distrito urbano, periurbana, pobre e dependente da atividade agrícola como fonte de rendimento e meio de subsistência.[2]

O crescimento da cidade de Maputo deve ser visto e percebido pela confluência de forças dinâmicas que circunscrevem os elementos territoriais, económicos, políticas sociais e demográficos. A presença da ruralidade no espaço urbano não é uma abordagem que isola e inscreve as zonas suburbanas e periurbanas como ilhas ou anéis sem relação com o núcleo urbano. Mas, antes, concebe um argumento que, a partir das suas relações políticas e socioeconómicas, demonstra como aquelas zonas estão relacionadas com o centro. Constituem, portanto, um novo paradigma de urbano onde não é possível segmentar o que é rural da conceção de cidade (Baia, 2004).

Já na década de 1990, o crescimento de Maputo deu-se por uma nova expansão demográfica para fora do núcleo urbano: a cidade cresce para além da sua cintura habitacional de mão-de-obra; "salta" para um território que circunda a área suburbana e redefini-a como uma zona periurbana conectada com

---

1 Pela observação do autor, esta definição de "cidade de caniço" já não se aplica ao contexto suburbano de Maputo. Por diferentes motivos, que vão do crescimento macroeconómico à expansão habitacional, as casas ditas de "caniço" não constituem mais àquela realidade. No entanto, optou-se por esta definição para melhor exemplificar o crescimento urbano de Maputo.

2 Araújo (2003, 2001-2002, 1999) fundamenta esta abordagem teórica por meio dos anéis de crescimento urbano na cidade de Maputo, cada qual caracterizado pelos elementos socioeconómicos, produtivos e habitacionais. Ver também Araújo (2003:170) na sua caracterização para as áreas urbanas, suburbanas e periurbanas.

o núcleo. Novamente, a cintura habitacional, pobre e marginalizada, mantém-se como um espaço de ausência de interesses políticos e económicos e agora delimitado pelo núcleo e pela nova urbanização. (Araújo, 2001-2002, 1999).

Estabelece-se, então, uma conexão de fluxo de pessoas e serviços do núcleo neste novo processo de urbanização nascente sem a perda da centralidade política e económica do núcleo, mas mantendo a zona suburbana como um território entregue a sua própria sorte.

Por seu turno, condiciona-se a perceção do crescimento de Maputo como dinâmico e com diferentes (às vezes opostas) forças de dilatação e de refração de crescimento. A urbanidade de Maputo é tomada como espaços em constante mudança: é por meio da continuidade do crescimento do espaço urbano que se percebe os espaços descontínuos à urbanização (Baia, 2009). Percebe-la, contudo, pelos modelos ocidentais de ocupação do espaço, quando se tem em consideração os diferentes sentimentos de pertença e formas de uso do território, esvazia a noção de urbanidade e deixa sem resposta o seu significado na perspectiva dos indivíduos que nela habitam.

Estas constatações fornecem algumas pistas para se perceber o que é o espaço urbano, neste caso também suburbano e periurbano, na cidade de Maputo. Por um lado, é um território já ocupado por uma ruralidade; por outro, é fruto de uma intervenção demográfica de indivíduos desejosos de novas condições de habitação.

As áreas tomadas como periurbanas são espaços onde a especificidade da ruralidade coexiste com as intervenções urbanas mas não partilham a assunção do centro urbano, pois em ambas as situações aquele espaço está condicionado ao grupo de indivíduos que lhe ocupam (Baia 2009, 2004).

E do que é feito o espaço periurbano?

Optou-se pela abordagem que tenta apreender as relações socioeconómicas contextuais, na medida em que a cidade é entendida como um espaço onde coexistem elementos rurais e urbanos interrelacionados, mas também outros fatores das mesmas naturezas não conectados. É por meio deste argumento (a cidade como um elemento estranho ao lugar rural, uma entrave) que pode-se sugerir uma estrutura de análise que a coloca como uma (Baia, 2004:24):

> […] transição entre a ordem próxima - relações de imediaticidade, relações diretas entre pessoas e grupos que se compõem a sociedade (famílias, grupos organizados, profissões e corporações etc.) relações com o campo circundante - e uma ordem distante, aquela da "sociedade tomada no seu conjunto" - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, dentre elas as contradições entre o poder político e os grupos diversos os quais se encontram certa afinidade comum dentro do Estado.

A cidade colonial alterou as relações socioeconómicas existentes – estruturas fundadas nas relações familiares e co-parentais, onde a produção agrícola era mais um elo relacional que constituía aquelas sociedades – para uma forma relacional que criava unidades familiares (domiciliares), distanciando um sis-

tema de subsistência e produtivo da sua relação com o espaço de convívio familiar: local de trabalho, local de habitação (Baia 2009, 2004).

Após a independência, os constrangimentos sociais, económicos e de guerra sofridos pela população nacional implicaram na criação de agregados domiciliares, onde convivem numa unidade habitacional de várias famílias ou numa convivência por afinidade e sobrevivência. São estes novos espaços que constituem os territórios ocupados nas zonas suburbanas e periurbanas. E é neste contexto que a agricultura, nunca exaurida ou abandonada àquela população, manteve-se com a principal fonte de subsistência e recursos financeiros, mas inseridas num contexto diferente do rural; um espaço de rutura e descontinuidade do urbano (Baia, 2009).

Os resultados desta relação são a coexistência de diferentes modos de vida que implicam num novo modo, quando se considera a inserção do trabalho assalariado daqueles indivíduos auferido nos centros urbanos. Os seus interesses e a sua capacidade de acumulação de rendimentos e consumo e a sua perceção do espaço habitado estão para além da dicotomia urbano-rural. Pode-se pensar numa forma híbrida que tem como base as suas relações e perceções quer do urbano, quer a da sua ancestralidade rural.

E é neste contexto que as experiências agriculturas emergem como periurbanas; antes classificadas como rurais ou tradicionais. Esta denominação, para o local ocupado pelo periurbano em Maputo, parece ser oriundo apenas desta abordagem geográfica ou de ocupação em detrimento das características produtivas ou socioeconómicas.

Chega-se, portanto, numa estrutura de perceção do espaço urbano a partir das suas relações socioeconómicas e das forças e grandezas que lhe impingem determinadas características. O que caracteriza o espaço periurbano em Maputo pode ser definido como um conjunto de justaposições de matrizes históricas, habitacionais, demográficas, culturais, socioeconómicas e políticas, que, por fim, traduzem aquela forma de ocupação como um local de práticas rurais ancestrais e as urbanas, marcadas por um economicismo de mercado.

Do político e do económico nas agriculturas periurbanas

O que distingue os espaços suburbanos e periurbanos em Maputo não as suas respetivas localizações territoriais, mas as suas formas de ocupação e as suas relações com o território. As áreas periurbanas possuem a agricultura como a sua principal atividade económica e têm uma baixa taxa de ocupação; as áreas suburbanas têm uma alta densificação populacional em condições de infraestruturas degradadas e são dependentes do trabalho assalariado do centro urbano (Araújo, 1999).

Nos tempos atuais, o que se observa é um espaço periurbano multifacetado e permeado por elementos rurais e de uma urbanização demográfica não planeada e, em ambos os casos, assente em perceções distintas do uso do território. Por seu turno, as relações socioeconómicas privadas a cada fenómeno e as suas possíveis intersecções, numa (Baia, 2009:29):

> […] justaposição de espaços e tempos diferenciados e interpenetrados […], pois, com uma urbanização excludente, distintas são as estratégias adotadas pelos pobres,

desempregados e semiempregados e funcionários públicos médios, para sobreviverem na cidade. Assim, a urbanização aprece, portanto, como um processo incipiente e inacabado no movimento de produção espaço.

As agriculturas (peri)urbanas surgem na zona periurbana de Maputo como uma atividade derivada de aspetos históricos, culturais, políticos e socioeconómicos. Nos primeiros anos do período pós-independência, momento em que redefine-se o que é o espaço urbano e cria-se os rótulos desta abordagem, a produção agrícola daquela região é incentivada como modelo de subsistência e também pela formação de associações de produtores agrícolas.

Estas associações são de facto associações de pessoas e não podem ser tomadas como de produção nos moldes de abordagem clássica da economia.[3] Os seus objetivos estão centrados na resolução de temas internos aos associados bem como outros fatores ligados a atividade como regularização fundiária, título de uso da terra etc. Os associados possuem total liberdade na decisão do plantio e como plantar, na sua comercialização, sendo seu dever pagar uma quota à associação. (Chicamisse, 2005).

No entanto, faz-se necessário destacar um outro papel político das associações agrícolas naquele período, para além de um instrumento contra as explorações no trabalho e nas relações de género e classe. Em algum medida também representaram um mecanismo de transmissão de poder central do Estado nas divisões económicas e políticas em matéria da agricultura (peri) urbana – "as decisões dos membros […] estavam submetidas aos controlos do Estado, às regulações e ao plano político socialista" (White e Manghezi, 1982 apud Croll, 1979).

Neste contexto, as instituições entrepostas aos agricultores associados e ao Estado, como o caso do Gabinete das Zonas Verdes, assumem um papel de controlo e ganho de poder, frente aos associados, como uma manobra política de gestão da produção agrícola (Mosca, 2008).

Assim, o movimento cooperativista nas agriculturas periurbanas de Maputo surge como resposta a estas questões políticas e económicas criadas pelo controlo do Estado. É neste momento que as associações de pessoas transladam de um agrupamento de indivíduos e orientam-se para uma forma de produção que trata-lhes a produção de uma forma coletiva e em prol dos seus interesses. A União Geral de Cooperativas de Maputo, formalizada em 1980, representa um bom exemplo desta prática.

Todavia, seria ingênuo falar da construção de um bem comum quando os laços aos quais as cooperativas estão atadas são de natureza afetiva ou familiar. Não se pode trazer para este escopo de análise a abordagem clássica da economia que trata de uma produção coletiva como um elemento construído pela solidariedade, em alguns casos, pelas convergências de interesses.

Pode-se inferir, parcialmente deste cooperativismo, um agrupamento de indivíduos cujo objetivo é encontrar mecanismos de resolução para problemas comuns, sem a perda da individualidade das decisões que envolvem a produção. Também percebe-se o facto de não se associar certo valor agregado à comercialização de uma produção cooperativista; fala-se, apenas, numa associação de indivíduos como uma melhor capacidade de resolução de problemas comuns e benefícios que podem ser comuns. (Chicamisse, 2005).

3 Especificamente no modelo proposto por Olson 1998.

A UGC emerge pela relação entre tais cooperativas e o Gabinete Municipal das Zonas Verdes, também como uma alternativa aos problemas resultantes do baixo desenvolvimento socioeconómico, do fluxo migratório campo-cidade e da luta pelo acesso a terra (Cruz e Silva, 2003). Viria a se tornar, nos anos 90, a maior cooperativa de produtos agrícolas de Moçambique. Porém (Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Maputo, 1984:7):

> O objectivo da UGC não é o de dirigir cada uma das cooperativas individualmente, pois isso significaria substituir-se às direcções das cooperativas. A sua função é apoiá-las na solução de problemas gerais e que ultrapassam o âmbito das direcções cooperativadas e das Uniões de zona. Em resumo, isto significa representar os interesses e solucionar os problemas das cooperativas junto ao Estado, organizar a prestação de serviços necessários ao desenvolvimento do movimento cooperativista.

Ainda assim, sugerem a construção de um entendimento comum apoiado na convergência de reações individuais face aos problemas postos em causa, comuns a todos ou não, na atividade produtiva. Esta insurgência decorre de um processo de reação dos produtores, onde a associação foi a fórmula concreta da criação de um espaço de discussão pública.

Nesta caracterização dificilmente chega-se a uma proposição robusta o suficiente e que dê sustentabilidade ao contexto de Maputo sem se considerar a especificidade do seu espaço urbano, pois revela-se como (Baia, 2009:146):

> uma sociedade cuja reprodução assenta-se na complementaridade contraditória de três lógicas fundamentais: de um setor capitalista incipientes e dependente, mas dominante; de um Estado centralizador e hegemônico e; de um setor familiar subordinado e predominante. As três lógicas interagem na produção de um espaço urbano, de conteúdos diferenciados que se refletem na paisagem da cidade. Trata-se, então, de um espaço de fragmentações que reproduz as fragmentações/divisões no interior da sociedade moçambicana.

Então, as naturezas políticas e económicas nas zonas periurbanas de Maputo podem ser lidas como uma perceção das necessidades e dos interesses num contexto onde o económico surge como o elo de perceção do território, não em detrimento ao político e ao social, mas como um instrumento para se alcançar uma determinada expectativa de vida social. A ruralidade está sempre incluída dentro do significado do espaço urbano, sendo mais elemento que interage e está interligado com os outros e diferentes espaços no território urbano, podendo, assim, ser considerada uma forma de urbanidade sempre presente nas cidades.

Comentários Finais

As agriculturas (peri)urbanas em Maputo são o resultado da congruência de diferentes fatores num processo de transformação da ocupação do espaço urbano. Optando-se pela transitoriedade das formas de ocupação do espaço, nota-se a medida pela qual a criação e a expansão da cidade se desenvolveram numa estrutura de análise complexa e codificada por elementos de grandezas

políticas, económicas e sociais.

As agriculturas (peri)urbanas podem ser classificadas como tal (e apenas) a partir o entendimento do que significado de periurbano para àquele contexto. São o resultado histórico de uma relação cultural com a produção agrícola e ação de um força política que à impele para outra classificação territorial.

O desenvolvimento das agriculturas (peri)urbanas foi marcado pela presença do poder público como mecanismo de fomento político e pela emergência de um consenso forma coletiva de produção, o que deu origem a uma forma de produção particular àquele contexto. As agriculturas (peri)urbanas que geram resultados económicos constituem uma forma de produção que emergiu dentro de um modelo híbrido de cidade e de um sistema de capitalismo colonial.

Para além desta abordagem, a produção das agriculturas (peri)urbanas nas zonas verdes de Maputo escapam também ao reducionismo de uma atividade ligada ao bem-estar social puro e simples; são formas de produção ligadas às formas de vida daquelas pessoas e constituem o rendimento de diversas famílias.

Referências bibliográficas

Araújo, Manuel G M (2003). "Os espaços urbanos em Moçambique". *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 14: 165-182.

Araújo, Manuel G M (2001-2002). Ruralidades-Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos?. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia,* XVII-XVIII(I): 5-11.

Araújo, Manuel G M (1999). Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do rural ao urbano. *Finisterra*, XXXIV(67-68): 175-190.

Baia, Alexandre Hilário M (2009). Os conteúdos da urbanização em Moçambique. Considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Dissertação de Doutorado em Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Baia, Alexandre Hilário M (2004). *Ruralidades na cidade Nampula: exercício teórico para uma crítica a Cidade.* Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Boucher, Stephen R, Francisco, Antonio, Rose, Laurel L, Roth, Michael J, Zaqueu, Fernanda, (1995). Legal Uncertainty and Land Disputes in the Peri-Urban Areas of Mozambique: Land Markets in Transition. University of Wisconsin-Madison, Land Tenure Center, *Research Paper* 12751.

Chicamisse, Francisco A Z (2005). *Agricultura (peri)urbana no Sector Familiar Associativo do Distrito Urbano nº5 da Cidade de Maputo.* Dissertação de Licenciatura em Geografia. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.

Cruz e Silva, Teresa (2003). "União geral de cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção?". In: Santos, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Afrontamento.

Gabinete das Zonas Verdes da Cidade de Maputo (1984). *Movimento de Cooperativização do campo, Análise da situação e plano de 1984*. Maputo.

Malauene, Denise M (2002). *As Relações de Gênero na Agricultura (peri) urbana: o caso das zonas verdes de Maputo, 1980-2000.* Dissertação de Licenciatura em História. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.

Mosca, João (2008). Agricultura de Moçambique: Pós-Independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonial. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 21(III): 47-66.

Olson, Mancur (1998). *A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras, Celta Editora.

Roth, Michael; Boucher, Steve; Francisco, Antonio (1995). Land markets, employment, and resource use in the peri-urban green zones of Maputo, Mozambique. A case study of land market rigidities and institutional constraints to economic growth, *LTC Research paper* 123, Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/af/pub/rp123.pdf.

White, Christine Pelzer, Manghezi, Alpheus (1982). *The role of cooperatve agriculture in transformation labour relations and gender relations: Experiences from Green Zone,* Maputo, Mozambique. Maputo, Manuscrito.

Cenários e Tutelas: Perceções do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde

Paula Ribeiro

Resumo

A significativa melhoria dos indicadores socioeconómicos de Cabo Verde, por um lado, e a persistência de algumas carências, por outro, evidenciam as desigualdades no contexto em estudo. Com base nestes pressupostos, e a partir da perceção dos atores do desenvolvimento da ilha da ilha do Maio, foram analisados os fatores que conduziram à boa performance do país, e, especificamente, o caso da ilha do Maio, evidenciando as suas potencialidades, oportunidades, ameaças e fraquezas.

Baseado num trabalho de campo na ilha do Maio, com entrevistas aos atores fundamentais do desenvolvimento, pretendeu-se saber qual é a situação desta ilha no contexto da boa performance do desenvolvimento de Cabo Verde. Isto porque, nalgumas ilhas, o progresso é muito mais lento e também pelo facto de a ilha do Maio apresentar algumas potencialidades que poderão contribuir para o desenvolvimento da ilha e do país em geral.

1. Introdução

Cabo Verde passou a ser considerado um caso de sucesso, em inúmeros relatórios internacionais e nos discursos políticos nacionais, no que diz respeito ao desenvolvimento, especialmente no contexto da África. Embora com poucos recursos naturais e económicos, o país tem alcançado melhorias significativas nos indicadores socioeconómicos nos últimos anos.

Apesar disso, algumas ilhas continuam com muitas dificuldades socioeconómicas. Aliás, o relatório dos ODM (GCV/ODM 2009) frisa que as desigualdades se têm acentuado, apesar de o crescimento económico ter reduzido drasticamente o nível da pobreza em Cabo Verde. Parte do problema é que o forte crescimento económico dos anos mais recentes não tem sido distribuído uniformemente.

A ilha do Maio apresenta algumas potencialidades para o desenvolvimento do turismo e da pesca que são considerados dois dos principais setores que podem contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde, em geral. No entanto, pode ser um exemplo da disparidade entre desenvolvimento geral do país e o desenvolvimento local. Neste trabalho foram realçados quais os fatores que contribuíram e que podem ainda contribuir para o desenvolvimento da ilha, analisando, de uma forma geral, as potencialidades, oportunidades, ameaças e fraquezas e o impacto dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento, nomeadamente a autarquia, o governo de Cabo Verde e a população no desenvolvimento do Maio. Isto porque, ao que tudo indica[1], esta ilha costuma ser vítima de uma má coordenação no âmbito das atribuições e competências e do desempenho dos papéis dos agentes responsáveis pelo seu desenvolvimento.

A pesquisa realizada recorreu a trabalho de campo, utilizando a técnica de entrevista para recolher representações do desenvolvimento da ilha do Maio por parte dos diferentes atores envolvidos, de forma a atingir cenários de desenvolvimento que identifiquem os níveis de responsabilidade/tutela em causa.

2. Contexto da investigação

2.1. Caracterização de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno estado insular situado na costa ocidental africana, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

O seu clima é tropical seco. As estações do ano são fundamentalmente duas: *as-águas* e estação seca ou tempo das brisas. A estação chuvosa, de agosto a outubro, é muito irregular e geralmente com fraca pluviosidade.

O país está dividido em 22 municípios dos quais 9 se situam na ilha de Santiago, 3 em Santo Antão, 3 no Fogo, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das outras ilhas. Com a entrada em vigor da lei número 77/VII/2010, Cabo Verde passou a contar com 24 cidades. A cidade da Praia, na ilha de Santiago, é a capital do país.

Independente desde 5 de julho de 1975, o país foi governado nos primeiros anos da sua independência pelo PAIGC, que, em 1981, passou a designar-se PAICV, num regime de partido único. Em 1990 deu-se a abertura política e em 1991 realizaram-se as primeiras eleições livres e multipartidárias, nas quais o MPD saiu como vencedor. Seguidamente foram realizadas as eleições municipais com o objetivo de criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento do poder local e aproximar o poder das populações.

1 Esta ideia foi partilhada pelos participantes e pelos vereadores da Câmara Municipal do Maio durante o II Encontro dos Estudantes da Ilha do Maio em Portugal que se realizou na cidade de Braga em 2010.

Em janeiro de 2001 ocorreu uma nova alternância política, o PAICV venceu as eleições legislativas e voltou ao poder, voltando a vencer em 2006 e 2011, sendo o partido que a ainda hoje governa o país. Apesar das alternâncias existentes desde 1991, só a partir de 2011 é que o país tem no seu comando um Presidente da República e um Primeiro-ministro de ideologias/partidos políticos diferentes.

É considerado um dos países mais estáveis e democráticos em África (BAD/OECD 2008; Mo Ibrahim 2010)

A sua população, segundo os dados do RGPH 2010, é de 491.683 habitantes.

A economia de Cabo Verde é caracterizada, normalmente, por uma carência devido à sua vulnerabilidade decorrente de fatores como: a seca, a escassez de recursos naturais, nomeadamente energéticos, e a insularidade. Atualmente, a economia do país é sustentada, sobretudo, pelo setor de serviços, nomeadamente o turismo, o transporte, a administração púbica e o comércio, que representou mais de 80% do PIB em 2010, segundo revelam os dados do AfDB et al (2012).

Cabo Verde é muito dependente de recursos externos, tem de importar a maioria dos bens que consome, sobretudo bens estratégicos, tais como os produtos alimentares (90%) e os produtos energéticos (97%). Por isso, "as importações representam mais de 60% do PIB, e a balança de pagamentos do país é cronicamente deficitária" (AfDB et al 2012:5). As remessas dos emigrantes e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) desempenham, desde há muito tempo um papel importante na economia de Cabo Verde (Borges 2001; Estêvão 2004). O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) também tem vindo a desempenhar um papel importante no desenvolvimento e crescimento da economia de Cabo Verde. O IDE constitui uma grande percentagem do investimento privado (principalmente, no setor do turismo, da construção e do imobiliário) em Cabo Verde, o que tem contribuído para dinamizar o mercado, apesar da tendência histórica do setor público. Apesar dos aumentos do investimento privado, o investimento público nas infraestruturas continua a ser um importante motor do crescimento económico, com uma taxa de realização superior a 80% (BCV 2008:6).

Graças às situações referenciadas acima e ao programa de investimento público (PIP) adotado pelo governo, em 2010, o crescimento do PIB foi de 5.4%. Ainda assim, apesar das políticas de desenvolvimento implementadas no país, a capacidade da economia cabo-verdiana para absorver a sua população ativa tem sido limitada. A taxa de desemprego no país ronda 10,7%[2] (INE 2011). O índice da pobreza é de 26,6% (INE 2007).

2.1.1. Quadro do Desenvolvimento de Cabo Verde

Cabo Verde tem alcançado gradualmente um estatuto notável a nível internacional no que respeita ao desenvolvimento, apesar de muitos constrangimentos, nomeadamente a falta de água inerente a pouca chuva, reduzida dimensão territorial, insularidade e reduzido potencial de terra cultivável (10%).

2 Segundo os dados mais recentes do INE, em 2011 esta taxa subiu para 12,2%. Fonte: http://www.ine.cv/desemprego/def.aspx?i=3

Tem conseguido alguns destaques no quadro internacional: aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2008 e passou a ser o 153º membro desta organização, sendo o primeiro país africano, na qualidade de País Menos Avançado (PMA), a integrar essa organização[3]; no mesmo ano, passou a integrar a lista dos Países do Desenvolvimento Médio (PDM); assinou um Acordo de Parceria Especial com a UE em 2007, reforçou a integração regional com a CEDEAO e as RUP (Regiões Ultraperiféricas da União Europeia), através da parceria com a UE e poderá ser dos poucos países a cumprir com os objetivos de Millenium. Já beneficia do segundo pacote de ajuda do MCC[4] (Millennium Challenge Corporation) e até agora é o único país africano selecionado para receber este pacote pela segunda vez. É visto como exemplo de Democracia e de Boa Governação; ocupa o 2º lugar entre os países com melhor governação em África. Em 2010 encontrava-se entre os 10 países mais reformados do mundo; tem alcançado alguns avanços no ranking no IDH no quadro da pontuação global. Por tudo isso, Cabo Verde é referido como um país de sucesso no campo do desenvolvimento, sobretudo comparado com os outros países do continente africano. No entanto, alguns autores chamam a atenção para o facto de esta afirmação, muitas vezes, não levar em conta as condições reais do país e a disparidade existente. Sousa (2010) afirma que "hoje em dia Cabo Verde é um país extremamente desigual, o que não se pode sustentar com dados reais, a verdade é que as desigualdades têm aumentado" (Sousa 2010:4). Aliás, o relatório dos ODM também partilha a mesma visão ao afirmar que "não obstante os avanços registados a nível nacional, existem ritmos diferenciados e mesmo assimetrias na execução dos objectivos a nível dos municípios" (GCV/ONU 2009:4) e acrescenta ainda que, por vezes, algumas assimetrias persistem e até se agravam.

A partir destes pressupostos, pretendeu-se enquadrar o papel da ilha do Maio no desenvolvimento de Cabo Verde e o impacto do desenvolvimento de Cabo Verde na ilha do Maio. Foram analisados alguns setores crucias para o desenvolvimento de um país com base nos relatórios e nos documentos das entidades nacionais e internacionais (ex: PND, Governo de Cabo Verde, Câmara Municipal da ilha do Maio, BM, ONU, etc). Nos documentos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde, o turismo, os meios de transporte (rede viária, portos e aeroportos), a pesca, a indústria, os investimentos na infraestruturação (água, saneamento, energia, telecomunicações), a captação de ajuda externa, uma boa gestão do apoio ao desenvolvimento, uma política consentânea de atração e de utilização das remessas dos emigrantes assim como do investimento externo, uma aposta nos recursos humanos, (fundamentalmente no sistema educativo e na saúde), o combate à elevada taxa de desemprego ou a criação de emprego são alguns dos fatores considerados determinantes para o desenvolvimento do país.

---

3 Cabo Verde tornou-se o 153º Membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir de 23 de julho de 2008, após ratificação do protocolo de adesão pela Assembleia Nacional. No entanto, o protocolo de adesão foi aprovado a 18 de dezembro de 2007 na reunião do Conselho Geral da organização realizada em Genebra, Suíça.

4 O Millenium Challenge Account é um programa levado a cabo pelo governo norte-americano que se destina a combater a pobreza e a promover o desenvolvimento económico sustentado, a boa governação, a democracia e o Estado de Direito fundado nos seguintes preceitos: good governance, economic freedom and investments in people. O primeiro pacote foi concedido em 2005 e, em fevereiro de 2012, foi assinado o acordo para a execução do II Pacote do MCC. Para informações mais detalhadas sobre assunto consulte: http://www.mca.cv

2.2. Enquadramento da Ilha do Maio

Território	269 km²
Taxa de crescimento anual 2000-2010	0.3 (INE 2011)
Taxa de Alfabetização ≥15 anos	81,7 % (INE 2011)
Taxa de Desemprego 2010	8.3 (INE 2011)
Taxa de Pobreza	38% (CMM 2006)

Ilha do Maio

O Maio é uma das mais pequenas e antigas ilhas de Cabo Verde. Segundo os dados do INE (2011), a sua população em 2010 era de cerca de 6.952 (1% da população nacional). Em 2000, a sua população era de 6.754 (INE 2011). A população da Ilha do Maio está distribuída pela cidade de Porto Inglês, pelas localidades de Morro, Calheta, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Santo António, Praia Gonçalo, Alcatraz, Pilão Cão, Ribeira D. João, Figueira, Barreiro e ainda Monte Farenego[5].

O Maio situa-se a 23 km a Este da maior ilha de Cabo Verde, Santiago, onde está localizada a capital do país, cidade da Praia.

A ilha foi descoberta em 1460 mas, devido às poucas condições atrativas, só começou a ser povoada no XVII com a introdução da criação de gado. A criação de gado e extração de sal foram, no início do seu povoamento, as atividades mais importantes na ilha (Andrade 1996). A partir de finais do século XIX, a história da ilha foi marcada pela emigração e por períodos de seca que afetaram o desenvolvimento das atividades agrícolas (Carreira 1977a; Carreira 1977b; Carreira 1981).

Em termos de recursos naturais, a seguir à ilha da Boa Vista, o Maio possui a maior concentração de espécies marinhas de Cabo Verde, tendo além disso outros recursos naturais tais como o sal, o calcário e a argila, matérias primas necessárias à produção de cimento e de gesso (CMM/GMDL 2006). Embora com alguns recursos naturais e com uma forte potencialidade para o desenvolvimento do turismo, o nível de pobreza é acentuado e a taxa de desemprego elevada.

Em relação à ilha do Maio, nota-se um fraco investimento por parte dos emigrantes, embora as remessas constituem um complemento à economia local familiar (Ribeiro 2010).

5 Não é considerado uma localidade, mas, segundo o Censo 2010 lá residem duas pessoas.

3. Cenários de desenvolvimento da ilha do maio no contexto do desenvolvimento de cabo verde

3.1. Possíveis Cenários / Estratégias para o Desenvolvimento

Os cenários (potencialidades), entendidos como horizonte estratégico para o desenvolvimento da ilha do Maio, foram construídos a partir de fontes documentais consultadas e fontes diretas (entrevistas e conversas). Teve-se em conta as atitudes (visão) refletidas pelos atores entrevistados, as potencialidades evidenciadas quer pelas fontes diretas quer pelas fontes indiretas e o comportamento dos setores ao longo do tempo. O objetivo não se centra na indicação de acontecimentos futuros, mas sim em considerar as forças que poderão empurrar o futuro para caminhos diferentes. (Carvalho (s/data).

De acordo com os atores entrevistados apresenta-se no gráfico a seguir os pontos fortes e pontos fracos do desenvolvimento da ilha do Maio.

Gráfico 1- Pontos Fortes e Ponto Fracos no desenvolvimento da ilha Maio

No que respeita aos setores apresentados no gráfico acima, pode concluir-se que do ponto de vista dos entrevistados, a água, a energia, a agricultura, a pesca, a educação e a formação profissional, as TIC, a promoção social, as instituições financeiras (micro-crédito) e as remessas de emigrantes constituem pontos fortes no desenvolvimento atual do Maio. Do mesmo modo que o emprego, as infraestruturas, a indústria, o comércio, o artesanato, a exportação, o turismo e os setores de prestação de serviços, os investimentos internos e externos e a construção civil constituem os pontos fracos.

No entanto, mesmo alguns pontos fracos podem constituir um cenário para o desenvolvimento da ilha do Maio, como é o caso de turismo. O turismo, considerado um motor principal da economia, é "um sector de relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, cuja importância ultrapassa a mera óptica financeira, sendo uma vertente fundamental para o desenvolvimento económico e social do país" (Costa 2007:141) e constitui sem dúvida uma grande aposta para o desenvolvimento do Maio. Foi apontado, pelos entrevistados, como uma oportunidade para o desenvolvimento do Maio, embora todos estejam cientes de que, para que este venha a contribuir de alguma forma, é

necessário investir noutros setores, como por exemplo, nos meios de transporte, que constituem atualmente um dos grandes constrangimentos para a ilha do Maio. O avanço do turismo poderá contribuir para o desenvolvimento de outras áreas como a construção civil, a restauração e o comércio de uma forma geral.

Um outro setor caracterizado como um ponto fraco é a indústria, visto ser um dos setores com pouca representatividade na ilha. Porém, dada a existência de algumas matérias-primas, a indústria é considerada uma das vias viáveis para o desenvolvimento da ilha do Maio, tanto pelos entrevistados como nos planos de desenvolvimento existentes para a ilha. O desenvolvimento deste setor poderá ser orientado para a produção de cimento, exploração do sal, exploração do gesso, as conservas e a transformação de alimentos, o turismo, etc.

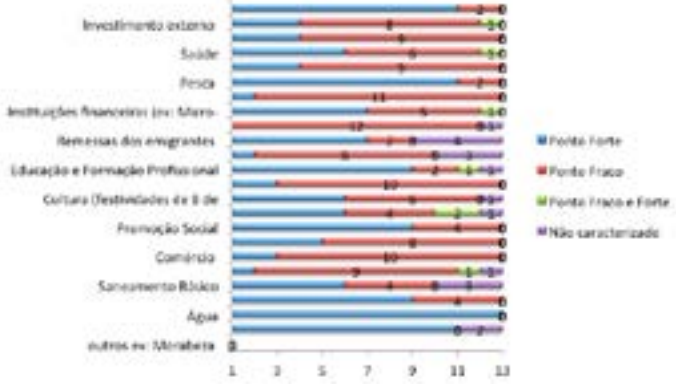
A pesca e a agricultura são dois dos setores caracterizados como pontos fortes e como oportunidades, por isso, dois possíveis futuros cenários para o desenvolvimento do Maio. A agricultura pode ser considerada um futuro cenário porque, apesar dos inúmeros constrangimentos, como a aleatoriedade da chuva, evoluiu muito na ilha ao longo do tempo. A pesca poderá contribuir para o desenvolvimento do Maio dada as suas potencialidades e o facto de ser um setor pouco explorado, ainda de caráter tradicional.

A cultura, caracterizada como um ponto fraco e forte de igual modo pelos entrevistados, é também identificada como um possível cenário quando ligada a outros setores, como por exemplo, o turismo.

Para o desenvolvimento destes setores será preciso delinear uma boa estratégia. Questionados sobre quais as estratégias para o desenvolvimento, os atores entrevistados defendem que se deve apostar na capacitação dos recursos humanos, um dos pontos fortes no desenvolvimento atual, na infraestruturação e na exploração de recursos primários, de forma a que o resultado seja não apenas o crescimento, mas essencialmente o bem-estar de todos, ou seja, o desenvolvimento deve centrar-se no homem e no seu bem-estar. Contudo, é preciso ter em conta que os fatores exteriores podem influenciar muito o desenvolvimento de qualquer um dos setores/possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio.

No gráfico seguinte são apresentados os fatores exteriores que constituem uma ameaça e/ou uma oportunidade no desenvolvimento atual do Maio, segundo os atores entrevistados.

Gráfico 2- Oportunidades e Ameaças ao desenvolvimento da ilha do Maio.



No desenvolvimento atual da ilha só a crise internacional constitui uma grande ameaça. As remessas dos emigrantes, a proximidade da cidade da Praia (que poderia constituir uma ameaça, visto muitos jovens deixarem a ilha para residir nesta cidade) tal como a parceria especial entre Cabo Verde e a UE, o investimento externo (que, no entanto, é considerado um ponto fraco), o espaço económico do país, a conjuntura política e a globalização constituem as oportunidades para desenvolvimento do Maio. Já a emigração pode constituir tanto ameaça como oportunidade.

4. Tutelas do desenvolvimento da ilha do maio, no contexto de cabo verde

4.1. Poder Local e Poder Central no Desenvolvimento da Ilha do Maio

Apesar da descentralização em Cabo Verde ser considerada positiva, e "hoje [é], pacificamente aceite que a participação dos actores descentralizados é uma condição essencial para atender a um desenvolvimento durável, reforçando as capacidades das populações de base para que eles possam influenciar positivamente as políticas públicas e provocar uma mudança na sociedade" (MFPDR 2002:7), frequentemente surgem alguns conflitos relativos à tutela entre o poder central e o poder local[6]. Estes conflitos surgem porque "a descentralização ainda é tida como uma extensão dos serviços centrais, próprio de resistência às mudanças e à inovação, ou então, o poder local é interpretado como um concorrente em áreas de intervenção comuns e, por isso, pondo em causa tradicionais espaços de influência" (PNUD/CEA 2002:6).

Em Cabo Verde, esta tensão é mais notória nos casos em que os municípios são ideologicamente de oposição/cor política diferente porque são vistos como concorrentes (Furtado 2001, Ortet 2008). Esta situação tem conduzido "a um certo radicalismo municipalista, por um lado, e a uma abordagem unicista e centralista do governo central, por outro" (Furtado 2001:72). Ortet (2008) afirma que nos municípios cuja cor política é diferente da do governo, a influência reverte-se num saldo negativo, provocado pela falta de diálogo, má articulação dos projetos de desenvolvimento e, sobretudo, num mau relacionamento com repercussões nefastas para o desenvolvimento de alguns concelho (Ortet 2008:91). Aliás, Bairoch (1988) sublinha que o aspecto político é um elemento por vezes determinante do desenvolvimento.

No caso da ilha do Maio, o poder local tem sido, pelo menos nos últimos 10 anos, do partido da oposição e é notável uma tensão entre o poder central e local. Esta tensão é vista, pelos atores entrevistados, como um dos maiores entraves ao desenvolvimento da ilha do Maio. A falta de diálogo, de entendimento, de coordenação, a pouca solidariedade, a inimizade e muita divergência por causa da cor política caracterizam as relações entre o poder local e o central na ilha do Maio[7].

---

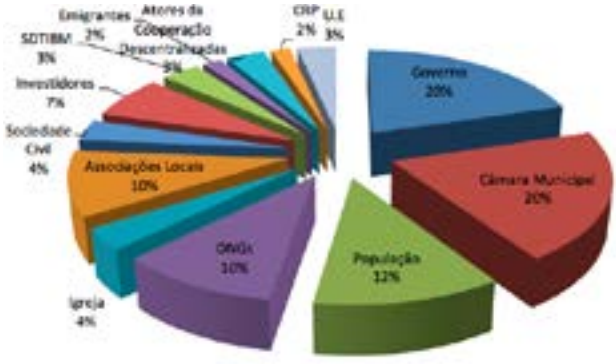
6 Ver a notícia de 1 de março de 2010 - Jorge Santos acusa José Maria Neves - "GOVERNO VÊ NO PODER LOCAL UM CONCORRENTE" em http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?Action=noticia&id=27490&idEdicao=64&idSeccao=523.

7 Estas características foram evidenciadas não só pelos atores entrevistados, mas também por todas as pes-

4.1.1. Agentes do Desenvolvimento da Ilha do Maio

No quadro do desenvolvimento de Cabo Verde, entram muitos atores nacionais, locais e internacionais como a UE, a CEDEAO, o BAD, o BM, o FMI e, obviamente, também na ilha do Maio vários atores trabalham em conjunto. De acordo com os atores entrevistados, os responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio são os seguintes[8]:

Gráfico 3- Atores do desenvolvimento da ilha do Maio



Segundo a análise do gráfico, a tutela do desenvolvimento da ilha do Maio apresenta para os entrevistados, num primeiro nível, a tutela partilhada entre a câmara municipal e o governo, com 20% de respostas; no segundo nível, surge a população, com 12% de respostas; no terceiro, as associações locais e as ONGs com a mesma representatividade, 10%; os investidores ocupam o quarto nível, com 7% de respostas; a igreja e a sociedade civil têm a mesma força, com 4% de respostas, seguidos pela SDTIBM, pela UE, e pelos atores descentralizados, com 3% de respostas; por último, a CRP e os emigrantes com 2% de respostas.

1. A câmara municipal (poder local) e o governo (poder central), representado na ilha do Maio pelas delegações de saúde, educação e agricultura, são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento da ilha. Ainda assim, tendo em conta a tensão existente entre o poder central e local, por razões político-partidárias, nota-se alguma desconfiança por parte da população para com estes dois atores. O governo, um grande responsável pelo desenvolvimento, é considerado também um ator que causa muitos constrangimentos, visto ser responsável pelas grandes infraestruturas como portos, transportes marítimos e aéreos, assim como a escola secundária que continuam deficitárias.

2. A população é referenciada como um dos principais atores do desenvolvimento do Maio, embora não assuma ainda completamente o seu papel. Muitos atores afirmam que a população está "viciada em esperar" pelas outras

soas com quem foi abordado este tema (em conversa) no terreno.

8 A representação gráfica é referente às respostas dos atores entrevistados, mas os atores identificados por estes são praticamente os mesmos identificados no PDM - Maio (CMM2006).

entidades, normalmente a CMM e o governo. Ainda persiste a mentalidade assistencialista ligada à ideia de um Estado-providência. Nota-se uma falta de iniciativa e dinamismo por parte da população. Apesar da constante crítica ao conflito entre o poder central e local por razões político-partidárias, a própria população tem tendência para a politização.

3. As ONGs, quer as nacionais como é caso da Plataforma das ONGs e internacionais, como é o caso do IMVF e da Habitat África[9], também desempenham um papel fundamental visto que é através destas que são conseguidos muitos financiamentos. Contribuem muito para a melhoria das condições de vida das populações através da auto-promoção social, cultural e económica das populações, fomentando o desenvolvimento participativo.

4. As associações parecem ter a mesma importância do que as ONGs, com a vantagem de conhecerem melhor as comunidades e as suas necessidades e com a desvantagem de serem ainda pouco autónomas e dinâmicas. A falta do envolvimento constante da população local continua a ser uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas associações locais.

5. Os investidores nacionais e internacionais, embora não da forma desejada, desempenham um papel importante no desenvolvimento do Maio através do investimento feito no setor do turismo e comércio.

6. Os atores da cooperação descentralizada[10] na ilha do Maio, como é o caso da câmara Municipal de Loures e de Poiares em Portugal[11], dadas as suas capacidades para mobilizarem recursos, para execução de projetos e programas que visam o desenvolvimento são considerados importantes no desenvolvimento da ilha do Maio.

7. Para além das ONGs e das associações comunitárias, as Cooperativas e as Associações de Poupança e Crédito são outros atores da sociedade civil que desempenham um papel importante no desenvolvimento na ilha do Maio, no que respeita à concessão de microcrédito para a promoção do auto emprego e apoio social de uma forma geral.

8. Apesar do atraso do desenvolvimento turístico na ilha do Maio, a SDTIBM é referenciada como um dos atores importantes no desenvolvimento do Maio.

9. As igrejas[12] desempenham um papel importante na formação académica e cívica, apoiam os indivíduos na integração na sociedade, tentam incutir valores morais, principalmente aos jovens, e trabalham no sentido de divulgar a cultura.

10. Quanto à União Europeia, tendo em conta a parceria especial com Cabo Verde, que facilita as cooperações descentralizadas e apoios financeiros é também considerada um ator importante no desenvolvimento do Maio.

11. Os emigrantes, que contribuem com as remessas que constituem uma importante fonte de rendimento, são também atores importantes no desenvolvimento da ilha do Maio.

---

9 Exemplifica-se com as ONGs entrevistadas.

10 O Estatuto dos Municípios, aprovado pela Lei N.º 134/IV/95, de 3 de julho, consagrou, no seu artigo 22º, a liberdade de geminação (cooperação descentralizada).

11 Exemplo dado pelos próprios entrevistados.

12 Durante a estada no terreno a igreja católica (a maior parte dos fiéis da ilha do Maio é católica, cerca de 85% CMM/GMDL (2006)) realizou uma palestra intitulada "o papel da igreja católica no desenvolvimento da ilha do Maio", a que, infelizmente, a autora desta dissertação não pôde assistir, mas, em conversa com o Pároco da ilha do Maio, Padre Crisogno Amanso, este salientou que frequentemente realizam este tipo de palestra com o objetivo de "formar social e religiosamente a população".

12. A importância da Comissão Regional dos Parceiros da ilha do Maio é salientada pelo facto de esta trabalhar com vários atores, principalmente com as associações comunitárias, a fim de combater a pobreza no meio rural.

Relativamente aos entrevistados, todos acreditam que desempenham um papel importante no desenvolvimento do Maio, salientando que trabalharão sempre pelo desenvolvimento desta ilha, nem que seja apenas como um membro da população.

5. Conclusão

O presente estudo abordou o desenvolvimento da ilha do Maio do ponto de vista das mudanças socioeconómicas, assim como a responsabilização e o envolvimento dos atores privilegiados na promoção do desenvolvimento da ilha. A partir desta investigação, procurou-se produzir um instrumento de trabalho que possa ser utilizado pelos atores de desenvolvimento e constituir também um instrumento importante para os investidores que pretendam investir na ilha, visto ter sido feita uma análise dos setores que podem ser importantes para o desenvolvimento da ilha do Maio, no quadro do desenvolvimento geral de Cabo Verde. Este trabalho constitui um ponto de partida que permite refletir sobre os desafios que se colocam acerca do futuro da ilha e consequentemente sobre as decisões a serem tomadas.

Apesar de todos os altos e baixos, na ilha do Maio as melhorias mais significativas verificam-se nos setores da água, agricultura, construção de estradas, infraestruturas de saúde, de eletricidade e educação. Por outro lado, a falta das grandes infraestruturas, como o porto e uma escola secundária com melhores condições, o desemprego, o fraco desenvolvimento da indústria, a pouca dinâmica do comércio, o fraco desenvolvimento do artesanato e do turismo, as dificuldades para exportar e o fraco investimento interno e externo, a abordagem assistencialista por parte da população assim como a falta de entendimento entre poder central e local são fatores que têm dificultado o desenvolvimento desta ilha.

No que respeita aos cenários, o turismo, que poderá contribuir para o desenvolvimento das outras áreas como a construção civil, a restauração e o comércio de uma forma geral; a indústria, que poderá ser orientada para a produção de cimento, a exploração do sal, a exploração do gesso, as conservas e a transformação de alimentos, o desenvolvimento turístico etc; a pesca e a agricultura, que são dois dos setores ainda com dificuldades e a cultura constituem os possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio. Porém, para que esses cenários se tornem possíveis, deve apostar-se na capacitação e valorização dos recursos humanos, na infraestruturação e exploração de recursos primários, para que o resultado seja não apenas o crescimento, mas essencialmente o bem-estar de todos. No entanto, é preciso ter em conta que os fatores externos, como por exemplo a crise internacional e a globalização podem influenciar o desenvolvimento de qualquer um dos setores/possíveis cenários para o desenvolvimento da ilha do Maio.

O desenvolvimento efetivo do Maio exige redefinição de valores e comportamentos, das relações de e entre os diferentes atores, nomeadamente a socie-

dade civil, o governo, a câmara e demais atores que atuam na ilha. Existe necessidade de maior articulação, ou, pelo menos, maior entendimento entre os atores do desenvolvimento, principalmente entre a autarquia e o governo, apesar de considerados os maiores responsáveis pelo desenvolvimento da ilha do Maio, assim como mais apoio por parte dos outros atores, como a população e as associações locais. Isto porque, a promoção do desenvolvimento local não é exclusiva da autarquia ou do governo; a população, as associações locais e as ONGs também têm de participar ativamente no desenvolvimento da ilha.

Bibliografia

Livros e Teses

Andrade, Elisa (1996). *As Ilhas de Cabo Verde, da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: Edição L'Harmattan.

Carreira, António (1977ª). *Cabo Verde Classes Sociais Estrutura Familiar Migrações*. Lisboa. Ulmeiro.

Carreira, António (1977b). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde.* Universidade Nova de Lisboa

Carreira, António (1981). *Estudos da Economia Caboverdiana.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Furtado, Vlademiro (2011). "Governança multinível e ajuda pública ao desenvolvimento: O caso de Cabo Verde". Lisboa: Tese de Mestrado, ISCSP.

Ortet Antonieta (2008). "Desconcentração, descentralização e desenvolvimento local em Cabo Verde: Os casos dos concelhos da Praia e do Tarrafal". Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.

Ribeiro Hermínia (2010). O papel das autarquias na luta contra a pobreza em Cabo Verde: O caso da Ilha do Maio. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCET.

Artigos

Bairoch, Paul (1988). "Desenvolvimento/Subdesenvolvimento". *Enciclopédia Einaudi,* vol.7, Lisboa, Imprensa Nacional.

Carvalho Paulo de (s/data). ENERGIA 2050 – DOIS FUTUROS POSSÍVEIS. Disponível em http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1244/infor_inter_2001_II_VI.pdf acedido em 23 de fevevreiro de 2013.

Costa, Mateus da (2007). "Que Modelo de Desenvolvimento Turístico para a Ilha de Santiago/Cabo Verde" in *I Encontro de Jovens Investigadores Caboverdianos (EJIC) – A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação,* Costa, Suzano, Carvalho, Francisco e Tavares, Carlos (coords). Associação de Jovens Investigadores Cabo-verdianos (AJIC).

Estêvão João (2004). "O desenvolvimento de Cabo Verde e o modelo de integração económica internacional". *Estratégia- Revista de Estudos Internacionais* Nº20, 1ºsemestre .

Sousa Gerson 2010. "O estado atual do desenvolvimento humano em Cabo Verde na perspetiva da sustentabilidade e equidade". Lisboa: Observatório de Segurança Humana, ISCSP-UTL.

Capítulos de Livros

Borges, João (2001). Cabo Verde e a emigração: uma parceria para o desenvolvimento" in *População, Ambiente e Desenvolvimento em África*, Barata, Óscar e Piepoli, Sónia Frias (coords.). Lisboa: ISCSP.

Relatórios e Documentos Oficiais

AfDB, OECD, UNDP, UNECA (2012). *Cabo Verde: Perspetivas Económicas em África*. Disponível em http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Cabo%20Verde.pdf consultado em 10 de setembro de 2012.

BAD/OCDE (2008). *Perspectives économiques en Afrique: Cap Vert.* Relatório disponivel em www.oecd.org/fr/dev/emoa/40568865.pdf, consultado em 12 de julho de 2012.

BCV- Banco de Cabo Verde (2008). *Relatório da Política Monetária* (ao abrigo do nº 3 do art.º 18.º da Lei Orgânica do BCV).

CM- Conselho de Ministros (2001). *As Grandes Opções do Plano - Uma Agenda Estratégica.* Cabo Verde.

CMM- Câmara Municipal do Maio (2006). *Plano Municipal de Desenvolvimento.*

CMM/GMDL - Câmara Municipal do Maio/ Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local (2006). *Diagnóstico Territorial, Social e Económico.* Cabo Verde.

CMM/GMDL- Câmara Municipal do Maio/ Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local (2008). *Plano Municipal de Desenvolvimento Local.* Cabo Verde.

GCV -Governo de Cabo Verde /ONU (2009). *Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM: Foco Municipal.* Relatório 2007-2008. Cabo Verde.

INE (2007). *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem Estar - QUIBB- 2006.* Praia, Cabo Verde.

INE (2011). *IV Recenseamento Geral da População e da Habitação* 2010 Praia, Cabo Verde.

MF - Ministério das Finanças (2010). *Relatório de Progresso e Execução dos ODM.* Cabo Verde.

MF - Ministério das Finanças (2010). *Relatório de Progresso e Execução dos ODM.* Cabo Verde.

MFP- Ministério das Finanças e do Planeamento (2004). *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza*. Praia.

MFPDR- Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional (2002). *A Cooperação Descentralizada em Cabo Verde*. Praia.

Mo Ibrahim Foundation (2010). *Ibrahim Index of African Governance Summary.* England: Swindon.

PNUD (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano - A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano,* Edição do 20º Aniversário. IPAD.

PNUD (2011). *Relatório de Desenvolvimento Humano- Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos.* IPAD

PNUD/CEA (2002). *Cabo Verde, Governação Local na Perspectiva de Redução da Pobreza- Relatório Nacional para o V Fórum sobre a Governação em África.* Maputo

A conservação ambiental e a mulher guineense: o caso do parque nacional das florestas de Cantanhez, região de Tombali (Guiné-Bissau)

Susana Costa; P. Lee e C. Casanova

Resumo

As mulheres africanas mostram falta de interesse nos assuntos ligados à conservação ambiental. Uma vez que, para os programas de protecção à natureza, é fundamental ter o apoio e a colaboração de toda a população, compreender as percepções e as representações sociais femininas em relação à conservação ambiental é essencial. Esta apresentação centrar-se-á no modo como as mulheres que vivem no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez (PNFC) poderão vir a envolver-se nos esforços de preservação deste habitat.

Foram realizados cinco grupos focais (N=47) com vista a testar 3 hipóteses relacionadas com as fontes de rendimento, o estabelecimento do PNFC, a economia local e as expectativas de futuro das entrevistadas.

As mulheres acreditam que o parque é responsável pelas carências alimentares dos seus habitantes. Apesar de terem sido prometidos meios para ressarcir perdas nas colheitas, não foram tomadas quaisquer medidas. As mulheres acreditam que os investigadores podem ser uma ajuda na futura melhoria das suas condições de vida.

1. Introdução

O envolvimento das mulheres africanas em actividades como a agricultura coloca-as numa posição especialmente privilegiada no que toca ao conhecimento das ameaças à continuidade dos recursos naturais. Todavia, na gener-

alidade, estas mulheres evitam participar em actividades de conservação, chegando muitas vezes a serem excluídas das mesmas (Flinton 2003; Lee 2004; Kalibo e Medley 2007; Mukadagi e Nabalegwa 2007; Bandiaky 2008; Reed e Christie 2009). A ausência de colaboração de cerca de metade de uma população nos eforços de conservação é altamente problemática. Para conquistarmos a atenção e a colaboração das mulheres, compreender as causas da sua indiferença face à protecção da natureza é fundamental.

Homens e mulheres percepcionam e relacionam-se com os contextos naturais de modo diferente (Flinton 2003; Kanji 2003; Mukadagi e Nabalegwa 2007; Stringer et al. 2007; Bandiaky 2008). Estas diferenças são particularmente visiveis na África rural, onde os papéis sociais de homens e mulheres raramente se sobrepõem. No Parque Natural das Florestas de Cantanhez (PNFC) em Tombali, tal como noutros pontos da África Ocidental, espera-se que as mulheres cuidem da casa, das crianças e das refeições. As suas actividades fora do seio familiar são maioritariamente de subsistência (Flinton 2003; Kalibo e Medley 2007; Mukadagi e Nabalegwa 2007). Nesta região, as mulheres não entram geralmente no interior da floresta, recolhendo o que necessitam para a sua rotina diária junto às casas. Não praticam a caça, não abatem árvores de maiores dimensões nem cultivam produtos com valor comercial, actividades normalmente masculinas. Uma vez que as suas rotinas permanecem iguais durante todo o ano, a disponibilidade para se envolverem noutras actividades é muito limitada.

De acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau (1996), todos os cidadãos guineenses são iguais e não devem ser discriminados independentemente do seu género. No entanto, a igualdade de géneros está longe de ser uma realidade (UNDP 2006). Na verdade, o facto de se nascer mulher em África é, por si só, sinómino de menor acesso à saúde e à educação, menor poder de decisão e, por consequência, maior risco de pobreza extrema. As mulheres não herdam propriedades e, geralmente, morrem mais cedo do que os homens. Nas áreas rurais, tal como no PNFC, a mutilação genital é frequente, assim como a violência doméstica e os abusos sexuais. Dependendo do grupo étnico e do estatuto da família em que se nasce algumas raparigas são forçadas a casar ainda antes da puberdade (Relatório de 2008 sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau 2009; Rapport National sur le Développement Humain en Guinée-Bissau 2006 2006).

O PNFC (lat: 11016’42.78’’N; long: 14054’42.30’’W) foi estabelecido em 2007 com vista a proteger manchas de floresta que contêm biodiversidade guineense endémica única. O trabalho a apresentar é parte integrante de um projecto mais abrangente, cujo grande objectivo é proteger o chimpanzé da África ocidental (Pan troglodytes verus), uma das espécies carismáticas – e em risco – da área geográfica em causa através de uma abordagem de conservação baseada na participação das comunidades que habitam a área geográfica em causa (Adams e Thomas 2001; Adams e Infield 2003).

A população que vive dentro das fronteiras do PNFC depende essencialmente da agricultura para sobreviver. O cultivo do arroz é a actividade mais importante, sendo a mandioca e a batata doce usadas como substitutos em alturas em que o arroz – principal ingrediente da dieta guineense – escasseia.

Das espécies que habitam o PNFC, uma das mais importantes é o chimpanzé (Pan t. verus). Sabe-se ainda muito pouco sobre as verdadeiras dimensões

da população de chimpanzés que vivem em território guineense (Gippoliti e Dell-Omo 1996; Gippoliti e Dell'Omo 2003; Gippoliti et al. 2003; Casanova e Sousa 2007; Sousa et al. 2011). Mas, aparentemente, os chimpanzés são mais frequentes no interior do PNFC do que em qualquer outro ponto da Guiné-Bissau (Gippoliti et al. 2003). Para além dos chimpanzés, existem ainda outras 9 espécies de primatas não-humanos que habitam a região. Apesar de ser proibido, todas estas espécies são caçadas e posteriomente comercializadas, com excepção do chimpanzé e do gálago.

Esta apresentação centrar-se-á no modo como as mulheres que vivem no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez (PNFC) poderão vir a envolver-se nos esforços de preservação deste habitat e da sua biodiversidade.

Apesar da sua aparente falta de de poder, as mulheres podem ser consideradas decisoras, uma vez que tradicionalmente estão encarregues da subsistência dos seus lares. Na qualidade de produtoras e de consumidoras de recusos da natureza, as mulheres têm uma noção muito abrangente dos constrangimentos que as comunidades humanas enfrentam diariamente. Focando-nos nas percepções femininas sobre os riscos e os beneficios da área protegida, o nosso objectivo é sermos capazes de compreender o quanto é que as mulheres desta região estão dispostas a participar nas estratégias de conservação do PNFC, abrindo caminho para encontrar formas de envolver este segmento da população na protecção desta área (Lee 2004; Martino 2008).

O trabalho de campo decorreu no interior do PNFC no ano de 2008. Foram consideradas três hipóteses de investigação: 1) As mulheres mostram falta de confiança no futuro, uma vez que não foram introduzidas no PNFC alternativas económicas com vista a indemnizar os habitantes por potenciais perdas nas colheitas, em consequência de ataques por parte da fauna que habita o Parque. 2) O PNFC é visto como a origem das carências alimentares dos habitantes, uma vez que o número de ataques às hortas tem vindo a aumentar. 3) As mulheres vêem os investigadores como uma oportunidade de melhorarem as suas condições de vida, uma vez que os percepcionam como uma espécie de "embaixadores" capazes de levar os seus testemunhos para paragens onde existem pessoas dispostas a ouvi-las.

2. Metodologia

Foram realizados cinco grupos focais (N=47) em que temas relacionados com as fontes de rendimento, o estabelecimento do PNFC, a economia local e as expectativas de futuro foram abordados. Os homens não foram autorizados a assistir às reuniões.

O nosso objectivo foi reunir com pequenos grupos de mulheres, de modo informal e durante um curto período de tempo (aprox 30 minutos), garantindo que as entrevistadas se sentiam totalmente concentradas e à vontade com a nossa presença. As perguntas foram feitas de modo abrangente para evitar influenciar as respostas, especialmente no que respeitou aos constrangimentos da vida quotidiana, à floresta e à sua fauna selvagem e às expectativas de futuro. Os chefes e/ou os régulos das aldeias ("tabancas") foram antecipadamente contactados para os informar dos nossos objectivos e para termos o seu consentimento para recolher dados. Uma intérprete do sexo feminino, fluente em

criolo da Guiné e em português, ajudou-nos com as traduções, tanto no terreno como na transcrição das gravações.

As transcrições foram introduzidas no software ATLAS.ti (versão 6.2), através do qual se fizeram dois tipos de análise:

1. Análise textual: baseada exclusivamente no discurso (palavras, temas e ideias mais repetidas).

2. Análise conceptual: os códigos foram ligados entre si, dependendo das relações entre as palavras e as ideias que foram emergindo ao longo das entrevistas.

3. Resultados: representações femininas do parque nacional das florestas de Cantanhez

3.1 Constrangimentos e Limitações Diárias

As mulheres destacaram a agricultura como sendo o seu maior problema. As actividades agrícolas, de acordo com os testemunhos recolhidos, estão associadas com um esforço físico extremo. Do ponto de vista das entrevistadas, os ganhos que se tiram das colheitas e o esforço feito para se conseguirem esses ganhos são desequilibrados. A proximidade física em que pessoas e animais selvagens vivem é também apontada como uma limitação que se agudizou com o estabelecimento do PNFC. Durante as reuniões, a destruição das colheitas em consequência de ataques de animais, foi apontada como uma ameaça ao sucesso da actividade agrícola. Tanto o esforço físico próprio da prática agrícola, bem como a destruição de colheitas, surgiram associadas aos constrangimentos financeiros e à fome.

Uma vez que o esforço físico não encontra correspondência com os ganhos obtidos na prática agrícola, o dinheiro parece ser também um problema. Na esmagadora maioria dos casos, o arroz cultivado não chega para alimentar as famílias o ano inteiro e as mulheres acabam por ter que o adquirir no mercado. Para que tal se torne possível, as mulheres fabricam óleo de palma – um ingrediente da grastronomia guineense muito apreciado – para vender ou para trocar directamente por arroz, geralmente com membros da etnia Balanta. Durante o período de tempo em que o arroz se torna mais escasso, alguns comerciantes e proprietários de pequenos pontos de venda especulam o preço do arroz no sentido de conseguirem lucros adicionais.

Por seu turno, a especulação com o preço do arroz e os ataques às colheitas surgem associados à fome. Todavia, a fome, tal como descrita por estas mulheres, pode ter mais características culturais do que biológicas. O arroz é a base da dieta guineense (Casanova 2008, Casanova et al in press) – tal como o óleo de palma – o que pode significar que, cada vez que escasseia, é percepcionado como uma restrição grave, ainda que possam ter ao seu dispor outros ingredientes tais como a mandioca ou o feijão.

> "O nosso problema é conseguir arranjar comida para nós e para as crianças. É um grande sacrifício. Neste momento não há arroz em Iemberém e estamos a comer mandioca. Já não suportamos mais mandioca.` (Grupo focal 2, Madina)

A fome surge também relacionada com o Ramadão. Esta celebração do calendário islâmico é vista como algo que não se pode alterar. Estas práticas religiosas não são vistas como escolhas pessoais, mas sim como algo que é obrigatório e imposto externamente.

Durante todas as reuniões, a saúde e a educação nunca foram apontadas espontaneamente. Estes assuntos são vistos como problemas secundários, ainda que a malária tivesse sido mencionada como um problema sério. A saúde surge assim como o segundo maior problema da vida destas mulheres, enquanto que a educação nunca chegou a ser apontada.

3.2. O PNFC de Acordo com a Perspectiva Feminina

Em todos os grupos focais o PNFC foi apontado com um problema grave, uma vez que foram impostas novas regras que as pessoas estão obrigadas a respeitar. A proibição da caça e das práticas agrícolas dentro da área em questão são vistas como responsáveis pelo número crescente de animais. As mulheres dizem frequentemente que o mato se tornou tão denso que quase aniquilou as aldeias, permitindo aos animais atacarem as colheitas e andarem mais perto das pessoas. Ainda assim, afirmam que tal não seria um problema se o plano de compensações para as perdas nas colheitas tivesse sido posto em prática. O estabelecimento de alternativas ao estilo de vida da população que habita o Parque foi apontado como uma condição para que as pessoas seguissem as regras recentemente impostas. As mulheres sentem-se presas numa situação em que continuam dependentes das suas velhas práticas e dos recursos da floresta, ainda que tenham consciência de que não os podem explorar mais. Adicionalmente, vêem a área protegida e os seus animais - nomeadamente os chimpanzés - como tendo mais direitos que as pessoas.

> "O mato trouxe-nos um nunca mais acabar de problemas. Primeiro, a reserva. Agora temos macacos, babuínos, chimpanzés, … Há muitos animais que não têm o que comer na floresta. Estão a comer-nos as colheitas. O mato está protegido. Ninguém nos ajuda. Este ano, os chimpanzés estragaram-nos as hortas. Não nos resta nada." (Grupo focal 2, Madina)

3.3. O Contexto Económico Feminino

Tradicionalmente, as pessoas cultivam o seu próprio arroz em zonas pantanosas. No entanto, o oceano tem vindo a invadir as plantações – devido a estações da chuva cada vez mais curtas e ao aumento do nível do mar - e a arruinar as colheitas. Na tentativa de resolver o problema, as pessoas começaram a usar métodos menos sustentáveis e menos rentáveis de plantar arroz, tal é o caso do mpampam cultivado em terreno seco e em clareiras abertas na floresta para o efeito. Para além do arroz, as pessoas também plantam vários tipos de frutos (ex: banana, papaia, manga, cajú e laranjas) que são geralmente vendidos a comerciantes de Bissau. A mandioca, os amendoins, o feijão e a batata doce são também cultivados, mas aparentemente não são vistos como uma potencial fonte de rendimentos.

Todas as famílias têm a sua horta e, na esmagadora maioria dos casos, todas cultivam os mesmos produtos. Para além da fabricação de sabão e de peças de artesanato (esmagadoramente cestos) não existe diversidade de actividades económicas para além daquela necessária à subsistência. Adicionalmente, as aldeias não têm infraestruturas capazes de criar emprego. Efectivamente, não existem alternativas ao uso da floresta e dos seus recursos como meio de sobrevivência, ainda que isso possa significar quebrar as regras do PNFC.

Quando questionadas acerca dos seus hábitos alimentares, as mulheres revelaram que só comem carne em ocasiões muito especiais. Apesar de haver o hábito de se criarem animais domésticos (vacas, galinhas, porcos e cabras), o consumo da sua carne não é uma prática comum. Na maioria dos casos, as mulheres só apontaram os animais domésticos e o peixe como fontes de proteínas. Apenas no primeiro grupo focal (Iemberém) se mencionou a existência de caçadores na aldeia e, consequentemente, o consumo de carne de caça. Todavia, deixaram claro que se trata de uma actividade ilegal, embora os caçadores mantenham a actividade numa base diária. Apontaram também diferenças à caça e à produção de armadilhas – costume supostamente menos grave do ponto de vista das regras do Parque – com vista à protecção das hortas.

> "Gazelas, cabras do mato,... Sobretudo gazelas porque as cabras do mato são muito espertas. Os porcos-espinho são apanhados nas armadilhas, não os precisamos de caçar. Os porcos do mato também." (Grupo focal 1, Iemberém)

3.4 Expectativas Para o Futuro

As atitudes das mulheres em relação ao nosso trabalho são, na generalidade, positivas. As entrevistadas acreditam que, uma vez tendo tomado conhecimento das suas necessidades e limitações diárias, estaremos em condições de servir de ponte entre a população e as autoridades. Esta região do país tem sido repetidamente alvo de estudos por parte de ONG, o que poderá ter estado na origem de alguns sentimentos de desconfiança por parte das mulheres que participaram na recolha de dados. Em todas as reuniões, as mulheres mencionaram que o nosso interesse nos seus modos de vida poderia ser uma boa forma de conseguir ajuda externa.

4. Discussão

A sobrevivência das mulheres depende da agricultura de subsistência. Em todos os grupos focais, o trabalho agrícola foi apontado como o maior constrangimento de todos. As pessoas desta região dependem totalmente da agricultura e dos recursos da floresta para sobreviverem: as mulheres precisam das colheitas para conseguirem ter algum rendimento e para poderem alimentar as suas famílias.

O estabelecimento do PNFC trouxe sentimentos de incerteza, uma vez que foram introduzidas restrições à actividade agricola e à caça. Adicionalmente, as mulheres notaram um aumento significativo nas colheitas que são destruídas pela fauna que habita o Parque como resultado do número crescente de ani-

mais, particularmente de primatas. De acordo com as entrevistadas, o conflito entre fauna selvagem e humanos tem vindo a aumentar desde que aquela mancha florestal passou a estar protegida.

A caça, enquanto acitividade de susbsistência, foi mencionada apenas uma vez. No entanto, esta é uma actividade masculina. Além disso, é considerada uma prática ilegal, o que pode explicar a relutância das entrevistadas em abordarem o tema. A ausência de um plano de compensação para ressarcir a população das perdas originadas por ataques de animais selvagens, faz com que as mulheres se sintam presas num sistema económico, sem possibilidade de o alterar. Os primatas nunca foram apontados como fonte de proteínas, porém, em visitas anteriores constatámos que tal não é verdade (Costa et al. 2013). Dentro do território guineense, tal como em muitas outras partes de África (Oates 2002; Rose 2002; Hambler 2004, Casanova e Sousa 2007; Casanova et al., in press) existe um negócio muitos próspero relacionado com o consumo de carne de primatas, particularmente na grandes cidades.

Por todas estas razões, o PNFC é visto de forma negativa. As mulheres vêem o Parque claramente como a origem de todos os seus problemas. Para além da destruição das colheitas, a especulação do preço do arroz é também responsável pela má-nutrição da população desta região. As mulheres olham para a ausência de arroz nas suas refeições como uma situação potencialmente mais grave do que aquela que realmente poderá ser, uma vez que existem outras alternativas disponíveis. Apesar disso, esta percepção de potencial má-nutrição não deve ser negligenciada, uma vez que faz com que o PNFC se torne ainda mais dificil de ser aceite.

Durante a recolha de dados, os primatas foram sempre apontados como um factor negativo, particularmente os chimpanzés. As pessoas que passam por situações em que as suas colheitas são destruídas por animais, tendem a ser menos participativos nos esforços de conservação e são menos tolerantes com a proximidade destas espécies (de Boer e Baquete 1998; Weladji et al. 2003; Weladji e Tchamba 2003; Gadd 2005; Lepp e Holland 2006; Lee 2010). De todas as espécies que são conhecidas por destruirem colheitas, os primatas são considerados os piores e os mais destrutivos (Naughton-Treves 1997; Hill 2000; Saj et al. 2001; Hill 2002; Gilligham e Lee 2003; Kagoro-Rugunda 2004; Strum 2010), uma vez que é virtualmente impossível de impedir os ataques (Hill 2000; Saj et al. 2001; Strum 2010). Os primatas são capazes de saltar vedações – incluindo as electrificadas (Saj et al. 2001) – são comportamentalmente flexíveis e cooperam uns com os outros (Hill 2000), sendo capazes de avaliar os riscos e de esperar por uma boa oportunidade de atacar sem serem apanhados (Strum 2010). Adicionalmente, os agricultores não são geralmente eficazes na prevenção destas situações (Hill 2000; Saj et al. 2001).

Apesar de todas as limitações e constrangimentos diários, as mulheres acreditam ainda num futuro melhor, sobretudo se tiverem a colaboração dos investigadores que trabalham na região, uma vez que se encontram em posição de alertarem as autoridades.

5. Conclusão

Partir do princípio de que o género é responsável pelas diferenças que alguns segmentos da população apresentam no que toca à conservação ambiental pode ser arriscado. Alguns estudos realizados em África defendem que existem muitas outras variáveis que influenciam o modo como se lida com estas matérias (e.g. Gadd 2005; Stringer et al. 2007; Casanova et al. in press). Para além do género, a idade, o estatuto social, o acesso à terra, a educação, ... influenciam as attitudes e o comportamento em cenários como este. Todavia, as mulheres que vivem em países em vias de desenvolvimento, tal como a Guiné-Bissau, são mais vulneráveis à pobreza extrema do que os homens (Ellis 1999; Moser 2007) muito por causa da falta de poder e da dificuldade de acesso ao crédito e aos benefícios trazidos pelos programas de conservação (Mehta e Kellert 1998; Lee 2004; Chambers 2007; Moser 2007). As mulheres africanas tendem a ter menos anos de escolaridade (United Nations Development Programme 2006); têm estatuto social inferior ao dos homens; só raramente têm acesso à terra; são geralmente excluídas dos processos de decisão e, consequentemente, espera-se que adoptem uma posição submissa no seio das comunidades em que vivem (Ellis 1999; Moser 2007).

Mesmo sendo possível que muitas outras variáveis contribuam para o modo como as pessoas do PNFC percepcionam e se relacionem com a área protegida e com a sua fauna, as mulheres parecem combinar um número grande de outras variáveis que podem contribuir para o modo negativo com que olham para a preservação ambiental. Adicionalmente, e tal como acontece noutros pontos do mundo, os factores de risco que levam à pobreza extrema aparentam ter sido exacerbados com o surgimento do PNFC (Sherbinin 2008).

Abordagens diferentes, para homens e para mulheres, terão que ser encetadas no sentido de se conseguir a colaboração de todos na conservação do Parque (Hill 1998). Se tal não acontecer, o sucesso dos esforços de preservação da floresta em causa não produzirão efeito.

Bibliografia

ADAMS, W.M. e D.H.L. Thomas (2001). "Park Outreach & Gorilla Conservation: Mgahinga Gorilla National Park, Uganda". In: Hulme, David e M. Marshall. *African Wildlife and Livelihoods: The Promise and Performance of Community Conservation.* Portsmouth: Heinemann, pp. 131-147

ADAMS, W.M. e M. Infield (2003). "Who is on the Gorilla's payroll? Claims on Tourist Revenue From a Ugandan National Park". *World Development.* 31(1): 177-190.

Assembleia Nacional Popular (1996). *Constituição da República.* Bissau, ANP.

ATLAS.ti. (2004). *User's Manual for ATLAS.ti 5.0. Thomas Muhr Scientific Software Development:* Berlim

BANDIAKY, S. (2008). "Gender Inequality in Malidino Biodiversity Community-Based Reserve, Senegal: Political parties and the village approach". *Conservation and Society.* 6(1): 62-73.

CASANOVA, C. (2008). "Viagem ao Lugar do Outro". In: Frias, S. *Etnografia e Emoções.* ISCSP/UTL: Lisboa, pp. 19-33.

CASANOVA, C; C. Sousa e S Costa (in press). "Are Animals and Forests Forever? Perceptions of Wildlife at Cantanhez Forest National Park, Guinea-Bissau Republic". In Casanova C. e S. Frias. *Memória*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

COSTA, S., C. Casanova, C. Sousa, P.C. Lee (2013). "The Good, The Bad and The Ugly: Perceptions of Wildlife In Tombali (Guinea-Bissau, West Africa)". *Journal of Primatology.* 2: 110. doi:10.4172/2167-6801.1000110.

CHAMBERS, R. (2007). *From PRA to PLA and Pluralism: Practice and Theory.* Londres: Institute of Development Studies.

de BOER, W. F. e D. S. Baquete (1998). "Natural resource use, crop damage and attitudes of rural people in the vinicity of the Maputo Elephant Reserve, Mozambique". *Environmental Conservation*. 25(3): 208-218.

ELLIS, F. (1999). "Rural Livelihood Diversity in Developing Countries: Evidence and Policy Implications". *Natural Resource Perspectives.* 40, ODI. http://www.odi.org.uk/nrp/40.html.

FLINTON, Fiona (2003) *Women, Gender and ICDPs in Africa: Lessons Learnt and Experiences Shared.* Londres: International Institute for Environment and Development.

GADD, M. E. (2005). "Planning Sustainable Land Management: the hierarchy of user needs". *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation.* 3(4): 223-228.

Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho (2009). *Relatório de 2008 Sobre Direitos Humanos na Guiné-Bissau*. Bissau: GDDHT.

GILLINGHAM, S. e P. C. Lee (2003). "People and Protected Areas: A study of local perceptions of wildlife crop-damage conflict in an area bordering the Selous Game Reserve, Tanzania". *Orix*. 37(3): 316-325.

GIPPOLITI, S., D. S. Embalo e C. Sousa (2003). "Chimpanzee conservation status in Guinea-Bissau". In Kormos, R., C. Boesch, M. L. Bakarr and T. M. Butynski. *West African Chimpanzees – Status survey and conservation action plan.* Cambridge: IUCN – The World Conservation Union, pp. 55-61.

GIPPOLITI, S. e G. Dell'Omo (1996). "Primates of the Cantanhez Forest

and the Cacine Basin, Guinea-Bissau". *Orix*. 30(1): 74-80.

GIPPOLITI, S. e G. Dell'Omo (2003). "Primates of Guinea-Bissau, West Africa: Distribution and conservation status". *Primate Conservation.* 19: 73-78.

HAMBLER, C (2004). *Conservation*, Cambridge: Cambridge University Press.

HILL, C. (1998). "Conflicting attitudes towards elephents around the Budongo Forest Reserve, Uganda". *Environmental Conservation.* 25(3): 244-250.

HILL, C. M. (2000). "Conflict of Interest Between People and Baboons: Crop-Raiding in Uganda". *International Journal of Primatology.* 21(2): 299-316.

HILL, C. M. (2002). "Primate Conservation and Local Communities – Ethical Issues and Debates". *American Anthropologist.* 104(4): 1184-1194.

KAGORO-RUGURA, G. (2004). "Crop-raiding around Lake Mburo National Park, Uganda". *African Journal of Ecology.* 42(1): 32-41.

KALIBO, H. W. e K. E. Medley. (2007). "Participatory Resource Mapping for Adaptative Collaborative Management at Mt Kasigau, Kenya". *Landscape and Urban Planning*. 82(3): 145-158.

KANJI, N. (2003). Mind the Gap: Mainstreaming gender and participation in development. Londres: *International Institute for Environment and Development.*

KRUEGER, R. A. e M. A. Casey. (2000). *Focus Groups: A practical guide for applied research.* Thousand Oaks: Sage Publications.

LEE, P. C. (2004). "Who wins? Human-primate conflict in the context of conservation, development and gender" (abstract). *Primate Eye*. 84:15-16.

LEE, P. C. (2010). "Sharing Space: Can Ethnoprimatology Contribute to the Survival of Nonhuman Primatology in Human-Dominated Globalized Landscapes?". *American Journal of Primatology.* 72(10): 925-931.

LEPP, A. e S. Holland. (2006). "A Comparison of Attitudes Toward State-Led Conservation and Community-Based Conservation in the Village of Bigodi, Uganda." *Society and Natural Resources.* 19(7): 609-623.

MARTINO, D. (2008). "Gender and Urban Perceptions of Nature and Protected Areas in Bañados de Este Biosphere Reserve". *Environmental Management*. 41(5): 654-662.

MAXWELL, S. (1999). "The Meaning and Measurement of Poverty". *Poverty Briefings*. 3: 1-4.

MEHTA, J. N. e S. R. Kellert (1998). "Local attitudes toward community-based conservation policy and programmes in Nepal". *Environmental Conservation*. 25(4): 320-333.

MOSER, A. (2007). *Gender and Indicators – Overview Report.* Nova Iorque: United Nations Development Programme.

MUKADASI, B. e M. Nabalegwa (2007). "Gender mainstreaming and community participation in plant resource conservation in Buzaya county, Kamuli district, Uganda". *African Journal of Ecology.* 45(1): 7-12.

NAUGTHON-TREVES, L. (1997). "Farming the Forest Edge: Vulnerable Places and People around Kibale National Park, Uganda". *Geographical Review.* 87(1): 27-46.

OATES, J. F. (2002). "West Africa: Tropical Forest Parks on the Brink". In Terborgh, J., C. van Schaik, L. Davenport e M. Rao. *Making Parks Work.* Washington: Island Press, pp. 57-75.

REDFORD, K. H., M. A. Levy, E. W. Sanderson e A. de Sherbinin (2008).

"What is the role for conservation organizations in poverty alleviation in the world's wild places?". *Orix*. 42(4): 516-528.

REED, M. G. e S. Christie (2009). "Environmental Geography: We're not quite home – reviewing the gender gap". *Progress in Human Geography*. 33(2): 246-255.~

ROSE, A. L. (2002). "Conservation must pursue human-nature biosynergy in the era of social chaos and bushmeat commerce". In Fuentes, A. e L. D. Wolfe. P*rimates Face to Face – The Conservation Implications of Human-Nonhuman Primate Interconnections.* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 208-240.

SAJ, T. L., P. Sicotte e J. D. Paterson (2001). "The conflict between vervet monkeys and farmers at the forest edge in Entebbe, Uganda". *African Journal of Ecology*. 39(2): 195-199.

SHERBININ, A. (2008). "Is poverty more acute near parks? An assessment of infant mortality rates around protected areas in developing countries". *Oryx*. 42(1): 26-35.

SOUSA,J.; A. Barata; C. Sousa; C. Casanova e L. Vicente (2011). "Chimpanzee oil-palm use in southern Cantanhez National Park, Guinea-Bissau". *American Journal of Primatology*, 73:1-13.

STRINGER, L. C., C. Twyman e D. S. G. Thomas (2007). "Combating Land Degradation through Participatory Means: The Case of Swaziland". *Ambio*. 36(7): 387-393.

STRUM, S. C. (2010). "The development of primate raiding: implications for management and conservation". *International Journal of Primatology*. 31(1): 133-156.

United Nations Development Programme (2006). *Rapport National sur le Développment Humain en Guinée-Bissau*. Nova Iorque: UNDP.

WELADJI, R. B. e M. N. Tchamba (2003). "Conflict between people and protected areas within the Bénoué Wildlife Conservation Area, North Cameroon". *Orix*. 37(1): 72-79.

WELADJI, R. B., S. R. Moe e P. Vedeld (2003). "Stakeholder attitudes towards wildlife policy at the Bénoué Wildlife Conservation Area, North Cameroon". *Environmental Conservation*. 30(4): 334-343.

Desenvolvimento rural e gestão dos recursos hidricos: Conflitos e participação em torno do uso da água da Barragem de Poilão (Ribeira Seca), Ilha de Santiago, Cabo Verde

Vladimir Ferreira

Resumo

Após seis anos de funcionamento e da análise exaustiva a tudo que foi publicado na imprensa escriva (essencialmente on-line) sobre a Barragem de Poilão, podemos conseguir perceber algumas dinâmicas e tendências em termos do reposicionamento dos diferentes actores envolvidos na concepção, gestão e utilização da BP. Apesar dos conflitos, duvidas e incertezas que ainda ensombram o projecto BP, os discursos e as "vozes" dominantes tem conseguido passar a ideia de que neste momento está a ocorrer uma verdadeira "revolução agrícola" na bacia hidrográfica de Ribeira Seca que deve ser tida como um "exemplo" para outras regiões. A aposta na "modernização" da agricultura e a transformação do agricultor num "homem de negócios" é transmitido como sendo uma opção de sucesso e a única via possível para o desenvolvimento da agricultora nacional.

Podemos assim vislumbrar a emergencia de uma agenda de integração gradual das áreas rurais no processo de transformação e modernização do país atraves do estabelecimento de um programa de "empoderamento" dos pobres e o dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva.

Contudo a opção por uma agricultura moderna e inserida no mercado tem gerado resistências e "contra-respostas". A construção de barragens enquanto meio de retenção e mobilização de água tem suscitado o surgimento de algumas "vozes" contestatárias, sobretudo no seio de "especialistas" e na comunidade académica, embora ainda sem grande impacto na opinião publica nacional.

A gestão dos recursos hidricos e a emergencia da construção de grandes infraestruturas hidraulicas como uma apoção de desenvolvimento

O Conselho de Ministros reunido no dia 18 de Dezembro de 2003 aprovou o projecto definitivo apresentado por técnicos chineses, para construção da primeira barragem de retenção de águas pluviais de Cabo Verde, Barragem de Poilão (BP). De acordo com o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros da altura, Arnaldo Andrade,

> Este projecto será a materialização de um sonho antigo dos cabo-verdianos, que vão deixar de ver milhões de toneladas de água escorrer para o mar todos os anos, sem qualquer utilidade" (www.noticiciaslufonas.com 19-Dec-2003)

Sensivelmente um ano depois foi assinado os termos do contrato de construção da BP, no valor de 4 milhões de dólares integralmente financiados pela Cooperação Chinesa, pelo representante do grupo chinês YUAN DA, que executará as obras e pelo director da Cooperação Internacional de Cabo Verde, Júlio Morais.

Inserida num contexto de baixa e irregular pluviosidade, fruto da influência do Deserto do Sahara, a agricultura cabo-verdiana encontra-se longe de assegurar as necessidades do país revelando-se, ainda, uma agricultura de subsistência, cobrindo apenas 10 a 13% do consumo alimentar nacional.[1]

O governo cabo-verdiano almeja que a BP venha a curto-prazo constituir-se numa importante infraestrutura na luta contra a pobreza no meio rural e na criação de condições sustentáveis e duráveis para a melhoria do rendimento das populações rurais. A melhoria da produção agrícola, da distribuição de água e o aumento dos rendimentos das populações da região são alguns benefícios esperados da barragem de Poilão.

Para o poder publico, a agricultura "está na moda" em Cabo Verde. A modernização do sector, tem por objectivo demonstrar que, apesar de sermos um país com problemas de falta de água, a agricultura pode ser uma área muito rentável onde vale a pena investir. Sobretudo o investimento na pequena agricultura é a maneira mais eficaz de assegurar crescimento sustentável e inclusivo. Crê-se que este investimento, não só pode dar um forte impulso à produtividade e produção agrícola, contribuindo para a segurança alimentar e redução da pobreza, mas, também, apoia as comunidades rurais e promove um crescimento económico mais amplo e proporciona segurança alimentar. Com os investimentos que têm vindo a ser feitos em modernização, capacitação dos agricultores, introdução de novas espécies, sistema de rega gota-a-gota, mini - barragens e aumento da disponibilidade de água para agricultura, o governo espera que num futuro breve, ter resultados rápidos e satisfatórios em proporção do investimento realizado.

Para além do desafio da continuação da modernização e reconversão do sequeiro em regadio, aposta-se também no embalamento, distribuição, transporte e associada à agricultura temos a indústria de transformação que também pode contribuir para o desenvolvimento do mundo rural.

Depois de resolvida um pequeno percalço com o proprietário dos terrenos,

1 Recenseamento Geral Agrícola 2004

a Igreja Católica, que, quadruplicou o valor inicial do terreno onde iria ser construída a infraestrutura, a 28 de Dezembro de 2004 deu-se início à construção da BP com a chegada ao país de 50 técnicos chineses que durante dois anos e sete meses trabalharam na edificação da então maior infraestrutura hidráulica do país.

Com 18 metros de altura, 150 metros de comprimento e largura bastante para zonas pedestres e circulação de veículos (jipes), a BP deverá reter 1,7 milhões de metros cúbicos de água, além de suscitar uma albufeira que se prevê resistir pelo menos 150 anos. A BP deverá, ainda, além de duplicar a área irrigada e provocar um microclima na zona, com claros benefícios para a actividade agrícola nas suas imediações.

A 3 de Julho de 2006 foi oficialmente inaugurada a BP, a primeira infraestrutura de grande porte de mobilização e armazenagem de água do país. No acto o primeiro-ministro José Maria Neves enalteceu a "grande contribuição" da China para o desenvolvimento do arquipélago e pediu a Deus no sentido de deixar os cabo-verdianos gozarem da BP enviando chuva, para que ela possa vir a beneficiar a todos. Considerando a BP um "grande desafio" ao Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH), o primeiro-ministro defendeu uma "gestão competente" da BP, para que ela venha a "contribuir fortemente" para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, para que os cabo-verdianos tenham melhor qualidade de vida. Também presente na cerimónia de inauguração, o embaixador chinês em Cabo Verde, Sun Rongmao, considerou a construção da BP "um marco importante" na história das relações e cooperação amistosa entre a China e Cabo Verde.

> Enfim, começou a ganhar corpo um sonho antigo, em especial dos agricultores cabo-verdianos, que todos os anos se viam impotentes para conter a enorme carga de água que se perdia no mar durante a época das chuvas. E, neste sentido, a barragem de Poilão veio precisamente "recompensar" o agricultor e requalificar a agricultura em Cabo Verde, país com graves carências de água.(Asemana, 4 de julho de 2012).

Depois de inaugurada logo de imediato constatou-se a necessidade de construir um conjunto de infraestruturas e canais secundários de rega, de forma a se promover uma utilização "racional" da água. A ausência de um sistema de rega no projecto inicial aliada à falta de experiencia das autoridades locais em gestão de infraestruturas do tipo ditaram a interdição da utilização da água por certo período de forma a se evitar o uso desregrado do mesmo. Assim foram criadas as condições para o surgimento dos primeiros focos de conflito com os agricultores e usuários da água da BP, como relata o Jornal Asemana a 13 de Abril 2007.

> Agricultores de Levada, Poilão Fonseca e Bom Pau, no concelho de São Lourenço dos Órgãos, esperam o dia em que vão poder afinal utilizar a água da barragem de Poilão. Impacientes com a demora, alguns já chegaram a roubá-la. É que, depois da expectativa criada à volta dos benefícios da barragem, estão a ter de praticar agricultura de sequeiro onde antes havia regadio.
>
> Segundo o agricultor Eusébio Sanches Almeida, 65 anos, desde as últimas chuvas que a água da Barragem se encontra parada, sem ser utilizada, situação que está a causar

prejuízos aos agricultores das encostas, sobretudo aqueles que não possuem outra alternativa para regar as suas lavouras. "Perdi cerca de dois mil pés de sementeira incluindo repolho, pimentão e abobrinha por falta de água", disse Sanches ao ASemana.

O controlo da BP foi inicialmente atribuída a uma Comissão de Gestão, da qual fazia parte a Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, a Direcção Geral da Agricultura e Pecuária e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – INGRH. Contudo não foi incluído nenhuma entidade representativa dos principais beneficiários, os agricultores.

Historicamente a gestão da água em Cabo verde se desenvolveu de forma centralizada e assenta-se no principio da dominialidade publica das aguas, por ser um bem geral cuja racionalização importa a todo o povo. O exercicio do direito de uso da agua pelos particulares é em regra dependente de concessão ou licença como condição de atribuição desse direito. O Codigo da Agua (Lei 115/V/99), ao mesmo tempo que promove uma acção centralizada e coordenada do Estado, também admite uma grande participação dos utentes a diversos niveis, como forma de assegurar a sua sensibilização e um apoio que tende a transformar a problematica da agua em parte da cultura nacional atraves da consciencialização de que o desenvolvimento, conservação, aproveitamento e maior poupança dos nossos recursos hidricos dependerá o desenvolvimento economico–social do país e o futuro das gerações vindouras.

A gestão das águas represadas em Poilão tornou-se motivo de reclamações por parte dos agricultores que tardavam, no seu ponto de vista, em ver os benefícios desse investimento da China, avaliado em 4 milhões de dólares, a Cabo Verde. As reclamações, nessa altura, vinham sobretudo dos agricultores do lado (a jusante) do Concelho de Santa Cruz que, com a BP, viram a água retida no lado do Concelho de São Lourenço dos Órgãos.

Em reacção a estas vozes discordantes, em julho de 2008 a comissão de gestão anuncia publicamente o início de implementação de um projecto de irrigação da BP, com a introdução do sistema de rega gota-gota. Orçado em 100 mil contos, para permitir uma melhor distribuição e aproveitamento da água armazenada, abrangendo cerca de 50 hectares de terreno e beneficiando 171 agricultores, tanto na zona a montante como a jusante da barragem.

Segundo o engenheiro Eugénio de Barros, responsável do projecto, a grande falha da barragem é a não elaboração de um projecto de irrigação. "Desde a sua inauguração que os agricultores utilizam o sistema tradicional para rega. Vamos ter uma distribuição de forma controlada e regularizada", assegura, para declarar que a água será vendida e que será impedido aos agricultores de fazerem a bombagem da água para irrigação. (20-7-2008 Expresso das ilhas)

Os conflitos de destribuição ecológica acerca das represas e das transposições de águas fequentemente colocam uma região contra a outra, entrando muitas vezes em jogo intereses e valores distintos (Alier 2007). Entre os agricultores que ficam a montante e a jusante da BP, a persepção sobre os benefícios do mesmo diferem. Os que se situam a montante (Concelho de São Lourenço dos Órgãos) tem apresentado uma perspetiva bastante positiva do impacto da BP sobre as produções agrícolas, porém os que estão localizados a

jusante (Concelho de Santa Cruz) apresentam uma perspetiva contrária. Conforme aponta testemunhos de agricultores ao jornal Expresso das ilhas (20 de Julho de 2008).

> Para Mário da Veiga, agricultor e morador em Mitra, situado a montante da barragem, com a construção da infraestrutura houve um grande aumento da produção, uma vez que o maior problema dos agricultores cabo-verdianos é a falta de água. "Ficámos beneficiados e a prova disso é o aumento na nossa produção, porque não temos problemas com água, regamos sem nenhuma limitação". Da Veiga conta que antes da construção da barragem captavam água através de poços que não lhes davam garantias de rega durante todo o ano. (Expresso das ilhas 20 de Julho de 2008).

Opinião diferente tem a senhora Maria Pires, proprietária e agricultora de um terreno, na localidade de Ribeira Seca, situada a jusante da BP.

> "Nós, os agricultores situados do lado de baixo da barragem não somos beneficiados com essa construção", atesta para afirmar que antes da construção da barragem as cheias corriam ribeira a baixo enchendo furos e poços que serviam, posteriormente para as regas. "Não dispomos de condições financeiras necessárias para fazer a rega através de ligação de tubos, da barragem ao nosso terreno, uma vez que é uma distância considerável", (Expresso das ilhas 20, de julho de 2008).

Globalmente os agricultores localizados a montante da BP se encontravam satisfeitos com os ganhos da construção da barragem, porém este facto por si só não eliminou todos os focos de conflitos nesta parte da barragem visto que na altura a rega era ainda feita de forma desregrada, essencialmente por alagamento, sem um serviço de gestão eficiente e de forma gratuita.

Este facto é, mais uma vez, comprovada e reconhecida em Agosto de 2008 numa visita conjunta do ministro do Ambiente, Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos, na altura, José Maria Veiga e o Ministro de Estado e da Saúde, Basílio Mosso Ramos.

> José Maria Veiga reconheceu nesta visita que "neste momento a água é extraída de forma desorganizada". E que é preciso trabalhar no sentido da implementação de uma "melhor gestão da Barragem", (expresso das ilhas 26-8-2008)

Em Abril de 2009 a comissão de gestão estabeleceu um preço, de forma unilateral, pela utilização da agua da BP para travar aquilo que se considerou ser maus procedimentos de gestão da água , nomeadamente, uso desregrado e em excesso de rega por alagamento.

Cinco meses depois, em setembro de 2009 os agricultores chamaram a comunicação social para demonstrarem descontentamento com a actuação do Ministério da Agricultura. Tudo porque a comissão de gestão da BP suspendeu a distribuição da água de forma unilateral e sem apresentar alternativas.

> "Não temos dinheiro para isso", argumenta um agricultor. "Somos mais de 20 agricultores que estamos nesta situação não temos outras alternativas que não seja a agri-

cultura. Queremos encontro com responsáveis do Ministério da Agricultura para ultrapassamos esse impasse porque senão não vamos acatar a ordem de não utilizar a água da barragem". (Expresso das ilhas 30-11-2009).

Uma outra situação com a qual esses agricultores não estavam de acordo com o Ministério da Agricultura é a mudança de cultivo de hortaliças para a plantação de árvores fruteiras. Segundo os mesmos, a fruticultura exige um avultado investimento que não tem retorno a curto prazo. Limão, laranja, manga, uva, papaia são alguns dos frutos que irão ser pioneiros no projecto de fruticultura a montante da BP. Segundo o presidente da Câmara Municipal dos Órgãos, Vítor Baessa,

"….falta apenas os viveiros chegarem ao ponto para o cultivo começar. Este projecto, financiado pela Agência Americana de Desenvolvimento (ADF) no valor de 20 mil contos, vai possibilitar uma utilização mais racional da água, com a construção de três reservatórios a montante: dois de 300 m3 e um de 500 m3 de água". (Expresso das ilhas 30-11-2009)

Cândida Cardoso, Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural, diz, por sua vez, que as plantações irão respeitar vários cuidados técnicos, no sentido de evitar a erosão nos locais e mostrar que a BP está pronta para continuar a contribuir para o melhoramento da agricultura e das condições alimentares dos cabo-verdianos.

Em julho de 2010 foi inaugurado o sistema de adução e distribuição de água para irrigação à jusante da BP, na localidade de Ribeira Seca, concelho de Santa Cruz. Esta obra, que custou cerca de 100 mil contos, veio assim dar resposta às reivindicações dos agricultores e proprietários de terras à jusante que há muito vinham reclamando que estavam sendo prejudicados, pois a agua retida à montante não chegava às suas plantações.

O Primeiro-Ministro, José Maria Neves, no acto de inauguração, exortou os agricultores da ilha de Santiago a criarem empresas de transformação na área da agricultura e pecuária, tirando assim, vantagens da água da BP.

"Há que trabalhar, utilizar a água com mais racionalidade, para produzir cada vez mais, tirando ganho do campo porque, não queremos que a agricultura dê só para sobreviver. O governo apoiará todos os agricultores que aceitarem o desafio de criar empresas de transformação dos produtos derivados da agricultura, com financiamento e acesso a créditos, para desenvolverem a agricultura". (agencia Lusa 27-7-2010)

Para o chefe do governo, a agricultura tem que dar para financiar, viver melhor e acabar com a dependência do Estado. Todos os agricultores que estiverem dispostos a seguir o caminho da modernização serão apoiados.

Em Agosto de 2010, o governo, através do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos[2], anunciou a criação de uma Unidade de Gestão Autónoma para a BP. A equipa, conforme o director-geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária, João Baptista Freire, será constituído por sete elementos. O presidente será um técnico superior, licenciado em economia. Dois contabilistas, um técnico informático, um administrativo, um leitor

2 Denominação vigente na VII legislatura

de água e um canalizador são os restantes membros que integrarão o mesmo órgão. Novamente não foi incluído nenhuma representação dos agricultores e proprietários de terra, os habituais usuários da água da BP.

O director-geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária acrescentou ainda que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRM)[3] está em contacto com a Agência Portuguesa de Comércio Externo (AICEP) no sentido de conhecer a experiência da gestão da Barragem do Alqueva. Isto através da empresa EDIA, que gere os empreendimentos da mesma infraestrutura. O objectivo último é privatizar, num futuro próximo, a gestão da BP.

Um ano apos iniciarem funções a Unidade de Gestão da BP apresentava um défice de cobrança de 33%. Segundo o Presidente do Conselho de Administração, essa situação foi motivada pela resistência por parte de muitos agricultores em pagar a água consumida.

> "Os agricultores reclamam do preço, dizem ser muito caro. Outros justificam o não pagamento com a falta de produção e de lucro. Perante esta resistência, os nossos técnicos têm saído no terreno para sensibilizar os agricultores sobre a necessidade de pagarem as facturas da água consumida, visto que é a receita da venda da água que será usada para investir no desenvolvimento da agricultura na região". (Asemana 25 de outubro de 2011)

A receita estimada era de 4 mil contos, contudo a Unidade de Gestão, só conseguiu cobrar 67% desse valor, o que corresponde a cerca de 2 mil e 700 contos, valor considerado insuficiente para investir na melhoria das condições agrícolas.

Após cinco anos de funcionamento e da análise exaustiva a tudo que foi publicado na imprensa escriva (essencialmente on-line) sobre a BP, podemos conseguir perceber algumas dinâmicas e tendências em termos do reposicionamento dos diferentes actores envolvidos na concepção, gestão e utilização da BP.

Ao nível da concepção a inexperiência nacional em matéria de gestão contribuiu para que muitos componentes importantes, como por exemplo, sistemas de rega e adução de água, reservatórios de reserva e redistribuição, não fossem contemplados no quadro da construção da BP.

Inicialmente foi constituída uma Comissão de Gestão exclusivamente por representantes dos vários departamentos do Estado com responsabilidades ao nível do desenvolvimento rural e local (Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, a Direcção Geral da Agricultura e Pecuária, Delegação Concelhia do Ministério do Desenvolvimento Rural e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – INGRH). Deste leque de instituições com representação e responsabilidades na gestão da BP, não se estabeleceu um porta-voz ou um interlocutor claro no processo de diálogo com os agricultores. Há dois anos essa comissão foi substituída por uma Unidade de Gestão autónoma constituída por uma equipa de "técnicos" liderada por um economista. A meta é a privatização total da gestão da BP a medio prazo. As entidades representativas dos principais beneficiários, os agricultores, não foram integradas na comissão de gestão.

Nos primeiros meses os agricultores começaram por retirar a água directamente da albufeira da barragem com recurso a motobombas sem nenhum critério nem forma de controlo. Com a entrada em funcionamento da Comissão

3 Denominação vigente na VII legislatura

de Gestão começou a surgir os primeiro focos de conflito. Os vários programas anunciados de "incentivos" à adopção do sistema de rega gota-a-gota ainda não saíram do papel. Contudo o maior foco de conflito tem sido o estabelecimento do preço de consumo de água.

Apesar dos conflitos, duvidas e incertezas que ainda ensombram o projecto BP, os discursos e as "vozes" dominantes tem conseguido passar a ideia de que neste momento está a ocorrer uma verdadeira "revolução agrícola" na bacia hidrográfica de Ribeira Seca que deve ser tida como um "exemplo" para outras regiões. A aposta na "modernização" da agricultura e a transformação do agricultor num "homem de negócios" é transmitido como sendo uma opção de sucesso e a única via possível para o desenvolvimento da agricultora nacional. As irregularidades na queda das chuvas associada ao crescimento populacional tem sido apresentada como o fenómeno causador de uma situação de crise hídrica no país.

Alicerçado no alegado "sucesso" do projecto BP, o Primeiro Ministro anunciou, no seu discurso sobre o estado da nação de 2011, a construção de mais 17 barragens nos próximos três anos, com o objectivo de, até 2015, mobilizar 75 milhões de metros cúbicos de água, evitando assim o desperdício da água que vem do curto período de chuvas (Julho a Outubro) e que segue directamente para o mar, combatendo assim, por um lado, a desertificação e, por outro, criando condições de rega para os agricultores.

> Já não nos basta ter agricultura. A aposta na agricultura é para continuar e a chave para o sucesso dessa aposta é a captação de água onde o Governo continua a investir fortemente. Já há financiamento garantido para a construção de mais oito barragens nos próximos tempos, e o Governo está a mobilizar recursos para a construção de mais 17 barragens um pouco por todo o país. É diferente este Estado da Nação. Fala-se hoje em extensão rural, em irrigação inteligente, em ciência e tecnologia voltada para o campo, em erradicação da pobreza no mundo rural, em estradas asfaltadas que penetram os interiores de Cabo Verde.
>
> O que se passa no campo? Uma revolução para o futuro. O trabalho integrado das bacias hidrográficas, a mobilização da água, a introdução de novas variedades e raças melhoradas, juntamente com as estradas, a electrificação rural e outros investimentos, estão a dar uma nova vida à agricultura, com resultados positivos na produtividade e no rendimento dos agricultores – tudo isso é o futuro a bater no Porton d' Nos Ilha. E isto não será o Estado da Nação? (DISCURSO SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO 2011)

Em paralelo com este discurso, o programa do governo para a VIII legislatura prevé a implementação de um conjunto de medidas que visam dar corpo a esta anunciada "revolução" no sector agricola e em todo o mundo rural.

> A criação do Novo Banco irá revolucionar a microfinança e o acesso ao financiamento por parte das PMEs, dos agricultores e cooperativas rurais. Na verdade, o Governo esforçar-se-à na promoção das intervenções das associações e organizações rurais. Aqui se incluem parcerias com associações e cooperativas rurais, de forma a facilitar a modernização da agricultura e a promoção do agronegócio. Onde for possível esta parceria será alargada ao apoio a cooperativas e associações rurais na execução de programas sociais e de infra-estruturação.
>
> O Empoderamento/Formação será outro eixo da acção do Governo. Cerca de 4.000

pessoas/ano serão formadas para chefia de exploração, com prioridade para os jovens e as mulheres do meio rural. A massificação dos centros de processamento agrícola como estratégia para o reforço da cadeia de valores na agricultura reforçará a actividade do agronegócio. O nosso objectivo é alargar a economia rural, melhorar a capacidade de todos (incluindo os pobres) para participar na economia produtiva e criar milhares de postos de trabalho no mundo rural. (PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VIII LEGISLATURA)

Podemos assim vislumbrar a emergencia de uma agenda de integração gradual das áreas rurais no processo de transformação e modernização do país sintetizadas em duas ideias essenciais: Primeiro, atraves do estabelecimento de um programa de "empoderamento" dos pobres e o dos que vivem nas zonas rurais, para aumentar a sua capacidade produtiva. Aqui incluem-se programas para facilitar a capacitação, para promover o acesso a recursos financeiros e às infra-estruturas e serviços sociais. Segundo, o desenvolvimento de programas específicos para ligar as áreas rurais ao sector do turismo, permitindo assim aos pobres e aos habitantes das zonas rurais participar no turismo e noutros sectores da economia.

Vozes discordantes e discursos alternativos à construção de barragens

Cabo Verde é caracterizado como sendo um país de reduzida precipitação, agravada pelo aumento dos consumos resultantes do crescimento da população e da melhoria das suas condições de vida. Os sucessivos governos têm demonstrado grande preocupação relativamente à preservação dos ecossistemas e essas preocupações estão expressas em diversos instrumentos como a Constituição da Republica, as Grandes Opções do Plano, ratificação de Convenções Internacionais e a publicação de um leque de legislações sobre a temática. Em causa está também o facto de Cabo Verde estar alegadamente a aproximar-se do limite de exploração de água potável no subsolo, tal como afirmou o presidente do Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos de Cabo Verde, António Pedro Borges.

Cabo Verde tem potencialidades de água subterrânea estimadas em 60 milhões de metros cúbicos/ano e exploração actual ronda os 40 milhões. Até 2020, com o ritmo de desenvolvimento do país, essa necessidade subirá para 90 milhões de metros cúbicos/ano.

Estes dados sustentam o discurso de que cada vez se torna mais difícil satisfazer a procura com recurso exclusivo às águas subterrâneas pois as disponibilidades hídricas têm-se mantido/reduzido e as necessidades não param de crescer. Segundo o PANA II (Plano de Acção Nacional para o Ambiente) em sete municipios do nosso país, a desponibilidade de água para consumo humano vem sofrendo uma deminuição gradual. Os restantes municipios apresentam um aumento, devido à abertura de furos, construção de infra-estruturas de conservação dos solos e água, aproveitamento de águas de escoamento superficial e à instalação ou aumento da capacidade de dessalinizadoras de água do mar.

A escassez global de água e a forte pressão sobre os recursos subterrâneos, tem suscitado enormes desafios à gestão sustentável dos recursos hídricos. A prioridade de mitigar a deficiente oferta de água para uso doméstico quer em quantidade quer em qualidade impõe a implementação de uma nova cultura da água, cimentada num ordenamento do território racional que adeqúe o uso do solo aos condicionalismos do regime hídrico (Ventura & Mascarenhas 2009).

Deste modo a opção tem sido procurar assegurar que a exploração dos lençóis freáticos não ultrapasse a sua capacidade de carga, não pondo em causa, de modo irreversível, a sua capacidade de regeneração. Há que encontrar um equilíbrio inter-temporal na gestão das águas subterrâneas, respeitando as barreiras ecológicas impostas pela natureza. Contudo o conhecimento existente sobre estes limites é insuficiente (Ventura & Mascarenhas 2009). Admite-se que a exploração das águas subterrâneas esteja aquém das potencialidades existentes embora a maioria dos aquíferos por explorar esteja a grande profundidade.

Se a opção por uma agricultura moderna e inserida no mercado tem gerado resistências e conflitos, a própria opção pela construção de barragens enquanto meio de retenção e mobilização de água também tem suscitado o surgimento de algumas "vozes" contestatárias, sobretudo no seio de "especialistas" e na comunidade académica, embora ainda sem grande impacto na opinião publica nacional.

De acordo com os resultados de um estudo realizado no ano passado pelo Engenheiro José João Teixeira Lopes (2011) sobre a bacia de contribuição da BP, existe uma alta taxa de sedimentação na Bacia. Se não houver mudanças nas condições atuais, este estudo estima que no ano 2026 o fundo do reservatório de Poilão se elevará 7,6 m e em consequência o reservatório perderá 37% da sua capacidade de estocagem original, ou seja, será assoreado a uma taxa média de 1,8% ao ano. Só para o ano de 2011, estimou-se que a capacidade do reservatório sofreria uma redução de 9% situando o sedimento no nível médio correspondente à cota 102m. Em função deste cenário, no período considerado crítico, este estudo indica que a barragem irá oferecer menos 74 000 m³ de água comparada com os anos médios, pelo que a redução da superfície irrigada poderá ser uma das medidas de gestão a tomar, num cenário desta natureza.

Para Ventura e Mascarenhas (2009), a construção deste tipo de infraestruturas hidráulicas deve ter em conta os problemas ambientais resultantes da sua implementação porque modifica fortemente o regime hidráulico das bacias hidrográficas, o funcionamento dos ecossistemas a jusante, perdas consideráveis de água por evaporação e perturbam o ciclo dos sedimentos que levam a fertilidade às planícies e sedimentos ao litoral. Por tudo isto, na opinião destes dois investigadores, nas condições do nosso país a aposta na construção de barragens não parece ser a solução mais adequada tendo em conta, em especial, a conjugação de uma elevada taxa de sedimentação com a perda de água por evaporação. Mais consentânea com a realidade local seria a aposta na correcção torrencial das linhas de água, com construção de diques transversais e medidas de conservação do solo nas vertentes, num conjunto de intervenções com reflexos positivos nas reservas de água subterrânea e no controlo da erosão.

Entre os mais graves impactos destas grandes obras (barragens), encon-

tram-se ainda os associados às ondas de cheias provocadas por eventuais roturas. Com efeito, este tipo de acidente pode ter consequências catastróficas em termos de perdas humanas e de perdas materiais, semelhantes às dos maiores desastres naturais. Assim sendo, o controlo de segurança de uma barragem deve fazer parte do conjunto de medidas a tomar nas várias fases de vida da obra com vista ao conhecimento adequado e continuado da barragem, à detecção oportuna de eventuais anomalias e a uma intervenção atempada e eficaz sempre que esta se revele necessária.

Estas recomendações foram defendidas pelo presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal, Carlos Pina, no seu discurso de abertura num curso sobre segurança de barragens, destinado a técnicos cabo-verdianos. Esta tarefa deve ser feita através de um acompanhamento próximo de todas as fases de vida da infraestrutura, a começar pela preparação do projecto.

> "É muito importante que haja um controlo de qualidade do projecto. Depois é preciso que durante a construção se tenha o cuidado instalando-se equipamentos que possam dar informação ao longo da vida da obra para se ver se está realmente a funcionar da forma como deve", (Expresso das Ilhas 20-7-2010).

A nível internacional tem emergido uma nova consciência sobre os riscos associados à construção de grandes represas. Na sua obra "O Ecologismo dos Pobres" Joan Marinez Alier (2007) analisa com bastante pormenor os impactos da construção de barragens hidroelectricas, dos quais poderíamos citar a perda de sedimentos, salinização dos solos, diminuição de estoques pesqueiros, rarefação da biodiversidade fluvial e muitas vezes também implica a deslocar pessoas das áreas de origem. Contudo, segundo Alier (2007), a análise custo-benefício não pode proporcionar uma resposta racional nem para a construção das represas, nem para coloca-las fora de serviço, pois os valores monetários dependem da aceitação de uma dada estrutura de iniquidade social e ambiental. Por esta via, o custo de deslocar as pessoas tem dependido do seu grau de pobreza assim como do grau de resistência contra a distribuição dos direitos de propriedade ambiental que o Estado e as companhias electricas definem como legal.

Em Cabo Verde, até a década de noventa, o único sistema de rega utilizado era o de alagamento, conduzido através de levadas construídas de terra batida, propiciando um desperdício enorme de água. A partir desta altura introduziu-se o sistema de rega gota-gota, com o objectivo de reduzir os gastos com a água e minimizar o custo de produção. Contudo, segundo um estudo levado a cabo pelo engenheiro Adriano Mendes (2009), essa nova tecnologia não foi acompanhada de estudos económicos que nos permitissem fazer um balanço entre os custos (inputs aplicados) e benefícios (produção obtida) nas duas tecnologias de rega utilizadas, nas condições de cultivo do agricultor cabo-verdiano. Neste sentido, Mendes (2009) comparou alguns factores associados à rentabilidade das culturas de tomate, cenoura e repolho, nas duas tecnologias de rega utilizadas, com base nas informações recolhidas em 50 explorações agrícolas da ilha de Santiago onde cultivam as referidas culturas. Para isso recolheu, junto dos agricultores, dados que permitiram o acesso à informação técnica e económica, nomeadamente as técnicas culturais, a formação de custos de

produção de culturas, o conhecimento exacto do nível de produção e produtividade, o preço no produtor.

De acordo com os dados apurados por este investigador, não é linear que as produções hortícolas no sistema de rega gota-a-gota sejam superiores ao sistema de rega tradicional nas condições do cultivo cabo-verdiano. Das três culturas analisadas, a produção da cenoura no sistema de rega gota-gota evidencia maior nível de produção, representa uma produção superior em média, em relação ao sistema tradicional, na ordem de 40 e 30% época fresca e quente respectivamente. Porém tal situação não se verifica nas culturas de tomate e repolho. Para essas duas culturas os níveis de produção nos dois sistemas de rega e nos períodos quente e fresco não são significativamente diferentes. A pesquisa permitiu concluir que, o rendimento do agricultor é determinado pelo nível de preço que se pratica no mercado e pela quantidade produzida. As maiores produções, por vezes não se traduzem nos maiores rendimentos. O agricultor que ganha mais é aquele que consegue vender os seus produtos a bom preço.

A análise dos resultados dos elementos que compõe a estrutura de custos de produção, evidenciaram que em ambos os sistemas de rega, a mão-de-obra é o factor com maior peso na estrutura de custos, variando entre 52 a 60% dos custos totais. O gasto com a água no sistema de rega tradicional apresenta um custo 50% superior em relação ao sistema gota-a-gota. Mas esse custo não reflecte muito no custo total de produção, pois o custo de água/m3 é irrisório. A diferença nos custos de produção varia com o tipo de cultura que se pratica; No entanto, em relação às tecnologias de rega não há diferença significativa. Convém salientar também que o baixo nível de resultados no sistema gota-gota é condicionada pela não substituição dos equipamentos nos momentos adequados. Os agricultores não fazem amortização dos equipamentos de rega e utilizam-nos para além da sua vida útil, o que não dá garantia de uma rega eficiente.

Portanto, a aposta em massa no sistema de rega gota-a-gota não garante uma efectiva redução nos custos de produção agrícola. Apesar de ser escassa o preço de água para rega é ainda bastante baixo, o que torna o sistema de rega por alagamento viável para a produção de vários produtos.

Considerações finais

A construção das barragens tem assumido como meta transformar Cabo Verde de país em constante stress hídrico num dos mais ricos em termos de água por habitante, revolucionando sectores como a agricultura, abastecimento de água às populações e até travando o êxodo rural, criando condições para o desenvolvimento de várias áreas económicas no mundo rural. Portanto o papel dos agentes de promoção de políticas de desenvolvimento rural tem sido actuar preferencialmente sobre sectores e segmentos sociais considerados em posição secundária ou subalterna, no actual contexto político, promovendo meios alternativos de exercício de cidadania ou de reparação de injustiças sociais. Em consequência, os meios para a redistribuição têm sido definidos com vista a produzir melhorias nas condições de vida e de produção de segmentos populacionais específicos, ou seja, relativamente reconhecidos como mais pobres (Delma Neves SD). Porém esta constatação e posterior actuação por si só não

tem garantido a melhoria da qualidade de vida das regiões a Sul do globo. Impõe-se uma perspectiva de acção mais ampla, sistémica e articulada sobre os vários planos da vida social.

Várias experiências em outros países têm mostrado que é possível criar espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto bases constitutivas da legitimidade dos diversos interesses em questão. A participação da sociedade civil na gestão pública introduz uma mudança qualitativa na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado na gestão dos recursos públicos.

Actualmente, o maior desafio é garantir que os espaços de tomada de decisões sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados. A dimensão do conflito lhes é inerente, como é a própria democracia. Portanto, estes espaços de formulação de políticas, onde a sociedade civil participa, marcados pelas contradições e tensões, representam um avanço na medida em que dão ao conflito uma maior dimensão publica e oferecem procedimentos de discussão e negociação. Através da presença crescente de uma pluralidade de actores e da activação do seu potencial de participação, avança-se para uma actuação efectiva e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, assegurando canais abertos para a participação (Jacobi & barbi 2007).

O surgimento e a existência de actores sociais e políticos capazes de lutarem contra as desigualdades é um desafio para a estabilidade social. Uma mudança de foco (de um poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes que se constituem na sociedade civil) tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises. Arce & Long (2000), denominaram este fenómeno de pluralização da modernidade, e têm centrado as suas investigações na "contra-resposta" sobre o desenvolvimento levadas a cabo por muitos grupos locais.

Bibliografia

ALIER, Joan Martínez (2007). *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo, Ed. Contexto.

ARCE, Alberto & Norman Long (eds.) (2000) *Anthropology, Development, and Modernities*. Londres: Routledge.

ESCOBAR, Arturo (2005). El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. En Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.

ESCOBAR, Arturo (2007) *La invención del Tercer Mundo.* Editorial El Perro y la Rana. Caracas, Venezuela

JACOBI, P. & F. Barbi. 2007. *Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil* In Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez.

PANA II – *Plano de Acção Nacional para o Ambiente (2004 – 2014)*. Ministerio do Ambiente Agricultura e Pescas.

TEIXEIRA, José João. 2011. *Hidrossedimentologia e Disponibilidade Hídrica da Bacia Hidrográfica de Poilão,* Cabo Verde. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias.

Ventura, J. E & J. M. Mascarenhas,. 2009. *A problemática dos recursos hídricos em Santiago.* in 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.

NEVES, Delma. *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos.* SD.

MENDES, Adriano. 2009. *Análise Comparativa da Rentabilidade de Algumas Culturas de Regadio na Ilha de Santiago em Cabo Verde*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Agronómica – Economia Agrária e Gestão do Território – Instituto Superior de Agronomia.

Outras Publicações

CODIGO DA AGUA (Lei 115/V/99)
GRANDES OPÇÕES DO PLANO – CONSELHO DE MINISTROS
PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (DGP – MFPDR)
PROGRAMA DO GOVERNO PARA VIII LEGISLATURA
ESTRATEGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA (2004)
PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE (MAAP 2004)
A VIDA E O AMBIENTE NO HORIZONTE 2025 (CNAG – INGRH – 2000)
PLANO DE ACÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HIDRICOS (PAGIRH – GWP CAPE VERDE – 2006)
RECENSIAMENTO GERAL AGRICOLA - 2004

Jornais on line

Asemana
Liberal
Expresso das Ilhas
Anação
Agência Lusa

PAINEL IV
COMPROMISSOS, POLÍTICA E ECONOMIA

Painel moderado por Luis Batalha, ISCSP

Liderança Autêntica, Desempenho e Criatividade dos colaboradores: A realidade das organizações em Cabo Verde
Ana Suzete Semedo

Fiscal Policy, Inflation and Economic Growth in Cape Verde
Gilson Pina

Growth Diagnostic of Cape Verdean Economy
João Brito

O contributo do ensino superior para o crescimento da economia em África
Lúcia Oliveira

Liderança Autêntica, Criatividade e Desempenho dos Colaboradores: A realidade das Organizações em Cabo Verde

Ana Suzete Semedo;
Neuza Ribeiro; Arnaldo Coelho

Resumo

O presente estudo pretende investigar as relações entre a liderança autêntica, a criatividade e o desempenho dos colaboradores considerando o empenhamento afetivo como uma variável mediadora. Para testar as hipóteses do estudo serão recolhidos e analisados dados sobre liderança autêntica e empenhamento afetivo junto dos colaboradores, enquanto os seus superiores hierárquicos se reportarão à criatividade e desempenho. Pretende-se que a amostra seja de cerca de 250 díades (indivíduos e respetivos superiores) pertencentes a várias organizações cabo-verdianas tanto do setor público como privado. No tratamento dos dados, serão usadas técnicas estatísticas como análises fatoriais, correlações, regressões e modelos de equações estruturais. Os resultados serão analisados no quadro da evidência teórica e empírica já disponível, mas também à luz das especificidades culturais do país e da região onde os dados empíricos serão recolhidos.

Palavras-chaves

Liderança Autêntica; Comportamentos próprios do papel; Comportamentos de cidadania organizacional; Criatividade; Desempenho; Empenhamento Afetivo.

Introdução

Nos dias de hoje, a liderança assume um papel importante no seio organizacional, uma vez que, o estilo de supervisão adotado pelos líderes pode influenciar, direta ou indiretamente, os comportamentos e atitudes dos seus subordinados. O mundo dos negócios, por sua vez, está cada vez mais competitivo devido a várias mudanças tecnologias, e para fazer face a essa situação torna-se fundamental reconhecer a importância crescente da liderança para o sucesso organizacional, pelo que, no caso de Cabo Verde, não há e nunca houve uma estratégia nesse campo. A liderança nas organizações é percebida e valorizada pelos diversos stakeholders, como sendo um elemento chave do sucesso, um fator diferenciador com forte impacto na concretização dos objetivos, pela motivação que imprime nos seus colaboradores (Silva e Torres, 2010). Devido a imensos escândalos morais e financeiros de empresas outrora reputadas, cujos líderes enveredaram por práticas pouco virtuosas, surge a liderança autêntica, como sendo a liderança baseada no caráter moral do líder, na preocupação para com os outros e na congruência entre os valores éticos e a ação (Shahid, 2010). A pertinência do tema liderança autêntica prende-se com a magnitude de impactos que esta tem para os indivíduos e para a própria organização.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o efeito da liderança autêntica no desempenho e na criatividade dos colaboradores, quer diretamente, quer através de efeito mediador do empenhamento afetivo. Mais especificamente pretende-se investigar (a) como a liderança autêntica influencia a criatividade dos colaboradores, (b) como a liderança autêntica explica o seu desempenho (c) como a liderança autêntica influencia o empenhamento afetivo, (d) como o empenhamento afetivo medeia a relação entre a liderança autêntica e a criatividade e (e) como o empenhamento afetivo medeia a relação entre a liderança autêntica e o desempenho dos colaboradores. A parte empírica deste estudo será realizada em Cabo Verde, um país onde existem poucos recursos e o seu sucesso económico passa por ganhar e manter as vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes. Tendo em conta o impacto que o clima organizacional tem na performance das organizações, é preciso promover um ambiente organizacional adequado começando por proporcionar um bom relacionamento entre os líderes e os seus subordinados, sendo que um dos principais desafios para as organizações é a retenção dos melhores talentos e um ambiente empresarial altamente competitivo para alcançar os objetivos delineados. Para além de este trabalho ser pioneiro em Cabo Verde, será importante na medida em que nos irá ajudar a compreender como os líderes podem fomentar a criatividade e o desempenho dos colaborados, que por sua vez, são fulcrais para ajudar as organizações a enfrentarem os desafios competitivos e a tirarem partido das oportunidades que surgem. Os resultados deste estudo poderão fornecer instrumentos que ajudam a melhorar a performance das organizações e contribuir para uma melhor compreensão, por parte dos líderes, do seu impacto nas atitudes e comportamentos dos funcionários. Esta proposta está estruturada da seguinte forma: Primeiro fez-se a introdução com a apresentação do problema a investigar, explicando a sua relevância e seus objetivos. De seguida apresenta-se a revisão da literatura com abordagem aos estudos sobre cada um dos constructos e sobre a relação entre cada um deles. Posteriormente expõe-se a metodologia a ser utilizada, onde expõe-se o modelo conceptual e

as hipóteses do estudo, os instrumentos para operacionalização dos constructos, o método de recolha de dados e, finalmente caracteriza-se a amostra que pretende-se inquirir.

Revisão da Literatura

Liderança Autêntica

O homem como ser social está sempre sujeito às influências das outras pessoas com quem interage. Daí surge a necessidade da liderança para encontrar soluções conjuntas que promovam a sobrevivência do grupo ou da comunidade. De acordo com as várias definições sobre liderança e diferentes pesquisas nesse campo, a liderança é definida como o processo de orientar e influenciar as atividades dos membros do grupo ou organização (Stoner et al., 2000). Hassan e Faezeh (2011) definem a liderança como um processo de gestão da organização, que consiste em proporcionar uma comunicação eficaz, motivação e incentivo aos funcionários, no sentido de desempenharem as suas tarefas, que, por sua vez, facilita a consecução dos objetivos delineados. A liderança eficaz define onde a empresa deve estar a médio prazo, alinhando os colaboradores com essa intenção, inspirando-os para trabalhar em conjunto, com vista à concretização dos objetivos traçados. Hoje em dia, a liderança nas organizações é percebida e valorizada pelos diversos stakeholders, como sendo um elemento chave do sucesso, um fator diferenciador com forte impacto na concretização dos objetivos, pela motivação que imprime nos seus colaboradores (Silva e Torres, 2010). Por outro lado, temos vindo a assistir a imensos escândalos morais e financeiros de empresas outrora reputadas, cujos líderes enveredaram por práticas pouco virtuosas. É neste contexto que surge a liderança autêntica, como sendo a liderança baseada no caráter moral do líder, na preocupação para com os outros e na congruência entre os valores éticos e a ação. Ou seja, retrata a capacidade dos líderes em influenciar um grupo a atuar no sentido da prossecução dos objetivos através de um tratamento equilibrado, transparente e autêntico.

Para Walumbwa, et al. (2008), numerosos escândalos, corrupção, gestão e desafios sociais mais amplos voltados para organizações públicas e privadas, têm contribuído para a recente atenção atribuída à autenticidade e liderança autêntica.

Segundo estes autores, a convergência destes desafios provocou a necessidade das chamadas formas mais positivas de liderança em instituições e organizações para restaurar a confiança em todos os níveis de liderança. A liderança autêntica é um constructo relativamente novo no domínio da liderança e foi desenvolvido no contexto organizacional recente, a fim de evitar as práticas não-éticas e indesejadas dos líderes dentro da organização (Shahid, 2010). Para uma melhor compreensão acerca da liderança autêntica, é necessário perceber o conceito de autenticidade. A autenticidade não é um conceito novo. O que é recente é a sua associação à liderança e pode ser definida como "ser fiel a si mesmo", ou seja, é o reflexo de valores e crenças internas de uma pessoa no seu comportamento que pode ser bom ou mau (Shamir e Eilam, 2005;

Walumbwa, et al., 2008).

Harter (2002) explica o termo autenticidade como a combinação de experiências pessoais (valores, pensamentos, emoções e crenças) e ações que estão de acordo com o verdadeiro eu (expressar o que realmente pensa e acredita e agir em conformidade). Um líder autêntico, segundo Shamir e Eilam (2005), tem as seguintes características: "não falsifica a sua liderança; não lidera para conseguir o status, honra ou quaisquer outras recompensas pessoais; não é imitador, mas é original; e é o líder cujas ações são baseadas em valores e convicções". De acordo com estas definições podemos dizer que a autenticidade se refere a algo que é genuíno, original, e não uma falsificação.No contexto da liderança, há evidências crescentes de que uma abordagem autêntica é bastante desejável e eficaz para o avanço do fator humano e para alcançar resultados positivos e duradouros pelas organizações (Walumbwa et al., 2008). Para (Luthans e Avolio, 2003) o comportamento positivo que um líder autêntico exibe contribui para que os colegas se transformem também em líderes, já que os seus valores, crenças e comportamentos servem de modelo para o desenvolvimento destes. Nos últimos anos, tem sido fomentada a ideia de que a liderança autêntica é extremamente importante nas organizações, uma vez que ajuda os seus membros a comprometerem-se com o trabalho, promovendo um ambiente que apoia tanto os líderes como os seus seguidores (Avolio e Gardner, 2005).

Dimensões da liderança autêntica

Embora a liderança autêntica seja um constructo relevante, não nos podemos esquecer da importância dos seus principais componentes. De acordo com a literatura disponível os componentes que a maioria dos investigadores e académicos considera são:

(1) autoconsciência; (2) transparência relacional; (3) perspetiva moral interna e (4) processamento equilibrado de informação (Walumbwa, et al. 2008). Segundo Avolio (2005), a autenticidade do líder deve-se a autoconsciência que tem a ver com a compreensão mais profunda das suas próprias forças e fraquezas e da natureza multifacetada de si próprio. Implica também que os líderes estejam cientes dos seus impactos nas outras pessoas, tendo igualmente noção da forma como os outros os vêm, o que inclui constantemente uma reavaliação e autoconceito através de exposição e comentários de outras pessoas (Kernis, 2003; Walumbwa et al., 2008). Alguns estudos também defendem que os líderes, para serem autênticos, precisam proporcionar algum grau de abertura aos seus subordinados. Ou seja, as suas verdadeiras opiniões e sentimentos devem ser expressados duma forma transparente. Isto manifesta-se em comportamentos como compartilhar abertamente informações e expressar pensamentos e sentimentos verdadeiros na interação interpessoal, evitando expressões emocionais inadequadas (Avolio et al., 2004; Shamir e Eilam, 2005). Uma outra característica importante dos líderes autênticos é a perspetiva moral e ética, na medida em que a autenticidade da liderança deve ser refletida nas decisões e comportamentos e na sua compatibilidade com os valores previamente demonstrados. Descreve o facto de o líder ser orientado por padrões de conduta moral e agir de acordo com eles, em detrimento das pressões do grupo, organizações ou pressões da própria sociedade (Avolio e Gardner, 2005; Gard-

ner et al., 2005; Walumbwa, et al., 2008). Além das referidas anteriormente, também o processamento equilibrado de informação é considerado pela literatura como uma das caraterísticas importantes dos líderes autênticos. Segundo esta perspetiva a autenticidade do líder deve-se à consideração do líder em relação às opiniões dos empregados aquando da tomada de decisão. Analisa objetivamente toda a informação relevante antes de tomar uma decisão, havendo uma certa imparcialidade na tomada de decisão. (Gardner et al., 2005; Walumbwa et al., 2008).

Em suma, segundo estes autores, a liderança autêntica pode ser definida como um padrão do comportamento do líder que promove tanto as capacidades psicológicas positivas como o clima ético positivo, para fomentar a autoconsciência, a transparência relacional no trabalho dos líderes com os seus subordinados, a perspetiva moral interna, e o processamento equilibrado da informação aquando da tomada de decisão.

Efeitos da liderança autêntica na criatividade e no desempenho individual

Criatividade

A criatividade dos colaboradores é essencial para todas as organizações que estão interessadas em responder aos avanços tecnológicos, às constantes mudanças do contexto organizacional e aos seus stakeholders. Para alguns autores, a criatividade pode ser entendida como a produção de alguma coisa pela primeira vez, na medida em que representa um aspeto dramático da mudança organizacional que pode fornecer uma chave para compreender o fenómeno da mudança e, em último caso, a eficiência e sobrevivência organizacional (Woodman et al.,1993). Para outros, a criatividade é simplesmente entendida como a produção de ideias e soluções novas e úteis (Amabile, 1988; Oldham e Cummings, 1996; Shalley, 1991 e 2004; Zhou e George, 2007). Ela refere-se à produção de novas ideias que são úteis, por um indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos, o que é diferente de inovação que se refere à implementação bem-sucedida de ideias criativas (Amabile, 1988). Ideias criativas são os ingredientes básicos de inovação em produtos e serviços e tem o potencial para gerar valor para a organização (George, 2007). Desta forma, para que uma ideia nova seja considerada criativa, esta tem que ser útil. Não é apenas uma novidade, mas uma novidade que pode melhorar e adicionar valor aos produtos e serviços da organização no curto e longo prazo (Binnewies, et al., 2008). Ao nível da sociedade, a criatividade pode gerar novas descobertas científicas, novos movimentos na arte, novas invenções e novos programas sociais. Ao nível individual, ela permite dar respostas a problemas do dia-a-dia no trabalho e da vida em geral.

Liderança autêntica e criatividade

Segundo (Zhou e George, 2003) os líderes, e em particular, a inteligência emocional dos líderes, exerce um papel crítico que habilita e apoia a criatividade. Sendo os líderes autênticos indivíduos com níveis de inteligência emocional mais elevados e que agem de acordo com as suas palavras, os

seus valores e as suas convicções, poderão contribuir para relações interpessoais e um clima de trabalho onde a criatividade é fomentada e encorajada (Rego et al.,2012).

Os resultados do estudo de Jaskyte e Kisieliene (2006), mostraram que o estilo inovador cognitivo e a motivação intrínseca são preditores mais importantes na explicação da variação da criatividade dos colaboradores. Nesse sentido, dado espírito inovador do líder autêntico e a sua motivação, pensamos que pode ser um fator relevante para o incentivo do espírito criativo.

Segundo Yan Zhang et al. (2011), os estilos de liderança influenciam a criatividade. Os resultados do seu estudo mostraram que liderança transformacional relaciona-se positivamente com a criatividade, enquanto a liderança autoritária relaciona-se de forma negativa para com a criatividade. Os líderes autênticos exercem influências positivas no comportamento dos seguidores e no seu bem-estar, uma vez que tentam promover o desenvolvimento dos seus seguidores, apoiam a sua autodeterminação, motivação e autoestima (Ilies et al., 2005). Assim, os subordinados sentem-se mais entusiasmados para apresentarem ideias novas e criativas, resolverem problemas e tirarem vantagens das oportunidades em benefício da organização (Avolio, et al., 2004; Gardner et al., 2005; Ilies et al.,2005; Shamir e Eilam, 2005).

Desempenho individual

O desempenho individual é um conceito que tem suscitado bastante atenção dos investigadores de gestão de recursos humanos e comportamento organizacional, que procuram perceber quais os seus principais antecedentes e consequentes. Apesar de haver diversas definições, pode-se dizer que é o grau em que um indivíduo realiza as suas atividades e que resulta da influência e da dinâmica de múltiplas variáveis, como por exemplo as condições de trabalho, cultura, competências, possibilidades individuais, atitudes, processo produtivo e motivação (Williams e Anderson, 1991). No entanto, essas atividades não se resumem apenas àquelas que são obrigatórias mas também podem ser discricionárias, correspondendo ao comportamento próprio do papel (CPP) e comportamento de cidadania organizacional (CCO). O CCP é definido como o comportamento exigido ou esperado. Ou seja, diz respeito à parte do desempenho que corresponde aos deveres e responsabilidades previstas. Tem a ver com a execução da sua função, desempenho esperado ou exigido (Williams e Anderson,1991).

No que respeita ao comportamento extra papel, as organizações necessitam que os seus membros, para além de executarem as atividades que lhes são atribuídas, desenvolvam simultaneamente, ações inovadoras e espontâneas que ultrapassem os requisitos do papel e os conteúdos funcionais, essenciais para o bom funcionamento dos grupos e das organizações.

Apesar da relevância dos diferentes constructos do comportamento extra papel é inquestionável que os CCO têm sido os mais estudados. O CCO trata-se de um dos principais construtos relacionados com o desempenho extra-papel (Organ, 1997) e tem um impacto positivo no indivíduo e na organização (Podsakoff et al., 2000). Também são definidos como todos os comportamentos voluntários que vão para além das exigências do papel, ou seja, os empregados estão dispostos a fazer mais do que lhes é exigido (VanDyne et al., 1995). As cinco dimensões tradicionais de cidadania, porventura, mais frequentemente

estudadas são: (1) altruísmo, (2) conscienciosidade, (3) desportivismo; (4) virtude cívica e (5) cortesia (Konovsky e Organ,1996; Schnake e Dumler, 2003). O altruísmo revela-se na prestação de ajuda ou cooperação a indivíduos em tarefas ou problemas organizacionalmente relevantes. Ou seja, está relacionado com comportamentos de ajuda direta e intencionalmente dirigidos a pessoas específicas nomeadamente orientação dos membros recém-chegados à organização e ajuda aos colegas em trabalhos difíceis. Já a obediência generalizada ou conscienciosidade refere-se ao facto de o indivíduo desempenhar as suas atividades de um modo que ultrapassa os requisitos mínimos ou o normalmente esperado. Por exemplo, assiduidade acima do normal, cumprimento de regras e normas mesmo que ninguém presencie, os recursos organizacionais e o tempo de trabalho não são gastos para tratar de assuntos pessoais. O desportivismo revela-se em comportamentos de fair-play, ou seja, tolerar os inconvenientes e as contrariedades da vida organizacional sem queixas nem ressentimentos, ou seja, reporta-se ao facto de o indivíduo evitar queixas perante contratempos no local de trabalho, suportando situações incómodas sem se lamentar excessivamente. Juntamente com o altruísmo e conscienciosidade, os autores Smith et al., (1983) desenvolveram também esta dimensão. A virtude cívica, por sua vez, carateriza-se pelo envolvimento e participação responsável nos processos políticos da organização, por exemplo, realização de tarefas não solicitadas mas benéficas para a imagem da organização. Esta dimensão foi sugerida por Organ (1988). Finalmente, a cortesia diz respeito à consciencialização de como as suas ações afetam outras pessoas prevenindo a ocorrência de problemas, isto é, ter cautela com atos que podem afetar outras pessoas ou os seus postos de trabalho. Esta dimensão também foi proposta por Organ (1988).

Liderança autêntica e desempenho individual

Segundo Howell e Avolio (1992), o líder autêntico acredita que cada um tem a sua dignidade e moral permanente, o que faz com que atue com respeito face aos interesses e direitos dos outros e que se traduz numa certa confiança por parte dos seus subordinados. A confiança que estes desenvolvem com os seus líderes, por sua vez, faz com que acreditem e apostem na proposta apresentada pela liderança, melhorando o desempenho deles esperado. À medida que os colaboradores percebem que os líderes se preocupam com o seu bem-estar, aumenta a sua satisfação, o seu envolvimento e entusiasmo pelo trabalho. O processo de liderança melhora assim as atitudes de seus subordinados em relação à sua função (desempenho esperado ou exigido) na empresa (Avolio et al., 2004).

Hassan e Faezeh (2011), mostraram que o maior grau de satisfação no trabalho e empenhamento de equipa é alcançado quando os líderes tiverem as características de liderança autênticas mais altas. Estes autores defendem que quando os líderes agem de acordo com os verdadeiros valores, crenças e convicções e ajudam os outros a fazerem o mesmo, aumenta os níveis do bem-estar dos empregados, que por sua vez, tem impacto na sua satisfação e empenhamento no trabalho. Ora, quando sentem satisfeitos e empenhados com o trabalho, estarão dispostos a desempenhar cada vez melhor a sua tarefa. Avolio et al. (2008) através do seu estudo, também constataram que a liderança autêntica se relaciona positivamente com a satisfação e desempenho no trabalho. Os autores Avolio et al. (2004), por sua vez, relacionaram a liderança autêntica

com as atitudes e comportamentos dos subordinados. Através de seus fortes valores éticos e morais, o líder autêntico é guiado a fazer o que é certo e justo o que acaba por criar um forte sentimento de identificação do subordinado com o líder e com o grupo onde está inserido, fazendo com que este se sinta mais responsável com o grupo e queira retribuir esta identificação com o líder.

Schuh et al., 2012; Hannes et al., (2012), ao relacionarem a identidade organizacional dos líderes e dos funcionários, chegaram a conclusão que os líderes que se identificam com a organização também internalizam as normas e os valores nos seguidores, orientando-os para os mesmos objetivos. Neste sentido, um líder autêntico devido às suas características, sente-se identificado com os propósitos da organização e estimula os outros a agirem no sentido de criarem valor para a organização (Ilies et al., 2005). Para além de incentivar CPP, o líder autêntico é capaz de estimular CCO na medida em que motiva os seus subordinados, fazendo com que estes priorizem as causas coletivas ao invés das individuais. Quando os funcionários estão motivados a atingir a visão coletiva sem esperar ganhos pessoais tangíveis, estão mais inclinados a desenvolverem ações que não são esperadas pelos seus papéis.

Shahid (2010) na sua investigação, verificaram que os líderes autênticos motivam e estimulam um melhor desempenho de tarefas e consequente desempenho da organização. A confiança que os seguidores têm no seu líder traduz-se numa variedade de resultados que são importantes para a organização incluindo o CCO, satisfação com os líderes e as intenções de permanecer na organização.

Liderança autêntica, empenhamento afetivo e criatividade

O empenhamento organizacional tem a ver com o laço psicológico que caracteriza a ligação do indivíduo à organização em que trabalha, expressando-se na decisão de nela permanecer (Allen e Meyer, 2000). A maior parte dos estudos identifica três componentes (Meyer e Herscovitch, 2001): (1) o empenhamento afetivo consiste na ligação pessoal e afetiva com a organização, isto é, o laço emocional para com a organização; (2) o empenhamento de continuidade ou instrumental representa a consciência dos custos associados à saída da organização, esperando-se desempenhos que não vão mais além do que aquilo que lhes é estritamente obrigatório e (3) o empenhamento normativo que é definido como sentimento de lealdade e obrigação moral de continuar na organização. O empenhamento normativo e, em especial o afetivo, encontram-se associados a melhores performances que ajudam na obtenção de vantagens competitivas e, em última instância, no sucesso organizacional. Ao contrário do instrumental, que gera desempenhos menos satisfatórios que em nada contribuem para melhoria da performance (Allen e Meyer, 1996; Meyer, et al., 2002). Por esse motivo, neste trabalho iremos focalizarmo-nos apenas no empenhamento afetivo. Conforme referimos anteriormente, a criatividade é um fenómeno da realidade organizacional que contribui para a melhoria da performance das organizações. Ela pode ser entendida como a produção de ideias e soluções novas e úteis (Amabile, 1988, Binnewies, et al., 2008), que poderão estar relacionadas com o tipo de vinculação que o indivíduo sente para com a organização a que pertence. Assim, o empenhamento afetivo pode desempenhar um papel fundamental no comportamento criativo. Geralmente, quando os indivíduos são mais empenhados são recompensados ao nível salarial, com

benefícios e com oportunidades de carreira, sentindo necessidade de retribuir tanto no exercício das atividades prescritas como adotando comportamentos para além do que lhes é exigido. Como o empenhamento afetivo retrata um laço emocional para com a organização, é provável que os indivíduos que o exibam estejam motivados a dar uma maior contribuição à organização, apresentando ideias novas e criativas para solucionar os problemas que surgem.

Liderança autêntica, empenhamento afetivo e desempenho

Hannes et al., (2012) através do seu estudo demonstraram que a liderança autêntica relaciona-se com o empenhamento afetivo e que essa relação é mediada pela perceção sobre a integridade comportamental do líder, que por sua vez, influencia o desempenho dos seguidores. Os indivíduos mais empenhados afetivamente tendem a desenvolver níveis superiores de desempenho e a contribuírem mais vigorosamente para o sucesso das organizações (Allen e Meyer, 1996, Meyer e Herscovitch, 2001; Poon, June, 2013). Ou seja, as pessoas tendem a desenvolver o seu trabalho com maior entusiasmo e dedicação quando se sentem ligadas afetivamente à organização. Neste sentido, a ligação pessoal e afetiva que o indivíduo denota para com a organização faz com que haja uma diminuição do absentismo e do turnover, aumento do desempenho e do CCO (Rego e Souto, 2004).De acordo com estes autores, o empenhamento afetivo relaciona-se positivamente com o CPP e com o CCO, ou seja, quando estão emocionalmente ligados à organização, os colaboradores mostram-se dispostos a desempenhar as suas funções, mas também são capazes de fazer mais do que aquilo que é exigido ou esperado (Organ e Ryan, 1995; Meyer et al. 2002; Rego e Souto 2004).

Tendo em conta o exposto, constata-se que existem estudos sobre liderança autêntica e desempenho, liderança autêntica e criatividade, liderança e empenhamento afetivo e entre este e desempenho individual, mas nenhum deles integra estes quatro conceitos num único estudo. Nesse sentido a originalidade deste estudo centra-se na sua integração, ou seja, ao contrário dos anteriores, este estudo promove uma visão holística unificando os diversos impactos da liderança autêntica sobre o desempenho e criatividade dos colaboradores e o efeito mediador do empenhamento afetivo. Conforme foi dito anteriormente, este estudo será pioneiro, visto que, não foi realizada nenhuma investigação que procurasse perceber a relação entre a liderança autêntica, o desempenho individual e a criatividade dos colaboradores junto das organizações caboverdianas. Existem muitos estudos sobre a liderança, mas pouco tem sido feito, em relação à liderança autêntica e sua influência no comportamento dos colaboradores. Assim, espera-se contribuir para que a liderança autêntica seja levada em consideração pela comunidade académica, mas também pela comunidade empresarial, particularmente, na introdução de potenciais ações corretivas dada a relevância deste tipo de liderança na melhoria do desempenho individual e na performance organizacional.

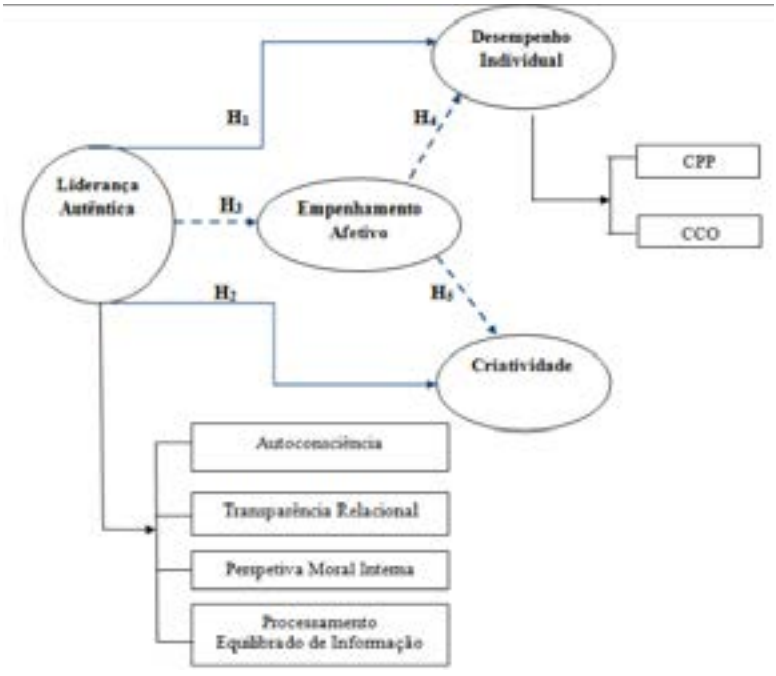
Metodologia

Modelo conceptual

Para alcançar os objetivos do estudo, propõe-se o modelo conceptual descrito na figura seguinte (Figura 3.1), que servirá de base à formulação das hipóteses de investigação.

Pela análise da figura 3.1, pode- se verificar a evidência de que a liderança autêntica contribui para o empenhamento afetivo dos colaboradores, que por sua vez, influencia o seu desempenho e sua criatividade. Para além deste mecanismo verifica-se também que a liderança autêntica exerce um efeito direto sobre o desempenho e criatividade.

Figura 3.1- Modelo Conceptual



Hipóteses do estudo

Tendo em conta o anteriormente exposto, as hipóteses formuladas são as que seguidamente se apresentam:

H1: *A liderança autêntica exerce um efeito direto e positivo na criatividade dos colaboradores;*

H2: *A liderança autêntica tem um efeito direto e positivo no desempenho individual dos colaboradores;*

H3: *A liderança autêntica influencia direta e positivamente o empenhamento afetivo;*

H4: *O empenhamento afetivo medeia a relação entre a liderança autêntica e a criatividade dos colaboradores;*

H5: *O empenhamento afetivo medeia a relação entre a liderança autêntica e desempenho individual dos colaboradores.*

Operacionalização dos constructos e medidas

Com base nas considerações teóricas efetuadas, torna-se necessário distinguir as várias dimensões englobadas nos conceitos utilizados, possibilitando a sua medição e avaliação. Todas as variáveis utilizadas nas análises serão medidas através de questionários padronizados.

Para operacionalizar a liderança autêntica, o instrumento de medida a utilizar será construído tendo por base as quatro dimensões (autoconsciência; transparência relacional; perspetiva moral interna e processamento equilibrado de informação) do instrumento desenvolvido e validado por Walumbwa et al., (2008). O Questionário de Liderança Autêntica (QLA) contém 16 itens que são medidos perante uma escala tipo likert de cinco pontos (0= nada; 5= frequentemente, se não sempre).

A mensuração do comportamento próprio do papel será realizada mediante o instrumento desenvolvido por Williams e Anderson (1991), também sugerido posteriormente por Eisenberger, et al., (2001). Este instrumento é constituído por quatro itens que são medidos perante uma escala de likert de cinco pontos (1= discordo totalmente; 7= concordo totalmente).

O desempenho individual do inquirido relativamente ao CCO será medido, tendo em conta o instrumento de medida sugerido por Konovsky e Organ (1996) que contém cinco dimensões (altruísmo; desportivismo; cortesia; conscienciosidade e virtude cívica). As cinco dimensões são avaliadas através de 17 itens que são medidos perante uma escala de likert de sete pontos (1= Não se aplica rigorosamente nada 7= Aplica se completamente).

A criatividade dos colaboradores será medida tendo por base o instrumento desenvolvido e validado por Zhou e George (2001). Consiste em 13 itens medidos mediante uma escala de likert de cinco pontos (1= A afirmação não se aplica rigorosamente nada a esse colaborador; 5= A afirmação aplica-se completamente a esse colaborador).

Para medir o empenhamento afetivo serão utilizados seis itens medidos através de uma escala de likert de sete pontos (1= discordo totalmente; 7= concordo totalmente) recolhidos de um instrumento desenvolvido e validado por Meyer et al., (1993).

Amostra e recolha de dados e Tratamento de dados

Para testar as hipóteses do modelo teórico de análise, propõe-se que o estudo seja dirigido à uma amostra constituída por líderes e funcionários de empresas em Cabo Verde. Devido à experiência própria anteriormente vivida, de dificuldade na recolha de dados, não pretendemos impor restrições quanto à sua aplicação setorial ou outras condições específicas das empresas. Deste modo, iremos optar pelo critério de acessibilidade. Os dados serão recolhidos através de questionários estruturados baseados em escalas desenvolvidas e testadas pela literatura na área. Pretendemos inquirir uma amostra constituída por cerca de 250 indivíduos pertencentes a organizações públicas e privadas em Cabo Verde. A análise assentará na díade formada pela chefia e um elemento da sua equipa de trabalho (subordinado). Mais concretamente, o sub-

ordinado descreverá a sua perceção sobre as quatro dimensões da liderança autêntica, anteriormente citadas, e o seu empenhamento afetivo. O seu superior hierárquico descreverá a sua perceção sobre a criatividade do subordinado e o seu desempenho nas suas diferentes dimensões. Com o recurso a este método de dupla fonte, procuraremos minimizar os riscos de variância do método comum (Podsakoff, et al., 2003).

No tratamento dos dados, serão utilizadas técnicas estatísticas como análise fatorial confirmatória, correlações, regressões e modelos de equações estruturais. Recorreremos aos programas informáticos de tratamento de dados como SPSS e AMOS.

Referência bibliografica

Allen, Natalie e John Meyer (2000). “Construct validation in organizational behavior research: The case of organizational commitment. In: Goffin, R. D.; Helmes, E. (Eds.), *Problems and solutions in human assessment: Honoring Douglas N. Jackson at Seventy*, Norwell, MA: Kluwer pp. 285-314.

Allen, Natalie; John Meyer (1996). “Affective, continuance, and normative commitment to the organization: An examination of construct validity”. *Journal of Vocational Behavior*, 49(3): 252-276.

Amabile, Teresa (1988). “A model of creativity and innovation in organizations”. *Research in Organizational Behavior*, 10: 123 – 167.

Avolio, Bruce e Gardner William (2005). “Authentic leadership development: Getting to the root of positive forms of leadership”. *The Leadership Quarterly,* 16: 315-338.

Avolio, Bruce J., Gardner, William.L., Walumbwa, Fred.O., Luthans, Fred; May, D.R. (2004). “Unlocking the mask: A look at the process by which authentic leaders impact follower attitudes and behaviors”. *The Leadership Quarterly*, 15: 801-823.

Barzdin , Shamir e Eilam, Galit (2005). “What’s your story?” A life-stories approach to authentic leadership development. *The Leadership Quarterly*, 16: 395-417.

Binnewies, C., Ohly, S.; Niessen, C. (2008). “Age and creativity at work: The interplay between job resources, age and idea creativity”. *Journal of Managerial Psychology*, 23(4): 438-457.

Darvish, Hassan; Rezaei, Faezeh (2011). “The impact of authentic leadership on job satisfaction and team commitment”. *Management & Marketing Challenges for the Knowledge Society*, 6(3): 421-436.

Gardner, William; Avólio, Bruce;Luthans Fred; May, Douglas ; Walumbwa Fred (2005). “Can you see the real me? A self-based model of authentic leader and follower development”. *The Leadership Quarterly*, 16: 343-372.

Eisenberger R., Armeli, S., Rexwinkel, B., Lynch, P.; Rhoades, L. (2001). “Reciprocation of perceived organizational support”. *Journal of Applied Psychology*, 86 (1): 42-51.

George, Jennifer (2007). “Creativity in organizations”. *Academy of Management Annals*, 1: 439 – 477.

Ghorbani, V. (2009).” Fundamentals of Management”.In :Azarbaad Publication, Tehran Harvey, P., Martinko, M.J., Gardner, W.L., “Promoting Authentic Behavior in Organizations: An Attributional Perspective”. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, 12 (1): 1-11.

Hannes, Leroy; Palanski, Michael; Simons, Tony (2012). “Authentic Leadership and Behavioral Integrity as Drivers of Follower Commitment and Performance”. *Journal of Business Ethics*, 107(3): 255– 264.

Harter, Susan (2002). “Authenticity”.In: C. R. Snyder; S. Lopez (Eds.), *Handbook of positive psychology*,pp 382 – 394. Oxford UK Oxford University Press.

Howell, Jan e Avolio, Bruce. J. (1992). “The ethics of charismatic leadership: Submission or liberation?”. *The Executive*, 6: 43–52.

Ilies, R., Morgeson, F. P.; Nahrgang, J. D. (2005). “Authentic leadership and eudaemonic well-being: Understanding leader-follower outcomes”. *The Leadership Quarterly*, 16: 373-394.

Jaskyte, Kristina ; Kisieliene, Audrone (2006) .“Determinants of Employee Creativity: A Survey of Lithuanian Nonprofit Organizations”. *International Society for Third-Sector Research and the Johns Hopkins University*, 17: 133 – 141.

Kernis, M. (2003). “Toward a conceptualization of optimal self-esteem”. *Psychological Inquiry*, 14: 1-26.

Konovsky, Mary A.; Organ, Dennis W. (1996). “Dispositional and contextual determinants of organizational citizenship behaviors”. *Journal of Organizational Behavior*, 17(3): 253-266.

Luthans, Fred e Avolio, Bruce (2003). “Authentic leadership: a positive development approach”. In: K. S. Cameron, J. E. Dutton, e R. E. Quinn (Eds). *Positive Organizational Scholarship,* San Francisco, CA: Berrett-Koehler, pp 241-258..

Meyer, J. P.; Stanley, D.; Herscovitch, L.; Topolnytsky, L. (2002). “Affective, continuance and normative commitment to the organization: A meta-analysis of antecedents, correlates, and consequences”. *Journal of Vocational Behavior*, 61: 20-52.

Meyer, J. P., Allen, J.; Smith, A. (1993). “Commitment to organizations and occupations: extension and test of a three-component conceptualization”. *Journal of Applied Psychology,* 78(4): 538-551.

Meyer, John e Herscovitch, Lynne. (2001). “Commitment in the workplace: Towards a general model”. *Humam Resource Management Review*, 11: 299-326.

Moura, E. (2000). *Gestão de Recursos Humanos - Influências e Determinantes do Desempenho*. Lisboa, Sílabo.

Oldham, Greg e Cummings, Anne (1996). “Employee Creativity: Personal and Contextual Factors at Work”. *Academy of Management Journal*, 39(3): 607-634.

Organ, Dennis e Ryan Katherine. (1995). “A meta-analytic review of attitudinal and dispositional predictors of organizational citizenship behavior”. *Personnel Psychology*, 48: 775- 802.

Organ, Dennis W. (1988).*Organizational citizenship behavior: The good soldier syndrome*. Lexington, MA: Lexington Books.

Organ, Dennis W. (1997).“Organizational citizenship behavior: It’s construct clean-up time”. *Human Performance*, 10(2): 85-97.

Podsakoff, M.; MacKenzie; Paine, Julie Beth; Bachrach, Daniel G. (2000). “Organizational citizenship behaviors: A critical review of the theoretical and empirical literature and suggestions for future research”. *Journal of Management*, 26 (3): 513-563.

Podsakoff, M.; MacKenzie, S. B., Lee, J.; Podsakoff, N. P. (2003). “Common method biases in behavioral research: A critical review of the literature and recommended remedies”. *Journal of Applied Psychology*, 88: 879-903.

Poon, June (2013). “Relationships among perceived career support, affective commitment and work engagement”. *International Journal of Psychology.*

Rego, A., Sousa, F., Marques, C.; Cunha, M.P. (2010b). “Authentic leadership promotion employees’ psychological capital and creativity”. *Working Paper.* Universidade de Aveiro.

Rego, Arménio e Souto Solange (2004). “Comprometimento organizacional em organizações autentizióticas: Um estudo luso-brasileiro”. *Revista de Administração de Empresas*, 44 (3): 30- 43.

Rego, Arménio; Ribeiro, Neuza; Cunha, Miguel P. (2010a). “Perceptions

of Organizational Virtuousness and Happiness as Predictors of Organizational Citizenship Behaviors". *Journal of Business Ethics*, 93 (2): 215-235.

Schnake, Mel E. ; Dumler, Michael P. (2003). "Levels of measurement and analysis issues in organizational citizenship behavior research". *Journal of Organizational and Occupational Psychology*, 76: 283-301.

Schuch, Sebastian C., Egold, Nikolai W. And van Dick, Rolf (2012). "Towards Understanding The Role of Organizational Identification in Service Settings: A Multilevel Study Spanning Leaders, Services Employees, and Customers". *European Journal of Work Organizational Psychology,* 4 (21): 547-574.

Shahid N. Khan (2010). "Impact of Authentic Leaders on Organization Performance". *International Journal of Business and Management,* 5 (12).

Shalley, C.E., Zhou, J.; Oldham, G.R. (2004). "The effects of personal and contextual characteristics on creativity: Where should we go from here?". *Journal of Management*, 30: 933-958.

Shalley, Christina (1991). "Effects of productivity goals, and personal discretion on individual creativity". *Journal of Applied Psychology,* 76: 179-185.

Silva, Pedro; Torres, Catarina (2010). *Gestão e Liderança para profissionais de TI.* Lisboa, Lidel- edições técnicas.

Smith, C. Ann; Organ, Dennis W.; Near, Janet P. (1983). "Organizational citizenship behavior: Its nature and antecedents". *Journal of Applied Psychology*, 68: 653-663.

Stoner, J., Freeman, E., Gilbert, D., (2000). "Management: introduction to management, Management in the twenty first century", *Arabi Seyyed Mohammad, Parsaeian Ali, Cultural Research Bureau Publication,* Tehran.

Van Dyne, L., Cummings, L.; McLean Parks, J. (1995). "Extra-role behaviors: In pursuit of construct and definitional clarity (a bridge over muddied waters).In: Cummings L.; Barry Staw (eds.) *Research in Organizational Behavior,* 17: 215-285 Greenwich, CT: JAI Press.

Walumbwa, Fred, Avolio, Bruce J., Gardner, William; Wernsing, T; Peterson, S. (2008). "Authentic Leadership: Development and Validation of a Theory-Based Measure". *Journal of Management,* 34 (1): 89-126.

Williams, Larry J; Anderson, Stella E. (1991). "Job Satisfaction and Organizational Commitment as Predictors of Organizational Citizenship and In-Role Behaviors". *Journal of Management,* 17(3): 601- 617.

Woodman, R. W., Sawyer, J. E., Griffin, R. W. (1993). "Toward a Theory of Organizational Creativity". *Academy of Management Review,* 18 (2): 293-321.

Yan Zhang; Tsui, Anne e Wang Duan Xu (2011). "Leadership behaviors and group creativity in Chinese organizations: The role of group processes". *The Leadership Quarterly*, 22: 851-862.

Zhou, Jing e George, Jennifer (2001). "When Job Dissatisfaction Leads to Creativity: Encouraging the Expression of Voice". *Academy of Management Journal*, 44(4): 682- 696.

Zhou, Jing e George, Jennifer (2003). "Awakening employee creativity: The role of leader emotional intelligence". *The Leadership Quarterly*, 14: 545- 568.

Mudança estrutural e a relação entre os setores em Cabo Verde

Gilson M. G. Pina

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é investigar a relação entre os setores de produção de uma pequena economia, exemplificando com o caso de Cabo Verde, de forma a analisar os impactos que cada um dos setores exerce nos outros. Utilizando a metodologia dos Vetores Autorregressivos (modelos VAR), estimou-se as relações de curto e longo prazo entre os três principais setores da economia cabo-verdiana, a saber, o setor da agricultura, a indústria e os serviços, no período de 1980 a 2010. Os principais resultados encontrados mostraram que o setor dos serviços é o único setor exógeno da economia cabo-verdiana, e possui uma influência positiva na variação do produto do setor da indústria e negativa no setor da agricultura, ao contrário da indústria que está correlacionado de forma positiva com todos os outros setores.

Palavras-Chave

Agricultura, Mudança Estrutural, Cabo Verde.

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é investigar a relação entre os setores de produção de uma pequena economia, exemplificando com o caso de Cabo Verde, de forma a analisar os impactos que cada um dos setores exerce nos outros. Utilizando a Metodologia dos Vetores Autorregressivos (modelos VAR), pretende-se analisar a existência de relações de curto e longo prazo entre os três principais setores da economia cabo-verdiana, mormente o setor agrícola, a indústria e os serviços. Tendo em conta a influência nos dois sentidos entre os setores da economia, isto é a endogeneização das variáveis, será fundamental considerar todas as variáveis estimadas como potencialmente endógenas. Utilizando os valores acrescentados brutos dos três setores da economia cabo-verdiana, no período de 1980 a 2010, estima-se os efeitos entre os setores, com o intuito de analisar as possíveis relações entre eles e ainda a existência da causalidade.

É característico dos países menos desenvolvidos, a importância da agricultura no desenvolvimento da atividade económica, tendo em conta sobretudo o seu peso no Produto Interno Bruto, e o impacto que esta tem na estabilização dos preços dos produtos básicos. Entretanto a importância da agricultura nessas economias nem sempre é tida como sendo linear (Binswanger e Deininger, 1997). Ou seja, o papel da agricultura depende de acordo com os países, consoante o seu peso na atividade económica, e ainda de acordo com o tipo de desenvolvimento deste setor. Por outras palavras, quanto maior for o peso da agricultura no PIB, maior será a sua influência na economia, assim como quanto mais desenvolvido for o setor agrícola, maior será o contributo no crescimento económico.

A agricultura tanto pode apresentar um efeito passivo como ativo no desenvolvimento dos outros setores da economia. Se por um lado, a agricultura pode impulsionar a atividade económica através do fornecimento de matérias-primas para os outros setores (Johnston e Mellor, 1961), por outro, também pode apresentar-se como um importante mercado dos produtos dos setores não-agrícola, sobretudo da indústria (Tiffin e Irz, 2006; Timmer, 1995, 1992; Johnston e Mellor, 1961). É neste sentido que alguns autores atribuem um importante papel à agricultura no processo de crescimento das economias (Gollin e Rogerson, 2010; Ngai e Pissarides, 2007; Gollin et al., 2007, 2002; Timmer, 1992).

Por exemplo, Jorgenson (1967) concluiu que embora a indústria apresente um papel crucial no desenvolvimento económico, o crescimento na agricultura possui uma influência significativa no crescimento deste setor. Por sua vez, Echevarria (1995) realçou que para uma economia de baixo rendimento, que se especializa no setor primário e nos serviços, os efeitos do comércio externo no produto é bastante elevado, ao contrário de quando se especializa apenas nas indústrias e serviços, onde os efeitos são poucos substanciais. Timmer (1995, 1992) referiu ainda que a agricultura possui um efeito indireto no crescimento económico através da redução da pobreza, sobretudo nas zonas rurais, disponibilizando alimentos com preços estáveis, e ainda contribuindo para a redução da desertificação. Block (1995) por sua vez salientou também que o aumento da produtividade da agricultura, para além de melhorar as condições de vida das populações rurais, aumenta o poder de compra das pessoas que vivem nas

cidades urbanas, uma vez que aumenta as condições de oferta dos produtos agrícolas, assim como diminui os seus preços.

Os autores que sustentam a importância da agricultura no crescimento do produto, defendem que o desenvolvimento dos outros setores depende do nível de investimento que é feito na agricultura. Neste sentido, a modernização do setor agrícola, de forma a aumentar a sua produtividade, torna-se uma condição indispensável na industrialização da economia e no processo de crescimento (Ahearn et al., 2009; Gollin et al., 2007, 2002; Kalirajan e Sankar, 2001). Segundo estes autores, o investimento e a modernização na agricultura pode conduzir de que maneira ao desenvolvimento dos outros setores, impulsionando assim à transformação estrutural. Quer isto dizer que a agricultura pode desempenhar um papel fundamental na mudança estrutural, via o impacto que produz na indústria e nos serviços, e ainda na própria estabilização macroeconómica (World Bank, 2008; Block, 1995).

Deve-se destacar ainda que, para além de apresentar um papel no desenvolvimento dos outros setores, a agricultura recebe igualmente a influência do crescimento desses setores (Gollin e Rogerson, 2010; Gemmell et al., 2000). O desenvolvimento das manufaturas e a criação de novos pesticidas que são utilizadas na agricultura, e ainda o desenvolvimento do mercado para escoar os produtos agrícolas, contribuem para aumentar tanto a produtividade como a própria produção deste setor (Restuccia et al., 2008; Deraniyagala, 2001; Binswanger e Deininger, 1997). Por exemplo, Gollin e Rogerson (2010) concluíram que o desenvolvimento no setor do transporte e das infraestruturas, de forma a diminuir os custos do transporte, faz com que os efeitos da agricultura na economia sejam ainda mais significativos. Restuccia et al. (2008) e Maohua (2001) também concluíram que a redução das barreiras à utilização das novas tecnologias na agricultura e a sua consequente transformação tecnológica pode conduzir ao aumento da produtividade deste setor, assim como a própria produção.

Embora nos países menos desenvolvidos, a agricultura apresente um papel preponderante no crescimento económico, são cada vez mais os estudos que defendem a mudança estrutural nestas economias no sentido de impulsionar a atividade económica (Alvarez-Cuadrado e Poschke, 2009; Hansen e Prescott, 2002; Feder, 1983), de forma a convergirem-se para o nível dos países mais avançados. Os autores que sustentam esta teoria argumentam que, uma vez que existem setores que são mais produtivos do que outros, os recursos devem ser transferidos dos primeiros para estes últimos de forma a estimular o crescimento do produto. Deste modo, dado que o setor da indústria e dos serviços são mais produtivos do que o setor agrícola (Timmer e de Vries, 2009), os recursos (trabalho e capital) deveriam ser transferidos deste último para os dois primeiros no sentido de aumentar a produtividade da economia e consequentemente o produto.

Segundo estes autores, os decisores políticos devem direcionar os recursos disponíveis sobretudo para o desenvolvimento da indústria e dos serviços de forma a aumentar a produtividade destes setores conduzindo assim ao crescimento económico. Como referiu Broadberry (1998), a produtividade agregada dos setores da economia será cada vez maior quanto maior for as transferências dos recursos dos primeiros para o último setor. Isto é, para além de ser fundamental a transferência de recursos da agricultura para os outros setores,

o aumento da produtividade será muito maior quando os recursos são alocados predominantemente no setor dos serviços.

De acordo com esta teoria, o efeito da produtividade do setor agrícola no crescimento económico é reduzido ou mesmo insignificante, e mesmo sendo positivo, a longo prazo pode estagnar-se (Fei e Rants, 1970). Fei e Rants (1970) concluíram que mesmo que um país tenha uma agricultura desenvolvida de forma a não estagnar os seus efeitos a longo prazo, é necessário que este seja predominantemente industrial.

Com o suporte nos resultados desta teoria, alguns países menos desenvolvidos têm vindo a apostar na industrialização das suas economias, deixando de lado o desenvolvimento do setor primário, conduzindo-o a perdas de produtividade e aumento da ineficiência, e a consequente diminuição do seu efeito no processo do crescimento económico.

Ao contrário da tendência das economias menos avançadas, em Cabo Verde, desde a sua independência em 1975, a agricultura apresentou-se sempre como o setor mais frágil da economia, em comparação com a indústria e os serviços, neste último é de destacar a importância do turismo. Dada a condição meteorológica que se verifica em Cabo Verde, em que a precipitação apenas se regista durante três meses do ano, levando assim à carência da água potável, os decisores políticos tem dado pouca atenção ao desenvolvimento da agricultura ao contrário do que se verifica com a indústria e os serviços. Por sua vez, o setor do turismo tem vindo a receber uma importância colossal como o motor do crescimento económico, merecendo os principais incentivos fiscais, e também investimento por parte do poder central.

Este artigo pretende assim investigar empiricamente as relações existentes entre os três principais setores da economia cabo-verdiana, analisando os efeitos de curto e longo prazo e ainda a existência de causalidade entre eles. Este trabalho contempla assim para além desta introdução, uma breve revisão da literatura empírica sobre a relação entre a agricultura, a indústria e os serviços e os efeitos no crescimento económico dos países menos desenvolvidos, que será feita na próxima secção, e na secção 3, ocupar-se-á de uma breve história sobre a economia cabo-verdiana. A descrição da metodologia e dos dados serão apresentados na secção 4, e os principais resultados da análise dos valores acrescentados brutos dos três setores serão apresentados e discutidos na secção 5. Por último, a secção 6 conclui o artigo onde apresentar-se-á algumas recomendações cruciais a serem aplicadas nas políticas económicas.

2. Revisão da literatura empírica nos países menos desenvolvidos

A relação e a interatividade entre os três principais setores da economia têm sido objeto de muito estudo empírico ao longo dos tempos. As análises têm-se baseado principalmente nos efeitos que cada setor produz nos outros, como também no progresso do crescimento económico. Vários estudos foram endereçados para as economias mais desenvolvidas, analisando a importância que cada setor tem ou já teve no crescimento económico (Alvarez-Cuadrado e Poschke, 2009; Dennis e Iscan, 2009; Broadberry, 1998; Rothenberg, 1992a,b; McInnis, 1986; Yamada e Ruttan, 1980).

Quanto aos países menos desenvolvidos, a importância da análise dos efeitos da mudança estrutural tem ganho cada vez mais a atenção dos investigadores nestas áreas, merecendo uma larga publicação de artigos sobre este tema. A importância da agricultura no crescimento dos países menos desenvolvidos tem merecido alguma atenção na publicação de artigos sobre a mudança estrutural. Os estudos que têm sido feitos baseiam-se tanto nos efeitos inter setores neste tipo de países (Timmer e de Vries, 2009; Punyasavatsut e Coxhead, 2002; Nicholls, 1970), como também na comparação dos efeitos com os países mais avançados (Burke et al., 2011; Gardner et al., 1988), que já experienciaram os efeitos da mudança estrutural. De seguida apresenta-se um breve resumo de artigos empíricos que estudaram as relações entre os setores nos países menos desenvolvidos.

Block (1995) fez uma análise comparativa da evolução da produtividade agrícola para um conjunto de países da África Subsariana e concluiu que embora tem vindo a recuperar ao longo dos tempos, esta evolução varia de região para região. Segundo o autor, o aumento da produtividade do setor agrícola foi explicada sobretudo pelas reformas políticas e aumento da investigação sobre novas técnicas de produção neste setor, mas também devido a mudanças tecnológicas.

A transformação do setor agrícola numa economia semi-industrializada foi analisada no artigo do Nicholls (1970), onde este fez um estudo sobre o caso do Brasil e concluiu que a evolução da agricultura está fortemente relacionada com a industrialização desta economia. Contudo, o autor salienta também que por outro lado, a agricultura desempenha um papel importante no desenvolvimento do setor da indústria, e que se deve realçar a importância da interatividade entre os setores da economia.

Lin (1992) estudou os efeitos das diferentes componentes das reformas levadas a cabo na economia Chinesa na variação do crescimento da agricultura e, atribuiu a maior fatia deste impacto ao aumento da produtividade que adveio da mudança de produtores em cooperativas para produtores privados, ao contrário do que tem sido defendido por grande parte dos autores. Lin (1992) também concluiu que no seu todo, as reformas agrícolas na economia chinesa foram fundamentais para o crescimento deste setor, destacando a utilização de novos fertilizantes e a substituição de técnicas rudimentares para técnicas mais avançadas.

Timmer (1995) fez um estudo para 70 países menos desenvolvidos no sentido de analisar a importância da agricultura no crescimento dos outros setores que, segundo defende, tem sido ignorado ao longo dos tempos. Timmer (1995) concluiu que o crescimento da agricultura possui um efeito considerável e significativo no crescimento dos setores não agrícola, e que a aposta na agricultura torna-se neste âmbito como uma importante política no processo de crescimento das economias menos desenvolvidas.

Thorbecke e Field (1970) levaram a cabo um estudo para analisar o crescimento económico da Argentina e do Perú, tendo em consideração a ligação dos três setores da economia, e ainda a relação destes setores com o comércio externo. Para o caso da Argentina, notou-se uma clara importância da indústria e dos serviços no crescimento do produto ao contrário do que acontece com o sector da agricultura. Thorbecke e Field (1970) concluíram que a produtividade marginal do investimento nos dois setores é muito maior do que na agricultura.

Entretanto, os autores salientaram que a agricultura e a indústria tiveram maior impacto no crescimento do comércio externo do que os serviços. Já para o caso do Perú, que apresentou-se como uma economia dual, notou-se um grande peso da exportação no crescimento do produto, entretanto, a agricultura pouco contribuiu para o crescimento económico, a não ser através da transferência da força de trabalho para os outros setores.

A relação entre a mudança estrutural e o crescimento económico nos países da América Latina e da Ásia foi estudada pelo Timmer e Vries (2009), onde estes concluíram que a aceleração no crescimento é explicada principalmente pelo aumento da produtividade de cada setor e não propriamente pela redistribuição de recursos entre os setores mais produtivos. Utilizando uma base de dados com dez setores da atividade económica, do qual agruparam em agricultura, manufatura, outras indústrias, comércio e outros serviços não mercantis, os autores salientaram que os efeitos da produtividade dos setores dos serviços e da indústria no crescimento económico são muito maiores do que da agricultura e, destacaram ainda a supremacia dos efeitos dos serviços.

Punyasavatsut e Coxhead (2002) analisaram os efeitos da mudança estrutural na Tailândia, bem como um conjunto de fatores que contribuíram para o declínio da contribuição da agricultura no crescimento económico. E segundo os resultados encontrados, o desenvolvimento dos outros setores da economia, a acumulação do capital, tanto humano como físico, como a própria política de preços agrícola, traduzido em imposto sobre este setor, tiveram um papel fundamental no declínio da agricultura na Tailândia. Os autores concluíram ainda que o fator que contribuiu com mais peso para o declínio da agricultura foi a política dos impostos sobre este setor, sendo assim, este pode ser um importante indicador para a mudança desta tendência, uma vez que os outros fatores apresentam um papel preponderante no crescimento do produto.

Gollin e Rogerson (2010) investigaram os efeitos da agricultura na economia do Uganda e concluíram que o aumento da produtividade agrícola tem um impacto significativo no crescimento económico deste país. Por outro lado, no caso de uma economia onde os setores não agrícolas são poucos desenvolvidos, como é o caso do Uganda, os efeitos do aumento da produtividade destes setores na economia apresenta-se como relativamente insignificante. Segundo Gollin e Rogerson (2010), o desenvolvimento do setor dos transportes desempenha um papel importante no aumento da produtividade agrícola e, quando estes dois efeitos se concretizarem em simultâneo, o ganho no crescimento económico é muito maior, indicando assim a interatividade dos efeitos entre os diferentes setores da economia.

Quanto aos estudos empíricos que utilizam a metodologia dos vetores autorregressivos para explicar a relação entre os setores nas economias menos desenvolvidas, pode-se destacar ainda os estudos de Blunch e Verner (2006) (Costa de Marfim, Gana e Zimbabué), Kanwar (2000) (Índia), Gemmell et al. (2000) (Malásia). Em todos estes estudos nota-se uma clara importância da agricultura em termos da interatividade com os setores não agrícola e ainda o seu impacto positivo no crescimento económico.

Em relação ao caso de cabo verde, a pesquisa sobre os estudos empíricos que analisam os efeitos da mudança estrutural e as relações entre os setores da economia cabo-verdiana mostrou-se infrutífera.

Não obstante a importância da agricultura no processo de crescimento

económico nos países menos desenvolvidos, o resumo dos estudos empíricos apresentados nesta secção mostrou que a relação entre os setores nessas economias depende de país para país, e ainda do período da análise em cada país. Isto leva a crer que os resultados da análise empírica da relação entre os setores e a ligação com o crescimento económico devem ter uma interpretação cuidadosa e cautelosa, sobretudo no que se refere às suas implicações nas políticas económicas. De referir ainda que estas diferenças de resultados podem ser justificadas pelo uso de metodologias de análises diferentes, pelo que deve-se ter muita atenção neste aspeto, principalmente quando se trata de séries temporais.

3. Cabo Verde: uma pequena descrição

Cabo Verde, um pequeno arquipélago situado a cerca de 500km da costa ocidental africana e com pouco mais de meio milhão de habitantes, tornou-se independente em 1975 e tendo experimentado um período de partido único que se prolongou até ao início do ano de 1991, passou para um estado democrático desde então. Graças à sua performance de governação e estabilidade política, a economia cabo-verdiana tem vindo a registar nas últimas duas décadas avultados desempenhos satisfatórios em termos de crescimento e desenvolvimento económico.

Embora com a escassez dos recursos naturais em praticamente todos os níveis no país, a economia cabo-verdiana tem vindo a destacar-se junto dos outros países da África, fruto do investimento no seu único recurso disponível - o capital humano -, ao qual nos últimos anos mereceu a mudança do título de países menos avançados para país de rendimento médio, segundo a definição do Banco Mundial, e ainda a distinção como um dos países mais democrático e mais bem governado em África.

Assim como grande parte dos países menos desenvolvidos, Cabo Verde depende muito do exterior e está, por isso, completamente propenso aos choques externos. Entretanto, a sua credibilidade internacional tem vindo a crescer cada vez mais, consequente da estabilidade macroeconómica, traduzida no acordo da taxa de câmbio fixa entre a moeda nacional e o euro, da estabilidade política, do desenvolvimento do ambiente de negócios no país, e ainda da sólida relação diplomática e económica com outros países nos quatro cantos do mundo. A consequência deste aumento da credibilidade internacional tem contribuído para que os principais motores do crescimento económico sejam a grande influência dos Investimentos Diretos Externos, as remessas dos emigrantes e ainda as ajudas públicas ao desenvolvimento.

No que se refere às influências setoriais, a economia cabo-verdiana tem como o principal motor de crescimento e fonte de geração do emprego, assim como uma das principais atrações para entrada de divisas no país, o setor da indústria do turismo. Por exemplo, a maior fatia dos projetos dos Investimentos Diretos Externos em Cabo Verde são canalizados para o setor do turismo, o que devota a este setor um importante papel no desenvolvimento económico e contribuição para o crescimento do produto da economia. É neste sentido que os sucessivos governos têm atribuído alguma importância a este setor, concedendo as mais diversas formas de incentivos fiscais e promovendo várias reformas no setor, com intuito de arrecadar cada vez mais os investimentos externos.

Quanto ao primeiro setor, embora a maioria da população vive em zonas rurais e o país seja completamente banhado pelo oceano atlântico, o setor da agricultura e das pescas para além de ser pouco desenvolvido e explorado, tem uma contribuição relativamente diminuta no Produto Interno Bruto. Pouco se percebe o porquê da fraca participação das pescas no PIB, entretanto a débil participação da agricultura advém da falta de água potável que se verifica no país.

Em termos percentuais, em 2010, enquanto a agricultura contribuiu apenas com cerca de 9,93% para o Produto Interno Bruto da economia cabo-verdiana, a indústria e os serviços contribuíram com 18% e 72,07%, respetivamente. Uma análise mais pormenorizada dos dados sobre os três setores será levada a cabo na próxima secção.

4. Dados e Metodologia

4.1. Dados

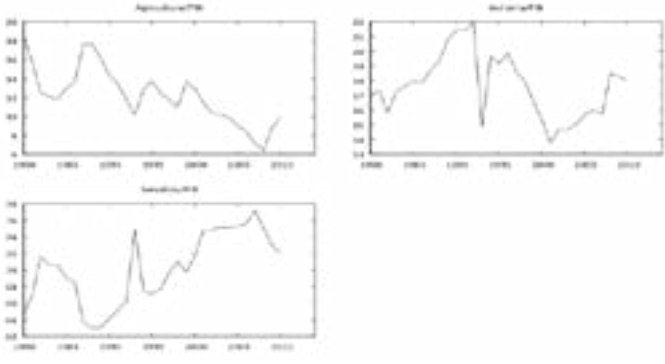
Em relação aos dados, que correspondem a um período temporal entre 1980 e 2010, foram obtidos a partir da base de dados da *World Development Indicators and Global Development Finance*, do Banco Mundial. Os produtos dos três principais setores da economia cabo-verdiana, a agricultura, a indústria e os serviços, são medidos em termos do valor acrescentado bruto a preços constantes de 2000.

A análise dos dados para o período em estudo, apresentado na figura 1, mostra que a economia cabo-verdiana tem sido praticamente dominada pelo setor dos serviços ao longo dos tempos. Para além de apresentar-se num nível superior aos outros setores, os serviços tem demonstrado um ritmo de crescimento acentuado ao longo dos tempos, com uma ligeira queda em 1986, mas seguido de uma rápida recuperação no ano seguinte. Em relação à agricultura, o seu comportamento tem sido inconstante ao longo dos tempos. Iniciando o período como o setor com o segundo maior valor acrescentado bruto, decresceu até ao ano de 1983, onde recuperou no ano seguinte e manteve a tendência de crescimento até 1988. Desde então, perdeu o seu peso na economia cabo-verdiana, por uma década, sendo ultrapassado pelo setor da indústria em 1991, período em que começou a apresentar-se como o setor mais fraco da economia. Com uma tendência alternada desde 1999, nos últimos anos tem demonstrado uma clara recuperação em relação aos outros setores. Já a indústria, que iniciou o período em análise com um valor acrescentado bruto mais baixo de entre os outros setores, tem mantido uma tendência de crescimento constante ao longo dos tempos, afirmando assim a sua posição como o segundo setor da economia cabo-verdiana.

Figura 1: Logaritmo do Valor Acrescentado Bruto dos três setores da economia cabo-verdiana

A figura 2 revela a tendência do peso dos três setores no produto interno bruto, e mostra claramente a existência de uma mudança estrutural na economia cabo-verdiana. O peso da agricultura no PIB tem vindo a diminuir ao longo dos tempos, atingindo o valor mais baixo em 2008, onde apenas contribuiu com 6,39% para a formação do produto nacional, muito abaixo dos 18,56% que detinha em 1980. Ao contrário, o setor dos serviços foi o setor que teve o maior peso no produto interno bruto, chegando a contribuir com cerca de 77,13% em 2007. Embora a tendência de crescimento do peso dos serviços no PIB se tenha mantido ao longo dos tempos, deve-se destacar dois períodos em que houve uma considerável quebra, em que a percentagem do peso dos serviços no PIB decresceu, passando de 71,61% em 1982 para 62,99% em 1988, voltando a crescer até obter cerca de 74,93% em 1993, para depois voltar a registar uma queda no ano seguinte, que se manteve até 1995, onde contribuiu com cerca de 67,12% para o PIB. O peso da indústria no PIB aumentou desde o começo do período em análise até ao início dos anos 90, onde registou a sua maior contribuição, com cerca de 21,95% em 1992. Esse período foi logo seguido de uma queda, uma recuperação e novamente uma queda, atingindo o valor mais baixo em 2001. No entanto a indústria manteve sempre o seu valor acima do da agricultura.

Figura 2: Peso no PIB dos três setores da economia cabo-verdiana (em %)



Na estimação dos modelos VAR é fundamental determinar a ordem da integração das variáveis a incluir no modelo. Pela análise superficial da figura 1 pode-se concluir que as variáveis não são estacionárias em níveis, o que dá indício de serem estacionárias em primeira diferença, $I(1)$, ou de ordem superior. Recorrendo ao teste ADF (Augmented Dickey-Fuller) para raiz unitária, testou-se a estacionaridade das variáveis e, todas as séries mostraram-se ser estacionária em primeira diferença a um nível de 5%, utilizando o critério do valor-p do MacKinnon, e a 10% para indústria e serviços, e 5% para agricultura, utilizando o critério do Interpolated Dickey-Fuller (IDF), como consta na tabela 1. Estes resultados levam a concluir que o rank da matriz Π vai ser inferior a 3, que corresponde ao número das variáveis endógenas do sistema.

Tabela 1: Teste ADF de raiz unitária para os três setores

	Teste ADF em nível				Teste ADF 1ª dif.			
	Teste Est.	IDF (5%)	IDF (10%)	MacKinnon p-value	Teste Est.	IDF (5%)	IDF (10%)	MacKinnon p-value
Agricultura	-1,113	-2,989	-2,625	0,7100	-3,040	-2,992	-2,626	0,0313
Indústria	-0,460	-2,989	-2,625	0,8997	-2,937	-2,992	-2,626	0,0412
Serviços	0,271	-2,989	-2,625	0,9760	-2,976	-2,992	-2,626	0,0373

Tendo em conta que os dados são não estacionários, estudos empíricos já demonstraram que estimar uma relação entre as variáveis usando o método dos mínimos quadrados ordinários (Ordinary Least Square) pode não apresentar as inferências válidas, levando os coeficientes estimados a não traduzirem as verdadeiras relações entre os setores. Por sua vez, as variáveis não estacionárias podem ser cointegradas no sentido de apresentarem uma relação de longo prazo estável, o que permite estimar o modelo através da abordagem VAR e testar a possibilidade da existência de correlação entre os setores. O facto da existência de cointegração entre os dados permite concluir que há uma interdependência entre os setores na economia cabo-verdiana.

Deste modo, para estimar as relações entre os setores usa-se o método dos vetores autorregressivos. O método VAR é um modelo onde todas as variáveis são consideradas como potencialmente endógenas, e são especificadas como uma função linear de p dos seus próprios desfasamentos, p desfasamentos das outras variáveis do sistema, e ainda de outras variáveis exógenas e determinísticas.

Sendo y_t o vetor que contém as variáveis do sistema no período t, o modelo VAR (p) pode ser especificado da seguinte forma:

$$y_t = \Phi_1 y_{t-1} + \Phi_2 y_{t-2} + \cdots + \Phi_p y_{t-p} + \alpha + \varepsilon_t \qquad (1)$$

com $\varepsilon_t \sim$ i.i.d. $N(0,\Omega)$ o vetor dos erros $(n\times1)$, , considerados white-noise. Como salientado anteriormente, *y* é o vetor coluna (*n*x1) que contém todas as variáveis endógenas, μ vetor dos constantes (*n*x1), *t* = 1 ... *T* é o número de observações, e p é o número dos desfasamentos. Na abordagem VAR, a especificação do modelo económico não será necessária, uma vez que a relação entre as variáveis é determinada pela interação dos dados.

Seguindo Johansen e Juselius (1992), o sistema VAR p definido na equação 1 pode ser reparametrizado da seguinte forma:

$$\Delta y_t = \sum_{i=0}^{p-1} \Gamma_i \Delta y_{t-i} + \Pi \Delta y_{t-p} + \mu + \varepsilon_t \qquad (2)$$

onde Γ_i e Π são os parâmetros das matrizes, e Δy_t é o vetor da primeira diferença do *y*. O primeiro elemento do lado direito da equação 2, $\sum_{i=0}^{p-1} \Gamma_i \Delta y_{t-i}$ mede a relação de curto prazo entre as variáveis, enquanto o efeito de longo prazo é medido pelo segundo termo da equação, $\Pi \Delta y_{t-p}$. A matriz Π é uma matriz de ordem *k* x *k*, com *k* o número das variáveis endógenas do sistema, e se o seu rank for menor do que *k* $(r \leq k)$, o vetor das variáveis endógenas será integrada de ordem 1, *I* (1), ou de ordem superior. Todavia, a matriz Π pode ser expressa em termos do produto externo entre duas matrizes de ordem *k* x *r*. Isto é, os coeficientes da matriz Π podem ser fatorizados como $\alpha\beta'$, onde α é a matriz de coeficientes de equilíbrio, e indica a rapidez no ajustamento a um choque de longo prazo, e β é a matriz de cointegração, que por sua vez indica a relação de longo prazo entre os setores da economia.

Quando as variáveis no modelo VAR são pelo menos *I* (1), há a possibilidade da existência de pelo menos uma relação de cointegração, portanto ao estimar o modelo sem as restrições pode-se ficar sujeito ao risco de as regressões envolverem variáveis não estacionárias. Neste caso, deve-se determinar o número de *r* vetores de cointegração possíveis e estimar a equação 2, restringindo a matriz Π a *r* variáveis cointegradas.

De forma a determinar o *rank* da matriz Π, recorre-se a dois testes propostos pelo Johansen (1995), o *trace statistic e maximum eigenvalue statistic* $(\lambda - max)$. Para testar a hipótese nula sobre a existência da forma reduzida do *rank r,* através do *trace statistic* tem-se que $q_{tr} = -T\sum_{i=r+1}^{n} \ln(1-\lambda_i)$ e, através do $(\lambda - max)$ vem dado por $q_{max} = -T\ln(1-\lambda_r)$, com λ os valores próprios estimados, e *T* o número total das observações.

5. Estimação e resultados da interatividade dos setores na economia cabo-verdina

Nesta secção pretende-se estimar as relações existentes entre os três principais setores da atividade económica cabo-verdiana pela abordagem VAR, utilizando o logaritmo do valor acrescentado bruto dos respetivos setores. Dado que durante o período em análise houve uma profunda mudança no sistema político-económico em Cabo Verde (em 1991), e ainda, segundo os dados, foi o período onde a agricultura passou a ser definitivamente o setor mais fraco desta economia, utilizou-se uma variável dummy para demarcar o período onde predominou o regime do partido único, do período pós 1991. Sendo assim, utilizou-se uma dummy com 0 para período antes de 1991 e 1 para depois desta data (inclusive).

O primeiro passo na estimação do modelo VAR prende-se com a determinação do número dos desfasamentos (lags) a serem incluídos no modelo. De forma a determinar a ordem do VAR, recorreu-se a três critérios de seleção, nomeadamente o critério Akaike (AIC), o critério Schwarz Bayesian (BIC) e o critério Hannan-Quinn (HQC). Os resultados apresentados na tabela 2 mostram que todos os critérios aplicados indicam que o melhor número do desfasamento a incluir no modelo VAR deve ser 2, pelo que estima-se um modelo VAR(2) com três variáveis endógenas e uma dummy.

Tabela 2: Seleção da ordem do modelo VAR

Lags	AIC	HQC	BIC
1	-8,5484	-8,3343	-7,8284
2	-9,1602*	-8,8177*	-8,0084*
3	-9,0290	-8,5580	-7,4452
4	-9,0867	-8,4873	-7,0709

Determinado o número dos desfasamentos, resta examinar as propriedades dos resíduos do modelo VAR(2), no sentido de analisar se o modelo foi corretamente especificado. Ou seja, deve-se testar se os resíduos não sofrem de qualquer problema em termos da normalidade, da autocorrelação e dos efeitos ARCH. Segundo os resultados apresentados na tabela 3, os resíduos das três equações do sistema do modelo VAR confirmam que a especificação com dois desfasamentos é o mais apropriado, corroborando com os resultados apresentados na tabela 2, uma vez que se rejeita a existência dos efeitos ARCH e da autocorrelação, e não há qualquer problema da normalidade em nenhuma equação.

Sendo que o modelo VAR(2) apresenta todos os indícios da correta especificação, prossegue-se com a análise da possibilidade da existência da cointegração entre os três setores da economia cabo-verdiana. Recorrendo ao teste de Johansen (1995) para cointegração, o resultado demonstrou que existe apenas um vetor de cointegração entre as variáveis do modelo. A tabela 4 apresenta os resultados do teste de cointegração. Como se pode constatar, ambos os testes utilizados concluíram que, a um nível de significância de 1%, rejeita-se a hipótese da existência de 0 vetor de cointegração, ao contrário da existência de um vetor.

Este resultado apresenta uma importante conclusão, pois mostra que os setores da economia cabo-verdiana estão interligados entre si. Neste sentido, dada a existência de um vetor de cointegração e dois níveis de desfasamentos, estima-se a equação 2 para analisar o tipo de influência que cada setor produz no outro. A tabela 5 apresenta os resultados da estimação da matriz Π. A matriz de cointegração está representada nas primeiras quatro colunas da tabela 5, e as restantes três colunas figuram a matriz de ajustamento. Dado que existe apenas um vetor de cointegracão, foca-se apenas na primeira coluna de cada matriz, respetivamente β_1 e α_1.

Análise de Normalidade							
	Média	DP	Ex. Kurtosis	Skew-ness	Normali-dade	ARCH	AC
Agricultura	0,000	0,087	0,3265	0,5001	1,338	2.19111	1.5841
Indústria	0,000	0.036	-0,1525	0,3494	0,488	0.610182	0.4595
Serviços	0,000	0.024	-0,0559	-0,0088	0,139	2.49925	0.0319

Tabela 3: Análise dos resíduos das equações do modelo VAR(2)

Nota: O teste da Normalidade representa o teste de Jarque-Bera, e os respetivos p-values são 0,9394; 0,7341 e 0,9330. O teste ARCH testa a inexistência dos efeitos ARCH na hipótese nula e os p-values são 0,1388; 0,4347 e 0,1139 respetivamente. O teste da Autocorrelação (AC) representa o teste de Ljung-Box e os p-values são 0,208; 0,498 e 0,858.

Tendo como foco estas duas colunas o interesse será levar a cabo testes para cada coeficiente destas matrizes no sentido de testar o tipo de participação no espaço de cointegração. Em particular, para a matriz de ajustamento, o interesse é testar o poder explicativo de cada variável do sistema, isto é, testar a exogeneidade fraca das variáveis. O facto de uma varável ser exógena, quer dizer que não pode ser considerada como pertencente ao lado esquerdo da equação, e consequentemente, a sua variação não pode ser explicada pelo resto das variáveis do sistema, o que a torna como uma das possíveis fontes de variação das outras variáveis do sistema. Para levar a cabo este teste, considera-se o coeficiente de cada variável da matriz de cointegração igual a zero e testa-se a sua significância.

		Teste Traço		Teste $\lambda - max$	
Rank	**Valor próprio**	**Traço**	**p-value**	$\lambda - max$	**p-value**
0	0,6857	37,916	0,0041	33,562	0,0003
1	0,1385	4,354	0,8681	4,322	0,8195
2	0,0011	0,032	0,8592	0,032	0,8592

Tabela 4: Teste de Johansen para cointegração

Uma primeira análise superficial da matriz de cointegração mostra que o setor dos serviços é exógena, uma vez que o valor do seu coeficiente é inferior ao dos outros setores, o que quer dizer que na economia cabo-verdiana, o desenvolvimento da agricultura e da indústria não produz qualquer efeito na variação do setor dos serviços, e por sua vez, a variação dos outros setores pode ser explicada pela variação deste último.

Para confirmar este resultado, utilizou-se o teste LM, supondo na hipótese

nula que os coeficientes da matriz do ajustamento são nulos para todas as variáveis. Como era de se esperar, o setor dos serviços mostrou-se ser exógena, pois que com um teste estatístico χ^2 = 0,8190 (p-value = 0.3655), a hipótese nula é facilmente aceite. Utilizando o mesmo procedimento para o setor da agricultura e da indústria, o teste LM confirmou que ambos os setores são endógenas, pois a hipótese nula é rejeitada a 1% e 5%, respetivamente, uma vez que ambos os testes estatísticos são superiores ao teste crítico, isto é χ^2 = 22.6562 (p-value = 0.0000) para a agricultura e χ^2 = 5.2450 (p-value = 0.0220) para a indústria. Este resultado mostra que o setor dos serviços é o único setor exógena na economia cabo-verdiana, o que quer dizer que é uma das principais fontes explicativas do crescimento dos outros setores.

Este resultado leva a focar na relação linear entre os três setores da economia cabo-verdiana, através dos coeficientes da matriz de cointegração. Tendo em conta que o coeficiente da matriz do ajustamento relativo à agricultura é superior aos outros dois setores, a normalização do vetor de cointegração pode ser dada da seguinte forma:

$$a_t = 0{,}808 i_t - 0{,}101 s_t \qquad (3)$$

Equação	Matriz de Cointegração			Matriz de Ajustamento		
	β_1	β_2	β_3	α_1	α_2	α_3
Agricultura	-6,9499	2,9431	1,9603	0,0967	-0,0113	0,0015
Indústria	5,6154	-8,0711	11,324	0,0165	0,0083	-0,0009
Serviços	-0,7050	7,3014	-7,6162	-0,0042	-0,0056	-0,0006

Tabela 5: Matrizes de cointegração e ajustamento

com α_t, i_t, s_t a representar o setor da agricultura, indústria e serviços, respetivamente. A equação 3 especifica a relação de equilíbrio de longo prazo entre os setores da economia cabo-verdiana, e mostra que um aumento no valor acrescentado bruto no setor da indústria possui um efeito positivo no crescimento do setor da agricultura a longo prazo. Por outro lado, um aumento no produto do setor dos serviços contribui negativamente, a longo prazo, na variação do produto da agricultura, entretanto, o efeito deste é inferior ao efeito do setor da indústria. A análise da matriz de cointegração também conclui que o setor dos serviços, por sua vez, tem uma influência positiva no crescimento do setor da indústria, o que leva a constatar que este setor é um dos principais motores de crescimento económico e da mudança estrutural na economia em Cabo Verde. O facto do desenvolvimento do setor dos serviços conduzir ao desenvolvimento da indústria é justificado pelo facto do turismo ser um dos principais contribuidores do setor de construção em Cabo Verde.

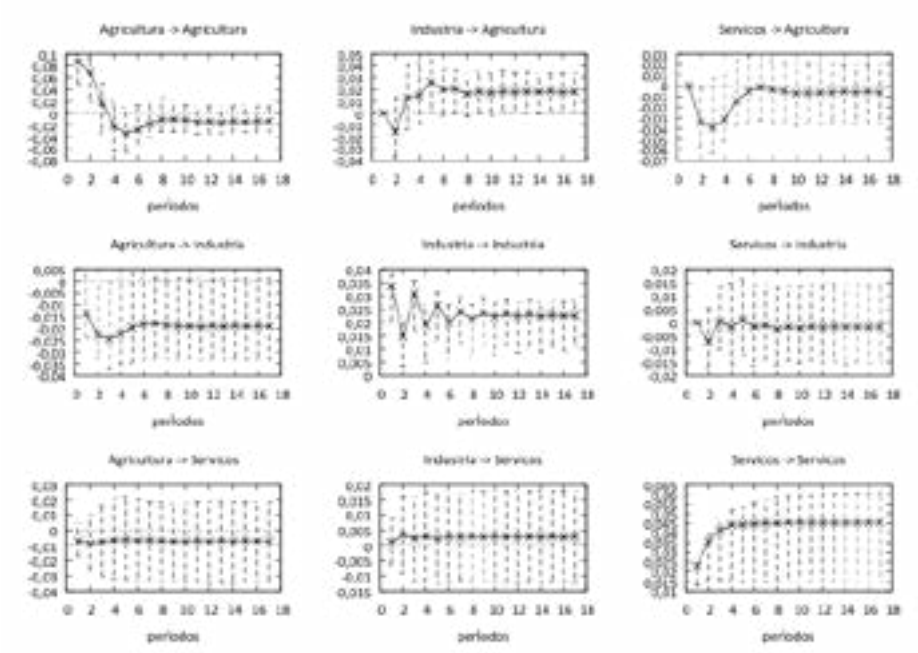


Figura 3: Análise de Impulso-Resposta

A figura 3 apresenta a relação de curto prazo entre os três setores da economia cabo-verdiana. Ou seja, indica a resposta de cada setor em relação à um choque ocorrido no outro setor, no curto prazo. A análise da figura 3 mostra que os efeitos dos choques em todos os setores, passado algum tempo, se estabilizam para um determinado valor, o que dá a entender que os resultados da estimação da equação 2 são estáveis. Os três gráficos da primeira linha da figura 3 mostram a resposta da agricultura perante um choque no seu próprio setor e nos outros setores. Um choque no setor da indústria produz inicialmente um efeito negativo na agricultura, mas passado um ano o efeito passa a ser positivo e estabiliza-se após oito anos. O mesmo acontece perante um choque de curto prazo no setor dos serviços, mas para além do impacto negativo ser maior do que em relação ao choque na indústria, o efeito se estabiliza-se perto de zero, passado o mesmo período.

Já em relação à indústria, que corresponde aos gráficos da segunda linha, embora a resposta perante um choque nos serviços começa-se em zero, acaba por ser negativa perante a variação de todos os setores. Ao contrário acontece com o setor dos serviços, que responde negativamente a um choque no setor agrícola, mas positivamente ao choque do setor da indústria (os gráficos da última linha da figura 3). De destacar ainda que a agricultura é o único setor que, embora o efeito inicial seja positivo, a variação no seu próprio valor acrescentado bruto acaba por apresentar um efeito negativo a curto prazo.

6. Recomendações e conclusão

A importância da agricultura e a relação entre os setores da atividade económica, no processo de crescimento das economias, tem sido objeto de algum debate entre os académicos durante as últimas décadas. Por um lado, alguns autores outorgam à agricultura um papel fundamental no crescimento e na estabilização macroeconómica, através da influência que possui nos outros setores, e por outro, a importância da agricultura é posta em causa, ao qual alguns autores salientam mesmo a necessidade da transferência de recursos deste setor para os setores mais produtivos de forma a aumentar a produtividade da economia.

No sentido de testar a interligação entre os setores da atividade económica em Cabo Verde, este artigo procedeu à estimação de um modelo autorregressivo (VAR), e os principais resultados concluíram que o setor dos serviços é o único condutor no processo do crescimento intersectorial nesta economia, e ainda a variação no produto dos outros setores não explica a variação no valor acrescentado bruto dos serviços.

Enquanto o aumento no produto dos serviços implica uma diminuição no produto da agricultura, já no setor da indústria o efeito será positivo. Entretanto, os produtos da indústria e da agricultura revelaram-se estar positivamente correlacionados, o que quer dizer que um aumento num destes setores, será acompanhado de um aumento no outro.

Estes resultados chamam à atenção para a modernização do setor primário e introdução de novas tecnologias neste setor, no sentido de aumentar a sua produtividade, por forma a conduzir ao aumento do seu produto, assim como a industrialização da economia, o que de resto pode contribuir para diminuir a dependência da economia cabo-verdiana e também limitar os efeitos dos choques negativos externos.

Este trabalho poderia ser complementado com a análise e a desagregação de mais setores, no sentido de captar os efeitos individuais em cada setor, particularizando o efeito do turismo e da construção, e ainda a utilização de indicadores da produtividade dos setores. Estas limitações, por sua vez, constituem o mote para um trabalho futuro.

Referências

Ahearn, M. C., Korb, P., Yee, J. (2009). "Producer dynamics in agriculture: Empirical evidence". In: Dunne, T., Jensen, J. B., Roberts, M. J. (Eds.), *Producer Dynamics: New Evidence from Micro Data*, NBER, Chicago, University of Chicago Press, pp. 369–391.

Alvarez-Cuadrado, F., Poschke, M. (2009). "Structural change out of agriculture: Labor push versus labor pull". *DP* 4247, IZA.

Binswanger, H. P., Deininger, K. (1997). "Explaining agricultural and agrarian policies in developing countries". *Journal of Economic Literature,* vol. 35 (4), pp. 1958–2005.

Block, S. A. (1995). "The recovery of agricultural productivity in Sub-saharan Africa". *Food Policy*, vol. 20 (5), pp. 385–405.

Blunch, N.-H., Verner, D. (2006). "Shared sectoral growth versus the dual economy model: Evidence from Côte d'Ivoire, Ghana, and Zimbabwe". *African Development Review,* vol. 18 (3), pp. 283–308.

Broadberry, S. N. (1998). "How did the United States and Germany overtake Britain? A sectoral analysis of comparative productivity levels, 1870-1990". *The Journal of Economic History,* vol. 58 (2), pp. 375–407.

Burke, M., Dykema, J., Lobell, D., Miguel, E., Satyanath, S. (2011). "Incorporating climate uncertainty into estimates of climate change impacts, with applications to U.S. and African agriculture". NBER, *Working Paper* 17092, Maio.

Dennis, B. N., Iscan, T. B. (2009). "Engel versus Baumol: Accounting for structural change using two centuries of U.S. data". *Explorations in Economic History*, vol. 46 (2), pp. 186–202.

Deraniyagala, S. (2001). "Adaptive technology strategies and technical efficiency: Evidence from the sri lankan agricultural machinery industry". *Journal of International Development,* vol. 13, pp. 59–71.

Echevarria, C. (1995). "Agricultural development vs. industrialization: Effects of trade". *The Canadian Journal of Economics,* vol. 28 (3), pp. 631–647.

Feder, G. (1983). "On exports and economic growth". Journal of Development Economics, vol. 12 (1-2), pp. 59–73.

Fei, J. C. H., Rants, G. (1970). "Agriculture in the open economy". In: Thorbecke, E. (Ed.), *The Role of Agriculture in Economic Development,* NBER, New York, UMI, pp. 127–164.

Gardner, B. L., Atwater, H. B. J., Block, J. R. (1988). "International competition in agriculture and U.S. farm policy". In: Feldstein, M. (Ed.), *The United States in the World Economy.* NBER, Chicago, University of Chicago Press, pp. 423–474.

Gemmell, N., Lloyd, T. A., Mathew, M. (2000). "Agricultural growth and inter-sectoral linkages in a developing economy". *Journal of Agricultural Economics*, vol. 51 (3), pp. 353–370.

Gollin, D., Parente, S., Rogerson, R. (2002). "The role of agriculture in development". *The American Economic Review*, vol. 92 (2), pp. 160–164.

Gollin, D., Parente, S. L., Rogerson, R. (2007). "The food problem and the evolution of international income levels". *Journal of Monetary Economics,* vol. 54 (4), pp. 1230–1255.

Gollin, D., Rogerson, R. (2010). "Agriculture, roads, and economic development in Uganda". *NBER, Working Paper* 15863, março.

Hansen, G. D., Prescott, E. C. (2002). “Malthus to Solow”. *The American Economic Review,* vol. 92 (4), pp. 1205–1277.

Johansen, S., (1995). *Likelihood-Based Inference in Cointegrated Vector Autoregressive Models*. Oxford, Oxford University Press.

Johansen, S., Juselius, K. (1992). “Testing structural hypotheses in a multivariate cointegration analysis of the PPP and the UIP for UK”. *Journal of Econometrics,* vol. 53 (1-3), pp. 211–244.

Johnston, B., Mellor, J. (1961). “The role of agriculture in economic development”. *American Economic Review*, vol. 51 (4), pp. 566–593.

Jorgenson, D. W. (1967). “Surplus agricultural labour and the development of a dual economy”. *Oxford Economic Papers,* New Series, vol.19 (3), 288–312.

Kalirajan, K. P., Sankar, U. (2001). “Agriculture in India’s economic reform program”. *Journal of Asian Economics*, vol. 12 (3), pp. 383–399.

Kanwar, S. (2000). “Does the dog wag the tail or the tail the dog? Cointegration of Indian agriculture with nonagriculture”. *Journal of Policy Modeling,* vol. 22 (5), pp. 533–556.

Lin, J. Y. (1992). “Rural reforms and agricultural growth in China”. *The American Economic Review,* vol. 82 (1), pp. 34–51.

Maohua, W. (2001). “Possible adoption of precision agriculture for developing countries at the threshold of the new millennium”. *Computers and Electronics in Agriculture*, vol. 30, pp. 45–50.

Mcinnis, R. M., (1986). “Output and productivity in Canadian agriculture, 1870-71 to 1926-27”. In: Engerman, S. L., Gallman, R. E. (Eds.), *Long-Term Factors in American Economic Growth,* NBER, Chicago, University of Chicago Press, pp. 737–778.

Ngai, L. R., Pissarides, C. A. (2007). “Structural change in a multisector model of growth”. *The American Economic Review,* vol. 97 (1), pp. 429–443.

Nicholls, W. H., (1970). “The transformation of agriculture in a semi-industrialized country: The case of Brazil”. In: Thorbecke, E. (Ed.), *The Role of Agriculture in Economic Development,* NBER, New York, UMI, pp. 311–386.

Punyasavatsut, C., Coxhead, I. (2002). “On the decline of agriculture in developing countries: A reinterpretation of the evidence”. *Agricultural and Applied Economics - University of Wisconsin-Madison, Staff Paper Series* 457, Dezembro.

Restuccia, D., Yang, D. T., Zhu, X. (2008). “Agriculture and aggregate productivity: A quantitative cross-country analysis”. *Journal of Monetary Economics*, vol. 55 (2), pp. 234–250.

Rothenberg, W., (1992a). “The productivity consequences of market integration: Agriculture in Massachusetts, 1771-1801”. In: Gallman, R. E., Wallis, J. J. (Eds.), *American Economic Growth and Standards of Living before the Civil War.* NBER, Chicago, University of Chicago Press, pp. 311–344.

Rothenberg, W. B., (1992b). “Structural change in the farm labor force: Contract labor in Massachusetts agriculture, 1750-1865”. In: Goldin, C., Rockoff, H. (Eds.), *Strategic Factors in Nineteenth Century American Economic History: A Volume to Honor Robert W. Fogel.* NBER, Chicago, University of Chicago Press, pp. 105–134.

Thorbecke, E., Field, A. J. (1970). “Relationships between agriculture, nonagriculture, and foreign trade in the development of Argentina and Peru”.

In: Thorbecke, E. (Ed.), *The Role of Agriculture in Economic Development.* NBER, New York, UMI, pp. 165–234.

Tiffin, R., Irz, X. (2006). "Is agriculture the engine of growth?". *Agricultural Economics,* vol. 35, pp. 79–89.

Timmer, C. (1992). "Agriculture and economic development revisited". *Agricultural Systems,* vol. 40 (1-3), pp. 21–58.

Timmer, C. P. (1995). "Getting agriculture moving: do markets provide the right signals?". *Food Policy,* vol. 20 (5), pp. 455–472.

Timmer, M. P., De Vries, G. J. (2009). "Structural change and growth accelerations in Asia and Latin America: a new sectoral data set". *Cliometrica*, 3, pp. 165–190.

World Bank, (2008). *World Development Report: Agriculture for Development.* Washington, DC.

Yamada, S., Ruttan, V. W. (1980). "International comparisons of productivity in agriculture". In: Kendrick, J. W., Vaccara, B. N., (Eds.), *New Developments in Productivity Measurement.* NBER, New York, UMI, pp. 507–594.

Growth Diagnostic of Cape Verdean Economy

João Brito

Abstract

The main of this article is to analyse the evolution of Cape Verdean economy and find a binding constraint to economic growth, using the technique "growth diagnostic" proposed by Hausmann et al. (2005). The real GDP per capita in Cape Verde increased from US$ 806 in 1970 to US$ 2.830 in 2011, with average annual growth rate of 3.3%. The service sector was the main share in GDP production side. Cape Verdean economy presents great dependence of external capital and, despite the considerable growth, the unemployment rate remains high and public debt is high but sustainable.

We found some factors that constitute constraints to economic growth, as weak financial intermediation, poor infrastructure, high costs in the inter-island connections and strong deviation between the human capital needs and areas of formation of secondary and tertiary education. Thus, government policies should be aimed at overcoming these barriers.

Key words

Economic growth, Country analysis, Growth diagnostic, Countries competitiveness, Cape Verde.

1 – Introduction

Cape Verde with US$ 3,616 of GDP per capita (PPP, 2005) in 2011 was 116th richest economy in the world (172 countries with data available) and was 16th between African economies. The real GDP per capita (US$, 2005) in Cape Verde increased from US$ 806 in 1970 to US$ 2,830 in 2011, with annual average growth rate of 3.3%. Cape Verde in 2011 exceeded all small African countries that in 1970 had almost the same level of GDP per capita, with the exception of Equatorial Guinea (its explosive growth over the past two decades is due to the discovery and exploitation of oil). So, it is pertinent to make this question: in the future Cape Verde will maintain the same level of growth? Which is the main source of economic growth in Cape Verde? The growth diagnostics framework can help us with these questions.

With this article we intend to make an analysis of the main factors that have driven Cape Verde economic growth in the period 1970-2011, and identify a binding constraint to investment/economic growth in order to suggest policies for overcoming these barriers. For this, we use Growth Diagnostic model (HRV) developed by Hausmann, Rodrik and Velasco (2005).

We found that the evolution of the Cape Verdean economy is conditioned by the geographical feature of the country, shortage of natural resources and fluctuation of external resources. We identified several factors that have constraint investments, such as weak financial intermediation, poor infrastructure and high costs in the inter-island connections and inefficient power supply. Thus, government policies should be aimed at overcoming these barriers.

Follows the structure of the work: in the second chapter, we describe the evolution of the Cape Verdean economy in the period 1970-2011, in the third, we present and implement the HRV model, and in the fourth, we have the conclusion of the work, with some suggestions of policies to help overcome the barriers identified.

2 – Economic Dynamic

2.1 – Evolution of GDP growth in Cape Verde - production side

Analysing the GDP by the production side[1], namely the Gross Value Added (GVA) in the period 1971-2010, the tertiary sector had the highest contribution, with a real annual average grow rate of 5.4% and weigh of 65.5% of GVA.

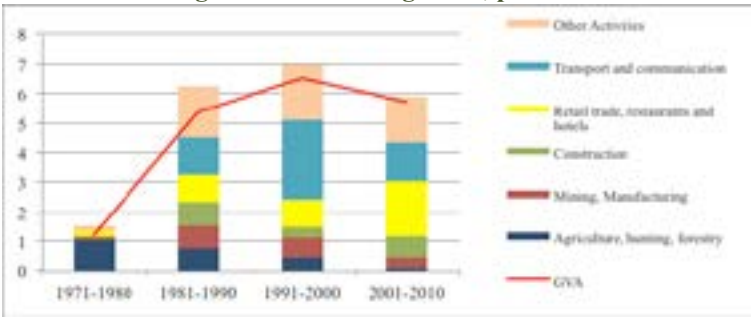
In the decade 1971-1980, GVA grew at a real annual average rate of 1.2%. The sector with the highest real annual average rate of growth was agriculture (3.7%). The poor performance of economy sectors was associated with the fact that colonial administration had left Cape Verde with high illiteracy rate (about 50%), weak productivity and economic infrastructure non-existent. In the next period 1981-1990, GVA grew at a real annual average rate of 5.3%. The industrial sector has the highest annual average rate of growth (9.8%), which was explained with investments made, mainly, by

1 The source we use: Banco Mundial (1985), World Development Indicators, Relatórios do BCV (1985, 1999 a 2012), III Plano de Fomento, IV Plano de Fomento, I PND, II PND, III PND, PND (2002-2005).

the government, following the import-substitution strategy.

In the period 1991-2000 the GVA grew at a real annual average rate of 6.5%. The sector with the highest average annual rate of growth was transport and communications (12.8%). The increase in tourism and the services related to air traffic were the main drivers of this growth level. In the decade 2001-2010 GVA grew at a real annual average rate of 5.7%. The sector of trades, restaurants and hotels was the highest growth (8.4%), which was associated with great dynamism and development of tourism, followed by construction sector with growth of 7.5%, motivated by political infra-structure of the country followed by the Government and FDI related with tourism (construction of hotels).

Figure 1: Real GDP growth, production side



Source: UN

2.2 – External capital

The influx of foreign capital (FDI, remittances and aid and development assistance) in Cape Verde in the period 1986-2010, representing an annual average of 43.2% of GDP, with decrease trend in remittances and aid and increase trend in FDI. But this increase in FDI has not been sufficient to cover the reductions in others variable, and in the last two years FDI has also decreased due to unfavourable international economic environment.

FDI – Foreign Direct Investment

The annual average of FDI in the period 1986-2010 was 4.5% of GDP. The FDI start to have an impact on the Cape Verdean production in 1995 with the privatization of some public enterprises. In the period 2005-2010, about 63% of FDI had origin in Europe and Spain was the largest investor. The tourism sector was dominant, with 76% of total FDI, followed by financial services with 10%.

Workers' Remittances

The annual average of remittances in the period 1986-2010 was 23.5% of GDP, but it has been decreasing. The reduction in the last decade may be associated with unfavourable economic situation of living in the main host countries of migrants, and also according to Ronci et al. (2008) the reduction in remittances can be justified by that migrants in some countries (as USA) are the fourth or fifth generation, thus reducing the identification and social link

with Cape Verde and the increased opportunities in Cape Verde has relieved the pressure on emigration.

In the survey conducted in Cape Verde (Santiago Island), in 2006, by OMCV (Organização das Mulheres de Cabo Verde) and the Italian organization PCN (Pessoas Como Nós), they found that remittances received are distributed as follows: 76.4% on food, 9.4% in education, 6.3% on housing construction, 3.1% for bank savings, 2.1% for economic activities and 2.7% in other activities.

Aid and official development assistance

The total of aid and official development assistance received (15.2% of GDP) in the period 2000-2010, was in the form of donations 73%, budget support 16% and food aid 11%. The total of public investments (12.7% of GDP) in the period 2000-2010, 46% was financed by foreign capital aid. That mean the aid received was used more to finance consumption.

With this analysis we verified that foreign capital has played an important role in boosting GDP in Cape Verde. However, most of the capital has been directed to consumption expenditure.

2.3 – Public debt dynamics and sustainability of external debt

The public debt in Cape Verde decreased between 2001 and 2008, from 84.1% to 68.2% of GDP. The reforms introduced under the program PSI (Policy Support Instrument) signed with the IMF in 2006 (limit the public debt in 70% of GDP for 2009) had great contribution in reducing debt. But in the following years (2009, 2010 and 2011) the debt increase, reaching 87.5% of GDP in 2011. The strong growth debt, mainly external debt, is justified by the opportunity to avail the concessional loans that will reduce due to the graduation of Cape Verde to the middle developing country. About 82% of the stock of external debt corresponds to concessional loans, therefore, under conditions quite favourable (long amortization period, about 30 years and low interest rates, around 1%).

The solvency level measured by the ratio between the stock of external public debt to GDP in the period 2001-2011, was always higher than the limit of sustainability (44% of GDP), and by the ratio between debt stock and internal revenue it exceeds the limit (250% of government revenue internal) only in 2011. The ratio of debt stock to exports was below the threshold. Regarding liquidity, debt service was much lower than the limits established by the ratio of exports and domestic revenues. Thus, Cape Verde has sufficient liquidity to meet their commitments regarding foreign debts. And, when we consider remittances received we see that it has increased the solvency and liquidity of the country.

Table 1: Sustainability of external debt

Variables	Limit (*)	2001-2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ext. Debt. / GDP (%)	44	54,7	48,7	46,3	46,4	50,9	60,0	67,2
Ext. Debt ./ GDP + Remittances (%)	58	48,4	43,5	42,1	42,3	46,8	55,4	61,0
Ext. Debt./Export (%)	226	169	113	108	100	130	141	142
Ext. Debt / Exp + Remett. (%)	216	121	89	88	83	106	118	117
Ext. Debt / Domestic revenue (%)	250	239	180	149	160	196	246	264
Debt. Serv. / Export (%)	24	8,7	5,9	5,1	4,6	5,6	4,8	4,3
Debt. Serv. / Exp + Remett. (%)	16	6,2	4,7	4,1	3,8	4,6	4,0	3,5
Debt. Serv. / Domest. revenue (%)	22	12,3	9,5	7,0	7,3	8,4	8,4	7,9

Source: BCV (2012): Boletim de Estatísticas 20 anos

(*)It is considered the threshold for countries with CPIA strong[2]. These values are in the study conducted by International Monetary Fund and World Bank (2012) "Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries"

2.4 – Labour market - Employment and Unemployment

The Cape Verdean population increased from 431,989 in 2000 to 491,575 inhabitants in 2010. During this period the population of working age (15 years or more) grew by 36% (an increase of 88,545 individuals), distributed 30.7% for active[3] population and 69.3% to inactive[4] population.

In the period 1989-2009 were created about 143,500 jobs[5], of which 54% in the last five years (2005-2009). Most of these jobs were on low skilled and activities with low added value. In Cape Verde around 60% of jobs are filled by unskilled or low-skilled. The service sector employs about 54% of workers.

Unemployment, recently, has affected mainly the population instructed. In 2011, the unemployment rate in the population with higher education was 16.8% and secondary school 19.4%, values above the national average which was 12.2%.

In the period 2000-2008 the average annual unemployment rate was around

2 Despite the decrease in index rating CPIA (Country Policy and Institutional Assessment) from 4.5 in 2010 to 4.0 in 2011, the Cape Verdean score remains strong. If the CPIA index is less than 3.25 the quality is poor and if it exceeds 3.75 is strong.

3 Individuals aged 10 years and are available to produce goods and services that enter in economic circuit. Includes the employed and the unemployed, INE (ISE - 2005).

4 Individuals of any age who were neither employed or unemployed. Includes the following groups: Domestic, students, retired, disabled, and other situations, INE (ISE - 2005).

5 Includes the reclassification of workers and creation of new jobs.

20%. In 2009 there was a strong reduction in the unemployment rate, to 13.1%, explained by the new calculation approach used by INE. If we consider the old approach, in 2009 the unemployment continues to be around 20%.

In report of Banco Mundial (2010) they argue that in Cape Verde the high level of unemployment is explained, partly, by the high reservation wage resulting from the fact that household receiving high levels of remittances, which decreases the rate of the labour market and thus generates certain unemployment rigidity.

3 – Growth diagnostic

Hausmann, Rodrik and Velasco (2005) proposed a simple model (HRV) for the economic growth diagnostics of a country. This model based on assumption that in equilibrium the economy grows as a function of the difference between the expected return on accumulated assets and the cost of these assets. Thus the greater the difference between the expected return and the cost of financing, the greater is the effort for investment, Hausmana et al. (2008). The HRV model:

$$g = \frac{c_t}{c_t} = \frac{k_t}{k_t} = \sigma[r(1-\tau) - \rho]$$

Where:

τ – Tax rate on capital (current or anticipated, formal or informal); ρ – Opportunity cost of funds; r – Expect social return to investment; σ – Intertemporal elasticity in consumption; g – Growth rate; c – Level of consume per capita; k – Level of capital per capita

The model has two hypothesis of growth restriction: low expected private return on accumulated assets, $r(1-\tau)$ or high cost of financing (p). The low return on accumulated assets can be associated with weak social return (r) or weak expected appropriability $(1-\tau)$. The high cost of financing can be justified by a lack of aggregate savings (due to reduced domestic savings or difficult access to external savings) or poor financial intermediation.

Hausmann et al. (2008) proposed a decision tree for the exercise of "growth diagnostics", based on the presented model, and consists of identifying factors that may justify the weak economic growth, making a series of questions and presenting possible hypotheses as they advance through the tree branches. The main challenge is to find the binding constraint to economic growth, and once identified should be given great attention of policy makers.

Figure 2: Tree of growth diagnostic

Source: Hausmann et al. (2008)

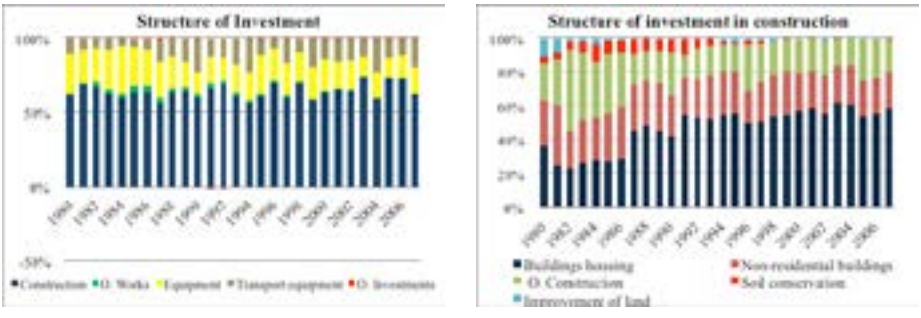
Decision Tree - HRV

We start by basis question: Private investment is low in Cape Verde? To answer this question, we analyse the evolution of private investment.

Compared to other small countries in Africa, Cape Verde was the third highest annual private investment in the GDP from 1986 to 2010. The Cape Verdean average (22.8% of GDP) was higher than the average of small States (18.2% of GDP), LMIC (Low Middle Income Countries, 14.6% of GDP) and Sub-Saharan Africa region (12.5% of GDP).

Analyzing the structure of investment (public and private) in Cape Verde, in the period 1980-2007, most of the investments were in the construction sector, with an annual average of 63.9% of total investments, followed by the equipment sector (20.4%) and transport equipment (13.4%). The investments in housing construction represent annual average of 46.6% of investment in construction sector, non-residential buildings (such as schools, hospitals, etc.) constitute 24.7% and others construction (such as roads, airports, etc.) 23.7%.

Figure 3: Structure of Investment (public and private)



Source: INE

The level of private investment in Cape Verde is satisfactory. But, about 63.9% of the investments were in construction. Thus, it is pertinent the ques-

tion: why investment has been low in other sectors and not in the construction? The cost of financing is high or economic return is low?

3. 1 – Access / Cost of finance

The cost of financing is high in Cape Verde? This question can be answered by analysing the lending rates and the domestic credit to the private sector.

Interest rate

In Cape Verde the annual average real lending interest rates in the period 2000-2011, was 9.8%, with a decreasing trend. Between small African countries, Cape Verde was the fourth largest annual average interest rate over the period. The Cape Verdean average is less than Mauritius, but is about 7 percentage points higher than the Seychelles average, which has the lowest interest rate (2.58%).

Domestic credit

Domestic credit to the private sector in Cape Verde increased from 40.1% of GDP in 2000 to 61.1% of GDP in 2011, and the annual average was 46.6% of GDP and compared with other small African countries, Cape Verde was the second largest annual average. The Cape Verdean average is below the average of LMIC (58.7% of GDP), Sub-Saharan African countries (59.6% of GDP), and World level (131.4% of GDP) and over the group of Small States (36.5% of GDP).

The majority of credit to private sector is for individual's activities, namely, purchases of houses. In the period 2001-2011 about 57% of the credit were to households (39.8% for purchases of houses and 17.4% for other acquisitions) and 43% for non-financial companies (companies in sector of trade, restaurants and hotels).

Despite the positive evolution of private credit, the cost of financing remains high in Cape Verde. The access to finance is cited in Investment Climate Assessment - ICA[6] (2009) as the second biggest obstacle to business in Cape Verde and in "Global Competitiveness Report 2011-2012" is the first.

Following the model of the decision tree (HRV), the high cost of financing can be associated with: low domestic savings, difficult access to foreign savings, low competition, high risk or high cost.

3.1.1 – Access to external financing

In the period 2000-2010 the annual average foreign capital (FDI, remittances and aid and development assistance) was 35% of GDP. The public investments made between 2000 and 2010, about 80% were financed by foreign capital (grants, food, aid and loans). Thus, access to external financing does not seem to be a binding constraint.

6 World Bank Investment Climate Assessments - in this survey participated 156 industrial and services companies, located on the islands of S. Vicente, Sal and Santiago, where 79 small companies (5-19 employees), 52 medium-sized companies (20-99 employees) and 25 large companies (over 100 employees). http://www.enterprisesurveys.org

3.1.2 – Domestic savings

Domestic savings (public and private) in Cape Verde, between 1990 and 2003 was almost always negative and grew from 1.9% of GDP in 2004 to 13.2% of GDP in 2008, and decrease in 2011 to 6.2% of GDP. In the period 1990-2011 the annual average domestic savings in Cape Verde was 1.2% of GDP, which is low when compared with the annual average of LMICs (26.8% of GDP), small States (21.1% of GDP) and Sub-Saharan Africa region (15.8% of GDP).

Domestic savings in Cape Verde is low, but does not seem a constraints to financing access, because otherwise we would observe high interest rates of deposit to attract savings. Interest rates on deposits exhibit a downward trend from 1990 to 2010. And compared to other small countries in Africa, Cape Verde with an annual average of 4.2% is the third country with the lowest average interest rate of deposit. The low domestic savings seems to be compensated by the easy access to foreign capital, so the savings (internal and external) seems not to be a binding constraint.

3.1.3 – Domestic financial intermediation

Weak financial intermediation can lead to high financing costs. Weak domestic financial intermediation by the HRV model may be a result of low level of competition, high cost and high risk in the banking sector.

Spread

High value of the interest rate spread is the first indicator of weak domestic financial intermediation, Hausmnan et al. (2008). The spread in Cape Verde has fluctuated from 5.4% in 2006 to 7.9% in 2010 with growing trend. Comparing the annual average spread in the period 2000-2010 in Cape Verde (7.8%) with other small African countries, we found that only Swaziland (6.6%) and Seychelles (6.8%) have lower value. The spread in Sub-Saharan Africa region (11.2%) is higher than in Cape Verde (7.8%) and in LMICs (7.9%) and small States (7.5%) are close.

Other factors that may explain weak domestic financial intermediation (measured by the high value of the spread) for RVH model is low level of competition in the banking sector or high risk.

Level of competition

Financial system with few banking institutions may have weak competition. In 2011 the financial system in Cape Verde on onshore market had: eight credit institutions and ten non-bank institutions, and on offshore market: eight institutions in banking system and one company of fund management.

Although there are considerable numbers of financial institutions by the size of the Cape Verdean market, we found that in 2011, about 42% of the credit market belonged to the largest bank and the two largest banks held 71% of the credit. Compared net income of banks in the period 2006-2011, the largest bank earned an annual average of 52% of total bank profits and the average of

the two largest banks was 82%. The Herfindahl and Hirschman Index[7] (HHI) used to assess the level of concentration in the banking sector, in 2011, was 2,942 (Relatório de Estabilidade Financeira - BCV, 2012), which means a high degree of concentration in the banking sector. By the values of these variables, we conclude that in Cape Verde the competition in banking sector is weak.

High risk

In Cape Verde the main risk identified in the banking sector by stress tests (June and December 2011) was credit risk, due the high concentration of loans in the construction sector. The weight of non-performing loans in total credit increased in recent years, from 2.5% in 2008 to 6.8% in 2011, thus representing a deterioration of credit risk. Another indicator of a high risk level and also limiting access to bank credit is the high ratio of required collateral to loan. In Cape Verde, according to ICA (2009), the ratio of required collateral to loan value was 176.4%, greater than World average (164.5%), and Sub-Saharan Africa (160%). Between small African countries, which we have information, Cape Verdean average is higher than Lesotho (66.9%) and Mauritius (59.9%).

This analysis suggests that in Cape Verde the domestic financial intermediation is weak (high level of spread) justified by a domestic banking system very concentrated and a strong risk of credit concentration.

3.2 – Low return to economic activity

On the left side of the "decision tree" the weak private investment can be explained by low returns in economic activity, which is associated to low social returns or weak expect appropriation.

3.2.1 – Low social returns

Weak social returns can be explained by several factors, but the HRV model considers those additional factors to investment which are scarce and individual investor can´t provide. It is indicated: inadequate human capital or infrastructure deficient.

3.2.1.1 – Human capital

If human capital is not in quantity and quality desired by firms or is expensive to hire it leads to low social returns. If human capital is inadequate, workers with more skill and higher education will receive higher wages and face lower unemployment rate, Hausmnan et al. (2005).

In 2009 about 84.8% of the population was literate in Cape Verde, exceeding the average of Sub-Saharan Africa (62.6%) and among small African countries, Cape Verde was seventh with the highest rate. The expectation of education in Cape Verde increased from 7.8 years in 1980 to 11.6 years in 2011, and was the third largest between small African countries and exceeds the average

7 The Herfindahl-Hirshman ranges from 0 to 10,000. Markets with values less than 1.000 are competitive, with values between 1,000 and 1,800 have some concentration in the market and values greater than 1.800 are very concentrated, Calkins (1983).

of Sub-Saharan Africa (9.2 years) and Small Island Developing States – SIDS[8] (10.8 years). Cape Verde is well positioned as enrolment in primary and secondary education in relation to other small African countries. For tertiary education, we see a greater difference between Cape Verde and Mauritius (the best positioned) in 2005.

The labour force inadequate was considered in the ICA (2009) survey the third biggest obstacle to business in Cape Verde (by 6.1% of small companies, 7.7% of medium companies and 23.7% of large companies) and in report "Global Competitiveness Report 2011-2012" was the second most problematic. The low ranking of Cape Verde is related, mainly, with weak quality of school management, poor availability of specialized training of high quality and low investment in education and training of workers.

The unemployment (in 2011) is more pronounced in the population with secondary (19.4%) and tertiary education (16.8%), i.e., workers with higher level of education is more likely to be unemployed compared to those with lower levels.

From the data presented, the human capital in Cape Verde seems to be affected by the quality and also the gap between the areas of training (especially in tertiary education) and market needs. So, human capital does not seem to be a binding constraint to social returns in Cape Verde, but it is possible that some specific sectors suffering from shortage of skilled workers.

3.2.1.2 – Infra-structure

In recent years Cape Verdean government has invested heavily in infrastructure of the country, with the highest incidence in the roads and ports infrastructure.

Roads

In 2001, the density of the road (per 100 km2 of land) in Cape Verde (33 km) was less than in Seychelles (100 km), Mauritius (99 km) and Comoros (39 km), but greater or equal the other small African countries. However, it should be noted that the government has made greats investments in roads in recent years, so the position of Cape Verde maybe has improved.

Ports

All nine islands in Cape Verde have ports, and only three (Porto da Praia, Porto Grande and Porto da Palmeira) receive international traffic.

In the survey conducted by United Nations Industrial Development Organization - UNIDO (2010)[9] entrepreneurs consider maritime transport (due to high cost) between the islands as a major obstacle to business. In Cape Verde the cost (US$ 1000/container - import, US$ 1200/container - export) and time needed in imports and exports (18 days - import, 19 days - export), despite being less than the average of Sub-Saharan Africa is significantly higher than the two small African countries better positioned, Seychelles (cost: US$ 695/container - import, US$ 660/container - export; time: 13 days - import, 10 days

8 Definition of small island countries followed by UNCTAD.

9 Survey conducted in September 2010 by the United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) in cooperation with the United Nations for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women).

- export) and Mauritius (cost: US$ 876/container - import and export; time: 17 days - import, 167 days - export). This high cost and time spent on imports and exports can be a disincentive for companies to locating in Cape Verde.

Airports

Cape Verde has 7 airports, including 4 international (São Vicente, Sal, Boa Vista and Santiago) and 3 for only domestic flights (S. Nicolau, Maio and Fogo). Among African countries, Cape Verde is one of the few and between the small African countries is the only certified by the Federal Aviation Administration/International Aviation Safety Association (FAA/IASA), both the airport of Santiago and Sal. However, according to Briceño-Garmendia and Benitez (2011) Cape Verde faces huge challenge associated with spending on air transportation, amounting to 11% of GDP (40% of total expenditure on infrastructure).

Electricity

In Cape Verde, in 2005 (World Bank data), about 70.7% of the population had electrical connection and the production cost was US$23.34 / kwh. In 2006 power outages, causes business loss of 8.8% of sales. Cape Verde is well positioned as the coverage of the electrical connection, but for the cost of energy production, number of cuts and losses for companies it needs to improve considerably. According to Briceño-Garmendia and Benitez (2011) the high cost of electricity in Cape Verde is due to inefficiency operational of ELECTRA[10], representing an average annual cost of 19 million U.S. dollars, which is very high compared to other middle income countries.

Communication and Information Technology[11]

The mobile network coverage in Cape Verde in 2006 was 81% of the population, value close to the average of middle-income African countries (84%). In 2007, for every 100 inhabitants in Cape Verde about 8.3 were Internet users, which is higher than middle-income African countries (4.4) and compared to other small countries, Cape Verde is surpassed only by Seychelles (37.6) and Mauritius (15.9). For the landline, in 2007, in Cape Verde every 100 inhabitants about 14.6 had a telephone. This value is higher than the average of middle-income African countries (7.3), and only Seychelles (26.7) and Mauritius (28.7) exceeds Cape Verde, between small African countries.

In the report "Global Competitiveness Report 2011-2012" the quality of infrastructure, in general, in Cape Verde is considered low and is identified as the fifth biggest obstacle to doing business.

We can conclude that electricity supply and cost and time of maritime transport seem to be a constraint to social returns in Cape Verde.

3.2.2 – Low expected appropriation

The low appropriability of investment is explained in the HRV model by

10 Public enterprise production and supply of water and electricity

11 Data from WDI

government and market failures.

3.2.2.1 – Government failures

The failures of the government are divided into microeconomic and macroeconomic risks.

MACROECONOMIC RISKS:

External debt

In the period 1990-2011 the annual average external debt stock in Cape Verde (47.7% of GDP) was over the limit of 44%[12] of GDP, but according to studies conducted by the IMF (2012, Report No. 12/29), the BCV (2011) and our analysis in previous chapter, the public debt servicing in Cape Verde is sustainable, considering the level of exports and domestic revenues. This is due to the following facts: a large proportion of the stock of external debt is concessional (about 82% of the external debt was concessional), the values of internal revenues cover current expenses and the international reserves are at satisfactory levels.

Budget balance

The budget deficits excluding grants have been high in Cape Verde. In the period 2003-2011 the annual average was -11.2% of GDP, which was the third largest deficit between small African Countries. But, if we consider only current revenues, these have been sufficient to cover current expenses, generating positive current balance of 2.5% of GDP in the period 2001-2011.

Inflation

Inflation in Cape Verde has fluctuated between 1990 and 2011 and the annual average was 4.1%. Cape Verde has the lowest annual average rate of inflation in consumer prices compared with other small African countries, LMICs, Sub-Saharan region and small States. So, the level of inflation in Cape Verde is unlike to be a binding constraint.

Exchange rate

Cape Verde signed an agreement peg with Portugal since 1998, which was extended to the Eurozone with the accession of Portugal to Eurozone. The Eurozone countries constitute the main market trade for Cape Verde (in 2011 approximately 94.5% and 80.4% of exports and imports of goods, respectively, had as destination/origin of the Eurozone countries), thus the evolution of the exchange rate does not seem to be a binding constraint in Cape Verde.

Macroeconomic risks, considered as a whole, are unlike to be a binding constraint this point in time, despite the high fiscal deficit and high external debt stock, the situation is sustainable. However, deteriorating in economic and financial conditions in Europe have strongly influenced economic variables in Cape Verde, and have conditioning/delayed funding of some public investment projects, which has passed the slowdown in private investment.

12 Is defined in the study conducted by the World Bank and International Monetary Fund (2012) "Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries."

MICROECONOMICS RISKS:

Political stability and governance

The "political instability" is ranked as the third factor that is lower constraint business in Cape Verde in the "Global Competitiveness Report 2011-2012".

Comparing 2011 and 1998, we found that governance[13] improved in Cape Verde in the variables "Control of Corruption", "Voice and Accountability" and "Regulatory Quality" and there was a slight deterioration in the "Government Effectiveness", "Rule of Law" and "Political Stability". Between small African countries in 2011, Cape Verde was ranked best country in the indicators "Control of corruption" and "Voice and Accountability" and the other variables was in second or third position. Cape Verde was well positioned in relation to the average of sub-Saharan Africa.

Business climate

Cape Verde in 2007 by the report "Doing Business" was in an intermediate position in relation to other small countries in Africa and was far from the two best ranked countries, Mauritius and Swaziland. But, in 2012 the classification of Cape Verde has improved and become the third best among the small African countries. This progress is due to the reforms introduced in 2009/2010 and 2010/2011 of paying taxes, registering property, getting credit, resolving insolvency and start businesses.

So, we can say that the political instability, governance and business environment are unlike constraints the appropriation of returns in Cape Verde.

3.2.2.2 – Market failures: information and coordination externalities

According to Rodrik (2003) even in situations where government policies encourage entrepreneurship, the economy can maintain a low level due to the nature of markets. For Hausmann and Klinger (2007) if a country facing weak economic growth due to the failure of new products exported, then the indicator of the sophistication of exported products must be low for the level of development of the country, but if the country has high value of products exported in relation to their income level is difficult to argue that the lack of discovery of new products have constrain economic growth.

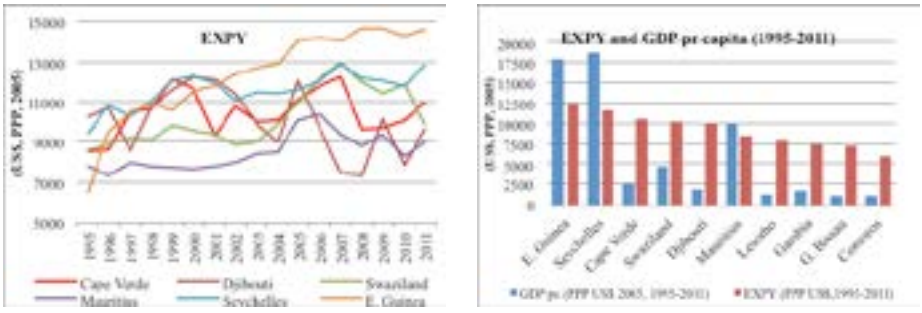
Hausmann et al. (2007) proposed the indices EXPY to measure the level of performance/productivity for the pattern of a country's exports. The level of EXPY in Cape Verde fluctuated between US$ 8,500 and US$ 12,300 in the period 1995-2011. The EXPY in 2009, 2010 and 2011, reaching levels close to 1996 and 1997, which shows a lack of adjustment in exports as a result of changes in product prices.

Analysing the level of EXPY and GDP per capita between small African countries, we found that Cape Verde was the fifth largest country by the average GDP per capita (PPP, US$) in the period 1995-2011 and third for the level of EXPY. Therefore, the degree of sophistication of exports in Cape Verde is higher than expected given the level of development (measured by GDP per capita PPP) compared to small African countries. So, market failures not seem to be obstacles to growth.

13 Source: Worldwide Governance Indicators, World Bank.

Services represent about 80% of Cape Verdean exports, so it is easy to conclude that policies in Cape Verde are to intensify the export of services rather than goods, which may also justify the weak innovation products exported.

Figure 4: EXPY evolution



Source: UNCTAD e WDI

4 – Conclusion

Real GDP in Cape Verde grew at an annual average rate reasonable compared to the average of the other small African countries, despite some constraints related to the characteristics of Cape Verde (such as scarcity of natural resources and insularity).

The services sector represents the main determinant of GVA and within this sector the highest weight is the transport and communications, but currently the biggest impact has been travel. Foreign capitals (FDI, aid, remittances and loans) have been major impact in Cape Verdean economy, because they have funded much of the current account deficit (as a result of higher imports of goods) and budget balance. The sectors that employ a greater number of individuals are service and most workers are unskilled. Despite the high level of growth the unemployment rate remains high.

Cape Verde is a country in development and presents several factors that appear to be constraint to their economic growth. The factors that constraint investments/growth, regarding the HRV model:

a) Financial intermediation: is weak, which has led to high cost and difficulties in access to finance. This undermines the financial sustainability of many businesses, thus constituting a barrier to investment.

b) Access to finance: Cape Verde is open economies with large inflows of foreign capital which compensate the reduced domestic savings, so the availability of capital does not seem constitute obstacles to investment.

c) Human Capital: the literacy rate and expectation of school in Cape Verde is satisfactory. However on the ICA (2009) survey the workforce inadequate was considered by large companies as the biggest obstacle to business. So, we can say that human capital, in general, may not yet be a barrier to social returns, but the quality of human capital needs to be improved. We also verified,

high employment rate in classes with secondary and tertiary education, which reveals that there is no correspondence between the market needs and areas of expertise of formation.

d) Infrastructure:

a. Roads, ports and airports not seem to be the major constraint to investment. However, the frequency of connections service between islands and the associated costs and time (export and import) have affected many companies and may represent a disincentive to investment in Cape Verde.

b. Electricity: the data point to high cost of production and successive cuts, which have negative influences on social returns and is a disincentive to investment.

e) Macroeconomic risks: the external debt stock is above the threshold level but is sustainable; the overall budget balance has been deficit, but the current revenues are sufficient to cover current expenditure; and, inflation has been low. So, macroeconomic risks do not appear to pose barriers to investment. However, Cape Verde need to increase control over stock of external debt and budget balance to avoid that in the future affect adversely the investments.

f) Microeconomic risks: Cape Verde has satisfactory levels of governance variables and already made significant progress in the business climate, so there not seems to represent constrain to investment. But, Cape Verde must improve the quality of regulation and government effectiveness, reduce the costs and time spent in open businesses, lower taxes and the time to prepare and pay taxes and reduce the cost per containers and the time spent in foreign trade. These improvements in the business environment can also reduce the number of informal production units, which was indicated in the ICA (2009) survey as the main obstacle to business.

g) Failure of the market: there not seem to constitute constraint to investment, because product sophistication (EXPY) is compatible with the level of GDP per capita. The diversification of export products is quite low, however the impact of this failure does not seem to affect deeply the economy, because the Government is main focus has been in the service sector.

Thus, in order to increase the competitiveness of the country, in addition to the measures outlined, we think it appropriate that the government create conditions for greater use by domestic entrepreneurs the opportunities arising from FDI and the tourism sector, encourages investments in other sectors of activities to reduce the concentration of loans in construction and increase the diversification of products exported (by promoting complementary public goods), and adopt measures that may lead to reduction in the cost of bank financing and thus increase the financial viability of many investments.

These findings were based on data presented here, so that possible changes in the future may alter the conclusions regarding the current obstacles to the growth of the Cape Verdean economy.

Bibliography

Banco de Cabo Verde (2012). Boletim de Estatísticas 20 anos. Praia.

__(2012). *Relatório de Estabilidade Financeira* 2011. Praia.

Banco Mundial (1985). *Cabo Verde: Situação Económica e Perspectivas.* Volume I, Relatório nº 5446-CV.

__(2010). *Cabo Verde: Avaliação Inicial do Mercado de Trabalho Formal.* relatório nº 58551 CV, Região de África.

Briceño-Garmendia, C.M and Benitez, D.A. (2011). Cape Verde's Infrastructure: A Continental Perspective". *The World Bank, Sustainable Development Department,* WPS nº 5687.

Stephen Calkins, S. (1983), "The New Merger Guidelines and the Herfindahl-Hirschman Index", *California Law Review,* Vol. 71, Nº 2.

FMI (2012). *Cabo Verde: Relatório do Corpo Técnico, Suplementos, Comunicado de Imprensa sobre a Discussão no Conselho de Administração e Pronunciamento do Administrador para Cabo Verde*. Relatório nº12/29.

Hausmann, R. and Klinger, B. (2007). "Growth Diagnostic: Belize", Center for International Development Harvard University.

Hausmann, R., Hwang and Rodrik, D. (2007). "What you export matters". *Journal of Economic Growth,* 12(1): 1-15.

Hausmann, R., Klinger, B. and Wagner, R. (2008). "Doing Growth Diagnostics in Practice: A Mindbook", *Center for International Development, Harvard University, Working Paper* Nº 177.

Hausmann, R., Rodrik, D. and Andrés Velasco, A. (2005). "Growth Diagnostics". Harvard University.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2001). *Características Económicas da População, Censo 2000*. Praia.

__(2010). *Inquérito ao Emprego 2009, Considerações sobre a nova abordagem da medição do emprego em Cabo Verde*. Praia.

__(2011). Censo 2010, IV *Recenseamento Geral População e Habitação.* Praia.

International Monetary Fund (2012). Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa, Sustaining Growth amid Global Uncertainty. Washington, D.C.

International Monetary Fund and World Bank (2012). *Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries.* Prepared by IMF and World Bank Staffs, approved by Tiwari, S and Canuto, O.

Ministério das Finanças e do Planeamento. *III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1992-1995.* II Volume, Relatório Sectoriais, Praia.

Ministério das Finanças, *Planeamento e Desenvolvimento Regional. Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005.* Volume II, Direção Geral do Planeamento, Praia.

Ministério do Plano e da Cooperação. *II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1986-1990.* Volume I, Relatório Geral, Praia.

Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e Pessoas Como Nós (PCN), (2006). *Projecto C-312, Remessas e Emigrantes como Recurso ao Desenvolvimento.* Cape Verde.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (2011). *Rumo a um plano de acção para melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde.* Prepared for the UCRE – Unit Coordination for State Reform and United

Nations Industrial Development Organization (UNIDO) in cooperation with the United Nations Gender Equality and Empowerment of Women (UN Women)

Presidência do Conselho (1968). *III Plano de Fomento 1968-1973 – Cabo Verde*. Imprensa Nacional de Lisboa.

Presidência do Conselho (1974). *IV Plano de Fomento 1974-1979* – Cabo Verde. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

Rodrik, D. (2003). "Growth Strategies". In: Aghion, P., and Durlauf, S. (edt.), *Handbook of Economic Growth,* Amsterdam: North-Holland, forthcoming.

Ronci, M., Castro, E. and Shanghavi, A. (2008). Cape Verde: Selected Issues. *IMF, Country Report* nº 08/243.

Secretária de Estado da Cooperação e Planeamento (1983). *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, 1982-1985.* Volume I, Relatório Geral, Praia.

World Bank (2006). *Doing Business 2007: How to reform.* Prepared by Staff World Bank and International Finance Corporation

__(2009). Doing Business 2010: *Reforming Through Difficult Times. Prepared by Staff World Bank,* International Finance Corporation and Palgrave MacMillan.

__(2010). *Doing Business 2011: Making a Difference for Entrepreneurs.* Prepared by Staff World Bank and International Finance Corporation.

__(2012). *Doing Business in a more transparent world.* Prepared by Staff World Bank and International Finance Corporation.

World Economic Forum (2011). *The Global Competitiveness Report 2011-2012*. Edit by Professor Klaus Schwab, World Economic Forum, Geneva.

Database

Banco de Cabo Verde. Relatório do Conselho de Administração: Relatório e Cantos. From 1984 to 2012.Praia

General Accounts of the State of Cape Verde from 1999-2010.

Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde: http://www.ine.cv/

International Monetary Fund: http://www.imf.org/

United Nations Commodity Trade Statistics Database: http://comtrade.un.org/db/default.aspx

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTADstat): http://unctadstat.unctad.org

United Nations Service Trade Statistics Database: http://unstats.un.org/unsd/servicetrade/default.aspx

United Nations: http://unstats.un.org/

World Bank: http://databank.worldbank.org/

World Bank: ICA - http://www.enterprisesurveys.org

PAINEL V
PROMOÇÃO DA CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

Painel moderado por Inocência Mata, FLUL

Science and Technology in Africa: A bibliometric and patent analysis
Hugo Confraria

Impacto Social das Bibliotecas Digitais em Moçambique: O caso da Universidade Eduardo Mondlane
Martins Guambe

A Educação Bilingue em Angola e o Lugar das Línguas Nacionais
Mateus Chicumba

Literatura Cabo-verdiana Contemporânea: Da Leitura Literária à Formação Cultural e Cívica
Nelo Canuto de Pina

Science and Technology in Africa: A Bibliometric and Patent Analysis

Hugo Confraria

Abstract

It is known that Africa's R&D has been fragile. However, the analysis of bibliometric data indicates that Africa has relative distinguish behaviours on publication (2,51% of world output in 2011) and patent production (0,25% of total PCT Applications in 2011).

Regarding research output there was a turning point around 2004, when the continent's output was yet to reach 15,000 publications annually. Since that year African publications have grown faster than the world average, with its number more than duplicating until now. These advances are overshadowed by the fact the continent's production is still highly concentrated. South Africa and Egypt alone have contributed to more than 50 % of Africa's output since 1981. Concerning scientific specialization, the results indicate that the overall Africa's specialization is not too different of the world pattern with the exception of Agricultural Sciences, which are relatively more important in Africa. An important finding is that, at the nation level, higher level of specialization and English language colonial legacy seems to lead to better results on "scientific impact".

Other relevant result is that there seems to be a non-linear dynamics between publication output and patent output. The more a country publishes in WoS publications, the more it is able to transform scientific information into technological inventions.

Our analysis showed that African S&T system is too big and to diverse to follow one set of policies. Each country must evaluate what already exists and,

with a realistic vision (Lundvall, 2009), develop their knowledge frontiers to respond to local circumstances and opportunities. Improvements in the scientific infrastructure may create the knowledge basis from which can emerge native inventions.

Key words

Africa, Science & Technology Indicators, Bibliometrics, Patent analysis, Research, Scientific impact, Scientometrics

1 - INTRODUCTION

The use of science and technology (S&T) indicators has been on the rise in recent years. The ability of bibliometric and patent analysis to enlighten political choices, by informing, compare internationally and allowing decisions to be more objective, has been the main force behind its growing popularity. The importance of this approach has also been recognized in Africa. The declaration stemming from the first NEPAD[1] Ministerial Conference on S&T commits to "develop and adopt common sets of indicators to benchmark our national and regional systems of innovation" (NEPAD, 2003).

A growing consensus seems to be developing over the continent, recognizing that scientific research rather than being a luxury is a requirement to create the necessary long term potential for sustainable economic development. A critical challenge for Africa is how to integrate the S&T knowledge in its development. Specifically, an important trade-off Africa is facing has to do with how much to invest in S&T knowledge. On the one hand if too little investment is undertaken (given the scarcity of resources and the relevance of the competing applications) there is the danger the continent will lag behind on the long term. On the other hand if too much investment occurs (which might not be much more than the "too little" investment mentioned above), the continent risks an intensification of the brain drain and, still, lagging behind.

This question regarding the right investment (in quantity and orientation) in S&T is thus the relevant practical question behind our investigation. We will not be attempting to provide a direct answer to it, but by supplying organized data and systematic analysis we hope to contribute in the search for the appropriate answers.

It is known that African knowledge production (in a bibliometric approach) is fragile. But we intend to understand whether African research output (and patent application to complement), as a whole, is converging or diverging in relation to the leading economies, assess how the scientific capacities and specialization varies between countries, analyse whether the impact of research in all subject fields is below or above the world average and correlate the scientific capacities of each African country with their technological capacities. With this we hope to illustrate the current situation of S&T in Africa and to reach some relevant insights.

1 NEPAD stands for The New Partnership for Africa's Development.

2 - STATE OF THE ART

2.1 - Africa

34 Out of the 49 countries considered to be "least developed" by the *United Nations* (UN)[2] are in Africa. But Africa is a rich continent. Many of its 54 countries are rich in traditional knowledge, especially knowledge associated with indigenous and medical plants (Hassan, 2002), rich in bio-diversity and rich in mineral resources, including oil, metals and precious stones. It was estimated by *The Economist* (2013a) that this wealth in commodities has led to one-third of Africa's more recent GDP (Gross Domestic Product) growth, not counting indirect benefits[3].

However, in the recent *African Progress Report* (2013), Kofi Annan stresses that in many African countries "natural resources revenues are widening the gap between rich and poor. Although much has been achieved, a decade of highly impressive growth has not brought comparable improvements in health, education and nutrition". Poor governance, lack of transparency, tax evasion and illicit outflows may be eroding the revenue base for public finance in many countries.

The continent has made several bold efforts to turn around its development fortunes through treaties that include the *Monrovia Strategy* (1979), the *Lagos Plan of Action* (1980), the *Abuja Treaty* (1991) establishing the *African Economic Community* and, most recently, the adoption of Africa's Science and Technology Consolidated *Plan of Action by the African Union* in January 2007 (UNESCO, 2010). Despite these attempts, Africa remains the poorest and most economically marginalized continent in the world.

But still, there is optimism in Africa. Despite several African regions still experiencing dire crises, on average, conflicts, starvation and dictatorships seem to be declining in the continent (The Economist, 2013b).

2.2 – Education, Science and Technology in Africa

Education and the competence to learn are critical to any society, including Africa. As Lundvall (1992) put it, "knowledge is the most important resource and learning the most important process". However in Africa buying books can still be seen as a luxury (Zegeye & Vambe, 2006). Modern S&T which led the industrialized countries to the development that they have today did not have the same transforming effect on Africa. Science has been described in the continent as in a dismal state (Hassan, 2002). The lack of critical mass and inadequate skills of its research and technical personnel, the poor and neglected quality of the infrastructure, limited access to the necessary information, the low level of instruction in primary and secondary schools, the low investments in universities and research institutes have been characteristics associated with science institutions in many African countries. Financial and logistical support for science is typically divided

2 http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm

3 The wave of global commodity higher prices, have benefited Africa's resource rich countries.

between many ministries with little coordination, and some states rely too much on intermittent external funding which often target short-term goals (Irikefe, 2011). Yet, the reality is that even the poorest nations must have scientists who are deeply involved in education at all levels, so as to produce the human capital on which much of the development depends (Arunachalam, 2004). More, indigenous research might help provide both effective and focused responses to each country problems. Carrying out their own studies or translating results of studies carried out elsewhere into their national settings could be a strong instrument for development (Nchinda, 2002).

In terms of technology development, we know that the first tool used by humanoids was in the Lower Awash Valley in Ethiopia[4], about 3,4 million years ago. Nowadays, African countries depend a lot on developed ones to solve their technological issues. Many authors have already demonstrated the relevance of "technological capabilities" (Archibugi & Coco, 2004) for economic growth. For example Fagerberg *et al*. (2007) said that, "deteriorating technology and capacity competitiveness are, together with an unfavourable export structure, the main factors hampering many developing countries in exploiting the potential to catch-up in technology and income". Not every developing country can specialize in high-tech technologies, but successful catch-up has historically been associated not merely with the adoption of existing techniques in established industries, but also with innovation, particularly of the organizational kind, and with inroads into nascent industries (Fagerberg & Godinho, 2004). Investment in innovation is a bet on the future, and most attempts fail. Improvements in the scientific infrastructure may create the knowledge basis from which can emerge native inventions.

"Brain Drain" is a known problem in Africa. Big efforts are being made to improve education conditions across African countries, but as it is well known if in the end the best "minds" go abroad to work or develop their studies, the most important resource for development, "knowledge", will not be used for their gain. Docquier *et al.* (2007) in a study about brain drain in developing countries, with data for the period between 1990 and 2000, got to the conclusion that the highest average brain drain rates were observed in Sub-Saharan Africa (13%), Latin America and the Caribbean (11%) and the Middle East and North Africa (10%). Some factors that contribute to the increase of this phenomenon include: poor working conditions, low salaries, low level of development, high political instability, religious/ethnic fractionalization, strong colonial links, geographic proximity with Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) countries and country smallness. This is of course an issue that requires reflection when we discuss the "goodness" of African countries investing in science. Social/political stability, incentives to return and efforts helping to keep connections are essential to minimize the brain drain.

The legacy of colonial science is also a relevant issue. Many of the research institutes established during the colonial period still exist in African countries (AU-NEPAD, 2010) and the ties that link the countries can still be seen in the collaborations and co-authorships made between them. For example in Adams *et al.* (2010) we find that Algeria and Tunisia have unique links with France, with the share of international co-authorship with this Eu-

4 http://www.nhm.ac.uk/about-us/news/2010/august/oldest-tool-use-and-meat-eating-revealed75831.html

ropean country being 42% and 33% respectively. The same happens with the UK's former colonies. Malawi and Kenya have collaboration shares with the former colonial power of 45% and 24%, respectively.

2.3 - Why to measure science and technology?

Science, technology and knowledge are driving forces of our modern society. Science is an activity mainly financed out of public funds and therefore, evaluation of scientific research is crucial to justify the choices taken and find whether society is getting the appropriate returns. Examining and evaluating the various aspects of the scientific enterprise is a necessary and integral part of science policy. Similarly, the number of patents awarded to a country can be used as an indicator of technological activity (OECD, 2009). Patents are a means of protecting inventions developed by firms, institutions or individuals, as such, patent indicators, within the S&T context, are used to measure inventive performance, diffusion of knowledge and internationalization of innovative activities.

However, knowledge is intangible, and to attempt to assess measurable outputs of S&T can be a risky and questionable task. Bibliometric studies start from the assumption that the most important findings of scientific research and inventions end up in the international literature or in patent applications. But publications are not a perfect measure of scientific production, and patents are not a perfect measure of technological innovation either. There are other forms of indigenous knowledge in Africa as genetic resources from plants, animals and microorganisms that are not explicitly existent in publications or patents. Also in those fields of science (Arts, Humanities and some Social Sciences) where scientific publication is not the main medium for communicating research findings, bibliometrics have a conditioned spectrum of analysis.

Nevertheless, "the mind comprehends a thing the more correctly the closer the thing approaches toward pure quantity as its origin" (Johannes Kepler, 1597). The more information we have about a phenomenon, even if it is a proxy, the better decisions we are able to do in the future as long as we understand the limitations of our instruments. In developing countries, these statistics can be used mainly as powerful indicators of successful catching-up processes (Albuquerque, 2004).

With regard to this previous research, our study will update the available information by adopting some previously used methodologies, innovate by using in the African context the indicator "Impact relative to subject area", try to identify some signals on whether African scientific and patenting output shows signs of "catching-up" and a regression analysis to compare correlate scientific and technological productivity.

3 – METHODOLOGY AND DATA

This study is based on data from two different platforms. For publications we used the relatively new *InCites*[5] tool proposed by *Thomson Reuters*, which is a web-based research evaluation tool that facilitates national and institutional comparisons across long time periods using publication output, productivity and normalized citation impact values (Bornmann *et al*, 2013). To enrich and extend the analysis, PCT applications were also analysed based on the relatively new WIPO Statistics database. The metrics computed can be provided upon request.

3.1 – Bibliometric Analysis

Bibliometrics is the field of science that deals with the development of quantitative measures and indicators for S&T, based on bibliographic information (Leeuwen, 2004). It is so, one of the few "objective" methods of assessing scientific performance13. An early definition describes it as "the application of statistical and mathematical methods to books and other media of communication" (Pritchard, 1969). Nowadays, bibliometric analysis is applied more commonly on research publications. When a scientist cites a given article, he or she indicates that the article was somehow relevant to the research performed. The citing author calls attention to some useful information included in the article, a method, a statistic, a result or other[6]. When an article is cited many times it is considered to have international scientific influence (Van Raan, 2003) or impact. Studies such as Moed (2005) provide further reasons to support this view. However, a clear understanding of limitations and caveats is required to interpret the results. For example: language bias, incorrect author affiliations, "Matthew Effect"[7], "Sleeping Beauties"[8], statistical issues, etc., are problems to take in account when making conclusions about the different metrics.

InCites has three main modules, of which, in this study, we have only used "global comparisons". This module provides output and citation metrics from WoS (Web of Science, Thomson Reuters), which in turn will access data and metrics from a dataset (SCI-EXPANDED, SSCI and A&HCI)[9] of 22 million WoS papers from 1981 to 2011 (*InCites*, 2012). The metrics for comparisons

5 http://researchanalytics.thomsonreuters.com/incites/

6 Others methods are peer reviewing, reputational surveys or analysing industry income from research (See for example: http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2012-13/world-ranking/methodology).

7 "Mathew Effect" can be defined as the enhancement of the position of already eminent scientists who are given disproportional credit in cases of collaboration or of independent multiple discoveries. (Merton, 1968). The more acknowledged is the scientist, the more likely he is cited.

8 A "Sleeping Beauty" in Science is a publication that goes unnoticed for a long time and then, almost suddenly, attracts a lot of attention (citations) (Van Raan, 2004)

9 Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED); Social Sciences Citation Index (SSCI); Arts & Humanities Citation Index (A&HCI). These data sources only cover a small proportion of the world's scientific production. To observe this restricted universe has been seen as an advantage as it refers to the journals that publish the articles that exert more influence in the international literature (Pouris, 2010).

are created based on address criteria[10], using the whole-counting method[11].

Regarding subject area scheme, InCites provide us several possibilities. In this study we mainly used the 22 Essential Science Indicators (22 ESI). Our choice was based on a trade-off between robustness of results and specificity of subject area. These 22 fields represent themselves conglomerates of many subfields. It must therefore be pointed out that in some fields there could be the case that the overall scores, whether higher or lower, may hide both excellent and less excellent performance at subfield level.

3.2 – Patent Analysis

Patent statistics have also been used to assess S&T activities for a long time. According to the OECD Patent Statistics Manual in the 1950s Jakob Schmookler was already using patent counts as indicators of technological change in particular industries. About the use of patents as an innovation indicator, Griliches (1990) published a classic paper assessing ways of using such data, highlighting also some problems. Some authors argue that it is more reliable to acknowledge patents as an output of R&D or an input to innovation (OECD, 2009).

Our objective, in this work, when assessing African patent activity, is to complement the previous scientific publication analysis with patent data that can offer us information along output trends, technological specialization (try to make the parallel with scientific specialization) and geographical performance in Africa.

To compile patent statistics, certain methodological choices had also to be made:

- To use internationally comparable aggregates – "Triadic patents" and PCT applications are commonly used for international comparisons. But triadic patents can be "too selective" for African context and the only available database didn't provide data from all African countries. The choice fell on African PCT applications and publications;
- Reference date – In order to reflect the inventive performance, it is recommended to use the priority date to compile patent statistics (Hinze & Schmoch, 2004). But because our database only allows the application date (maximum of 12 months of difference) for trend analysis, and publication dates for technological fields analysis, those were the choices made;
- Reference country – Concerning the reference country, OCDE (2009) recommends choosing the inventor's country of residence or the applicant's country of residence in order to identify the country where the innovative performance really is;
- Technology disaggregation scheme – The WIPO Technologies classification proposed by U. Schmoch (2008)[12] was available in the WIPO Statistics database. Because it was constructed in an adequate perspective for economic analysis[13], our choice fell on this classification.

10 Addresses are taken from the WoS file of each publication belonging to the indexes analysed. The address consolidation process is a complex scheme that is made jointly with some universities cyclically.

11 Counts are not weighted by number of authors or addresses

12 http://www.wipo.int/export/sites/www/ipstats/en/statistics/patents/pdf/wipo_ipc_technology.pdf

13 International Patent Classifications (IPC), is established in an examiner technical point of view in order to

4 – RESULTS

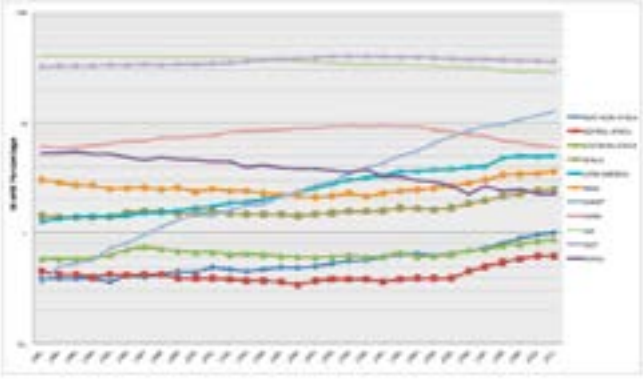
In what follows, we begin from a broader perspective and as we progress along the section we will move to more specific aspects of Africa's research and patent activity.

4.1 – Bibliometric Analysis

4.1.1 – General developments and trends

Africa's long-term publication output trends in Figure 1 indicate that its relative contribution lowered slightly during the 1990s[14], but since then it has been growing at a constant rate, with a sort of "take-off" in 2004. This "take-off" occurs at the same time in the three African regions analysed.

Figure 1: Trends in research article output by countries/regions (shares as world percentage) (1981-2011)



Source: InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI; A&HCI)
*China includes Hong Kong and Macau
** This analysis has a limitation. There is a bias in Africa, Northern Africa, Central Africa and Northern Africa results. The whole-counting method implies that when the publications of each country are added in one of these aggregates, there could be multiple counting if a publication has two or more African countries in the addresses. Contrary to Latin America, InCites doesn´t provide aggregate results for Africa. Nevertheless, our estimations suggest that this bias don't undermine the discovery of a turning point in 2004.

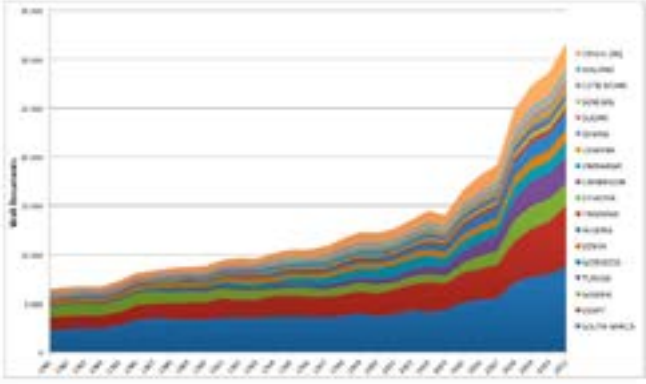
Only since 2004 Africa's share of world output has started to grow at a constant higher pace. If we look to the CAGR over a 30-year period, we see that the difference between world's growth (3,3%) and Africa's growth (5,4%) is just 2,1%. But if we take the most recent 10-year period and

retrieve patent documents that reflect the state of the art in a particular field (OCDE, 2009)

14 Tijssen (2007) points out that one possible explanation for this could be the removal of African journals from the citation indexes in this period.

look at Africa's CAGR (8,9%) and compare it with world's average (4,7%) we realize the differential has grown bigger (4,2%). In Africa, "Northern Africa" is the region that has moved faster and increased most its relative share in world output. Nevertheless, "Central" and "Southern Africa" have also started to move faster gaining bigger share recently. Africa has now (2011) a 2,51% share of World scientific production.

Figure 2: Research output trends of individual African countries (Top17*)



Source: InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI; A&HCI) *Countries with more than one percent of Africa's output.

Figure 2 illustrates that until 2004 African countries had a constant publications aggregate growth rate of approximately five percent a year. In 2004 the total number of publications originated in Africa didn't reach 15,000. From that year on, however, there is an acceleration of Africa's output. This trend has been driven mainly by South Africa, Egypt, Nigeria and Tunisia[15]. If we compare the 5-year CAGR of Africa (10,5%) and the World (5,1%) over the most recent period (2007-2011), it becomes quite clear that a convergence in scientific production with other world regions is happening now. In this most recent period only China (with a CAGR of 11,7%) is performing better.

We have also estimated the 5/10/30-year CAGR for all African countries individually between 1982 and 2011[16]. Almost all the main countries have grown above world average. Exceptions to this rule, in the last ten years, are: Morocco (research seems to have lost priority in S&T Policy – Waast, 2010), Zimbabwe (Mugabe's governance, economic difficulties and hyperinflation), Gambia (relatively small and "poor" country fustigated by coups), Eritrea (still in conflict with Egypt), Guine-Bissau (also harassed by coups), etc. In contrast, the recent growth in GDP and consequently more resources for R&D, fewer conflicts, increasing collaborations among researchers in Africa and developed world, and awareness for the creation of concrete S&T policies, may have originated the growth in publications

15 5-year CAGR: South Africa (9,6%), Egypt (12,8%), Nigeria (9,6%) and Tunisia (12%).

16 Data can be provided upon request.

in South Africa, Egypt, Nigeria and Tunisia.

An important finding is that South Africa and Egypt alone stand for more than 50% of total publications in the period of 1981-2011. There are historical influences as well-established universities in both countries (some exist for more than a century) which lead to clear advantages over those science systems where universities were established only four or five decades ago (AU-NEPAD, 2010). From these results we can conclude that there are big discrepancies in "African Science". This catch-all term "African science" is therefore dangerous because it covers a broad collection of African nations with a very heterogeneous set of research systems in terms of size, human and financial resources, scientific specialization, general objectives, and local governance structures (Tijssen, 2007).

4.1.2 – Research productivity in Africa

The absolute volume of published papers is one indicator of research activity and indirectly of research capacity. But countries have different dimensions. It is likely that countries with higher populations will have more publications. The same logic is also true in relation to Gross Domestic Product (GDP). A wealthier economy will have, in principle, more resources to invest in education and R&D; therefore a bigger propensity to publish papers is expectable. Data in Table 1 allows for a comparison of the scientific productivity (per thousand million US$ and per million inhabitants) of African countries.

Table 1: Research performance of African countries relative to GDP and population: Summary statistics (2002-2011)

	Country	GDP p. Cap	Total Docs Output			Docs/GDP*		Docs/Pop**	
		2011 (current$)	2002-2006	2007-2011	CAGR 10 (02-11)	2002-2006	2007-2011	2002-2006	2007-2011
1	SOUTH AFRICA	8 370 $	23 151	37 035	7,4%	30	40	99	150
2	EGYPT	2 781 $	16 586	26 341	9,2%	25	32	60	61
3	TUNISIA	4 297 $	5 292	11 709	13,9%	41	73	106	224
4	NIGERIA	1 502 $	4 578	10 526	11,4%	16	26	7	14
5	MOROCCO	3 054 $	5 138	6 329	3,2%	23	22	34	40
6	ALGERIA	5 244 $	3 519	7 335	12,9%	11	19	22	42
7	KENYA	808 $	3 147	5 080	7,9%	43	55	18	26
8	TANZANIA	532 $	1 540	2 637	10,3%	23	28	8	12
9	CAMEROON	1 360 $	1 571	2 596	9,3%	28	41	18	27
10	ETHIOPIA	357 $	1 447	2 509	11,3%	29	30	4	6
11	UGANDA	487 $	1 217	2 699	15,7%	29	45	9	17
12	GHANA	1 570 $	1 040	1 946	10,8%	34	40	10	16
13	SENEGAL	1 115 $	970	1 378	8,0%	35	41	18	23
14	ZIMBABWE	757 $	1 052	1 194	0,5%	42	60	17	19
15	MALAWI	365 $	608	1 196	10,4%	66	95	10	17
16	BURKINA FASO	600 $	625	1 064	11,5%	37	48	9	13
17	BOTSWANA	8 533 $	714	937	4,5%	20	23	77	95
18	SUDAN	1 435 $	526	1 122	12,9%	7	10	4	7
19	COTE IVOIRE	1 195 $	648	957	5,3%	13	17	7	10
20	ZAMBIA	1 425 $	469	853	10,4%	24	32	8	13
21	BENIN	802 $	423	800	11,5%	32	58	11	21
22	MADAGASCAR	465 $	475	807	9,3%	23	32	5	8
23	LIBYA	9 957 $	340	621	8,5%	2	2	12	20
24	MALI	601 $	357	588	10,9%	23	29	6	8
25	GAMBIA	536 $	373	439	0,3%	85	83	51	52
26	GABON	7 909 $	332	464	6,3%	12	15	49	63
27	MOZAMBIQUE	423 $	234	550	15,9%	8	13	2	5
28	NAMIBIA	3 982 $	330	382	3,6%	14	13	32	34
29	CONGO REP.	2 434 $	259	416	8,6%	14	18	15	21
30	NIGER	361 $	192	387	11,3%	18	29	3	5
31	MAURITIUS	6 929 $	246	313	3,2%	10	10	40	40
32	CONGO DEM. REP.	231 $	85	332	25,2%	3	10	0	1
33	RWANDA	583 $	165	242	25,5%	6	17	2	6
34	TOGO	588 $	73	308	9,7%	24	31	6	8
35	SWAZILAND	3 725 $	73	171	10,6%	9	18	14	33
36	ERITREA	482 $	126	96	-6,3%	32	25	6	4
37	GUINEA BISSAU	629 $	98	111	0,6%	86	94	15	15
38	GUINEA	498 $	79	119	7,2%	5	6	2	2
39	CENT AFR REPUBL	489 $	82	107	5,4%	19	22	4	6
40	MAURITANIA	1 131 $	90	91	4,9%	11	9	6	5
41	ANGOLA	3 818 $	37	117	20,6%	2	2	1	1
42	SEYCHELLES	11 711 $	58	114	20,6%	19	31	139	264
43	LESOTHO	1 106 $	78	73	9,6%	9	20	4	10
44	CHAD	823 $	39	102	2,9%	6	5	2	1
45	SIERRA LEONE	374 $	27	90	16,5%	5	12	1	3
46	BURUNDI	271 $	16	74	20,9%	8	13	1	2
47	LIBERIA	374 $	18	26	5,8%	6	6	1	1
48	CAPE VERDE	3 798 $	10	32	-	4	7	4	13
49	DJIBOUTI	1 203 $	9	26	25,9%	4	4	2	6
50	EQUATORIAL GUINEA	27 478 $	14	18	5,2%	1	1	5	5
51	COMOROS	810 $	11	19	17,5%	10	16	4	5
52	SAO TOME & PRINCIPE	1 473 $	10	9	0,0%	0	0	13	11
53	SOMALIA	-	5	10	11,6%	0	0	0	0
	NORTHERN AFRICA	-	29 411	51 457	9,4%	19	28	32	52
	CENTRAL AFRICA	-	18 023	33 439	16,1%	22	30	8	13
	SOUTHERN AFRICA	-	29 210	46 711	7,5%	27	34	26	37
	AFRICA	-	76 644	131 587	8,9%	22	30	17	27
	WORLD	-	4 502 449	5 803 473	4,7%	25	28	140	170

Source: Own calculations. World Bank. InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI; A&HCI)

* Average number of publications per GDP (constant 2000 thousand million US$)

** Average number of publications per million people

*** CAGR 10 (Compound aggregate growth rate) green if above African average, red if below World average **** The GDP per capita of Libya and Djibouti is from 2009 due to lack of data in 2011. In the event of failures in time series (GDP or Pop) the indicators are averages of data in the existing years

The 53 African countries are ranked by aggregate production between 2002 and 2011. It becomes evident that different countries have different levels of productivity. The four leading countries by output are South Africa, Egypt, Tunisia and Nigeria. From these, only Nigeria is below African average[17] in both productivity indicators analysed in the table above.

In the indicator "average number of publications per GDP" (Docs/GDP), the average African performance was below world average in 2002-2006, but has since then risen above it 2007- 2011. This means that, generally, despite the recent "impressive growth" of African GDP[18], scientific publication in Africa has grown even more[19]. Countries such as Tunisia, Malawi (very low GDP), Gambia (very low GDP) and Guine-Bissau (very low GDP) are pulling-up Docs/GDP average in Africa. Other countries like South Africa, Nigeria, Cameroon, Zimbabwe, Uganda, Ghana and Benin had also a great improvement in this indicator from one period to the other. Adams *et al*. (2010) doing the same analysis, for 2008 only, reached similar results.

However, when we turn to the indicator "average number of publications per million people" (Docs/Pop) the results are much worse for Africa[20]. Only Tunisia and Seychelles[21] are above world average (170 Docs/Pop) while other countries such as Nigeria, Tanzania, Ethiopia, Burkina Faso, Sudan, Cote d'Ivoire, Zambia, Madagascar, Mali, etc., have less than 15 Docs/Pop in the period of 2007-2011. From the three regions, "Northern Africa" is the region that has better results, and "Central Africa" is clearly the region where countries have lowest African productivity in this indicator. However, the African average in this indicator has increased more than 50% between the two periods, much more than world average. AU-NEPAD (2010) have done a similar study, but for different periods (1990-1994 and 2005-2009). The results obtained by that study in the second period were, generally, below our last period (2007- 2011). Nevertheless, the "big picture" obtained is the same.

4.1.3 - Research specialization in Africa

Countries often try to invest strategically in research areas important to their economic development. But differences in the shape and distribution of scientific output across scientific fields in different countries and regions are context-dependent. This may happen because of changing research demands, strengths of scientific establishments ("Path dependence", historical and cultural influences) as well as incentives and government funding of scientific research. Also important is the science system size, as larger science systems have the capacity for more diversity and more coverage of the full scope of sciences.

In this specialization analysis we will use the 22 *Essential Science* Indicators (22 ESI). Table 2 gives us the Top5 subject areas with higher relative specialization in African countries with more than 1% of Africa output (almost

17 This average is simply the mean of the 53 countries indicator.

18 http://www.economist.com/blogs/dailychart/2011/01/daily_chart

19 The African average is a simple average of all the countries indicators

20 It's relevant to notice that this indicator (Docs/Pop) is not biased, as the indicator Docs/GDP, by the low levels of GDP that African countries in general have. Therefore, it could be a more reliable source of measure, when comparing countries "real" productivity on scientific production.

21 Seychelles had approximately 86000 people in 2011 (World Bank, 2013)

88% of total African production in this period).

Table 2: Top5 subject areas in African nations with more than 1% of Africa output, 2007-2011

Subject areas of higher relative specialization in each African country, 2007-2011															
COUNTRY (Xi^2)/RANK	Docs	%Docs W	RCA	Docs	%Docs W	RCA	Docs	%Docs W	RCA	Docs	%Docs W	RCA	Docs	%Docs W	RCA
	1			2			3			4			5		
SOUTH AFRICA (0,39)	Plant & Animal Science			Environment & Ecology			Social Sciences, general			Immunology			Space Science		
	4 930	1,59%	3,17	2 320	1,41%	2,27	3 564	1,30%	2,05	704	1,21%	1,95	759	1,19%	1,92
EGYPT (0,22)	Pharmacology & Toxicology			Materials Science			Chemistry			Agricultural Sciences			Engineering		
	995	0,80%	2,19	1 875	0,78%	1,16	4 631	0,70%	1,65	865	0,67%	1,58	2 919	0,50%	1,41
TUNISIA (0,23)	Agricultural Sciences			Mathematics			Microbiology			Plant & Animal Science			Biology & Biochemistry		
	660	0,92%	2,45	692	0,93%	2,09	378	0,80%	1,92	1 023	0,10%	1,62	801	0,27%	1,32
NIGERIA (0,84)	Agricultural Sciences			Pharmacology & Toxicology			Biology & Biochemistry			Plant & Animal Science			Microbiology		
	1 173	0,82%	4,00	513	0,96%	2,52	1 118	0,44%	2,44	1 042	0,34%	1,85	337	0,13%	1,81
ALGERIA (0,77)	Materials Science			Mathematics			Engineering			Physics			Chemistry		
	368	0,10%	2,67	514	0,92%	2,07	1 509	0,35%	2,40	1 207	0,34%	1,85	1 418	0,31%	1,67
MOROCCO (0,30)	Mathematics			Geosciences			Chemistry			Agricultural Sciences			Environment & Ecology		
	571	0,15%	3,19	365	0,71%	1,91	1 873	0,10%	1,67	194	0,15%	1,33	200	0,19%	1,15
KENYA (1,38)	Immunology			Agricultural Sciences			Environment & Ecology			Plant & Animal Science			Microbiology		
	290	0,45%	5,38	480	0,37%	4,23	564	0,34%	3,90	457	0,27%	3,06	208	0,25%	2,46
UGANDA (1,46)	Immunology			Environment & Ecology			Agricultural Sciences			Microbiology			Social Sciences, general		
	253	0,10%	8,24	210	0,15%	3,81	144	0,13%	2,34	101	0,11%	2,33	206	0,10%	2,17
TANZANIA (1,01)	Immunology			Environment & Ecology			Agricultural Sciences			Social Sciences, general			Plant & Animal Science		
	118	0,18%	3,35	261	0,16%	3,09	180	0,12%	2,48	314	0,11%	2,45	285	0,09%	2,02
CAMEROON (0,49)	Agricultural Sciences			Immunology			Pharmacology & Toxicology			Microbiology			Plant & Animal Science		
	301	0,10%	3,41	79	0,12%	2,87	132	0,13%	2,42	100	0,10%	2,30	104	0,10%	2,18
ETHIOPIA (1,26)	Agricultural Sciences			Plant & Animal Science			Environment & Ecology			Social Sciences, general			Geosciences		
	368	0,19%	4,27	485	0,16%	3,00	258	0,15%	3,49	307	0,11%	2,51	158	0,09%	2,15
GHANA (1,13)	Agricultural Sciences			Environment & Ecology			Immunology			Social Sciences, general			Microbiology		
	230	0,14%	5,22	201	0,12%	3,64	69	0,10%	3,13	216	0,08%	2,49	75	0,08%	2,32
SENEGAL (0,41)	Microbiology			Immunology			Agricultural Sciences			Geosciences			Plant & Animal Science		
	78	0,08%	3,40	52	0,08%	3,33	79	0,08%	3,17	74	0,05%	2,90	139	0,04%	2,80

Source: Own calculations; InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI)

* RCA = Share of a country's papers in a given field relative to the share of world papers in that field

** Bold above 1,50. Considered here to be relative high specialization at the country level.

*** %Docs W = World percentage of publications in a subject area.

**** Xi^2 = Chi-square of sectoral specialization. This measure provides a ratio to assess whether a country is "specialized" or "not specialized". It grows with the specialization intensity of a country.

Countries are ranked by total output between 2007 and 2011, and the five scientific areas are ordered by revealed comparative advantage (descending order). It is clear that research specialization is different across African countries. Countries like Uganda (1,46), Kenya (1,38), Ethiopia (1,26), Ghana (1,13) and Tanzania (1,01) are highly specialized in some specific areas: Environment & Ecology, Agricultural Sciences and Immunology; and others such as Egypt (0,22), Tunisia (0,23), Morocco (0,30) and South Africa (0,39) are not so relatively specialized[22].

22 It is important to remember that not all the subject areas have the same propensity for publication. For example, Clinical Medicine is generally the subject area with more output of these 13 countries (only in Egypt (Chemistry), Algeria (Engineering) and Ethiopia (Plant & Animal Science) this doesn't happen), nevertheless this subject area doesn't appear at all on this table of relative specialization (Clinical Medicine world publication output is also very high).

Another way to look at these results is to invert the previous table 2 and see which subject areas are more relevant in each country (Table 3 on appendix). South Africa is the only country that appears in all 22 ESI Top5. Apart from demonstrating their dominance in Africa, it shows that the distribution between subject areas is quite evenly spread.

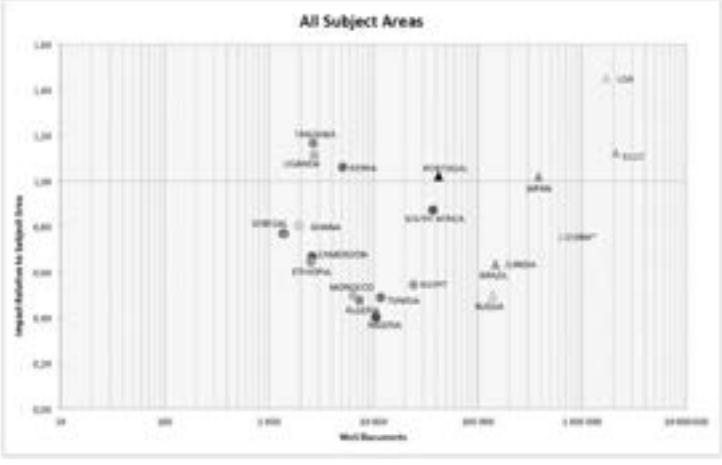
The areas with bigger aggregate output from Africa relatively to the world are: Agricultural Sciences (5,12%), Immunology (4,58%), Plant & Animal Science (4,34%), Environment & Ecology (4,21%), Microbiology (3,58%), Geosciences (2,96%), Social Sciences (2,70%) and Pharmacology & Toxicology (2,62%)[23].

4.1.4 – Scientific output vs. Impact relative to subject area and evolution of impact

To compare the scientific production and the impact of African Countries, with the rest of the World, we have used again the 22 ESI.

Figure 3 will show the scientific production versus impact, in the most recent aggregate period (2007-2011), for African countries with more than 1% of Africa's total scientific output, and also some benchmark countries (USA, EU27, Russia, China, Brazil, India, Japan and Portugal). "Impact" is accounted for CXC, which means, "Impact relative to subject area"[24].

Figure 3: All subject areas: Scientific production vs. CXC (2007-2011)



Source: Own calculations; InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI)

In terms of output, South Africa and Egypt are the leading countries. Regarding CXC, the "average" trend is clearly positive, from 0,50 in 1998-2002 to 0,69 in 2007-2011. Tanzania, Uganda and Kenya are the "stars", Kenya

23 Areas above African average world percentage.

24 We have also data about the evolution of CXC in each African Country and their standard deviation, between 2002-2006 and 2007-2011, which can be provided upon request.!

with higher output of the three and Tanzania with highest growth rate in CXC. Kenya is a special case; it has high impact on two (Clinical Medicine – 1,26 and Social Sciences – 1,29) of its five most prolific subject areas, and it is close to world average in the other subject areas.

Figures 4, 5, 6, 7 and 8 (on appendix) present the Top5 ESI subject areas where Africa, as a whole, has more world output (all above 3,58%)[25]. Immunology is the aggregate African subject area with higher CXC[26]. South Africa, Tanzania and Ghana have high impact (>1,20) in 2007- 2011. Successful research in major infections such as HIV and Malaria may explain this results.

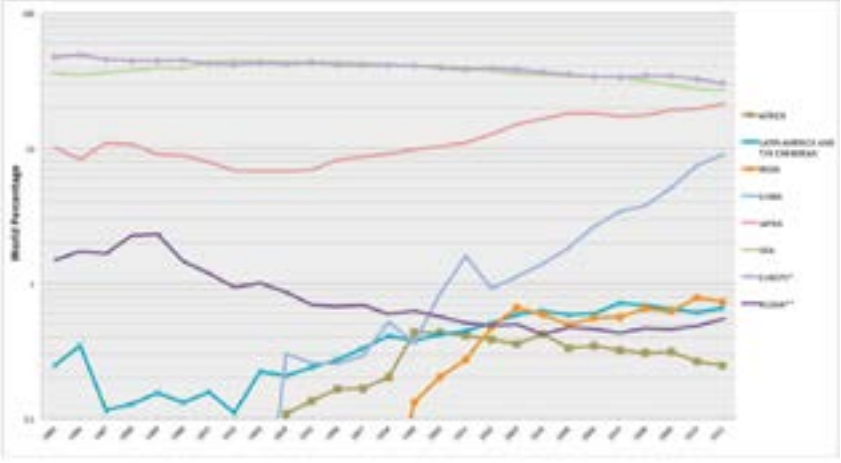
A relevant conclusion is that the language legacy of colonial countries is relevant when measuring the CXC "average". African countries influenced by the "British Empire" as Tanzania, Uganda, Kenya, South Africa and Ghana have relatively high impact on their publications than the other African countries on this sample (Nigeria is the exception). Because nearly all scientific journals in SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI are written in English, researchers with English as native language and with linkages that can materialize in co- publications with British/North American researchers, seem to have an advantage in scientific impact relatively to African non-native English speakers.

4.3 – Patent analysis

4.3.1 – General developments and trends

The discrepancies between the world regions are much higher in patenting activity than in research activity. Africa, for example, has in 2011 about 0,25% of the PCT applications world output, against 2,51% of world research output in the same period. Figure 4 shows that Africa started to have some significance since 1999, but thereafter their World share has been decreasing

Figure 4: Trends in PCT international applications by countries/regions (shares as world percentage) from 1985 to 2011



Source: WIPO Statistics Database. *Europe includes the 53 countries referred by WIPO, less Russia.

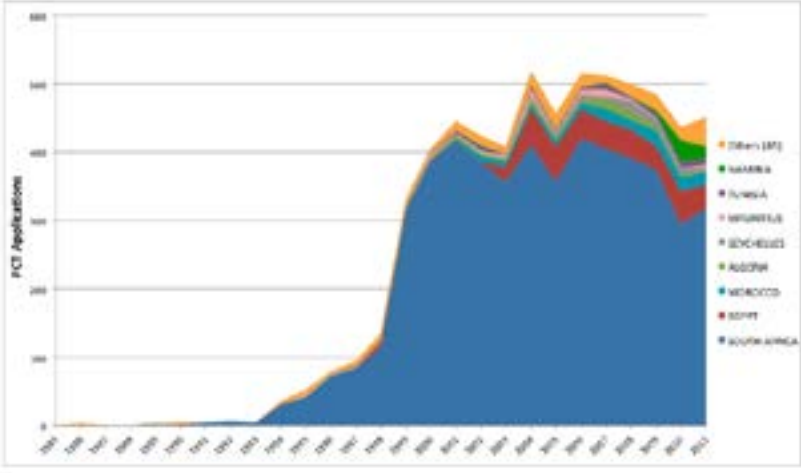
25 Other subject areas can be provided upon request.

26 It seems reasonable to argue that in certain subject areas the amount of output we are dealing with is too small to perform calculations about the CXC

We have to keep in mind that the PCT system only illustrates a part of the patent applications made by the African countries. For example, if we look at the African share on the granted patents in USPTO and EPO patent systems results are even lower. On USPTO between 2006 and 2010 all African countries together only represent 0,07% of the total granted patents. On EPO, in the same period, African represented slightly more (0,11% of the total granted patents). South Africa alone accounts for 84% and 87%, respectively, of total grants from Africa[27] in those two systems. This may be related with the low "quality" of African patent applications (they are not granted), or with the high cost of going to national phases (discourages African applicants).

This uneven distribution in Africa may be observed in figure 5 where South Africa, in the period analysed, represents 82,3% of the total PCT international applications.

Figure 5: PCT international applications of individual African countries (Top8*



)

Source: WIPO Statistics Database

*Countries with more than one percent of Africa's output

The number of countries (8) with more than one percent of African PCT share is also smaller than in the bibliometric analysis (17). This may also be a proof of the unequal distribution of patenting activity in Africa.

Surprisingly, Seychelles, Mauritius and Namibia are in this Top8. These are all countries with relatively low population (Namibia is the bigger with 2,3 million in 2011[28]) and in this period they had respectively 66, 65 and 61 PCT applications. Namibia is a special case because the last two years have been the only ones with substantial patenting activity. Seychelles and Mauritius PCT applications might be related with offshore schemes to minimize taxes[29].

27 Data provided by the Trilateral Co-operation (See: http://www.trilateral.net/statistics/grants.html)

28 (World Bank, 2013)

29 An example of the type of services offered by this offshore companies can be seen here: http://www.conpak.com/Offshore-Company- Incorporation.html

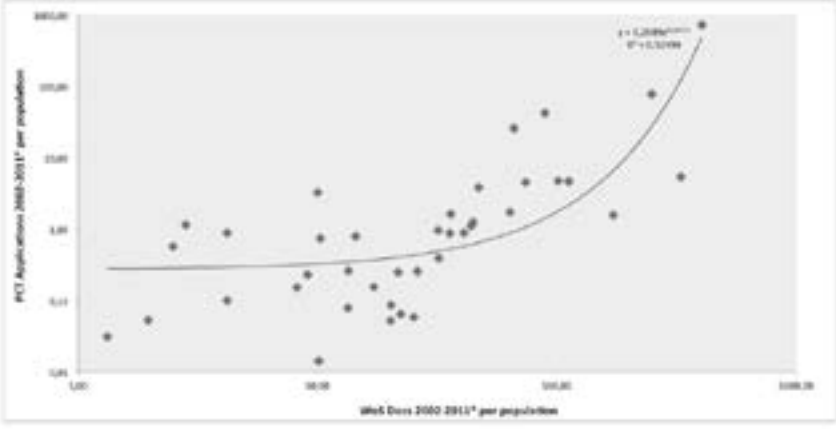
Regarding technological specialization, South Africa is the only country where the results have some statistical significance. The other countries have too few PCT Publications to draw serious conclusions about this analysis. Of the 35 areas, the only area where all African countries together have more than one percent of world patent share is "Civil Engineering" (South Africa alone accounts for 0,96%). In contrast, African representation in areas such as "Micro-structural and nano-technology", "Optics" and "Digital Communication" are less than 0,1% of the world share[30].

4.4 – Scientific publications versus international patent applications per population

The interactions between science-industry systems are a crucial aspect of the knowledge-based economy. We now understand that the first linear models of innovation "science-push" (there is a causal relation from basic science to technology and than market) and "demand-pull" (that the needs of the market define the new innovations) are just a partial view, because they forget that innovation and new ideas can emerge from many different sources of knowledge.

In the next graph we don't intend to establish any causality between scientific publications and patent applications. We merely wish to analyse the statistical patterns that this indicators exhibit. In figure 6 we relate bibliometric (WoS Publications 2002-2011) and patent data (PCT Applications 2002-2011).

Figure 6: Log-log plot of WoS publications per million people versus PCT applications per million people



Source: Own Calculations; InCites/Thomson Reuters (SCI-EXPANDED; SSCI; A&HCI); WIPO Statistics Database

*Only African countries with one or more PCT applications are in this plot

**The exponential regression was computed using the trendline function of Microsoft Excel.

30 Results can be provided upon request

In a two-dimensional plot in log-log scale it is possible to define an exponential regression , which correlates the two series. This means that for each new publication per million people, PCT applications per million people increase by 0,37%. Though relatively small, the coefficient of determination (R2) is higher in this type of regression than in any other type of possible first order regressions (linear, logarithmic, power). The coefficient is 0,04 (rounded) and the t statistics is 6,4, with an associated p value of 0,000. Seychelles[31] and Tunisia are the countries in better position on this analysis.

Albuquerque (2004) computed a similar analysis for 120 less developed countries. His results were quite comparable, but instead of an exponential regression, he defined two different stages of development. In the first stage, the power function grows with a positive trend but in a much smaller scale than the second stage. His data also suggests a non-linear dynamics. As the scientific production grows, the more a country is able to transform scientific information into technological inventions (seen here as PCT applications).

5 - CONCLUSIONS

Africa has relative distinct behaviours on publication and patent production. Africa's share of world science has started to rise since 2004. Countries like South Africa, Egypt, Nigeria and Tunisia are driving that output increase. South Africa and Egypt alone have contributed to more than 50 % of Africa's output since 1981 and the Top10 countries to about 85% of this output.

When we analyse the relative scientific output in terms of GDP (Docs/GDP) and population (Docs/Pop) the results show quite distinct situations. The African productivity relative to GDP is close to world average and is rising. South Africa, Tunisia and some countries with smaller GDPs such as Kenya, Zimbabwe or Malawi are the most important contributors to this increase. However, the African productivity relatively to his population is well below world average. In particular the Central African countries have extremely low productivity, while only Tunisia and Seychelles are above the world average.

As regards the analysis of research specialization, we have seen that the two most prolific African nations in all subject areas are South Africa and Egypt (with the exception of "Agricultural Sciences" where Nigeria performs best). Additionally, countries as Kenya and Uganda are specialized in a few specific areas (Immunology, Environment & Ecology and Agricultural Sciences), and others (such as Egypt and Morocco) have a more disperse distribution between subject areas.

In the scientific impact analysis we have examined, in depth, the CXC evolution of the 22 ESI of the African countries with more scientific output, and compared the scientific production of these countries with others outside Africa. The general trend of the CXC is positive between 2002 and 2011, mainly in areas such as "Mathematics" and "Immunology". When we compare African countries with other relevant nations we see that only South Africa performs well, although in many subject areas ("Immunology", "Microbiology", "Environment & Ecology", etc.) there are other African countries (Tanzania, Ugan-

31 Seychelles can be interpret here as an outlier due to its relatively small dimension. If removed, one power function or two as Albuquerque (2004) could be more appropriate to define the relation between variables.

da, Kenya, etc.) whose scientific impact was higher than the World average.

In addiction our results have shown that relatively high levels of RCA in few scientific disciplines, and English language cultural heritage, may lead to research output with higher impact.

Regarding the patent analysis, the results have shown that African relative world output is much worse for PCT applications (0,25%) than for scientific publications (2,51%) in 2011. The main contributor is again, by far, South Africa with 82,3% of total output over the period analysed and the world patent share of Africa has slightly declined since 1999.

Finally, as Albuquerque (2004) also showed, there seems to be a non-linear (exponential) dynamics between publication output and patent output. As the scientific production grows, the capacity of the technological sector also increases, becoming more able to create technological inventions (patents). Improvements in the scientific infrastructure may be a precondition for the beginning of a catching up process.

As we have seen, Africa is too diverse to follow one set of policies. Each country must evaluate what already exists and, with a realistic vision (Lundvall, 2009), develop their knowledge frontiers to respond to local circumstances and opportunities. The strategic focus for Africa could therefore be to generate research that has immediate local use. Achieving this goal will require a focus on building a new generation of universities, which are focused on problem- solving and hold direct links with enterprises and local communities. It is through such strategies that Africa will be able to make its own unique contributions to the global scientific and technological enterprise. The most natural strategic bet, seems to be, to efficiently convert their wealth in natural resources into education capabilities and a better knowledge base (both scientific knowledge and good practice know-how) for agriculture, water quality, soil erosion, health, energy supply and use of natural resources. African countries have begun to understand that, without investment in S&T, the continent will stay on the periphery of the global Knowledge-based economy on the long term (UNESCO, 2010).

As specified in the last Human Development Report, one of the most powerful instruments for Human Development is education. Education boosts people's self-confidence and enables them to find better jobs, engage in public debate and make demands on government for health care, social security and other entitlements (UNDP, 2013). More investment in R&D will not only respond to problems of the society but also give the researchers/professors better capabilities and knowledge to teach and educate the new generations. A long-term vision is needed to promote such virtuous cycle.

Since this work was made in a macro perspective, based on S&T international output indicators, there was some lack of understanding about the specificities of the African S&T system. To complement this quantitative analysis with a more qualitative approach (investigating the S&T institutions of Africa and their interactions) would certainly enhance this study.

6 – REFERENCES

1. Adams, J., King, C., & Hook, D. (2010). Global research report: Africa. Leeds: Thomson Reuters. From: http://sciencewatch.com/grr/africa

2. Africa Progress Report (2013). Equity in Extractives: Stewarding Africa's natural resources for all. Africa Progress Panel. Geneva. Switzerland.

3. Albuquerque, E. M. (2004). *Science and technology systems in less developed countrie*s. In Moed, H.F. (2004). Handbook of Quantitative Science and Technology Research, pp. 759-778, Kluwer Academic Publishers

4. Archibugi, D., Coco, A., (2004). A new indicator of technological capabilities for developed and developing countries (ArCo). *World Development* 32 (4), 629–654

5. Arunachalam, S. (2004). Science on the periphery: Bridging the information divide. In Moed, H.F. (2004). *Handbook of Quantitative Science and Technology Research,* pp. 163-183, Kluwer Academic Publishers

6. AU-NEP AD (2010). *African Innovation Outlook 2010,* AU–NEP AD, Pretoria.

7. Bornmann L, Leydesdorff L (2013) Macro-Indicators of Citation Impacts of Six Prolific Countries: InCites

Data and the Statistical Significance of Trends. PLoS ONE 8(2): e56768. doi:10.1371/journal.pone.0056768

8. Docquier, F., Lohest, O. & Marfouk, A. (2007). Brain drain in developing countries. Discussion Paper, 2007- 4.

9. Fagerberg, J., Godinho, M. M. (2004). Innovation and Catching-up in Fagerberg, J., Mowery, D., Nelson, R. (Eds.), *The Oxford Handbook of Innovation* (Oxford: Oxford University Press) pp. 514-544

10. Fagerberg, J., Srholec, M., Knell, M., (2007). The competitiveness of nations: why some countries prosper while others fall behind. *World Development* 35 (10), pp. 1595–1620.

11. Griliches, Z. (1990). "Patent Statistics as Economic Indicators: A Survey". *Journal of Economic Literature*, Vol. 28, pp. 1661-1707

12. Hassan, M.H. (2002). Science and Africa's Salvation. Project Syndicate. From: http://www.project- syndicate.org/commentary/science-and-africa-s-salvation

13. Hinze, S. & Schmoch, U. (2004). Opening the Black Box. Analytical approaches and their impact in the outcome of statistical patent analysis. In Glanzel, W., Moed, H.F. & Schmoch, U. (2004). *Handbook of Quantitative Science and Technology Research,* pp. 215-235, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht/Boston/London.

14. InCitesTM Thomson Reuters. (2012). InCites Manual

15. InCitesTM Thomson Reuters. (2013). Data Processed March, 2013. Data Source: Web of Science. This data is reproduced under a license from Thomson Reuters to the University of Lisbon.

16. Irikefe, V., Vaidyanathan, G., Nordling, L., Twahrirwa, A., Nakkazi, E., Monastersky, R. (2011). The view from the frontline. *Nature*. Vol. 474. pp. 556-559

17. Lundvall, B-Å. (1992) (ed.). *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive learning,* London: Pinter.

18. Lundvall, B-A. (2009), Innovation in Africa – Towards a realistic vision. African Journal of Science, Technology, Innovation and Development. Vol. 1, No. 1, pp. 212-219.

19. Merton, R. (1968). The Matthew Effect in Science. Science, New Series, Vol. 159, Mo. 3810. pp. 56-63.

20. Moed, H. F. (2005). *Citation analysis in research evaluation,* Dordrecht, Springer.

21. Nchinda, T.C. (2002). Research capacity strengthening in the South. *Social Science & Medicine,* 54, pp. 1699- 1711.

22. NEPAD (2003), *Declaration of the First NEPAD Ministerial Conference on Science and Technology.* 7thNovember 2003, Johannesburg, South Africa.

23. OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development) (2009). OECD Patent Statistics Manual, OECD, Paris

24. Pouris, A. (2010). A scientometric assessment of the Southern Africa Development Community: science in the tip of Africa. *Scientometrics*, 85 (1), pp. 145-154

25. Pritchard, Alan, (1969). Statistical Bibliography or Bibliometrics? *Journal of Documentation*, 25(4) Dec 1969, 348-349.

26. The Economist (2013a). Africa Rising: A hopeful continent. Special Report: Emerging Africa. From: http://www.economist.com/news/special-report/21572377-african-lives-have-already-greatly-improved-over- past-decade-says-oliver-august

27. The Economist (2013b). Guinea-Bissau, Guinea and Sierra Leone: Tired of War. Why fighting across much of the continent has died down in recent years. *Special Report: Emerging Africa.* From: http://www.economist.com/news/special-report/21572378-why-fighting-across-much-continent-has-died- down-recent-years-tired-war

28. Tijssen, R. J. W. (2007). Africa's contribution to the worldwide research literature: New analytical perspectives, trends, and performance indicators, *Scientometrics*, 71(2). pp. 303-327

29. UNDP (United Nations Development Programme) (2013). Human Development Report 2013. The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World. New York: United Nations.

30. UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) (2010). Sub-Saharan Africa. In UNESCO Science Report 2010: The Current Status of Science around the World. pp. 279-319. UNESCO Publishing

31. van Leeuwen, T. (2004). Descriptive versus Evaluative Bibliometrics. In Glanzel, W., Moed, H.F. & Schmoch, U. (2004). *Handbook of Quantitative Science and Technology Research*, pp. 373-387, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht/Boston/London.

32. van Raan, A. F. J. (2004). Sleeping beauties in science. *Scientometrics*, 59, 467–472

33. van Raan, A. F. J. (2003). The use of bibliometric analysis in research performance assessment and monitoring of interdisciplinary scientific developments. Technikfolgenabschätzung-Theorie und Praxis/Technology Assessment-Theory and Practice, 1, 12, March 2003, p. 20-29

34. Waast, R. & Rossi, P-L. (2010). Scientific Production in Arab Countries: A Bibliometric Perspective. *Science Technology & Society*, 15: 339

35. World Bank (2013). World Development Indicators Database. http://databank.worldbank.org/ Accessed on March 2013.

36. World Intellectual Property Organization (WIPO). (2013). 2013 PCT Yearly Review. Switzerland. From: http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/pct/

37. Zegeye, A. & Vambe, M. (2006). Knowledge production and publishing in Africa. *Development Southern Africa*, 23:3, 333-349

A educação bilingue em Angola e o lugar das línguas nacionais

Mateus Chicumba

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente trabalho tem como proposta para a discussão o tema sobre "A Educação Bilingue em Angola e o Lugar das Línguas Nacionais".

Angola é um país que apresenta um património de grande diversidade multicultural e multilinguístico que constitui um manancial valioso que, através da política educacional de integração procura preservar e proteger do fenómeno da globalização, conferindo-lhe, assim um papel relevante para a sua contribuição no desenvolvimento sustentado e harmonioso da sociedade.

A inserção das línguas nacionais, línguas maternas da maioria autóctone, no sistema de ensino que, desde os primórdios da educação colonial ao período pós-independência do país reivindicavam um espaço no contexto educacional, encontram no actual sistema de ensino bilingue uma substância para a sua conversão, isto é, de línguas do reportório verbal (oralizantes, sem escrita convencional) para o espaço grafológico, e consequentemente desambiguar à educação monolingue, em que predominava a língua portuguesa como sendo única do ensino.

Neste contexto, no processo de Reforma Educativa de 2001ficou demostrada a pertinência de se tornar efectivas às mudanças no domínio da política linguística da educação, permitindo a criação de bases ideológicas e metodológicas necessárias para a introdução das línguas nacionais no sistema de ensino. Sendo línguas de características regionais seriam escolarizadas nas respectivas zonas de influência, nomeadamente Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Côkwe, Nganguela, Oshykwanyama e Fyote.

Assim, nesta exposição serão abordados aspectos como as principais características geográficas da República de Angola e das línguas nacionais, breve reflexão sobre a língua portuguesa e a sua tendência glotofágica, algumas considerações sobre a educação no período colonial e pós-independência e a reforma educativa/2001, sobre educação bilingue e no fim uma nota conclusiva.

1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE ANGOLA

Considerado o quarto maior país de África e o maior estado dentre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Angola é um país que se situa na região Austral de África, com um extenso território calculado em 1.246.700 Km2. As suas fronteiras delimitam-se com a República do Congo (Brazzaville) e República Democrática do Congo (Kinshasa - RDC) a norte; a leste com a República da Zâmbia e também da RDC; a sul com a República da Namíbia e a oeste com a costa sul do Oceano Atlântico. Este território é habitado por uma população calculada, aproximadamente em "vinte milhões de habitantes", segundo (I.N.E.-Angola, 2011), com uma repartição político-administrativa de 18 províncias, 164 municípios e 536 comunas.

É um território de grande diversidade pluriétnico, etnolinguístico e multicultural resultado das dinâmicas e históricas migrações civilizacionais seculares africanas e europeias. Os seus habitantes são maioritariamente de origem bantu, constituídos etnologicamente por seis línguas africanas e as suas respectivas variantes e os nativos de etnia khoisan, representando actualmente, a considerada "minoria étnica" da população angolana. Reside, igualmente neste território cidadãos de origem caucasiana, especialmente portugueses e seus descendentes, cuja língua (português) é a oficial do país.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS[1]

O mapa de distribuição etnolinguístico demostra a regionalização das línguas nacionais, definidas como "as línguas usadas histórica e secularmente pelos povos que habitam o território nacional, independentemente do número de falantes, enquanto veículo de transmissão das suas mensagens e integrarem as comunidades linguísticas angolanas, cabendo ao estado promover o seu desenvolvimento e difusão", (*Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais*, 2004: pp. 6-8).

A sociedade angolana está classificada em três grandes grupos etnolinguísticos fundamentais, "os povos de origem Bantu, constituem a esmagadora maioria da população, os Khoisan ou Hotentotes (etnia não bantu), tidas como minorias da população e os Caucasianos que constituem as minorias europeias, (Macedo, at al. 2005).

A população autóctone, segundo a classificação rediniana[2], subdivide os

1 Esta matéria foi extraída da minha dissertação de mestrado, capítulo II (*O Contexto Sociolinguístico e Cultura de Angola*: pp. 22-33).

2 Redinha, José (1953: p.159). *Subsídios para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda "Profond connaisseur des coutumes et de l'âme indigènes, (...) l'ethnographie, le folklore, les langues et dialectes*

principais grupos etnolinguísticos nos seguintes termos: "povo bantu – Kikongo, Kimbundu, Lunda-Kioko, Umbundo, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ambó, Herero e Xindonga. Povos não-Bantu – Koisan ou Hontetote-Bochimane e Vatua", (Redinha, J. 1962: pp. 11-20).

Nesta repartição, as regiões sedentárias das etnias continuam inalteráveis e apresentam características próprias. Cada grupo étnico expressa-se por intermédio de uma identidade cultural distinta, idioma próprio e as respectivas variações linguísticas que permitem estabelecer relações de pertença entre si e expressar laços de fraternidade e comerciais com os seus semelhantes, nutrindo o respeito mútuo e o princípio de integridade territorial de cada povo.

Nesta perspectiva, salienta Coelho, J. (2004) que "as línguas nacionais durante a época colonial estavam confinadas ao seu âmbito regional, além de restringidas eram desqualificadas para uso nos meios urbanos de tal forma que a população urbana tinha vergonha de expressar-se na sua própria língua".

A tendência da administração colonial de inculcar o paradigma da cultura europeia aos africanos levou a que ignorasse a existência das línguas nacionais, começando pela sua exclusão do sistema de ensino e nos meios de comunicação oficiais do país, relegando esse papel exclusivamente à missão cristianizadora.

Para uma apreciação consentânea do posicionamento dos grupos étnicos, descreve-se as principais particularidades etnolinguísticas e as suas respectivas comunidades.

2.1 O povo Mbundu

Os mbundu (ambundu), que se exprimem em kimbundu, a terceira língua mais falada, com cerca de três milhões de falantes, estabelecem-se maioritariamente na zona centro-norte, nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Malanje e uma parcela do Kwanza-Sul. O kimbundu é uma língua com grande relevância, por ser a língua tradicional da capital do País e do antigo Reino dos N'gola. Legou muitas palavras à língua portuguesa e importou desta, também, muitos vocábulos. Este povo se encontra restringido nos limites geográficos do território, isto é, não se localizam outros grupos para lá dos limites transfronteiriços.

De acordo com Manoel, V. (sd), são representados pelas seguintes etnias: "Njinga, Mbamba, Nbaka e Ngola". Estes grupos também se desdobram em "Ambundo, Luanda, Hungo, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Ngola, Bondo, Bangala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Songo, Bambeiro, Quissama, Libolo, Quibala, Haco e Sende".

2.2 O povo Ovimbundu

O grupo étnico bantu mais numeroso é o dos ovimbundu, que se confina na região centro-sul do país, nas províncias de Benguela, Huambo e Bié e uma parcela do território da província do Kwanza Sul. Este grupo expressa-se tradicionalmente em umbundu, a segunda língua mais falada no território nacional (a seguir ao português), contabilizando, sensivelmente quatro milhões de fal-

antes. A sua densidade populacional é justificada pelo facto de, à semelhança dos kimbundu, ocupar unicamente os espaços territoriais de Angola.

Segundo Redinha, J. (1962: p.15), as etnias inerentes aos ovimbundu são as seguintes "Mbanlundu, Ngoongo e Yaka". Apresenta sub-grupos como "Bieno, Bailundo, Sele, Sumbe, Mbui, Quissanje, Lumbo, Dombe, Hanha, Ganda, Uambo, Sambo, Caconda, Chicuma". Além destes, existem ainda outros subgrupos minoritários, não mencionados aqui.

2.3 O povo Bakongo

A população Bakongo concentra-se na parte norte do território, ocupando as províncias do Uíge, Zaire e Cabinda. A língua kikongo (ou kikoongo) era a língua do antigo Reino do Congo e é falada nas regiões transfronteiriças, especificamente na República Democrática do Congo (Kinshasa), República do Congo (Brazzaville) e uma parte da República do Gabão. É um grupo numeroso também, com um senso aproximado de dois milhões de almas.

As etnias constituintes dos Bakongo são: "Kongo do Sul, Kongo do Sudoeste e Kongo do Oeste (que integra Ibinda, Fiote/Fioti, Kiyombe e Kiwoyo localizadas especialmente em Cabinda), Ndingi, Mboka, Kisikongo, Kizombo, Kindibu, Kimanyanga, Mbala e Vungunya. Os pequenos grupos são constituídos por Vili, Iombe, Cacongo, Oio, Sorongo, Muchicongo, Sosso, Congo, Zombo, Iaca, Suco, Pombo, Guenze, Paca e Coje", (Redinha, J., 1962: p. 11).

2.4 O povo Côkwe

Os kioko (tchokwe) ocupam a parte leste do território, designadamente às províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e do Moxico, e expressam-se tradicionalmente em côkwe, língua que se tem vindo a se destacar em relação a outras da zona leste do país. Esta população é extensiva, encontrando-se igualmente noutros países africanos, como a República Democrática do Congo e República da Zâmbia. A sua população é contabilizada, aproximadamente em um milhão de habitantes.

"O Minungo, Ulanda, Ukhongo, Lunda, Luvale" são as etnias que comportam os tchokwe. Subdividem-se também em pequenos grupos como "Lunda, Lunda-Lua-Chinde, Lunda-Ndembo, Quioco, Mataba, Cacongo e Mai", (ibidem, p. 14).

2.5 O povo Nhaneka-Humbe (Oshykwanyama)

O Nhaneka- Humbe, (Oshykwanyama ou kwanyama) é uma outra etnia de origem bantu, cujas línguas são faladas nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e uma zona do Kwando-Kubango. É um povo transfronteiriço, encontrando-se numerosas populações na vizinha República da Namíbia. A sua densidade populacional é de três milhões de habitantes.

Na óptica de Redinha, J. (1962: p.18), detém as seguintes bases étnicas, "Nyaneka, Humbe, Mwila, Ngambwe, Handa, Cipungu, Cilengue, Oshiwam-

bo, Kwambi e Nbandja. Repartem-se em: Muila, Gambo, Humbe, Donguena, Hinga, Cuancua, Handa (Mupa), Handa (Quipungo), Quipungo, Quilengue-Humbe, Quilengue-Muso. Por analogia, incluir-se-ão neste os grupos Ambó, Herero e Xindonga, cuja divisão se segue: "Grupo Ambó – Vale, Cafima, Cuanhama, Cuamato, Dombondola e Cuangar. Grupo Herero – Dimba, Chimba, Chavicua, Cuanhoca, Cuvale e Cuendelengo. Grupo Xindonga – Cussu".

2.6 O povo Nganguela

Considerado um dos idiomas do tchokwe (côkwe), é basicamente constituído pelos povos guerreiros dos tchokwe que habitam no sudoeste do território, nas margens do rio Kubango, vivem maioritariamente no município do Kuvango, província da Huíla, uma parcela nas províncias do Moxico e Bié e na província do Kwando-Kubango. A população é estimada em cerca de um milhão de habitantes.

Nganguela é composta pelas etnias "Lukazi, Luyana, Kwandi, Mbowe, Mdundulu, Imilangu, Mishulundu, Mashi, Kwandu do Norte, Kwandu do Sul, Mbangala, Yongo, Ngandyera, Kwambi, Nkumbi e Nkumbi-mulondo. Integram os subgrupos Luimbe, Luena, Lovale, Lutchaz, Bunda, Ganguela, Ambuela-Mambumba, Engonjeiro, Ngonielo, Mbande, Cangala, Iahuma, Gengista, Ngoia, Camachi, Ndungo, Nhengo, Nhemba e Avico", (ibidem: p.17).

2.7 O povo Khoisan (não bantu)

Os khoisan habitam na região sul de Angola, são povos de origem não bantu que falam línguas específicas desse grupo chamado "san", também conhecidos de bosquímanos. Este povo representa as minorias do território angolano e preservam ainda hábitos, usos e costumes do nomadismo.

Apesar de ser a etnia menos representativa, se reparte em "Bolo, Holu, Diriku, Kwadi, Zorotua, Kwangali, Vasorontu, Sambyu e Khwe. Os seus subgrupos são os Bochimane, Cazama, Vatua, Cuissi e Cuepe", (ibidem: p.20).

Estes povos são considerados primeiros habitantes nómadas a povoar o território angolano e, actualmente, localizam-se reduzidos grupos dispersos nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Kwando-Kubango.

2.8 O povo caucasiano (europeus)

"A população caucasiana, maioritariamente de origem portuguesa, povoam densamente as grandes cidades e tem o português por língua materna, com uma predominância de, aproximadamente 3% da população angolana", (Nzau, D. at. all. 2002).

Angola não desenvolveu uma única língua de comunicação nacional homogénea, à semelhança do crioulo como aconteceu em muitos países da lusofonia, preservando este papel à hegemonia da língua portuguesa que é caracterizada por uma estratificação regional, cunhada de todos os substratos linguísticos de influência (português Benguelense, Huambense, Luandense e Sulista).

O mapa abaixo desenha com certa clarividência às regiões de predominância etnográfica, apesar de, obviamente, ter havido, migrações em massa da população devido ao conflito armado que abalou o país, (Angola Ethnic Map. 1970).

Angola Ethnic map 1970-pt.svg

3. REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

A língua portuguesa é um veículo de comunicação e de relacionamento entre os vários grupos etnolinguísticos de Angola e é reconhecida, institucionalmente como língua oficial do país, por conseguinte, língua de escolarização, dos órgãos de comunicação social (fundamentalmente a imprensa escrita), do comércio e de comunicação no exército. Esta condição resulta de um período longo da história de convivência entre os povos Luso-Angolano.

Neste contexto, a língua portuguesa é a única língua oficial estabelecida pela legislação angolana, "adoptada num processo comum à grande maioria dos países africanos que assumiram a identidade linguística do colonizador, por necessidades de interacção social", (Fernandes, J. at. all. 2002).

A conjuntura sociolinguística do país permitiu uma rápida expansão da língua portuguesa entre a comunidade local que, por um lado, é resultado da limitação impositiva do uso das línguas nativas em todas as esferas de eventos oficiais, e por outro lado, a sociedade há muito clamava da necessidade de um instrumento de comunicação linguística unificadora da nação.

Em Angola, particularmente, "deu-se um facto pouco comum de uma intensa disseminação do português entre a população angolana, a ponto de haver uma expressiva parcela da população que tem como sua única língua a portuguesa", (ibidem, 2002).

A este respeito, salienta Vieira, L. (2011) que "também se reconhece a indispensabilidade de o colonizado conhecer a língua do colonizador, sob pena de ser relegado à condição de estrangeiro do e no seu próprio país".

Muitos e variados são os factores apontados como elementos-chave que contribuíram, substancialmente para a propagação do português como os factores políticos, económicos e sociais.

Entende-se também nesta acção que, segundo Fernades, J. at. all. (2002), "o português como língua de comunicação corrente propiciou a veiculação de ideias de emancipação em certos sectores a partir de meados do século XX; facilitou a comunicação entre pessoas de diferentes origens étnicas; durante a guerra colonial, facilitou a expansão da consciência nacional; de instrumento de dominação e clivagem social entre o colonizador e o colonizado, adquiriu um carácter unificador entre os diferentes povos de Angola".

No período pós-independência, a língua portuguesa transformou-se num instrumento indispensável para a propagação da política de uma Nação que imergia e necessitava de engendrar políticas de consolidação da unidade nacional. Outro factor endógeno que contribuiu para a propagação do português foi o conflito armado, que devastou o país durante décadas, tendo provocado massivamente a deslocação de populares do campo para cidade e vice-versa, num êxodo tempestuoso e, o português era recorrentemente pertinente para a comunicação entre gente de distinta etnicidade, minorando-se os factores negativos como o regionalismo, tribalismo, o racismo.

Os outros factores determinantes que contribuíram para a generalização do português estão relacionados com a massificação da educação, uma vez que, até aos locais mais recônditos, onde não havia ensino, construíram-se edifícios escolares; a concentração massiva da população nas zonas urbanas e suburbanas das maiores cidades em busca de segurança e de melhores condições de vida; os órgãos de comunicação social, essencialmente os literários (jornais, revistas, diários, material propagandístico, anúncios).

A língua portuguesa é, actualmente, falada em todo o território nacional, obviamente pejada de substratos regionais inerentes a cada etnia, tal como acontece em qualquer outra latitude, o que lhe proporciona a categoria de língua angolana. "O português é a primeira língua de 30% da população angolana com maior universo em Luanda e 60% dos angolanos afirmam usá-la como segunda língua", (Fernades, J. at. all. 2002).

Também se reconhece, de acordo com Nzau, D. at. all (2002), "a existência de um número considerável de falantes das línguas francesa e lingala, explicada pelas migrações relacionadas com o período da luta de libertação nacional e pelas afinidades com as vizinhas Repúblicas do Congo (Brazzaville) e Democrática do Congo (Kinshasa), e ainda falantes de espanhol, como con-

sequência da presença cubana e de quadros formados massivamente naquele país".

3.1 Tendência glotofágica do português em Angola

No processo de Reforma Educativa de 2001, recomendava-se ao Ministério da Educação a realização de uma investigação que viabilizasse a incrementação das línguas nacionais no sistema educativo como forma de neutralizar o funcionamento glotofágico da língua portuguesa e, desta forma, reclamar um papel mais preponderante das línguas nacionais no contexto sociopolítico e económico do país. Os quadros comparativos demonstram a posição avantajada da língua portuguesa relativamente às línguas nacionais.

Língua Nacional
Materna
Comunicação regional/étnica
Educação informal
Tradição oral
Nação
Herança cultural
Camada social baixa
Tradição

Língua Portuguesa
Oficial
Comunicação nacional e Internacional
Educação formal
Prática de escrita
Estado – burguesia
Dominação cultural
Camadas privilegiadas
Progresso e modernidade

Nesta perspectiva, o Relatório da UNESCO (2009), no capítulo sobre as línguas, apresenta dados inquietantes. Define que "as línguas são os vetores das nossas experiências, dos nossos contextos intelectuais e culturais, dos nossos modos de relacionamento com os grupos humanos, com os nossos sistemas de valores, com os nossos códigos sociais e sentimentos de pertença, tanto no plano coletivo como individual".

Salienta a fonte que, pela dinâmica das línguas na atualidade, (…) estima-se que uma percentagem elevada das línguas do mundo desaparecerá (...) no decurso do presente século. Metade delas (entre 6 e 8 mil) é atualmente falada por menos de 10 mil pessoas e calcula-se que a cada duas semanas desapareça uma.

Aponta como razão evidente, o crescimento das línguas veiculares (particularmente o inglês) associado aos processos de globalização.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO EM ANGOLA

4.1 A educação na época colonial

No apogeu da ocupação colonial portuguesa e a consequente institucionalização da educação formal nos séculos XVI e XVII[3], as línguas autóctones foram marginalizadas, reservando esse papel unicamente a língua do colonizador, o português.

A partir deste princípio a educação apresentava como característica fundamental a segregação racial e, sumamente discriminatória. O sistema de ensino era frequentado maioritariamente pela população de origem europeia (caucasiana) e uma minoria angolana que usufruía do estatuto da classe de assimilado (aqueles que tinham absorvido hábitos do colonizador). A esmagadora maioria da população autóctone não tinha acesso ao ensino.

No entanto, informa Cristôvão at al. (2005: 85), que a partir de 1962, com o recrudescimento de movimentos de reivindicação, manifestações, descontentamento generalizado e prenúncio do conflito armado para a emancipação do Povo Angolano, o governo português incrementou a construção de infraestruturas escolares e generaliza o ensino à população nativa que apresenta os seguintes resultados:

- Construção massiva de escolas primárias e secundárias;
- Implementação de Estudos Gerais Universitários de Angola – constituída pelas universidades de Luanda, Universidade de Angola (actual Universidade Agostinho Neto).

O registo da população escolar relativo aos anos de 1973 e 1974 apresenta os seguintes dados estatísticos:

Ano	**Ciclo escolar**	**Número de alunos**	**Observação**
1973	Ensino primário	512.942	1/3 Portugueses
	Ensino secundário	72.000	
1974	Ensino superior	4.176	Maioria portuguesa

4.2 A educação no período pós-independência

A proclamação da independência nacional em 1975 constituiu um dos marcos históricos para o desenvolvimento de um sistema educativo virado para a satisfação dos anseios da população autóctone, depois de longos quinhentos anos sob domínio do regime colonial português.

Nesta fase, segundo o relatório do Conselho de Mistros (2001), urgia a necessidade de gizar estratégias para o desenvolvimento de reformas profundas do sistema geral da educação. Em 1977, transcorridos dois anos de independência, o país adoptou um novo sistema de educação e ensino (incrementado em

3 Wikipedia. A educação em Angola (até aos anos 1920). Acedido em http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Angola, em 11 Novembro 2012.

1978), assente nos seguintes princípios fundamentais:

- Maior oportunidade de acesso à educação e à continuidade de estudos;
- Igualdade de oportunidades no acesso à escola;
- Gratuitidade e obrigatoriedade do ensino de base para todos;
- Laicidade do ensino devido a sua independência da religião.

Em consequência das mudanças operadas no sistema da educação, regista-se em 1977 o aumento exponencial do número da população escolar que apresenta os seguintes dados indicativos:

Ano	Ciclo escolar	Número de alunos	Observação
1977	Ensino primário	1.026.291	Escassez/sala de aula e docentes
	Ensino secundário	105.368	
	Ensino superior	1.109	Fuga maioria alunos

4.2 A Reforma Educativa de 2001

A reorientação da política sócio-económica do país de tendência socialista para a plataforma de economia de mercado impulsionou a implementação de uma nova reforma educativa em 2001, com o objectivo de adequar o ensino a esta realidade.

Neste contexto, a Reforma Educativa/2001, que consta da Lei de Bases do Sistema de Educação Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro , criou o Sistema Unificado estruturado do seguinte Subsistema de Ensino:

a) **subsistema de Educação Pré-Escolar** – creche e jardim infantil;

b) **subsistema de Ensino Geral** – (estruturado em dois níveis: Ensino Primário e Ensino Secundário) – o Ensino Primário unificado é feito em seis anos (da 1ª a 6ª classes). O Ensino Secundário com dois ciclos de três classes cada: I ciclo – 7ª, 8ª e 9ª classes e o II ciclo – 10ª, 11ª e 12ª classes;

c) **subsistema de Ensino Técnico-Profissional** – formação profissional básica (6ª classe), é regida por regulamento específico e a formação média técnica, 3 anos após a 9ª classe;

d) **subsistema de Formação de Professores** – formação média em escola de formação de professores, 3 anos após a 9ª classe e o ensino superior pedagógico;

e) **subsistema de Educação de Adultos** – ensino primário (alfabetização e pós-alfabetização) e o ensino secundário (I e II ciclos);

f) **subsistema de Ensino Superior** – graduação (bacharelato e licenciatura) e a pós-graduação (2 categorias, pós-graduação académica e pós-graduação profissional. A pós-graduação académica tem 2 níveis: mestrado e doutoramento e a pós-graduação profissional compreende a especialização).

2. O sistema de educação estrutura-se em três níveis:

a) primário; b) secundário; c) superior.

Para além destes subsistemas conta-se igualmente com a Educação Especial, Ensino Particular e a Educação Extra-Escolar.

5. SOBRE A EDUCAÇÃO BILINGUE

A educação bilingue é, fundamentalmente, um conjunto de metodologias e programas do processo educativo que introduz no ensino como meio de instrução, uma segunda língua de maior predominância do ambiente do aluno, quer seja língua materna ou língua estrangeira.

É neste contexto que a educação bilingue surge da necessidade de se proporcionar às crianças a escolarização na sua língua materna e também em língua portuguesa (que, como língua oficial, funciona também como língua segunda), valorizando o conhecimento linguístico que o aprendente transporta consigo, traduzido em facilidade de comunicação, rápido acesso ao conhecimento científico e na integração consentânea na escola.

Em conformidade com os dados do INIDE (2011), a seguir se apresenta o quadro descritivo das regiões seleccionadas para a implementação do ensino das línguas nacionais.

LÍNGUA NACIONAL	REGIÃO DE INFLUÊNCIA	PROVÍNCIA
Fiote	Norte	Cabinda
Kikongo	Norte	Uíge, Zaire
Kimbundu	Centro Norte	Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Malange
Tchokwe	Leste	Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico
Umbundu	Centro Sul	Benguela, Huambo, Bié
Oshykwanyama	Sul	Huíla, Namibe, Kunene
Nganguela	Sudoeste	Kwando-Kubango
Tradição		Progresso e modernidade

A adopção do sistema de educação bilingue, reminiscência da expectante introdução das línguas nacionais no sistema educativo oficial, é um processo que garante a preservação dos valores sócio-culturais e está directamente relacionado à história, ideologia e à organização sociopolítica de um povo.

BREVES CONCLUSÕES

- A análise desenvolvida ao longo deste trabalho leva a concluir que, Angola apresenta um quadro sociolinguístico bastante diversificado e instável, por conseguinte, deverão ser feitos esforços suplementares dos órgãos envolvidos, nomeadamente os Ministérios da Educação e da Cultura para a agilização do processo de implementação do ensino bilingue em todas as instituições escolares do país.
- Considerando a importância e a actualidade desta temática para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, isto é, que tenha no centro do seu eixo principal o saber materno linguístico que o aluno transporta consigo como herança da sua língua materna, aumentar a eficiência do processo de aprendizagem e reduzir o índice de analfabetismo, a educação bilingue contribui, igualmente para a melhoria das competências e proficiência comunicativa da língua portuguesa.
- A palingenesia das línguas nacionais no contexto educacional se configura de suma importância para os aprendentes que não dominam, evidentemente, a única língua de ensino (português) e assegura o princípio universal segundo o qual cada indivíduo deve ser escolarizado na sua língua materna.
- As línguas são, em suma, fiéis representações da identidade cultural dos povos, fundamentalmente sobre a identidade da personalidade do indivíduo (hábitos, usos e costumes, mitos e crenças, valores, rituais, religião), a sua preservação deve constituir preocupação premente dos respectivos países.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Angola Ethnic Map. (1970) [Online]. Disponível em bibliotecaterra. angonet.org/pt-pt/pt/mapa-de-grupos-etnicos-de-angola [Acedido em 28 Setembro 2013].

Coelho, Sebastião (2004). Língua Oficial e Línguas Nacionais. Biblioteca Virtual. Luanda [Online]. Disponível em: http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina ver.php?CdNotici=27&Pagina=Biblioteca, [Acedido em 1 Outubro de 2013].

Conselho de Mistros (2001). Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015. Luanda [Online]. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf, [Acedido em 8 Outubro de 2013].

Cristôvão, Fernando (Dir. Coord.), Maria Amorim, Maria Marques, e Suzana Moita (org.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia.* Lisboa, Texto Editores, Lda.

FERNANDES, J. e Ntondo, Z. (2002). *Angola: Povos e Línguas.* Luanda. Editora Nzila.

INE-Angola (Instituto Nacional de Estatística de Angola) (2011). Principais Indicadores de Angola por Província. Luanda [Online]. Disponível em: http://www.ine-ao.com/angola.html [Acedido em 18 Setembro 2013].

INIDE - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (2011). Educação: Sete Línguas Nacionais Entram em Consolidação no Ensino este Ano. Luanda [Online]. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt.pt/noticias/educacao/2011/0/4.html [Acedido em 28 Setembro 2013].

MACEDO, J. e Lara, D. (2005). *Angola: Multiculturalismo*, *Diálogo de Culturas*. Luanda. Ed. Nzila.

Manoel, Valêncio (sd). *História de Angola* [Online]. Disponível em http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola-h.htm [Acedido em 28 Setembro de 2013].

Ministério da Cultura (2004). Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais. Luanda, pp.6-8.

Ministério da Educação (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação,* Lei Nº 13/01, de 31 de Dezembro de 2001. Luanda.

NZAU, D. e Sardinha, M. G. (2002). *Multilinguismo e Direitos Linguísticos: O Direito à Diversidade Linguística (O caso de Angola)*. Luanda [Online]. Disponível em http://www.google.com/#hl=pt-BR&gs1&pq=multilinguismo%20e20%direitos.pdf [Acedido em 28 Setembro de 2013].

Redinha, José (1962). *Distribuição Étnica de Angola*. Luanda, Edição do Centro de Informação e Turismo de Angola.

Redinha, José (1953). "Subsídios Para a História, Arqueologia e Etnografia dos Povos da Lunda. *Campanha Etnográfica ao Tchiboco* (Alto-Tchicapa) ", Lisboa. Publicações Culturais Nº 19, p. 159.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) (2009). *Relatório Mundial: Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural* – Resumo. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf [Acedido em 28 de Setembro de 2013].

Vieira, M.A.F.C.L. (2011). *Construções da Identidade na Ficção de Luan-*

dino, Pepetela e Agualusa. Literatura Comparada. Tese de doutoramento em Estudos Literários, Literatura Comparada. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Wikipedia (2012). *A educação em Angola (até aos anos 1920)* [Online]. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_em_Angola [Acedido em 29 Setembro de 2013].

RESPOSTAS SEM PERGUNTAS, OU: PORQUE A ÁFRICA NÃO É UM PROBLEMA POR RESOLVER

Elísio Macamo

Introdução

Se eu disser que estou com fome o mais provável que me vão aconselhar a fazer é ir comer qualquer coisa; se eu disser que estou cansado vão me dizer para ir descansar; se eu disser que preciso de dinheiro para construir uma casa para uma amante vão me dizer para desviar fundos públicos ou qualquer coisa mais arriscada ainda como, por exemplo, trabalhar mais ou portar-me bem. Naturalmente que são possíveis outras reacções. Para a questão da fome podem me aconselhar um paliativo qualquer (por exemplo, beber água) e até podem me proporcionar detalhes sobre o que devo comer para ter a certeza de que a fome passa. Se quiserem até podem falar do luxo que é poder dizer que estou com fome num mundo em que milhares de pessoas morrem diariamente por não terem nada para comer.

Mas aqui é preciso fazer um reparo. Ao dizer que estou com fome, estou a apresentar um problema para o qual os meus interlocutores apresentam uma solução. Tão simples quanto isso. É sobre esta simplicidade que o texto se debruça. O título dado a este texto procura reflectir esta questão. O texto fala, por um lado, da forma como os estudos africanos como área de estudo constroem o seu objecto e levanta, por outro, algumas objecções de ordem epistemológica e metodológica. A razão imediata da oportunidade do texto é o incômodo provocado por uma certa maneira de abordar o continente africano. Essa maneira consiste em ver o continente africano como um problema por resolver. Ela incomoda porque pior ainda do que o que foi em tempos criticado por Paulin Hountondji (1977) como uma intolerável divisão intelectual do trabalho

– secundado por todos quantos se inscreveram no projecto de "descolonização mental" do continente africano (Chinweinzu 1987 e Wiredu 1998, sobretudo) a insistência em ver a África como um problema não só produz representações do continente africano dignas de objecção, como também prejudica o desenvolvimento duma tradição académica real no continente.

Em 2006 Jack Goody escrevia na sua obra sobre o Roubo da História que a reclamação de direitos de autor sobre tudo quanto de importante havia na vida humana – amor, democracia, etc. – por parte da Europa não só privava o resto do mundo da sua própria História como também enviezava a nossa capacidade de produzirmos conhecimento útil à compreensão do mundo que nós próprios construímos. Na verdade, e corroborando Jack Goody, o que mais define a actividade cientítifica não é nem a explicação, nem a compreensão como se discutiu durante muito tempo no momento da formação das ciências sociais no século XX. O que define a ciência, conforme o texto ainda vai tentar demonstrar, é a construcção de objectos a partir de conceitos. Na verdade, pesquisa é isso mesmo, nomeadamente a construcção dum objecto pelo estabelecimento de relações conceituais enformadas – ou não – por teorias. Quando falo de respostas sem perguntas, portanto, quero chamar a nossa atenção para os perigos de fazer ciência ao contrário. Fazemos ciência ao contrário quando nos ocupamos com respostas e não nos preocupamos com a qualidade das perguntas que as deviam ter precedido.

Problemas práticos e problemas conceituais

Uma abordagem inicial destas questões passa por uma distinção necessária entre problemas práticos e problemas conceituais. O trabalho científico, do qual faz parte a construcção dos objectos, pertence claramente ao campo daquilo que poderíamos chamar de problemas conceituais. Problemas práticos por sua vez são do pelouro da acção. Dito doutro modo, os problemas práticos são, do ponto de vista temporal, posteriores à solução de problemas conceituais.

Quando sugeri mais acima que problemas práticos tornam a vida simples o que quiz realmente dizer foi que a vida só é simples quando estão reunidas duas condições: conhecer o problema e ter imaginação suficiente para atinar com a solução. Ela é ainda mais simples quando imaginamos que conhecemos todos os problemas. É a partir dessa convicção, por exemplo, que temos ouvido, em discussões de todo o tipo na esfera pública, políticos, jornalistas e colegas que não gostam de nós, a dizer coisas como "basta de papo, queremos soluções!". Tem me acontecido isso em Moçambique quando me envolvo em discussões na nossa esfera pública. A minha reacção tem sido de dizer que tenho alergia às soluções, que eu, como cientista social, seria mais útil à sociedade se me ocupasse apenas de procurar os problemas para os quais há tanta solução por aí. Não há nenhuma originalidade nisso. Antes de mim, um homem de muito maior peso, Hans Georg Gadamer, filósofo de veia fenomenológica, já havia definido a filosofia como a actividade que consiste em procurar pelas perguntas para as quais o mundo está cheio de respostas.

A vida deixa de ser simples quando mesmo conhecendo a solução – que é muitas vezes o caso – não conhecemos o problema. É daí que importa fazer a distinção sugerida aqui. Portanto, mais uma vez, há básicamente dois tipos

de problemas que a vida nos coloca, um dos quais é o verdadeiro terreno da actividade científica. Há problemas práticos e há problemas conceituais. Os problemas práticos correspondem ao sugerido mais acima em relação à fome, cansaço e problemas com o (a) amante. A essência dum problema prático consiste no facto de ela criar uma situação de incômodo sem cuja resolução as pessoas não se sentem bem. Os engarrafamentos de trânsito, só para avançar um exemplo, são um problema prático porque dificultam o trânsito, provocam atrasos, contribuem para a poluição do meio ambiente, etc. Pela sua natureza, os problemas práticos exigem como resposta, isto é como solução, uma acção. Esse é o problema que o problema prático nos coloca. O que devemos fazer?

Este problema tem uma longa tradição. Para quem ainda se lembra do socialismo científico praticado em mais ou menor grau nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas também aqui em Portugal – menos ao nível da retórica de alguns partidos políticos – a frase que celebrizou o problema prático foi de Lenine quando ele perguntou: Que fazer?[1] Na verdade essa pergunta tem origem teológica e foi formulada pela primeira vez por São Tomás de Aquino que, pouco surpreendentemente, partia do princípio de que todas as questões básicas da vida já tinham sido colocadas e que o único que se devia fazer era simplesmente ler o livro da natureza para descobrir os caminhos que nos levariam de volta ao Senhor. Foi a mesma atitude de São Paulo, já agora, na sua aversão à História consubstanciada na ideia da incorruptibilidade básica do ser humano. "Que fazer?" foi sempre uma pergunta retórica, pois o que devia ser feito estava claro: a revolução, no caso de Lenine, ou tudo quanto estivesse em sintonia com a revolução.

Antes de prosseguir com uma elucidação do que é um problema conceitual, seria bom fazer um compasso de espera nesta questão de Lenine para recordar que ele, no fundo, estava a ser porta-voz duma visão do mundo que tinha a sua origem no Iluminismo e sua atitude teleológica em relação à História. Na verdade, o problema do Marxismo não foi a provável natureza utópica do projecto político que ele representou. Nem foi necessariamente o seu totalitarismo. O problema do Marxismo foi o problema de ter sido um dos filhos queridos do Iluminismo. Foi o problema da arrogância da razão que levou intelectuais sérios a defenderem posições extremamente problemáticas. Refiro-me a Kant que acreditava de forma apaixonada na ideia de que existem diferenças natas entre "raças" e que os brancos dispunham de todos os atributos necessários ao progresso (e achava que os africanos tinham uma inclinação natural para a escravidão "os negros de África pela sua natureza não têm sentimentos que vão para além do superficial...", escreveu ele, por exemplo); a John Locke, o pai da tolerância, que defendeu a escravatura de negros na base do argumento segundo o qual estes não teriam a relação com o trabalho que os permitiria merecer a liberdade; refiro-me a Voltaire que é quase sempre festejado como um dos grandes pensadores do Iluminismo, mas na verdade defendia uma versão despótica desse projecto e que consistia em emular apenas o que promovesse o progresso e hostilizar o que não fizesse isso, enfim, a uma série de gente filha do seu próprio tempo, um tempo completamente obcecado com a ideia de deter a verdade sobre a verdadeira natureza da História[2].

Não nos esqueçamos que uma boa parte do programa de pesquisa das ciên-

1 Ler o texto completo aqui: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap03.htm

2 Os exemplos sobre Voltaire, Kant e Locke foram extraídos da obra de Grey (2007).

cias sociais que nasceram no século XIX consistia em identificar os passos que deviam ser dados para alcançarmos o mais rápido possível o fim da História. A ciência positiva de Saint Simon e Auguste Comte (que deveria culminar na veneração da religião da humanidade, consubstanciada em parte no emblema fisiocrata brasileiro "Ordem e Progresso", tinha na mira uma evolução política que tornasse o estado desnecessário e produzisse uma sociedade que, ainda que não fosse socialista, reuniria todas as características descritas no famoso Manifesto Comunista (filosofia, pescar, etc.). Foi esta visão que foi responsável pelos contornos racistas e desumanos assumidos pelo projecto colonial que se viu como veículo dessa razão histórica e sua vontade de poder para dizer as coisas ao jeito peculiar de Nietzsche, outro que teve uma interpretação bastante radical do projecto do Iluminismo. Ela partia duma convicção clara: o mundo tem um problema, o problema de realizar os imperativos da História que consistiam em rapidamente chegar ao seu destino.

Esta é a característica do problema prático. Ela consiste nesta pergunta: O que fazer uma vez diagnosticado o problema?

O problema conceitual é diferente. Ele parte do princípio de que nos falta alguma coisa para percebermos um problema, ou um fenómeno qualquer. Ou por outra, o desafio que o problema conceitual coloca não é de saber o que fazer para realizar a solução, mas sim o que perguntar para entender um problema. Dito doutro modo, o desafio colocado por um problema conceitual é um problema de compreensão. Ele consiste numa pergunta anterior à acção prática: o que é preciso entender em relação a um assunto para descrever o problema que precisa de ser abordado? Peguemos, como ilustração, na questão da fome. Se nos interessa estudar a fome em África podemos formular a questão de pesquisa como a de saber como eliminar a fome. Ao fazer isso, vamos necessariamente partir do princípio de que esse problema está claro, não precisa de maior elaboração. Falaremos do problema dos solos, do problema da falta de educação dos camponeses, do problema dos maridos bêbados que arrancam as poupanças das suas mulheres – o argumento que costuma justificar os programas de micro-crédito – dos homens preguiçosos, da corrupção e por aí fora. Isto é, tratando esse problema como um problema prático teremos a tendência de reduzir a nossa pesquisa à identificação das acções que devemos tomar para resolver um problema que alguém formulou. Mas toda a gente que se interessa pelo problema da fome sabe que as coisas são mais complexas.

Ha-Joon Chang (2009), um economista sul coreano que trabalha na universidade de Cambridge, descreve num excelente artigo a evolução da agricultura num conjunto de países e mostra como aquilo que ele chama de conhecimento convencional do consenso de Washington impede os países africanos de fazerem justamente as coisas que os actuais países ricos fizeram para resolverem os seus problemas de agricultura. Com este exemplo não estou simplesmente a levantar a questão política da hipocrisia e do neo-liberalismo. Isso seria o mais simples, e menos interessante. Estou a levantar um problema conceitual de grande importância. Dada a estrutura actual da economia mundial e dos sistemas de agricultura que sentido faz para um país como Cabo Verde, por exemplo, apostar na ideia de que a solução dos seus problemas alimentares passaria pela formação dos camponeses, reforma da terra, combate à desertificação, etc.? Nenhum, provavelmente. É provável que ao fazer isso Cabo Verde esteja a contribuir para vincar ainda mais a sua natureza problemática

ao mesmo tempo que contribui com esses esforços de garantia de soberania alimentar a manter em vida um sistema agrícola mundial frágil que poderia, na verdade, ser a razão dos seus problemas.

O problema conceitual não se arroga o direito de conhecer já o mundo e, por conseguinte, preparar-se apenas para arregaçar as mangas de modo a rectificar o que está mal. O problema conceitual é a essência da pesquisa na medida em que faz justamente isso: pesquisa. Na verdade, pesquisa só faz sentido se o objectivo é de saber algo que não sabíamos antes. Essa é a natureza do trabalho intelectual. O artesão não enfrenta problemas conceituais no seu trabalho, mas sim problemas práticos. Isto não quer dizer que problemas conceituais não se coloquem ao artesão. Por exemplo, antes de se saber as condições em que o metal dilata, portanto todo um conjunto de teorias relacionadas com a termodinâmica e expansão de metais, por exemplo, é difícil perceber os perigos e potencial do uso de certos metais para a construcção. Preenchida essa lacuna no conhecimento, o artesão já pode decidir que instrumento utilizar para que tipo de problema.

A pesquisa como constituição de objectos (respostas sem perguntas)

Para abordar esta questão será necessário fazer um recuo histórico. Um dos maiores debates das ciências sociais tem a ver com o que se convencionou chamar de metodologia das ciências sociais. Esse debate opôs, por um lado, as ciências sociais ?as ciências naturais e, por outro, no interior das primeiras os que defendiam concepções diferentes do objecto das ciênciasi sociais. Esse debate foi mais forte na Europa central, sobretudo numa região que engloba o Sudoeste alemão, o norte da Suíça e o Noroeste da França. Esse debate debruçou-se sobre a formação conceitual, isto é como uma determinada disciplina rotula, descreve e resume aquilo que apreende. A formação conceitual é crucial para a fundamentação duma disciplina e definição do seu objecto. Interveem aqui problemas ligados ao que a filosofia, e muito particularmente a teoria do conhecimento, chama de oposição entre o realismo e o nominalismo. Sucintamente, o realismo parte do princípio segundo o qual os conceitos usados pela ciência seriam a representação real do mundo tal e qual ele é. Nas ciências sociais, e em especial na sociologia (sobretudo a que foi elaborada por Paul Lazarsfeld), esta ideia conduziu ao que se convencionou chamar de "operacionalismo", isto é a ideia de que o trabalho de pesquisa consistiria em identificar os atributos e propriedades dum conceito e contrastá-los com a realidade. O principal princípio metodológico neste exercício é o estabelecimento de regras de correspondência, algo que está radicado na ideia segundo a qual a realidade empírica seria suficientemente estável para ser passível de recuperação conceitual. O nominalismo, pelo contrário, olha para os conceitos como rótulos dados a entidades que não precisam necessariamente de corresponder aos atributos desses mesmos conceitos. Ele reconhece que o mundo real é infinitamente mais complexo do que a nossa capacidade de o domesticar conceitualmente. Reconhece também que o que apreendemos não é necessariamente o mundo, mas o que a nossa constituição cognitiva nos permite apreender um pouco ao jeito dos *a priori* kantianos. As ciências sociais não são alheias aos

desafios que a tensão entre o realismo e o nominalismo coloca. Na verdade, desde o primeiro minuto de sua existência elas tiveram que se posicionar. E foi nesse esforço de posicionamento que elas procuraram constituir o seu objecto de estudo.

Da França, por via de Saint Simon, Auguste Comte e, claro, Durkheim, veio a ideia de que as ciências sociais estudavam a sociedade. Esta ideia foi contestada de forma veemente, por exemplo pelo teólogo e filósofo alemão Wilhelm Dilthey que rejeitou essencialmente duas coisas: primeiro, ele rejeitou a própria noção de sociedade com base no argumento segundo o qual a sua declaração como objecto principal das ciências sociais pressupunha a convicção de que ela seria algo universal; os alemães não estavam certos disto, preocupados como estavam com comunidade e, acima de tudo, com o povo. Segundo, Dilthey achava que as coisas sociais eram animadas por impulsos históricos impulsionados por sua vez por aquilo que ele chamou de espírito. Daí ele concluiu que coisas espirituais deviam estar no centro daquilo que ele chamou de ciências espirituais, portanto, ciências não naturais em oposição às ciências naturais. Como os colegas de Dilthey não eram africanos, portanto, não tinham nenhuma afinidade com espíritos, eles não gostaram da ideia de reduzir as ciências sociais ao espírito, mas aceitaram muito bem a sugestão relativa à importância da história. Foi assim que Wilhelm Windelband, por exemplo, sugeriu que o objecto das ciências sociais fosse aquilo que é individual, singular, único, o que era uma outra maneira de dizer que esse objecto se constituía historicamente. Heinrich Rickert, que foi uma grande inspiração para Max Weber, fez uma distinção entre o que chamou de ciências nomotéticas e ciências do real para dizer que o que verdadeiramente interessava eram os valores que deviam estar no centro das ciências sociais[3]. Os diferentes caminhos tomados por Emile Durkheim (1988) e Max Weber (1980), o primeiro insistindo nos factos sociais e o segundo na interpretação, reflectem a inconclusão desse debate. De qualquer maneira, a construcção conceitual do objecto da sociologia ficou condicionada por esse resultado.

Há, portanto, uma longa tradição de debate sobre a formação conceitual das ciências sociais. Infelizmente, esta discussão raramente teve eco na produção do conhecimento em África. Com efeito, ao contrário da resistência bem sucedida dos alemães ao imperialismo intelectual francês, a constituição dos estudos africanos fundou-se numa perspectiva epistemológica que concebeu a produção do conhecimento como a procura dos elementos que nos permitem conciliar as coisas da vida (a história) com as leis da natureza. Na verdade, e seguindo o pensamento de Adam Kuper (1988), um antropólogo britânico, o interesse da antorpologia pela África no século XIX tinha como objectivo explicar o progresso europeu assim como dar conta do desenvolvimento de instituições como o Estado. Esse objectivo explica em grande medida a forma como a África foi constituída como objecto de estudo. A África tornou-se no passado do presente europeu (Fabian 1983) na medida em que se estudou a África para se entender a evolução europeia. É neste contexto que a oposição entre tradição e modernidade se torna fundadora do estudo de África (e da Europa). A ideia central era de que uma ciência positiva seria capaz de reconciliar estes opostos através do estudo de processos de transformação e mudança social. Dessa crença resultou o interesse antropológico pela natureza primitiva

3 Há um excelente resumo deste debate na obra de Lichtblau 2011.

de formas sociais africanas – pelo menos no século XIX; o projecto colonial também revelou preocupação com a civilização dos indígenas através da sua integração numa economia monetária pelas mesmas razões; idem para a preocupação da sociologia, mais tarde, com a modernização assim como para a actual preocupação com a necessidade de se desenvolver a África. Vemos aqui a formação conceitual de África como objecto de estudo. Esse processo de formação conceitual é também constitutivo dos Estudos Africanos dum mod geral. Na base desse processo está uma heurística positivista que atribui ao continente africano e às suas formas de vida um lugar na evolução história e um papel subalterno na sua relação com os povos mais "adiantados". É claro que houve quem se tivesse revoltado contra esta heurística positivista e tentado até desmascará-la. Valentin Y. Mudimbe (1988) foi um deles ao articular estas representações com uma vontade ocidental de poder sobre a África. A sua crítica incidiu na forma como o conhecimento sobre a África reclama inocência em relação ao contexto histórico, político e económico que o tornou possível.

As condições de formação conceitual de África produziram, portanto, uma abordagem prescritiva e normativa que, consequentemente, favoreceu os problemas práticos em detrimento dos problemas conceituais. Essa abordagem partiu do princípio de que já conhecia os problemas africanos e que o único que restava era apenas que se passasse à acção. É por essa razão, por acaso, que aqueles que criticam os estudos africanos, o eurocentrismo, a indústria do desenvolvimento, etc. são muitas vezes considerados como sendo demasiado teóricos e abstractos. Pois, são. Eles resistem à transformação de África num problema por resolver. Aqui surgem dois problemas sérios. O primeiro tem a ver com a suposição segundo a qual a ciência deve produzir conhecimento positivo, isto é um conhecimento que ajude a melhorar o mundo. Como Karl Popper (1980)[4] já havia denunciado, há algo de totalitário nesta pretensão. Para mudar o mundo para o melhor é necessário que um grupo de pessoas parta do princípio de que sabe o que é um mundo melhor e sabe como lá chegar. É preciso também que esse grupo de pessoas esteja convencido de estar no direito – e obrigação – de obrigar os outros a segui-los.

O segundo problema é mais de boas maneiras. A procura de soluções pressupõe um pouco a ideia de que é preciso mudar a vida das pessoas. Aqui vale à pena perguntar quem deu aos investigadores o mandato de mudar a vida dos africanos. Os africanos de certeza que não. De cada vez que se leem trabalhos baseados na premissa segundo a qual os africanos deviam mudar – por exemplo, que os homens deviam deixar de bater nas suas mulheres, deviam beber menos, deviam roubar menos do erário público, etc. – dá para nos indagar-mos seriamente se estes trabalhos ainda podem reclamar o estatuto de ciência. Recorde-se o filósofo escocês, David Hume, que num famoso adágio "no ought from an is" (Hume 1965) já havia chamado a atenção para a incompatibilidade básica entre descrição e normatividade. Muito tempo depois, Max Weber viria falar do mesmo este assunto quando, por exemplo, disse que a ciência não podia justificar nenhuma posição ética (Weber 2004). A questão não é a melhoria da vida não seja uma boa coisa para cada um de nós. A questão é se a ciência ocupa um lugar privilegiado no contexto moral e ético das coisas para determinar o que é a boa vida.

É claro porque é que estes problemas surgem. Eles surgem por causa da

4 E corroborado por Scott 1998 entre outros (Easterley 2006; Macamo 2013)

própria economia política do conhecimento sobre a África. Essa economia política consiste no esforço de ler a África a partir duma grelha analítica fundada numa ideia romantizada da própria história europeia. Imagina-se a Europa como o resultado dum grande projecto de desenvolvimento, cujo processo de implementação sugere acções que outras regiões recentemente chegadas à história, podem seguir. Nessa visão das coisas, a África é desligada de toda a história que a constituiu para passar a ser uma cópia mal feita do modelo idealizado de desenvolvimento europeu. Aí não espanta que muita da nossa pesquisa seja pesquisa sobre o que faz falta em África, sobre o que os africanos estão a fazer mal, sobre a perversão da história, etc.

A África como problema

No fundo, o que este texto critica é a concepção de África duma maneira que não só torna o continente intelegível na perspectiva duma grelha analítica bem específica – a grelha duma história idealizada da Europa – como também produz um conhecimento regulação (no sentido de Sousa Santos 1999¸vide também Macamo 2005 e Abrahamsen 2000), isto é um conhecimento que reproduz a África como espaço de intervenção. Esta concepção da pesquisa sobre a África está relacionada com o facto de se concentrar muita atenção na abordagem de problemas práticos, e não conceituais. Um dos principais factores que concorrem para isto tem a ver com algo já deplorado por Habermas (1984; 1987) há muitos anos e que consiste no grande relevo que a razão instrumental ganhou sobre a razão comunicativa. Esse relevo manifesta-se sobretudo na expectativa de que a produção científica seja avaliada de acordo com critérios comerciais. Ultimamente, Martha Nussbaum (1997; 2010), a filósofa americana, tem desferido golpes muito contundentes contra este este entendimento da ciência e apelado para um outro tipo de apreciação do valor das ciências sociais e das humanidades[5]. No contexto africano e da pesquisa sobre o continente, este tipo de pensamento encontra espaço no contexto da indústria do desenvolvimento que cada vez mais ganhou espaço como uma espécie de árbitro do que é válido como conhecimento (Marglin 1990; 1996). Há um número cada vez maior de instituições de financiamento de pesquisa que incentiva mais o tipo de pesquisa que é tida como sendo mais susceptível de produzir conhecimento útil, isto é conhecimento aplicado aos problemas do desenvolvimento.

O que acontece na realidade é bem diferente. Com efeito, ao se focalizar a atenção em problemas práticos, em detrimento de problemas conceituais, coloca-se a ciência ao serviço de interesses normativos e, pior ainda, reduz-se a pesquisa em África justamente ao que os africanos há muito se têm batido para abandonar, nomeadamente a sua trivialização como colectores de dados para serem tratados por outros fora do continente (Hountondji 1977). Esta é uma evolução grave uma vez que ela pode atrasar o desenvolvimento da ciência no continente africano ao privando-a do tipo de trabalho e reflexão que realmente distingue a ciência, a saber a reflexão conceitual. A África não precisa de ciência para o desenvolvimento. A África precisa de ciência para formular os problemas que a História produzida pelos indivíduos produz.

5 Que ela considera como residindo essencialmente na formação do indivíduo como garante da democracia (Nussbaum 2010)

Bibliografia

Abrahamsen Rita, 2000: *Disciplining Democracy – Development Discourse and Good Governance in Africa.* Zed Books. London.

Chang Ha-Joon., 2010: *23 Things They Don't Tell You About Capitalism.* Allen Lane. London.

Chang, Ha-Joon, 2009: Rethinking public policy in agriculture: lessons from history, distant and recent. In *Journal of Peasant Studie*s, Vol 36, págs. 477-515.

Chinweinzu, Ibekwe 1987: *Decolonising the African Mind*. Pero Press. Lagos.

Durkheim, Émile 1988: *Les règles de la méthode sociologique*. Champs: Flammarion.

Easterly, William 2006: *The White Man's Burden – Why the West's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good*. Penguin Press. New York.

Goody, Jack 2006: *The Theft of History.* Cambridge: Cambridge University Press.

Grey, John 2007: *Black Mass: Apocalyptic Religion and the Death of Utopia.* Allen Lane. London.

Habermas, Jürgen 1984: The theory of communicative action. Vol 1. *Reason and the rationalizalion of society.* Boston, Beacon Press.

Habermas, Jürgen 1987: *The theory of communicative action. Vol 2. Lifeworld and sistem: A critique of functionalist reason.* Boston, Beacon Press.

Hountondji, P. (1977). *Sur la Philosophie africaine.* Maspero. Paris. 1977.

Hume, D. 1965 [1888]: *A Treatise of Human Nature*. Oxford. Clarendon Press.

Kuper, Adam 1988: *The Invention of Primitive Society – Transformations of an Illusion*. London: Routledge.

Lichtblau, Klaus 2011: *Die Eigenart der kultur- und sozialwissenschaftlichen Begriffsbildung.* VS Verlag. Wiesbaden.

Macamo, Elísio 2005: Against ‚Development'. *Codesria Bulletin*, 3&4, Special Issue: Rethinking African Development.

Macamo, Elísio 2013: "The compulsion to do the right thing: Development knowledge and its limits". In: Ulf Engel and Manuel João Ramos (eds.): *African Dynamics in a Multipolar World*. Leiden. Brill.

Marglin, Frédéric A. (ed.) (1990): *Dominating Knowledge – Development, Culture and Resistance*. Oxford: Clarendon Press.

Marglin, Frédéric, A. (ed.) (1996): *Decolonizing Knowledge – From Development to Dialogue*. Oxford: Clarendon Press.

Mudimbe, Valentin Y. 1988: *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. London: James Currey.

Nussbaum, Martha 1997: *Cultivating humanity: a classical defense of reform in liberal education.* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Nussbaum, Martha 2010: *Not for profit: why democracy needs the humanities. Princeton,* N.J: Princeton University Press.

Popper, Karl 1980: *A miséria do historicismo*. EDUSP. São Paulo.

Scott James C., 1998: *Seeing Like a State – How certain schemes to improve the human condition failed.* Yale University Press. New Haven.

Sousa Santos, Boaventura 1999: Porque é tão difícil construir uma teoria

crítica? In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, págs.197-214.

Weber, Max 1980: *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr.

Weber, Max 2004: *Ciência e Política: duas vocações.* Editora Cultrix. São Paulo.

Wiredu, Kwasi 1998: Toward Decolonizing African Philosophy And Religion In: *African Studies Quarterly,* The Online Journal for African Studies, Volume 1, Issue 4.

in progress: 2.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África

© CEsA 2016